



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

CAMILA FAGUNDES LEAL

**ELAS E O NEOCONSERVADORISMO:
análise da desinformação sobre aborto entre mulheres
evangélicas**



**BELÉM-PA
2024**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

CAMILA FAGUNDES LEAL

ELAS E O NEOCONSERVADORISMO:
análise da desinformação sobre aborto entre mulheres evangélicas

BELÉM-PA

2024

CAMILA FAGUNDES LEAL

ELAS E O NEOCONSERVADORISMO:
análise da desinformação sobre aborto entre mulheres evangélicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM, do Instituto de Letras e Comunicação - ILC, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Comunicação.
Linha de Pesquisa: Processos Comunicacionais e Mídia na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Danila Cal
Coorientadora: Profa. Dra. Lorena Esteves

BELÉM – PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F151e Fagundes Leal, Camila.
ELAS E O NEOCONSERVADORISMO : análise da
desinformação sobre aborto entre mulheres evangélicas / Camila
Fagundes Leal. — 2024.
179 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Danila Cal
Coorientação: Prof^a. Dra. Lorena Cruz Esteves
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Letras e Comunicação, Mestrado Profissional em
Letras em Rede Nacional, Belém, 2024.

1. Aborto. 2. Desinformação. 3. Direitos reprodutivos. 4.
Mulheres evangélicas. 5. Neoconservadorismo. I. Título.

CDD 301.14



Defesa de Dissertação Ata de Desempenho de Discente

Aos **dezesesseis dias** do mês de **maio** de **dois mil e vinte e quatro**, às **dez horas** foi realizado de forma remota, o **Exame de Defesa** de **CAMILA FAGUNDES LEAL**, discente do curso de Mestrado, cujo trabalho intitula-se: **ELAS E O NEOCONSERVADORISMO: ANÁLISE DA DESINFORMAÇÃO SOBRE ABORTO ENTRE MULHERES EVANGÉLICAS**. A Comissão Examinadora, constituída pelos docentes: **Danila Gentil Rodriguez Cal Lage** (PPGCOM/UFPA), **Lorena Cruz Esteves** (PPGCOM/UFPA), **Elaide Martins da Cunha** (PPGCOM/UFPA), **Cristina Teixeira Vieira de Melo** (PPGCOM/UFPE) e **Carla Candida Rizzotto** (PPGCOM-UFPR) emitiu o seguinte parecer:

A banca destaca a qualidade teórico-metodológica da pesquisa e a pertinência temática da dissertação. Considera ainda que a construção metodológica traz uma contribuição importante para a área da Comunicação, assim como os resultados e as análises apontam cenários relevantes para compreensão dos contextos simbólico, social e político sobre o aborto e a desinformação entre mulheres evangélicas.

Resultado final:

- (x) Aprovado sem alterações () condicionado a pequenas alterações
() Aprovado mediante reformulação sob a responsabilidade do aluno e do orientador
() Reprovado

Eu, **Danila Gentil Rodriguez Cal Lage**, orientadora e presidente da Comissão, lavrei a presente ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.



Documento assinado digitalmente
DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE
Data: 30/05/2024 00:06:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a. Dr^a. **Danila Gentil Rodriguez Cal Lage** (Orientadora – PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 LORENA CRUZ ESTEVES
Data: 20/05/2024 11:44:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a Dr^a. **Lorena Cruz Esteves** (Co-orientadora – PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 ELAIDE MARTINS DA CUNHA
Data: 29/05/2024 17:25:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a Dr^a. **Elaide Martins da Cunha** (Avaliadora Interna - PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 CRISTINA TEIXEIRA VIEIRA DE MELO
Data: 28/05/2024 13:14:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a Dr^a. **Cristina Teixeira Vieira de Melo** (Avaliadora Externa-PPGCOM/UFPE)

Documento assinado digitalmente
 CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Data: 20/05/2024 11:54:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^a Dr^a. **Carla Candida Rizzotto** (Avaliadora Externa - PPGCOM/UFPR)

A todas e todos que acreditam nas mudanças
sociais pelo poder transformador da
comunicação.

AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação foi um processo doloroso, tanto pela temática que escolhi abordar quanto pelos inevitáveis entraves que aparecem no percurso da vida acadêmica: ansiedade, horas e horas em frente ao computador, bloqueios na escrita, sentimento de impotência e incapacidade, a sobrecarga de conciliar a vida acadêmica com a vida cotidiana. A desistência vira uma constante na cabeça. Não fossem as minhas pessoas queridas, que me disseram constantemente, em cada um desses momentos, que eu era capaz de finalizar esse processo e entregar algo com o qual eu estivesse satisfeita.

Agradeço, primeiramente, a mim mesma pela perseverança e por não desistir, e escrever mesmo quando não queria, todo esforço valeu. Agradeço à minha melhor amiga e irmã de alma, Thaissa Pantoja de Jesus, por ter ouvido cada parte do processo da dissertação desde a concepção, três anos atrás, quando a pesquisa não passava de uma ideia de projeto de mestrado para inscrição no Programa de Pós-Graduação. Você escutou meus incontáveis áudios de Whatsapp, meus desabafos, choros e desespero, sempre me dizendo “É isso, tá perfeito. Tu consegues, amiga.”, acreditou em mim quando eu mesma não conseguia e vem fazendo isso há mais de 7 anos. Obrigada, amiga.

Agradeço ao meu amigo Matheus Henrique Cardoso Luz, que além de ouvir por inteiro a dissertação em áudios do Whatsapp, em conversas pela UFPA, também à leu e revisou comigo. Teus conselhos, apoio e validações foram essenciais para me dar forças, respirar e continuar. Se pudesse, te colocaria como segundo co-orientador. Obrigada por aguentar todos esses momentos e as incontáveis vezes que eu disse “Agora falta pouco, já está quase acabando” sem que de fato estivesse quase acabando e por comprometer horas e horas do dia revisando minha pesquisa, para que ela ficasse na melhor versão.

Agradeço ao meu companheiro Johnison da Silva dos Passos, por viver o processo da dissertação comigo no cotidiano. Minha dissertação foi mudando tanto quanto minha própria vida ao longo desses dois anos e você sempre esteve ao meu lado me apoiando e acreditando em mim. Obrigada por acreditar.

Agradeço à minha irmãzinha Lorena Fagundes Leal, pela capacidade de enxergar além de mim, mesmo sendo tão jovem, e me dizer quando eu exagerava e me lembrar de quem eu sou. Não há palavras no mundo para descrever meu amor por ti. Agradeço à minha família inteira: minha mãe, Josiane Cristina Fagundes Leal; minha tia, Suely Brito; minha avó materna, Iracema de Almeida Fagundes; meu pai, Márcio Lopes Leal; meu tio, Aramir Brito; e meu tio, Mauro Leal. ... Se eu cheguei até aqui foi porque vocês acreditaram que eu podia voar. Foi

porque vocês me incentivaram, investiram em mim, cuidaram de mim, disseram e continuam dizendo que eu ainda vou mais longe.

Agradeço à Lígia Isis Pinto Bernar, minha dupla de mestrado, que tornou o processo solitário e dolorido da pesquisa em algo mais leve. Nossas conversas e teu incentivo foram momentos de alívio, descontração e calma para essa mente tão ansiosa. Obrigada pelas trocas.

Por último, mas não menos especial, agradeço à minha orientadora Danila Cal por ter me convidado em 2018 a iniciar como bolsista de pesquisa da graduação. Cada parte desse trabalho, cada temática, e que hoje são tão caras a mim, foram frutos de percepções e olhares que surgiram na aprendizagem desses últimos anos trabalhando juntas. Você, assim como a minha co-orientadora Lorena Cruz Esteves são profissionais e pesquisadoras inspiradoras. Obrigada às duas por tudo.

[...] um indivíduo pode recorrer a valores e justificativas de caráter moral para tomar suas decisões e, caso deseje, para justificá-las para indivíduos que lhe sejam próximos ou publicamente. Mas o direito a decidir sobre manter ou não uma gravidez faz parte do direito a decidir sobre o próprio corpo, que por sua vez faz parte dos direitos individuais básicos. [...] o direito ao aborto é uma questão política e é incontornável para a democracia (Biroli, 2016, p.23).

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar como se posicionam mulheres evangélicas do bairro da Cabanagem, um dos bairros considerados periféricos de Belém (PA), sobre o aborto e como interagem com conteúdos de ampla visibilidade sobre a temática, num contexto de desinformação e de avanço do neoconservadorismo. A discussão teórica está centrada na temática do aborto (Barrancos, 2022; Biroli, 2016), do neoconservadorismo (Vaggione; Machado; Biroli, 2020), da desinformação, pós-verdade e conteúdos desinformativos (Gelfert, 2018; Nguyen, 2018; Wardle; Derakshan, 2017) e das crenças na formação de valores morais (Haro, 2006). Como procedimento metodológico, realizou-se entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e dinâmicas sobre o aborto com sete mulheres evangélicas, residentes do bairro da Cabanagem em Belém (PA) e atuantes em igrejas, buscando compreender seus contextos sociais e informacionais e como se sentem e reagem a conteúdos desinformativos sobre aborto. Ao fim da análise, observou-se que a questão do aborto e da desinformação sobre o tema está intimamente ligada à processos políticos, sociais e culturais que advém da sociabilidade, educação e processos históricos, como a constituição política, educacional e institucional do país. Também foi utilizado o Iramuteq para ajudar no processo de análise. Percebeu-se que as crenças religiosas, que compõem os valores morais das participantes das pesquisas, aliadas às suas percepções de mundo, foram fundamentais no processo de acreditar ou não nos conteúdos desinformativos. Como proposta conclusiva da pesquisa, se propôs a identificação dos estereótipos que reverberam nas falas dessas mulheres conservadoras, para tornarem-se eixos de diálogos a serem trabalhados com elas por grupos progressistas, como combate a conteúdos desinformativos e ao imaginário que invisibiliza o debate sobre o aborto.

Palavras-chave: Aborto; Desinformação; Direitos reprodutivos; Mulheres evangélicas; Neoconservadorismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how evangelical women from the Cabanagem neighborhood, one of the neighborhoods considered peripheral to Belém (PA), position themselves on abortion and how they interact with highly visible content on the subject, in a context of misinformation and advancement of neoconservatism. The theoretical discussion is central to the abortion theme (Barrancos, 2022; Biroli, 2016), neoconservatism (Vaggione; Machado; Biroli, 2020), disinformation, post-truth and disinformation content (Gelfert, 2018; Nguyen, 2018; Wardle; Derakshan, 2017) and beliefs in the formation of moral values (Haro, 2006). As a methodological procedure, structured and semi-structured and dynamic interviews on abortion were conducted with eight evangelical women, residents of the Cabanagem neighborhood, in Belém (PA) and active in the churches, seeking to understand their social and informational contexts and how they feel and react to content. misinformation about abortion. At the end of the analysis, was observed that the issue of abortion and misinformation on the topic is intimately linked to political, social, cultural processes that arise from sociability, education and historical processes such as the political, educational and institutional constitution of the country. Iramuteq was also used to help with the analysis process. Was noticed that religious beliefs, which compose the moral values of the research participants, combined with their perceptions of the world, were fundamental in the process of believing or not in disinformative content. As a concluding proposal for the research, was proposed the identification of the stereotypes that reverberate in the speeches of these conservative women, to become axes of dialogue to be worked on with them by progressive groups, as a way to combat disinformative content and the imaginary that invisibilizes the debate on abortion.

Keywords: Abortion; Disinformation; Reproductive rights; Evangelical women; Neoconservatism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ABORTO COMO QUESTÃO SOCIAL E COMUNICACIONAL	21
2.1 Aborto na América Latina: uma conquista e uma disputa contínua	26
2.2 Aborto e neoconservadorismo no Brasil: estatuto do nascituro, a laicidade do estado e a democracia	30
2.3 A importância da interseccionalidade no debate sobre o aborto	36
2.4 Aborto: desinformação x diálogos possíveis	41
3. EVANGÉLICOS, GOVERNO BOLSONARO, PANDEMIA E DESINFORMAÇÃO	48
3.1 Desinformação e seus distintos conceitos	55
3.2 Agência Lupa e as verificações de <i>fake news</i> no governo Bolsonaro sobre aborto	64
4 PERCURSO METODOLÓGICO	72
4.1 Etapas do processo da entrevista	76
4.1.1 Entrevista – parte 1: Religião, família, mulher, eleições.....	76
4.1.2 Dinâmica 1 – Conteúdos informativos.....	76
4.1.3 Dinâmica 2 – Sobre aborto: verdadeiro ou falso	80
4.1.4 Dinâmica 3 – Tolerância	81
4.1.5 Dinâmica 4 – Casos sobre aborto: verdadeiro ou falso	81
4.1.6 Entrevista – parte final: aborto, consumo de informações e informações falsas.....	84
4.2 Categorias de análise - um processo de escuta ativa.....	85
5 ELAS E O NEOCONSERVADORISMO: PERCEPÇÕES DE MULHERES EVANGÉLICAS SOBRE O ABORTO	90
5.1 Religião e família	95
5.2 Mulher, gênero, feminismo e direitos reprodutivos	99
5.3 Política.....	105
5.4 Dinâmica 1- política e desinformação: percepções pré-concebidas na decisão sobre a veracidade dos conteúdos	111
5.5 Dinâmica 2- aborto, verdadeiro ou falso?	117
5.6 Dinâmica 3 – percepção de tolerância sobre aborto	119
5.7 Dinâmica 4 -aborto previsto em lei: verdadeiro ou falso?	127
5.8 Aborto: imaginários e problemáticas	139

5.9 Receptividade e pontos de abertura para diálogo com mulheres conservadoras.....	145
6 CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE A - PADRÃO DE CONTATO INICIAL COM MULHERES PARA ENTREVISTA	170
APÊNDICE B -PADRÃO DE CONTATO PARA MARCAÇÃO DA ENTREVISTA .	171
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	172
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA	173

1 INTRODUÇÃO

Eu já não tenho meus pais, e os outros familiares com quem eu tenho contato são evangélicos, então eu não compartilhei isso com ninguém. Eles poderiam até me acolher, mas o julgamento viria primeiro (Farias; Figueiredo, 2022, p.1).

Lúcia, nome fictício dado pela reportagem do Portal G1 à vítima, demonstra em poucas palavras a solidão e desamparo sentidos por mulheres que precisam realizar o procedimento do aborto no Brasil. O trecho refere-se ao crime cometido contra ela. Vítima de violência sexual pelo próprio companheiro, Lúcia recorreu à Santa Casa do Pará¹ para a interrupção da gestação, tendo o procedimento negado, sob a justificativa de que ela não possuía Boletim de Ocorrência (BO) e nem sinais de agressão física. Para realizar o procedimento, Lúcia recorreu ao auxílio de uma Organização Não Governamental - ONG em São Paulo, que custeou sua viagem para a realização do procedimento de forma legal, na própria cidade de São Paulo. Sofrendo pelo desamparo do Estado, com julgamentos da família, a vítima saiu do interior do Pará apenas com o auxílio da ONG e passou por todo o procedimento sozinha.

Lúcia foi uma das várias vítimas que já estando em situação de vulnerabilidade, são continuamente violentadas pelo não cumprimento de direitos que lhes são permitidos pela Constituição (Brasil, 1988). De acordo com os códigos que regem as leis referentes ao aborto², este é permitido por lei em casos de violência sexual, risco de morte da mulher e anencefalia, e não há jurisdição que condicione o atendimento nesses tipos de situação ao Boletim de Ocorrência.

A fala introdutória desta dissertação nos remete a entrelaces entre religião e política. Assim como Lúcia, são inúmeras as mulheres que sofrem pelas mãos do Estado, da sociedade e da própria família. Isso porque o aborto, como uma temática dos direitos reprodutivos, é um ponto de disputa na política brasileira, cujo debate é permeado por valores religiosos cristãos, seja pelo movimento cristão católico ou pelo evangélico pentecostal. Movimentos que têm reafirmado “em diversos espaços, uma perspectiva moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva de toda a população” (Vaggione; Machado; Biroli, 2020, p.13).

Esse foi apenas um dos tantos exemplos de mulheres e meninas, que precisaram de auxílio para realizar aborto e que tiveram seus direitos fortemente violados, que esbarrei ao longo do processo da pesquisa. A participação em projetos de pesquisa como “Comunicação

¹ A Santa Casa do Pará é um hospital público que dá assistência, realiza ensino e pesquisa.

² Artigo 128, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, com a Portaria nNº 1.508, de 1 de setembro de 2005 e com da ADPF 54, códigos que regem as leis referentes ao aborto.

Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia”, cujo objetivo é compreender as dimensões relacionais e intersubjetivas das lutas políticas contemporâneas de mulheres na Amazônia, participação no Projeto “Comunicação e Gênero: configurações políticas em diferentes âmbitos comunicacionais” e Projeto de Pesquisa “Obstáculos à comunicação de risco na pandemia de COVID-19: infodemia, desinformação, algoritmos e desconfiança em contextos de polarização política e de crise dos sistemas peritos” foram fundamentais para pensar entrelaces existentes no campo das disputas de gênero e suas intersecções.

Somado à revisão bibliográfica feita a respeito do aborto na América Latina e sobre o papel da desinformação no processo de ascensão de governos neoconservadores, pude questionar esses entrelaces. Entendendo-o, como tenho visto nos projetos e nas leituras, como campo de disputa de movimentos progressistas e movimentos conservadores no século XX e mais fortemente no início do século XXI.

De acordo com Vaggione, Machado e Biroli (2020), a articulação das últimas décadas dos movimentos religiosos, especificamente os cristãos na América Latina, possibilitou o fortalecimento e ascensão de movimentos neoconservadores. A nomenclatura "neoconservadorismo" é explicada pelos autores como um termo para descrever as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XX e a partir de então passou a ser utilizado para “representar coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores, religiosos ou não, que visam manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista no contexto latino americano” (Vaggione; Machado; Biroli, 2020, p.25). Dentre suas características, pode-se citar a união de católicos e evangélicos conservadores para o bloqueio de avanços no campo dos direitos sexuais, redefinição de sentido de políticas públicas, legitimação de censura, e convergência de uma narrativa de crise que tem como lócus a família (Vaggione; Machado; Biroli, 2020).

No Brasil, de acordo com Magali Cunha (2020) o termo “neoconservadorismo” corresponde “às transformações que o país experimentou, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero” (Cunha, 2020, p. 43) em que as lideranças evangélicas se apresentam como defensoras de um conservadorismo explícito em discursos de rigidez moral para a conquista de poder na esfera pública, tendo como aliados o mercado, as mídias e as tecnologias (Cunha, 2020, p. 43).

Em 2010, ao analisar a cobertura de veículos jornalísticos nas eleições para a presidência, Mantovani (2016) já apontava um declínio na credibilidade de jornais importantes como O Globo, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo. Além de reforçarem

posicionamentos socialmente conservadores, os veículos começaram a perder espaço para uma forte articulação dos movimentos conservadores nas redes sociais com pautas antiprogressistas:

Contrários à descriminalização do aborto, seus representantes organizaram uma ação de combate ao governo petista e à candidata Dilma Rousseff (PT) em suas esferas de atuação, utilizando ferramentas de comunicação digital (e-mails e mensagens e vídeos publicados em redes como Youtube, Twitter e Facebook), além de canais próprios de comunicação tradicional (panfletos, cartas, sermões em cultos e missas, documentos oficiais das igrejas, jornais próprios, emissoras de TV e de rádio com programação religiosa) para chamar a atenção de seus fiéis contra a descriminalização do aborto e a união civil entre pessoas de mesmo sexo conclamando os fiéis a não votar em candidatos que apoiassem essas temáticas (Mantovani, 2016, p. 193).

Anos depois, essa articulação foi tomando novas formas e desenlaces. Hoje, entre as estratégias de mobilização, movimentos neoconservadores utilizam-se da propagação de desinformações. Um campo importante de disputas ideológicas que se dá de maneira mais emblemática com a circulação de informações falsas, inverdades ou meias verdades em redes sociais, que funcionam como legitimadores de narrativas de personagens desses movimentos cristãos e suas ideologias, ao mesmo tempo que descredibilizam os meios de comunicação convencionais que possuíam alto grau de confiabilidade antes desse processo de ascensão de *fake news*.

Temos um marco no Governo Bolsonaro, no âmbito da Pandemia do Covid-19, em que líderes evangélicos brasileiros atuaram contra o isolamento social, relativizando a gravidade da doença (Guerreiro; Almeida, 2021). Em que o país foi tomado por uma onda ainda maior de desinformação e do negacionismo científico. Na internet, houve descaso com a população de maneira geral que resultou em centenas de mortes de brasileiros, atrelado ao negacionismo da ciência (Guerreiro; Almeida, 2021). A respeito do negacionismo científico na pandemia, é possível compreender, preliminarmente, desinformação como uma forma organizada e sistemática de comunicação utilizada por grupos que fazem uso de diferentes táticas para conquistar e influenciar a opinião pública, como a disseminação de teorias conspiratórias que desviavam a atenção do problema interno (Miskolci, 2023, p. 13).

Nesse sentido, a pergunta problema da pesquisa se faz pertinente: “Como mulheres evangélicas interagem com informações circulantes sobre aborto, num contexto de avanço da desinformação e do neoconservadorismo no Brasil?”. Entendendo a desinformação como um ponto crucial para discutir as disputas de discursos em torno das pautas de gênero e de direitos sexuais e reprodutivos, objetivo nesta dissertação analisar como mulheres evangélicas do bairro periférico da Cabanagem (Belém-PA) interagem com conteúdos sobre aborto divulgados num contexto de desinformação e de avanço do neoconservadorismo.

Isso porque o cenário político brasileiro dos últimos anos evidenciou uma divisão polarizada de grupos sociais no país: grupos progressistas se alinharam cada vez mais, assim como grupos neoconservadores cresceram. As eleições de 2022 para a presidência da República foram marcadas pela polarização entre Lula e Bolsonaro - Bolsonaro, que recebeu 43,21% (370.564) dos votos nas eleições do primeiro turno para presidência de 2022 em Belém, enquanto que Lula (PT) teve 45,74% dos votos (392.207) de um eleitorado equivalente a 1.065.620 aptos a votar.

Ao fim das eleições, no segundo turno, o presidente Lula teve a maioria dos votos na capital paraense, eleito com 50,90%. A disputa acirrada entre os candidatos que representavam dois extremos é um exemplo de que há uma disputa ideológica que se preocupa com os valores e crenças sociais conservadoras, em que as preocupações com a família, liberdade religiosa e moral predominantemente cristãs são o foco, em contrapartida a um movimento que luta por pautas voltadas à igualdade social, levando em consideração as minorias políticas.

Um quadro repetitivo, que se inicia em 2016 e se estabelece em 2019, com a emergência de governos neoconservadores, eleitos a partir de ataques à denominada 'ideologia de gênero', e da politização da religião, como ocorreu no Brasil, Peru, Colômbia e outros países latinos (Vaggione; Machado; Biroli, 2020). Assim, a escrita desta dissertação parte de uma inquietação enquanto pesquisadora, natural da cidade de Belém do Pará, mulher, negra e periférica, vinda das consequências e cicatrizes deixadas por um governo ultraconservador, como o governo Bolsonaro.

Pensar a perspectiva de direitos sexuais e reprodutivos utilizando da religião, do neoconservadorismo e da desinformação são essenciais enquanto foco de pesquisa para que consigamos avançar na discussão sobre aborto no Brasil. A partir de um processo de invisibilização e de apagamento do debate sobre o aborto que, apesar de ser realizado, não o é de maneira plural, sendo pautado, prioritariamente, por argumentos aliados a teorias cristãs e morais, ou como estratégia eleitoral. As pessoas e instituições que alavancam o movimento neoconservador ignoram as intersecções de classe, raça e gênero que atravessam as mulheres que precisam passar pela decisão do aborto, além de reafirmar sua posição de não cidadãs ao negar a elas direitos plenos, previstos na legislação.

No segundo capítulo, faço um breve contexto histórico do aborto, desde suas questões de gênero à luta na América Latina, como ponto fundamental das lutas feministas, atentando para o entrecruzamento de realidades e perfis de mulheres distintas (de militantes de esquerda a cristãs da direita). Mostrando não só o contexto referente a luta sobre o aborto na América

Latina e em diversos países, mas também a complexidade das lutas por serem mulheres diversas com crenças distintas. Além disso a subseção objetiva relatar as especificidades da luta a favor do aborto no Brasil contra o Estatuto do Nascituro, posicionamento da direita, cristã, institucionalizado em projetos de lei e como se dão esses entrelaces, também faço uma breve discussão a respeito da laicidade da democracia e direitos dessas mulheres no que se refere ao aborto. Me permito ainda discorrer brevemente a respeito da interseccionalidade das mulheres, junto às suas distintas vivências, percepções e ideologias que constroem o imaginário acerca do aborto e como a desinformação atua nesse processo.

As cientistas sociais Della Costa e Solano (2022), em entrevista concedida ao podcast Mamilos (2022), já apontam a necessidade de perceber o “meio termo” entre esses movimentos feministas, progressistas e não ativistas, conservadores, a partir das próprias mulheres. Identificar os pontos de encontro entre eles ou mesmo caminhos para tentar reverter a onda de retrocessos dos últimos anos.

Para entender o fenômeno do neoconservadorismo e pensar as questões relacionadas ao aborto, a discussão sobre desinformação é essencial - dos discursos abusivos e opressivos nos palanques, na disputa pela circulação de informação ao aumento da desinformação, da propagação de inverdades e ataques às pautas progressistas como as de gênero e mesmo do desconhecimento sobre temáticas como direitos sexuais, política e outros que rondam a vivência das cidadãs. Por isso, o terceiro capítulo vem para alocar o papel do movimento evangélico no processo político e iniciar uma discussão teórica, mostrando diferentes conceitos que envolvem a desinformação. Após fazer as diferenciações mostrando seus autores, adentramos numa discussão fundamental ao relacionar a ascensão da desinformação e do neoconservadorismo no Brasil, mostrando os desmontes e retrocessos para os direitos sexuais e reprodutivos. Trago ainda exemplos práticos de como a desinformação e o aborto foram fundamentais para dividir a sociedade e construir um imaginário estereotipado e refletirmos sobre que tipo de desinformação estamos falando quando tratamos da discussão sobre aborto. E por último, trago a perspectiva das crenças no processo de formação da desinformação.

O interesse em trabalhar a temática da desinformação sobre o aborto a partir de mulheres evangélicas surge em função da ascensão da Igreja evangélica na participação política do governo brasileiro, no período de Bolsonaro (Pinezi, 2019); pela insuficiência de debates relacionados ao aborto, pautados na religiosidade cristã, nos meios de comunicação tradicionais e, conseqüente, disseminação de desinformação a respeito dos direitos sexuais reprodutivos (Gomes, 2017); pelo fato de as questões de gênero, especificamente a retirada de direitos que as envolvem, serem foco de governos neoconservadores (Vaggione; Machado; Biroli, 2020) e

porque existem estereótipos, tanto de quem são as mulheres que abortam quanto quem são as mulheres evangélicas.

Para tanto, no capítulo quatro delineamos a metodologia escolhida: entrevista estruturada e semi estruturada, com mulheres de um bairro considerado periférico de Belém, a Cabanagem, que culminou na realização de sete entrevistas. Seguindo nas seções com a identificação dos contextos sociais e explicando as etapas do processo metodológico que consistiu em entrevista e dinâmicas sobre o aborto.

Para responder ao problema da pesquisa “Como mulheres evangélicas interagem com informações circulantes sobre aborto num contexto de avanço da desinformação e do neoconservadorismo no Brasil?”, acreditamos que uma aproximação com mulheres evangélicas, comumente mais aproximadas dos valores conservadores, seria um passo inicial a ser dado para responder à pergunta, por isso optamos por trabalhar com mulheres evangélicas de um bairro periférico de Belém (PA).

O critério para a escolha do bairro foi a disputa acirrada para a presidência nas eleições de agosto de 2022, tanto no primeiro quanto no segundo turno, como pode-se ver nos resultados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e veiculados pelo G1 (2022), em que Bolsonaro ganhou por uma margem mínima, foram 50,35% contra Lula com 49,65% na Zona 73, zona de votação do bairro da Cabanagem, como mostrarei no capítulo quatro.

Além disso, outro fator que contribuiu para a escolha foi o fato de que, para a aproximação de mulheres escolhidas para a pesquisa, realizei parceria com o Projeto “Ela Pode”³, desenvolvido em âmbito nacional pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora e aplicado em Belém, desde 2020, com apoio da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP/UFGA), financiado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), em parceria com o Programa Territórios pela Paz (TerPaz). Os bairros que recebem o TerPaz são classificados pelo programa como bairros com elevados indicadores de criminalidade e violência, polos geradores de criminalidade, locais que possuem predisposição local para executar o projeto e uma organização social comunitária mínima. Localmente, o objetivo do projeto é promover formações sobre autonomia socioemocional e financeira para mulheres dos bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém: Benguí, Cabanagem, Guamá, Icuí-Guajará (Ananindeua), Jurunas, Terra Firme e Nova União (Marituba).

³ Site: <https://elapode.com.br/>

O formato do Projeto “Ela Pode” consiste em um ou dois dias de formação para as mulheres inscritas, totalizando uma carga horária de 16h, nas quais são trabalhadas as temáticas de assertividade, liderança, redes de relacionamento, finanças e ferramentas digitais. A partir da experiência e dos contatos realizados com as mulheres participantes, identificamos o projeto como um espaço propício para iniciar o diálogo com as mulheres evangélicas que se tornaram participantes da pesquisa.

Identifiquei mulheres que frequentam ativamente grupos e espaços religiosos. No primeiro contato por WhatsApp, apresentei em linhas gerais a proposta da pesquisa e a mim mesma, a pesquisadora, e recolhi informações socioeconômicas, vinculações religiosas e políticas. Num segundo momento, entrei em contato para marcar as datas e horários da entrevista. No dia da entrevista, por meio da técnica de funil (Cal, 2016) indicada para temáticas sensíveis, desenvolvi questões iniciais sobre família, igreja e direitos reprodutivos das mulheres para adentrar de modo cuidadoso na temática do aborto. Por meio de roteiro, realizei uma rodada de questões semiestruturadas, seguida de quatro dinâmicas distintas que objetivavam interação das participantes com conteúdos de desinformação e conteúdos oficiais sobre o aborto entre 2019 e 2022, para averiguar como elas interagem com esses materiais, a partir de respostas no estilo verdadeiro/falso. Numa segunda rodada de perguntas semiestruturadas da entrevista, lhes questioneei a respeito do consumo de informações e apresentei as respostas corretas para algumas das dinâmicas realizadas com elas. As entrevistas foram registradas em áudio para garantir o anonimato e favorecer a manifestação das participantes e também foi feito um caderno de campo para observações no momento da entrevista para apontar pontos relevantes.

Além da pergunta problema, há quatro objetivos específicos que busquei responder, no intuito de complementar o objetivo geral: 1) Identificar informações circulantes sobre a temática do aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres no período de 2019 a 2022; 2) Analisar como os contextos sociais, religiosos e de acesso à informação das mulheres participantes da pesquisa se desdobram em posicionamentos sobre a temática investigada; 3) Observar como diferentes camadas de opressões interseccionais afetam as mulheres interlocutoras da pesquisa; 4) Apontar possibilidades para o enfrentamento de desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos a partir dos resultados da entrevista com mulheres evangélicas do bairro da Cabanagem em Belém-Pa.

De modo geral, espero conseguir, partindo da Comunicação e pelos estudos de desinformação que ascenderam nos últimos anos, pensar perspectivas comunicacionais e estratégias para diminuir a distância entre as diferentes ideologias existentes quando se fala em aborto e conseguir caminhar para um debate mais eficiente que contribua para que possamos

pensar, em nossa sociedade, na decisão sobre o aborto como um direito fundamental à todas as mulheres e pessoas com útero, como uma questão de saúde e do direito à vida e exercício de direitos.

De acordo com a pesquisa realizada por Cardoso, Viera e Saraceni (2020) a partir de dados públicos coletados em sistemas como: Sistemas de Informação - SIM (mortalidade), SINASC (nascidos vivos) e SIH (internação hospitalar), o perfil de mulheres que morreram por aborto entre 2008 a 2015 coincidia com outros estudos, apresentando mulheres de 20 a 34 anos, solteiras (68%) e negras (70,5%), em sua maioria com menos de 7 anos de estudos, se caracterizando como uma situação de iniquidade devido ao maior número de óbitos ser referente aos grupos de maior vulnerabilidade (baixa escolaridade e raça/cor negra). Ainda é preciso se aprofundar mais a respeito do perfil de mulheres que abortam no Brasil.

No capítulo cinco, trago a análise realizada a partir das entrevistas com as participantes da pesquisa, que resultou em nove subcategorias de análise. Nelas, a proposta é identificar que tipo de desinformação sobre aborto essas mulheres tiveram acesso, como se sentem, como reagem, quais são os gatilhos provocados nessas mulheres pela desinformação sobre o aborto e quais caminhos podemos traçar para dialogar com grupos de mulheres conservadoras.

Finalizo com o sexto capítulo conclusivo da pesquisa, trazendo reflexões a partir da análise metodológica realizada, pensando caminhos possíveis para o problema da desinformação a respeito do aborto e questionando nosso papel enquanto pesquisadoras(res) para contribuir na aproximação desses diálogos entre progressistas e conservadoras.

Partindo da minha perspectiva enquanto progressista e, portanto, reconhecendo-me como alguém de posicionamento político de esquerda, pesquisadora de comunicação, a proposta de trabalhar com informações circulantes sobre aborto, a partir de mulheres evangélicas de um bairro periférico de Belém permitirá essa aproximação com grupos com os quais não compreendemos direito e identificar ou enxergar fenômenos relacionados a desinformação que ainda não percebemos, especialmente num contexto amazônico, o que contribuirá também para a discussão em torno dos direitos sexuais e reprodutivos na Amazônia.

2 ABORTO COMO QUESTÃO SOCIAL E COMUNICACIONAL

O aborto consiste na interrupção da gestação de uma mulher e/ou pessoas com útero - partindo da concepção do feminismo interseccional e das pluralidades de gênero e sexualidades - e é uma das temáticas centrais dos direitos reprodutivos por se tratar essencialmente da autonomia de escolha destas de querer ou não ter filhos e ainda de poder exercer seu direito de escolha num contexto social, político, econômico e cultural específico em que o avanço das disputas de discursos em torno de questões de gênero se dá tão ferozmente a nível nacional e internacional, tanto pelo cone sul, quanto pelo cone norte e de maneira muito violenta sobre essas mulheres.

Atualmente, os debates no Brasil acabam se concentrando em uma discussão do senso comum a respeito de quem “concorda/é a favor” e quem “discorda/é contra”. Segundo o *Global Views on Abortion 2023*, que comparou o posicionamento de 29 países, o aborto está entre os cinco com mais pessoas dizendo ser contra a legalização do que a favor, esse número reduz para três países, quando comparado com países apenas da América Latina, sendo 43% contra e 39% a favor. No entanto, a discussão sobre a legalização do aborto envolve um conjunto de elementos que compõem as vivências das mulheres e não podem ser esquecidos, são alguns deles: a divisão sexual do trabalho, que envolve hierarquias de gênero, classe, raça, territorialidade, as relações de cuidado, a maternidade, famílias, padrões sociais, sub-representatividade política que, para além da vivência dessas mulheres, compõem também o ambiente democrático em que estamos inseridas (Biroli, 2018).

A divisão sexual/racial do trabalho diz respeito a um processo histórico no qual se classificou o que seria trabalho, lugar e competência de mulher. Diz respeito aos trabalhos conferidos às mulheres, dos quais os homens são liberados (Biroli, 2018, p.20). Elas são sobrecarregadas pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, como serviços de casa e cuidado com os filhos, pelos quais são menos remuneradas que os homens, ainda que desempenhem as mesmas atividades (Biroli, 2018, p.23). Segundo Biroli, essa dinâmica patriarcal, que define padrões da vida doméstica, conjugais, afetivos, ocupacionais e na divisão de tarefas, incide na construção de direitos, uma vez que tem impacto no modelo democrático na medida em que incide nas hierarquias que definem as possibilidades de participação política das mulheres (Biroli, 2018, p.27). A naturalização das relações de autoridade e subordinação, apresentadas como biológicas e/ou justificadas racialmente, é um dos pilares da divisão sexual/racial do trabalho.

As relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres são tecidas por múltiplos fatores. A dupla moral sexual, a tolerância à violência que as atinge por serem mulheres, a ideologia maternalista e os limites para o controle autônomo da sua capacidade reprodutiva são alguns deles. [...] (Biroli, 2018, p. 43).

Uma das dimensões das desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho, é permeada também pela desigualdade de classe, raça e territorialidade, sendo, portanto, um problema interseccional (Biroli, 2018). Assim como ela, a responsabilidade do cuidado, tanto para quem necessita dele quanto para quem cuida, é outra dimensão da desigualdade de gênero e também dessa divisão sexual que perpassa a temática do aborto. Isso porque a necessidade de cuidado é inerente ao ser humano, tanto na infância quanto na velhice, e ainda por condições físicas especiais, enfermidades e fatores sociais (Biroli, 2018, p.53).

Biroli (2018) atribui três dimensões ao ato do cuidado que devem ser levadas em consideração: exige tempo e energia, que são retirados de outros tipos de trabalho, descanso e lazer; por si só a pouca valorização simbólica e material das ocupações que o envolvem é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado; a falta de organização e regulação das relações de trabalho incidem sobre as relações de cuidado (Biroli, 2018, p.57).

Assim, essas relações demandam tempo, dinheiro e são predominantemente realizadas por mulheres, pois foram naturalizadas como atributos femininos biologicamente atribuídos (Biroli, 2018). As formas que o trabalho do cuidado assume e o tempo gasto, muitas das vezes são impostos, dado o contexto social e econômico. A gestação de uma mulher ou pessoa com útero implica a responsabilidade do cuidado, sendo também uma das dimensões que envolvem a discussão sobre aborto, principalmente no que diz respeito a maternidade, que é definida historicamente pela divisão do trabalho e restringe a participação de mulheres em outras esferas da vida, “enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças” (Biroli, 2018, p. 107).

A dedicação de tempo e energia investido na maternidade desdobra-se em dificuldades no exercício do trabalho remunerado. Em uma perspectiva interseccional, a responsabilidade pela criação das crianças diante de diversos tipos de contextos sociais como a pobreza, falta de rede de apoio, quantidade de trabalho (doméstico ou remunerado) e a classe social, reduzem a autonomia relativa, individual e coletiva de mulheres (Biroli, 2018), especialmente de mulheres negras. Os desafios do cuidado, da maternidade, da divisão sexual/racial do trabalho são mais acentuados num contexto sociopolítico em que as leis são insuficientes e ineficazes para sanar as lacunas que os envolvem:

Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade. As escolhas das mulheres podem ser analisadas como respostas às dificuldades de conciliar o exercício do trabalho remunerado e o cuidado com as crianças, em contextos nos quais as famílias se transformaram, as relações de trabalho não atendem a uma lógica que incorpore a dependência de outras pessoas em relação às trabalhadoras, os equipamentos públicos são insuficientes e os recursos para a compra de serviços no mercado são escassos (Biroli, 2018, p. 107).

Assim, o aborto torna-se uma discussão muito mais profunda, que leva em consideração todos esses elementos que compõem as vivências de mulheres: a divisão sexual/racial do trabalho, o trabalho do cuidado e da maternidade e, principalmente, a mortalidade feminina, como falaremos mais adiante. São questões acentuadas pela negligência e sub-representatividade política que implicam um distanciamento da pauta e maior dificuldade de discutir a legalização do aborto. Nesse contexto, os meios de comunicação tornam-se propulsores do debate.

Dado o contexto histórico, como vimos acima, dentro das discussões sobre aborto, podemos identificar padrões racistas, machistas e misóginos de pensamentos e ideologias que estão incrustadas no Brasil desde o período colonial e que se constituem no que Quijano (2005) chama de padrões de poder coloniais. De acordo com ele, a ideia de que as diferenças de raça, de distintas estruturas biológicas que situavam uns em relação de inferioridade em relação a outros foi assumida “como principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (Quijano, 2005, p.117). No contexto, Quijano falava de padrões de poder em relação à América, porém facilmente conseguimos enxergar esses mesmos padrões sendo perpetuados em discussões sobre papéis de gênero, como a temática do aborto, que trazem à discussão o papel da mulher.

Gomes (2017) identifica uma ponte entre a colonialidade de gênero e a mídia latino-americana. Segundo a autora, apesar de terem se modificado nos últimos anos, as heranças das relações coloniais estão nas produções jornalísticas que sendo predominantemente masculinas reproduzem “discursos influenciados pela religiosidade cristã, pela racionalização dos saberes e por concepções fixas de identidades de gênero” (Gomes, 2017, p. 72). Além disso, a cobertura feita em relação ao aborto, muitas das vezes, se dá de maneira ‘episódica’, como salienta Belin e Rizzotto⁴ (2021) ao verificarem o enquadramento noticioso sobre a pauta do aborto e ainda sem o aprofundamento necessário:

⁴ O artigo discute o enquadramento noticioso sobre a pauta do aborto no Brasil em 85 notícias publicadas ao longo de 2019 em quatro sites: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Huffpost e Nexo Jornal. (Belin; Rizzotto, 2021)

Pouco mais de 25% dos textos publicados no período apresentaram contextualização “Temática”, aprofundada o suficiente para dar conta das principais nuances que cercam o tema. [...] a pesquisa mostra uma presença significativa de textos dedicados a explorar o viés do “Conflito” e da “Moralidade” [...] (Belin; Rizzotto, 2021. p.162).

Como sabemos, os discursos predominantemente conservadores, religiosos e hegemônicos sobre reprodução e a questão do direito ao aborto sempre estiveram em pauta nas mídias tradicionais (Mantovani, 2016), no entanto, a partir dos últimos anos foi crescente a perpetuação e o aumento desses discursos de maneira mais organizada entre grupos conservadores que se articulam entre si, descredibilizando os meios de comunicação tradicionais e perpetuando a desinformação.

De acordo com o Observatório das Eleições, nas eleições de 2022, foram várias as estratégias em diferentes redes sociais dos grupos apoiadores da eleição de Bolsonaro que espalharam desinformação para descredibilizar o processo eleitoral. A matéria de Mota e Calza (2022) especifica um pouco sobre como se deu esse processo:

Nossa análise das mensagens mostra que a campanha de desordem informacional nos grupos de apoiadores de Bolsonaro no WhatsApp e Telegram utilizou três estratégias, a partir das decisões da corte, para descredibilizar o processo eleitoral. No WhatsApp, entre as mensagens mais compartilhadas estão links destinados a divulgar sites de junk news com conteúdos sobre as decisões da corte. Esses sites mimetizam a linguagem jornalística para divulgar teorias da conspiração, ataques à imprensa e divulgação de conteúdo hiper partidário, sem respeitar padrões jornalísticos. Para ganhar tração e forçar uma descoberta pseudo-orgânica no Google, esses sites se utilizam de técnicas avançadas de SEO (Search Engine Optimization – que é um conjunto de ações usadas para posicionar o seu site bem nas buscas orgânicas no Google). Um estudo da universidade de Oxford mostra que a maior parte da receita desses sites vem justamente da remuneração que o Google dá a eles de acordo com as suas audiências, pelos anúncios que veicula ao lado dos conteúdos desses sites (Mota; Calza, 2022).

Vivemos um momento de política ultraconservadora, onde o domínio das ferramentas de comunicação nos meios digitais foi fundamental para o avanço de agendas conservadoras e, conseqüentemente, perda de direitos já conquistados a muitas custas por grupos feministas. Como vemos a partir do Observatório das Eleições, o processo eleitoral é um importante ponto de partida porque sempre traz à tona a discussão sobre aborto em diferentes perspectivas e nos permite visualizar as investidas e articulações de grupos conservadores. O resultado eleitoral de 2022 mostrou os resquícios ainda vividos de uma fundamentação religiosa, patriarcal e machista, que se aprofundou com um processo de desinformação crescente por toda a América Latina desde 2016 e mostra a dificuldade que nossa política terá em avançar sobre o debate a respeito dos direitos reprodutivos.

De acordo com a “Ronda Feminista”, monitoramento feito pelo Portal Catarinas sobre Direitos Reprodutivos no Brasil, na América Latina e no Caribe, Parlamentares de extrema-

direita direcionam verba ao Centro de Reestruturação para a Vida (Cervi), organização antiaborto fundada em 2000 com o objetivo de induzir mulheres a desistirem do aborto a partir de informações falsas. Foram ao menos R\$170 mil em emendas nos últimos quatro anos, de parlamentares como Janaína Paschoal e também da Secretaria Nacional de Política para Mulheres, parte do então denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos comandado pela senadora Damares Alves até 2022:

O centro atrai mulheres com cartazes no metrô de São Paulo com a frase “Grávida?”. Após a frase, o cartaz traz uma mensagem ambígua — “Você está confusa ou completamente sozinha... Quais são as suas opções?” —, seguida de um “Ligue para nós”, dois telefones e o logo da organização. Ao entrar em contato pelos telefones, a pessoa é convidada a conversar pessoalmente com uma assistente social ou psicóloga, que busca convencer a pessoa a levar a gravidez adiante por meio de promessas de ajuda e informações falsas sobre o procedimento do aborto (Valenga, 2023, n.p.).

Desde a candidatura de Bolsonaro para presidente, pelo Partido Social Liberal (PSL), ele afirmava que, caso a descriminalização do aborto fosse aprovada pelo Congresso e pelo Senado Federal, ele vetaria a alteração (Belin; Rizzoto, 2021). Apesar da inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, tendo sido reconhecido pelo Plenário seu abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, sua agenda política e ideologias defendidas ficaram enraizadas no imaginário da sociedade brasileira. Sob a ótica da mídia jornalística, quando o assunto ganha espaço periodicamente, seja por um caso particular, ou discussões motivadas por instituições, mas realizada de maneira rasa, temos um problema ainda maior em avançar nas discussões (Belín, Rizzoto, 2021).

São muitas as disputas que ocorrem no campo da comunicação, com o embate de distintos discursos, no campo legislativo, com emendas, projetos de lei que violam direitos das mulheres e na articulação política em diversos eixos da democracia brasileira e em toda a América Latina. Essa emergência de governos neoconservadores, eleitos a partir de ataques à 'ideologia de gênero'⁵, e da politização da religião, como ocorreu no Brasil, Peru, Colômbia e outros países latinos, traz o importante questionamento de pensar em: como avançar na discussão sobre aborto, quando estamos numa eterna luta ideológica que aumentou exponencialmente com a ascensão da desinformação? Nos subtópicos seguintes, não espero uma resposta ao questionamento, mas pretendo refletir sobre as consequências e novos

⁵ A expressão ‘Ideologia de gênero’, utilizada pela primeira vez em 1998, carrega um sentido pejorativo. Setores conservadores à utilizam para protestar contra atividades que buscam discutir questões de gênero, especialmente, nas escolas, como a pauta da sexualidade. As pessoas que usam a expressão estão preocupadas com os valores morais da família.

caminhos a respeito do papel da desinformação na ascensão do neoconservadorismo no Brasil e o ataque às políticas dos direitos sexuais e reprodutivos.

Para tanto, início com uma introdução histórica da luta em defesa do aborto nos países da América Latina. Em seguida, explano a respeito da discussão da pauta enquanto debate político num ambiente conservador em que o político se entrelaça às crenças cristãs no Brasil e a laicidade do Estado, e assim finalizo fazendo uma breve introdução sobre a era da desinformação em que estamos.

2.1 Aborto na América Latina: uma conquista e uma disputa contínua

América Latina e Caribe estão entre as regiões com os países que possuem as legislações mais restritivas e punitivas sobre o aborto (Gomes; Zucco, 2018). Mesmo em situações específicas em que é descriminalizado, a dificuldade de obter atendimento é distante para a maioria das mulheres. Biroli e Miguel (2016, p. 9) afirmam que essa decisão sobre realizar o aborto incide diretamente na integridade física e psíquica das mulheres: “é sua condição de sujeito autônomo, de sujeito responsável por sua própria vida, que é colocada em questão quando as normas correntes retiram a elas essa decisão”, por isso a pauta é uma luta constante das mulheres por todo cone sul.

A história do aborto na América Latina é permeada por lutas feministas e ditaduras em governos autoritários e religiosos desde o século XX. No México, em 1936, a descriminalização do aborto, além de outras causas como violação e riscos de saúde, que não eram passíveis de punição na maioria dos estados mexicanos, já era reivindicação de um grupo com mais de 50 mil mulheres chamado Frente Única dos Direitos da Mulher (Barrancos, 2022, p.64).

Na Nicarágua, as relações dos movimentos feministas com o Estado foram difíceis, especialmente entre 2006 e 2007, quando houve grave retrocesso dos direitos das mulheres com a abolição do aborto terapêutico, ou seja, o aborto utilizado para salvar a vida da gestante ou impedir risco iminente à sua saúde, sendo eliminadas as causas que o legalizavam, “mas as feministas prosseguiram suas lutas para avançar sobre a descriminalização e não deixaram de denunciar a violência e a acentuada desigualdade de gênero na sociedade nicaraguense” (Barrancos, 2022, p.91).

Na República Dominicana, as lutas feministas evoluíram para outras agendas, assim como em outras sociedades, que encamparam o combate à violência doméstica e, mais recentemente, as lutas pelos direitos não reprodutivos e sexualidades, sendo criada em 1990 a seção dominicana de Católicas pelo Direito de Decidir, tendo como um dos objetivos centrais

a descriminalização do aborto (Barrancos, 2022, p. 99). Já em Cuba, apesar do modelo patriarcal, desde 1965 há aborto legal qualquer que seja a circunstância, sendo uma decisão estatal pioneira na América Latina. Na Colômbia, a luta se dava desde 1977 com articulação de grupos de mulheres reunidas em torno da solicitação do aborto legal e contra a esterilização compulsória, realizada pelos Corpos de Paz (Barrancos, 2022, p.128).

No Equador, desde o início do século XIX, grupos feministas reivindicavam o combate à violência, a autonomia em matéria de sexualidade e a legalização do aborto (Barrancos, 2022). No Paraguai, 1980 a 1990 foi um período de mudanças nas pautas, principalmente com a Rede de Mulheres Políticas do Paraguai, com apoio a programas de igualdade de gênero e manifestações na arena política, na ordem, civil, em sua sexualidade e direito reprodutivo, como o aborto (Barrancos, 2022, p.181).

Apesar de não focar na temática do aborto, ao longo do livro de Barrancos (2022) fica explícito que as lutas feministas por toda a América Latina passaram por períodos difíceis, com rearticulação de suas próprias pautas e contínua insistência nas lutas pelos direitos das mulheres, como fica exemplificado pelo contexto da luta pelo aborto na Argentina, que iniciou em 1988 com os Encontros Nacionais de Mulheres:

Originadas no retorno à democracia, esses encontros foram ocorrendo como assembleias de massa, já que nos últimos anos mais de 30 mil mulheres puderam se reunir em cada oportunidade. Oficinas sobre aborto eram comuns em cada uma dessas reuniões desde 1988, mas em 2003 as urgências aumentaram e as mulheres decidiram unir forças para demandar organicamente a lei do aborto seguro e gratuito. Em 2004, o Encontro concretizou a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Seguro, legal e Gratuito, adotando o lema que já existia há muito tempo - "Educação sexual para decidir, anticoncepcionais para evitar o aborto, aborto legal para não morrer". Adotou também o emblemático lenço verde com inscrições brancas que caracterizaram a Comissão anterior. Um conjunto de mais de trezentas organizações compõem atualmente a Campanha, de modo que o movimento cresceu incessantemente, observável cada vez que a Campanha apresentava os projetos aos parlamentares cujas assinaturas se somavam a cada ano (Barrancos, 2022, p.233).

A culminância desse debate levou décadas e findou na campanha pela legalização do aborto, que já estava em debate no Congresso, após as manifestações do #NiUnaMenos e a Campanha Nacional pelo Aborto Legal, realizada em 2018 na Argentina, cujo slogan era: "Sem #Aborto Legal não há #NiUnaMenos".

Um ponto interessante nas lutas pró-aborto pelos países da América Latina é que aqueles que foram eficazes em legalizá-lo conseguiram ultrapassar a discussão de uma questão moral para uma questão de saúde pública e do respeito à vida da mulher. De acordo com Belin e Prudencio (2023), que realizaram entrevistas com 11 mulheres que vivenciaram o ativismo feminista no período que antecedeu a aprovação da Lei de Interrupção Voluntária da Gestação

na Argentina, uma das estratégias consistia na atuação do coletivo Socorristas en Red, que ao desobedecer a legislação, facilitando o aborto enquanto ato de resistência, continuou ajudando mulheres a realizarem o procedimento. Essa é uma das estratégias identificadas pelas pesquisadoras. Belin e Prudencio (2023) identificaram quatro estratégias predominantes empregadas pelas ativistas que contribuíram que o debate sobre o tema ganhasse maior amplitude local e nacional:

- 1) ações coletivas de organização e mobilização, como as marchas, assembleias e encontros nacionais de coletivos feministas com discussões em torno do tema;
- 2) publicização das discussões que até então estavam mais afeitas a conversas em ambientes privados, de modo a desmistificar o tema e pautá-lo também em espaços públicos;
- 3) desobediência à legislação que promovia a criminalização, de maneira individual e coletiva, com a atuação de grupos que promoviam a divulgação de informações práticas sobre como realizar um aborto;
- e 4) práticas discursivas e simbólicas como o uso de ferramentas artísticas para conscientizar e divulgar o assunto, bem como o uso de objetos simbólicos como os lenços verdes. Todas estas estratégias incluem interações com espaços públicos físicos e digitais. [...] (Belin; Prudencio, 2023, p.03)

Atualmente, de acordo com dados do *Center of Reproductive Rights* que monitora as leis sobre aborto a nível mundial, a prática do aborto é autorizada dependendo do tempo da gestação e da análise dos casos na Argentina, de acordo com a Lei 27.610/2020 que estabeleceu a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação - na Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, e no Brasil somente em caso de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia fetal. No entanto, devido à complexidade política dos países latinos, com bases religiosas e cristãs, esses direitos são constantemente ameaçados pelas ascensões de governos autoritários que desmontam ou ameaçam políticas já instituídas.

Vaggione (2020) afirma que as democracias da América Latina experimentam um momento complexo e até paradoxal, dado que houve avanços nas formas de regular decisões, identidades e práticas sexuais ou reprodutivas impensáveis até pouco tempo atrás a partir de leis e casos jurisprudenciais, que possibilitaram a “legalidade de decisões vinculadas a interrupção voluntária da gestação, diversidade sexual, técnicas reprodutivas e identidade de gênero” (2020, p.41), feitos possibilitados pelo ativismo por parte dos movimentos feministas e LGBTQIA+⁶. Em contrapartida, se consolidaram nos últimos anos setores em defesa de princípios como vida, família e liberdade de crença. “Observa-se em todo o continente a conformação de mobilizações e alianças políticas que têm como um de seus propósitos a restauração de uma ordem moral ameaçada” (Vaggione, 2020, p.41).

⁶ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais e demais denominações (ARCO, 2024).

Recentemente, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual seguirei me referenciando por sua sigla CIDH, apresentou uma avaliação dos avanços e retrocessos relacionados aos direitos reprodutivos observados na América Latina no ano de 2022. Como exemplos positivos a instituição cita Guerrero, Baja California Sur e Quintana Roo, estados do México e a nível nacional cita a Colômbia, por terem avanços alinhados com as “normas interamericanas sobre acesso aborto em casos de perigo à vida ou à saúde da pessoa grávida, inviabilidade do feto ou quando a gravidez é resultado de estupro ou incesto” (CIDH, 2023).

Porém, observaram na Argentina, Brasil, Colômbia e Panamá, medidas materiais e formais para a não realização do aborto de modo não violento e descriminalizado como previsto legalmente. A exemplos

serviços de saúde para interrupção da gravidez [...] principalmente em casos de meninas grávidas e adolescentes como resultado de estupro –, bem como ameaças de perseguição legal contra pessoal médico, legal e outros que acompanham aquelas que buscam abortos legais (CIDH, 2023, n.p.).

Se pensarmos a temática do aborto, como já dito no início deste capítulo, como um tema permeado pela colonialidade do poder (Quijano, 2005), com padrões de opressões, desigualdades raciais e de gênero, partindo de uma lógica machista, misógina, racista, religiosa, como as bases fundacionais do país, podemos perceber como esses processos se dão dentro da lógica da juridificação do religioso (Vaggione, 2020).

Vaggione (2020) chama de juridificação do religioso, um dos fenômenos do neoconservadorismo, que consiste na instrumentalização no direito de ideias conservadoras. “Com a noção de juridificação do religioso, remetemos não apenas aos modos como o direito regula práticas e crenças religiosas, mas também ao uso que atores e instituições religiosas fazem do direito com o objetivo de defender seus sistemas de crenças” (2020, p. 44).

A abordagem proposta permite observar como o neoconservadorismo utiliza canais e espaços abertos pela democracia na conformação de sua agenda e na implementação de suas estratégias; em particular, a mobilização legal em defesa de uma agenda moralizante (Vaggione, 2020, p. 45).

Dentre exemplos que o autor cita ao longo do texto, estão a apelação para a defesa da liberdade religiosa e de consciência como forma de se contrapor à vigência dos direitos sexuais e reprodutivos, reduzindo a legitimidade e a legalidade dos direitos vinculados à sexualidade e à reprodução (Vaggione, 2020, p. 76). Estratégias que possibilitam a mobilização e estratégias conjuntas de líderes religiosos de diferentes tradições, dado que a heterogeneidade no interior das tradições é borrada pelas crenças contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos e que,

importante ressaltar, silenciam percentual amplo de cristãos que são favoráveis a esses direitos (Vaggione, 2020, p. 77).

Com diferentes nuances, o fato é que o aborto na América Latina é extremamente desigual e uma disputa contínua. Há países em que a prática é completamente proibida, países em que é legalizado somente em situações determinadas, países em que se aceita o aborto voluntário com limite de tempo, no entanto, como afirma o relatório “Leyes y sombras” (2023) de regulação sobre o aborto em países latinos, em nenhum país da região o acesso ao aborto voluntário é completamente livre ou está isento de penalização.

[...] se em algo se parecem é que em todos os ambientes jurídicos, nenhum reconhece a vontade das pessoas gestantes de maneira plena como recomendam as diretrizes da Organização Mundial de Saúde, os movimentos das mulheres e movimentos feministas, que estão à margem dos prejuízos causados por grupos conservadores e religiosos (Leyes, 2023, n.p.).

No tópico seguinte, abordaremos mais a fundo esse cenário neoconservador, com exemplos a respeito de como se articulam esses grupos conservadores e religiosos no ambiente legislativo, bem como o panorama geral da discussão sobre aborto, a partir do Estatuto do Nascituro.

2.2 Aborto e neoconservadorismo no Brasil: estatuto do nascituro, a laicidade do estado e a democracia

Ao longo do século XX, a Igreja Católica ampliou o peso das questões sexuais e reprodutivas em sua agenda, especialmente após 1978, quando João Paulo II se tornou papa (Biroli, 2016, p. 20). Assim, se inscreveu uma oposição sistemática ao aborto voluntário, partindo da oposição ao controle de natalidade, uso de contraceptivos, concepções que, segundo Biroli (2016), foram mobilizadas para a valorização de um ideal de família, de uma ordem sexual conservadora baseada no casamento e na complementaridade entre homens e mulheres (2016, p. 20). Dessa forma, a cidadania das mulheres não se dá de forma plena, já que são consideradas a partir de relações sociais. “A suspensão da condição das mulheres como indivíduo é corroborada jurídica e politicamente nas sociedades nas quais a criminalização do direito ao aborto é feita com base em preceitos religiosos” (Biroli, 2016, p. 20).

Essa atuação da igreja se deu também nos demais países latinos. Segundo Barrancos (2022, p. 261), a conjunção de católicos e evangélicos antidireitos se expressou com particular energia quando, no Chile, foi sancionada as causas para o aborto (2017). Também nas manifestações antidireitos na Argentina, que fizeram particular barulho quando o país aprovou

o casamento igualitário (2010) e a lei da identidade de gênero (2012). Em 2018, as manifestações foram agressivas com conservadores tomando as ruas em protesto (2022, p. 261)

Uma pesquisa do portal de notícias ‘Poder 360’ (2022) - jornal digital do grupo de comunicação Poder 360, sediado em Brasília, que realiza publicação diária de textos, infográficos, fotos, vídeos e newsletters - de 22 a 24 de maio de 2022, mostrou que 59% da população brasileira é contra a possível descriminalização do aborto, os favoráveis somavam 24%. Nesta pesquisa foram entrevistadas 3 mil pessoas com 16 anos ou mais em 301 municípios nas 27 unidades da Federação, sendo os que aprovavam o governo Bolsonaro mais contrários à liberação, representando 82%. Mas esse cenário não é exclusividade do Brasil, desde a década de 2010 se iniciou o dismantelamento de governos de centro-esquerda que vinham se desenvolvendo na região, “parcela importante das sociedades latino-americanas vêm enfrentando processos marcados [...] por grande instabilidade política e pelo recrudescimento do conservadorismo religioso e do neoliberalismo” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Da destituição de Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016) ao golpe de Estado contra Evo Morales (Bolívia, 2019), passando pelas eleições de Pedro Pablo Kuczynski (Peru, 2016). Sebastián Piñera (Chile, 2010 e 2018) e Jair Bolsonaro (Brasil, 2018) [...]. Embora reúna atores com perfis ideológicos e interesses materiais variados, a direita que vem assumindo a máquina estatal nesses países tem como ponto comum ignorar as políticas de direitos humanos e os tratados internacionais assinados para garantir direitos nos campos da sexualidade e da reprodução (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

No Brasil, observamos esse cenário com o crescimento do movimento de mulheres e sexualidades dissidentes no período que antecedeu ao golpe de 2016. Com a destituição da primeira presidenta mulher Dilma Rousseff, a eleição de 2018 trouxe ao governo “atores profundamente misóginos, homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos” (2022, p.192.). Foi o início da regressão no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos com uma investida de formações ideológicas reacionárias conservadoras, ou também chamadas "antidireitos" (Barrancos, 2022, p.192).

As ideologias opositoras sempre existiram nos governos anteriores, porém ganharam forças nos últimos anos. Um exemplo é a discussão na qual nos aprofundaremos a partir daqui sobre o marco do Estatuto do Nascituro, que está intimamente ligado ao consentimento do aborto no Brasil. De acordo com o artigo 128 do Código Penal e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 Distrito Federal (ADPF 54), como já dito na introdução desta pesquisa, o aborto é permitido em três casos: Anencefalia fetal, fruto de estupro e risco à vida da mulher. Nesses casos, a legislação entende a necessidade do respeito aos

direitos individuais, sexuais e reprodutivos de milhares de mulheres. Sobre os conflitos ideológicos a respeito do debate sobre aborto a ADPF 54 argumenta:

Inescapável é o confronto entre, de um lado, os interesses legítimos da mulher em ver respeitada sua dignidade e, de outro, os interesses de parte da sociedade que deseja proteger todos os que a integram – sejam os que nasceram, sejam os que estejam para nascer – independentemente da condição física ou viabilidade de sobrevivência. O tema envolve a dignidade humana, o usufruto da vida, a liberdade, a autodeterminação, a saúde e o reconhecimento pleno de direitos individuais, especificamente, os direitos sexuais e reprodutivos de milhares de mulheres. No caso, não há colisão real entre direitos fundamentais, apenas conflito aparente (ADPF 54, p.33).

O trecho deixa evidente um conflito que é antigo quando se fala em aborto no Brasil, de um lado a preferência pelo respeito à vida e direitos da mulher e de outro o direito do nascituro-ser humano concebido, não nascido, feto ainda em formação - que teria direitos desde sua concepção e independente da situação. O primeiro projeto de Lei correspondente ao Estatuto do Nascituro surgiu em 2007, o PL 478/07, apresentado pelos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), sendo rediscutido por comissões e pelo plenário ao longo dos anos. De acordo com a proposta, o aborto passaria a integrar a lista de crimes hediondos, não permitido nem em casos de estupro, retirando um direito já dado às mulheres. A proposta do projeto é de que o estuprador pague uma pensão alimentícia de um salário mínimo até a criança completar 18 anos, ou que o pagamento seja feito pelo estado em caso de não identificação do estuprador. Além disso, obriga a mulher a dar continuidade a gravidez mesmo sem expectativa de sobrevivida e ainda proíbe a manipulação, congelamento, descarte e comércio de embriões humanos, de onde se extraem células-tronco para serem transplantadas em adultos com alguma enfermidade crônica.

De 2017 à atualidade, a proposta do Estatuto do Nascituro surgiu mais sete vezes: PL 489/2007; PL 8116/2014; PL 788/2019; PL 1979/2020; PL 11105/2018; PL 11148/2018, sendo o mais recente o PL 434/2021 de autoria da deputada Chris Tonietto (PL/RJ), projeto que altera o Código Penal Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que discorre sobre a liberação do aborto nas situações já mencionadas. A linha cronológica completa está disponível na “Árvore de apensados”, disponível no site da Câmara dos Deputados⁷.

Evidentemente, os projetos de lei consideram a vida do nascituro em detrimento da violação física, psicológica e moral das mulheres e pessoas com útero, esquecendo-se que estas também têm direito à dignidade, saúde e demais direitos previstos pela Constituição. No mês

⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Árvore de apensados do Projeto de Lei nº 434/2021**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=2270201

de junho de 2022, tivemos dois exemplos no Brasil de como o movimento pró-vida viola essas mulheres e crianças: o caso da criança de 11 anos de Santa Catarina, vítima de estupro, que estava a mais de 7 semanas sob tutela do Estado para impedir que ela realizasse o aborto legal e o caso de Klara Castanho, atriz global de 21 anos que também passou por situação de abuso sexual e optou por ter e dar o bebê para adoção, sendo assim exposta e julgada pela atitude. Uma criança e uma jovem mulher, com idades e realidades diferentes, que além de passarem por violações físicas e psicológicas, sofreram também pela mão da sociedade e do próprio Estado.

Os casos acima só exemplificam a ponta de um problema que, dentro das discussões sobre direitos reprodutivos no Brasil, está permeada por mortes, abortos inseguros, infanticídio, esterilizações involuntárias, gravidezes imprevistas, violência sexual, mortes maternas, violações de mulheres e julgamento destas por qualquer escolha que priorize sua vida (Brandão; Cabral, 2021). Isso porque as bases de sustentação teórica e os dados utilizados para subsidiar as leis e alguns projetos de lei (PL) são fortemente influenciados por normas baseadas em preceitos religiosos (Gomes, 2017; Wichterich, 2015).

Em toda a América Latina a principal oposição ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, como afirma Gomes (2017), está na mobilização de fundamentalismos religiosos, também chamado ativismo conservador de grupos autodenominados “pró-vida” (Gomes, 2017). “O valor da vida é um conceito-chave para entender a polêmica em torno desse estatuto. Não se trata do processo biológico vital, mas da noção de vida como algo transcendente e sagrado” (Gomes, 2017, p. 117). Além disso, a autora salienta outros fatores importantes na produção dessas propostas de lei, como pesquisas acadêmicas e apoio da mídia hegemônica, onde valores cristãos ganham destaque (Gomes, 2017, p. 87). Esse casamento entre ações religiosas por meio de organização política partidária com divulgação midiática de doutrinas religiosas é o que constrói a ideologia pró-vida (Gomes, 2017) e ajuda a promover governos neoconservadores. De acordo com Johnson (2018) a defesa da “vida” permeou vários setores sociais por meio de discursos religiosos, sendo o discurso científico estratégico na defesa de uma cosmologia religiosa capaz de permear os espaços políticos em que doutrinas religiosas, ensinamentos e crenças impactam políticas de direitos sexuais e reprodutivos como o aborto (Johnson, 2018, p.55).

Para Gomes (2017), essa prática de posições políticas ancoradas em teses religiosas compromete a laicidade do Estado e ainda transforma os corpos de mulheres em moedas de troca, principalmente às pobres e não-brancas (2017, p. 20), pertencentes à um grupo vulnerável e marginalizado sob uma perspectiva interseccional. “A recusa à autonomia das mulheres como

valor corresponde à recusa a torná-las como fonte legítima para a produção das interpretações sobre seus próprios interesses e sobre o sentido da vida”, afirma Biroli (2016, p. 21) a respeito da recusa da oposição religiosa em considerar perspectivas e interesses singulares de mulheres diferentes daqueles atribuídos aos fetos.

Nesse sentido, o papel das mulheres enquanto sujeitas de direitos e interesses perde sentido em detrimento do controle dos corpos e de sua própria capacidade reprodutiva (Biroli, 2016), que é delimitado pela regulação do Estado e seus agentes, pelo controle por parte das famílias, na autoridade dos pais, maridos e também mulheres baseadas em crenças religiosas.

Um ponto muito importante trabalhado pela autora é sobre como essa questão da autonomia para decidir a interrupção da gravidez diz respeito em especial ao funcionamento da democracia, bem como “espaços e formas da regulação do Estado, às hierarquias e formas toleráveis da dominação, aos direitos individuais [...] e o princípio da laicidade do Estado” (Biroli, 2016, p. 21).

De acordo com Miguel (2016) a democracia exige o Estado laico como uma consequência lógica da aplicação dos seus princípios dado que a vontade da população deve prevalecer, ela não pode estar constrangida pela necessidade de observância a regras dogmáticas de qualquer natureza (2016, p. 51). Porém como observamos pela disputa pelo Estatuto do Nascituro, bem como a luta travada em relação às políticas reprodutivas como aborto, é que a política está permeada por esses dogmas religiosos respaldada numa juridificação secular, naturalizada “(a definição da família como entidade heterossexual ou da sexualidade como função reprodutiva) e se reinscreve como parte de uma herança cristã objetivada no direito” (Vaggione, 2020, p. 48), que precisa ser excluída das normas legais.

Como dito anteriormente, Vaggione (2020) afirma que o processo de juridificação ou mobilização do direito é uma estratégia central da agenda neoconservadora para que o direito reflita a moral cristã e que essa justificação moral é por si só uma forma de “evangelização secular” (2020, p. 58):

As normas legais passam a servir como instrumento para pregar um posicionamento a respeito da família, da vida e da liberdade. O processo de recristianizar a sociedade por meio do direito implica seu uso como instrumento e estratégia para defender e difundir socialmente uma doutrina moral. Nesse processo, o advogado ou operador do direito parece substituir, metaforicamente, o pastor ou o sacerdote (Vaggione, 2020, p. 58).

Nesse sentido, podemos perceber como afirmam os autores (Biroli; Miguel; 2016; Vaggione, 2020) que o ideal democrático desaparece junto das políticas fundamentais em

normas e dogmas religiosos. De acordo com Biroli (2016), se há valores e estilos de vida (religiosos) que se sobrepõem, a partir de um conjunto de políticas, em relação a uma pluralidade de valores e estilos de vida, não há possibilidade de democracia. Biroli (2016) afirma ainda que o respeito à pluralidade implica no respeito à independência individual e que indivíduos possuem direito a escolher os valores prioritários na condução de suas vidas (Biroli, 2016).

No caso das mulheres quanto a questão reprodutiva e o papel da maternidade, os valores cristãos que dão embasamento para a divisão sexual-racial de gênero, ou seja, a definição de papéis de homens e mulheres é o que determina o valor dessas sujeitas, elas se tornam menos do que cidadãs (Biroli, 2016). Essa identidade definida suspende a diversidade existente entre as próprias mulheres, como aquelas que querem ou não ser mães, as que são lésbicas, heterossexuais, pansexuais, de sexualidades dissidentes, adiciono ainda pessoas com útero (2016, p. 22).

Esses ditames que compõem as concepções das representações sociais convencionais de sexualidade e reprodução, mostram o questionamento que o debate do aborto traz em relação aos pilares da ordem de gênero (Biroli, 2016) e que precisam ser pensados de modo estratégico para promoção de um estado democrático e laico. Sobre a importância da autonomia ao próprio corpo para o pleno gozo da cidadania, a autora afirma:

O direito a controlar o próprio corpo pode ser tomado como algo que está no cerne da individualização e do reconhecimento da capacidade de exercício da autonomia assim concebidas. A "propriedade de si", que podemos aqui definir para os propósitos desse texto como a autonomia dos indivíduos para dispor do próprio corpo, é uma das bases para o acesso à cidadania e a criminalização do aborto gera uma assimetria, impondo às mulheres limitações no manejo do próprio corpo com as quais os homens não sofrem [...] Sua recusa recoloca não apenas o problema das escolhas, ou das escolhas relativas à reprodução, mas todo o conjunto de direitos fundados na noção do indivíduo como agente moral autônomo (Biroli, 2016, p. 25).

De acordo com Miguel (2016), os limites que a soberania popular possui legitimamente são vinculados às condições do seu próprio exercício. Sem liberdade de pensamento, associação ou de expressão para todos não se realiza exercício democrático e essas restrições que são colocadas vão contra a democracia como forma de governo (Miguel, 2016, p. 51). Para que enxerguemos essas pluralidades de valores é preciso ter sensibilidade e estar atento as interseccionalidades das realidades dessas mulheres, por isso no tópico seguinte lanço um olhar breve a respeito da essencialidade das intersecções no debate sobre aborto e da necessidade de pontes entre diferentes movimentos.

2.3 A importância da interseccionalidade no debate sobre o aborto

Biroli (2016) afirma que o racismo e o controle populacional entre as mulheres pobres, negras e indígenas da América fundamentaram políticas de controle que promoveram a esterilização, realizada em grande escala em meados do século XX (Schoen, 2005). Práticas violentas, porém adotadas como políticas pelo Estado até muito recentemente, como em 1990 no Peru. “Eugenia, racismo e a busca do controle social da pobreza fundamentaram, assim, políticas que fizeram do corpo das mulheres objeto de intervenções sancionadas” (Biroli, 2016, p. 20).

A questão racial, como já dissertado no início deste capítulo é explicada por Quijano (2005) pela expansão do colonialismo europeu que permitiu uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela uma naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus pela América. Nesse processo houve uma legitimação de ideias e de relações de superioridade/inferioridade em torno da racialidade, brancos e não-brancos, que está intimamente ligada aos processos de dominações sociais universais intersexuais e de gênero. “Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. 118).

No contexto brasileiro, de acordo com Zelia Amador de Deus (2008), pesquisadora e ativista do movimento negro no Pará, esse movimento pode ser percebido a partir do racismo entranhado no país, que possui ligação direta com o processo de abolicionismo e o desenvolvimento de teorias racistas que “sustentavam a estrutura hierárquica fundada na superioridade dos brancos e inferioridade dos negros”. Segundo a autora, nesse contexto abolicionista, a cor da pele branca foi ressignificada como instrumento de controle, sendo denominado ‘branquitude’ e servindo como uma garantia de status social ao qual os diferentes não possuem acesso, mesmo que classe e gênero possam ser entraves.

A branquitude é por assim dizer, um modelo de humanidade que se carrega desde a infância. A branquitude é assimilada de fora para dentro. É como se entrasse pelos poros penetrando os sentidos e se transformando num valor intrínseco da condição humana dos brancos. Ela é espécie de passaporte para qualquer espaço social [...] (Deus, 2008, p. 122).

De acordo com Zelia (2008), é nesse contexto que se inicia a construção do mito de uma democracia racial que foi cuidadosamente inscrita e arraigada no imaginário social pelas elites brancas, ou seja, a ideia de mestiçagem, mistura, tolerância e aberta aos contatos inter-raciais

(Deus, 2008, p. 85) que, na verdade, mascaram o racismo, pois é a não-racialidade que garante os privilégios que abrem caminhos para afirmação psicológica, social, atravessamento de barreiras de classe e, às vezes e com mais esforço, barreiras de gênero (Deus, 2008). No entanto, em se tratando de mulheres negras, a autora ressalta um contexto bem diferente de mulheres brancas.

Segundo Lélia Gonzalez, pesquisadora negra e ativista, esse processo colonial e escravocrata marcou a identidade da mulher negra como a mulata, a mucama, a prestadora de serviços (inclusive sexuais) e trouxe uma herança que pode ser vista na falta de perspectivas quanto a possibilidade de novas alternativas, o que as colocou como objetos de discriminação, advindos do racismo e do sexismo (2016, p. 408).

As afirmações dos autores tomam forma nos dados levantados pelo estudo “Sem Deixar Ninguém Para Trás - Gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência” (2023), realizado pela Fiocruz Bahia, em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e pelo Fundo de População das Nações Unidas. Os dados indicam que meninas entre 10 e 14 anos representam 67% dos atendimentos em saúde decorrentes de estupro. Entre 15 a 19 anos, as adolescentes representaram 33,08% do total. Sendo que, no que diz respeito a raça, meninas negras (pretas e pardas) foram as que mais sofreram violência sexual, com 64,18% do total. Segundo o levantamento, de 2015 a 2019 foram registrados 69.418 atendimentos decorrentes de violência sexual contra meninas e adolescentes em serviços de saúde. O trabalho teve como fonte dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-Datasus), do Ministério da Saúde.

O estudo também traz que entre 2008 e 2019, 6.118.205 adolescentes tornaram-se mães, 95,14% delas tinham entre 15 e 19 anos e 4,86% tinham entre 10 e 14 anos, o que configura estupro de vulnerável. As regiões Norte e Nordeste são as que concentram maiores proporções de casos de gravidez na adolescência (Valenga, 2023, n.p.).

Percebemos assim, que essa predominância de meninas e adolescentes negras na base das mais violentadas, decorrentes de regiões consideradas “periféricas”⁸ como Norte e Nordeste, não se dá por acaso. De acordo com Miranda e Barroso (2013), a região amazônica, numa perspectiva de desenvolvimento regional, possui uma ausência de discussões no campo

⁸ Para aprofundamentos sobre o conceito ver: CRUZ, Maria de Nazaré Costa da. A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015). **Gênero na Amazônia, Belém, n. 15, jan./jun., 2019**

teórico e jurídico, principalmente a respeito das desigualdades de gênero (Miranda; Barroso, 2013, p. 299). Sobre a questão reprodutiva, Biroli (2016) afirma que é importante ter em mente que a realização do aborto não é a questão, mas sim quem decide e em que circunstâncias sobre sua realização.

Em países latinos como o Brasil, as decisões relacionadas à anticoncepção, interrupção voluntária da gestação, exercício da sexualidade, opção de ter ou não ter filhos são distantes e extremamente difíceis (Gomes, 2017) por conta das bases morais religiosas e predominantemente brancas de uma sociedade racista e patriarcal como o Brasil, que insiste em criminalizar e punir mulheres que não querem, não podem ou não deveriam ter filhos (situações de risco à vida de mulher e do feto). Quando analisamos a partir de uma perspectiva interseccional, é possível compreender porque a discussão sobre aborto, assim como as discussões de gênero, sempre são foco dos movimentos conservadores.

Patricia Hill Collins (2021, p. 15) afirma que a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências, porque ela investiga relações interseccionais de poder em sociedades marcadas pela diversidade, além de considerar também a experiência da vida cotidiana: “Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras - são interrelacionadas e moldam-se mutuamente” (2021, p. 16).

Segundo pesquisa realizada por Diniz, Medeiros, Ferreira de Souza e Goés (2023) a partir de três edições do PNA, de 2016, 2019 e 2021, há uma diferença racial na população, com o aborto sendo mais comum entre as mulheres negras (pretas e pardas) do que entre as mulheres brancas.

“Entre as mulheres negras de todas as idades a probabilidade de ter feito um aborto é de 11,03% ao passo que entre as mulheres brancas é de 7,55%, cálculo realizado com a combinação e reponderação das PNA. É difícil avaliar a magnitude desse diferencial: por um lado, são apenas de 3,5 pontos percentuais, mas, por outro, isso significa uma probabilidade 46% maior para as negras. Esses valores são estatisticamente significantes. Resultados semelhantes são obtidos nas regressões logísticas, que não usam reponderação, mas controlam por ano do levantamento e idade na data da entrevista. Na regressão para as mulheres de todas as idades a probabilidade média predita das mulheres negras é de 12,61% e a das mulheres brancas de 8,90%; as probabilidades preditas para mulheres de 40 anos são de 21,22% para as mulheres negras e 15,35% para as mulheres brancas, ou seja, diferença de 5,87 p.p. que significa uma probabilidade 38% maior para as mulheres negras. Não é possível dizer muito sobre as

diferenças entre mulheres amarelas e indígenas, tratadas como grupos separados, devido aos tamanhos pequenos desses grupos nas amostras da PNA”. (Diniz; Medeiros; Ferreira de Souza; Goés, 2023).

Por isso, é impossível falar de aborto sem falar também de interseccionalidade, algo que, evidentemente, fica de fora dos debates do conservadorismo, como a defesa do Estatuto do Nascituro vista no decorrer deste trabalho. Aqui temos outra enorme problemática para além do problema da desinformação, que veremos adiante: A falta de conscientização sobre as realidades distintas de diversas mulheres e pessoas com útero, a falta de um processo de humanização de quem fala do aborto como se fosse algo de pouca importância ou uma decisão extremamente fácil para essas mulheres que não são vistas como seres com direito à vida, saúde e o direito da própria autonomia sobre seus corpos e sua vida. Como se essa não fosse uma discussão de gênero, raça e classe que só é possível a partir de um olhar interseccional.

Collins (2021) afirma que a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica para pensar desigualdades sociais. Ao atentarmos para o contexto de gênero, classe e raça referentes ao aborto, notamos que a questão do aborto e do Estatuto do Nascituro está intimamente ligada a uma questão de controle de corpos.

Foucault em *História da Sexualidade I* (1988) relata como a sexualidade sempre foi reprimida como um mecanismo de poder e controle. “Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada” (Foucault, 1988, p. 12). Ele segue dizendo que quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder, desordenando a lei (Foucault, 1988). Aqui podemos pensar em porque os movimentos que reivindicam pautas relacionadas à sexualidade e ao gênero são tão atacados como o ativismo feminista, funciona como uma espécie de transgressão a um modelo de controle que vem funcionando nos últimos séculos e que é ameaçado por esses movimentos. Podemos pensar ainda, a partir de Foucault (1988), porque é tão difícil avançar no debate sobre aborto. Não é uma discussão que a elite e os conservadores queiram aprofundar, é mais fácil culpar as mulheres até pelo não saber (uso de contraceptivos), demonizá-las ou calá-las. A defesa da liberdade sexual das mulheres ameaça as concepções convencionais de família e do “ser mulher” associadas a uma lógica cristã e patriarcal de controle dos corpos (Gomes, 2017).

Dentro desse processo de invisibilização e de apagamento do debate, com argumentos aliados a teorias cristãs e morais, o conservadorismo ignora o recorte de classe e raça dessas mulheres que precisam passar pela decisão do aborto em detrimento da defesa de uma concepção. No entanto, de acordo com a pesquisa realizada por Cardoso, Viera e Saraceni

(2020) a partir de dados públicos coletados em sistemas como: Sistemas de Informação - SIM (mortalidade), SINASC (nascidos vivos) e SIH (internação hospitalar), o perfil de mulheres que morreram por aborto entre 2008 a 2015 coincidia com outros estudos, apresentando mulheres de 20 a 34 anos, solteiras (68%) e negras (70,5%), em sua maioria com menos de 7 anos de estudos, se caracterizando como uma situação de iniquidade devido ao maior número de óbitos estar referente aos grupos de maior vulnerabilidade (baixa escolaridade e raça/cor negra).

Embora os dados oficiais de saúde não permitam uma estimativa do número de abortos no país, foi possível traçar um perfil de mulheres em maior risco de óbito por aborto: as de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste sem companheiro (Cardoso; Vieira; Saraceni, 2020, p.01).

Nessa perspectiva, conseguimos compreender porque as mulheres racializadas não-brancas, como negras e indígenas estão nas bases das opressões de gênero, de raça e de classe numa sociedade cuja as fundações estão ancoradas em processos escravagistas como a sociedade brasileira. Em “Memórias da Plantação”, Kilomba (2019) disserta sobre a máscara do silenciamento que os escravizados eram obrigados a usar. No período colonial, usavam para que não pudessem comer cana-de-açúcar ou cacau, enquanto trabalhavam nas plantações, hoje essa máscara se tornou a própria representação do colonialismo, uma metáfora para o silenciamento que vivemos, como ocorre quando grupos conservadores se utilizam de um discurso “pró-vida” que desconsidera totalmente a vida e autonomia das mulheres, em sua maioria negras, pobres, jovens brasileiras.

Kilomba (2019) relata também sobre como o sujeito branco desenvolve dois tipos de comportamento em relação à realidade, sendo a parte boa, acolhedora, benevolente vivenciada como o “eu” e a parte má, rejeitada, malévola, projetada sobre o outro. Se projeta no negro o que o branco não quer reconhecer em si. Se pensarmos sobre a perspectiva do aborto, a conclusão de Kilomba é bem emblemática, pois nos possibilita visualizar um cenário em que, de um lado, tem-se os protetores da família, da moral e dos bons costumes e, do outro, mulheres promíscuas e assassinas. Obviamente não podemos resumir a questão do aborto num debate racial, existem outras implicações sociais, econômicas e políticas, mas é uma realidade que precisa ser enxergada, pois os dados sempre mostram um cenário mais positivo às mulheres brancas, como vemos nos dados expostos por Gomes (2017):

De 2000 a 2012, as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93. Entre mulheres negras o número aumentou de 190 para 202 casos. Por aborto, a morte de mulheres brancas caiu de 39 para 15 por 100 mil casos; entre as negras, aumentou de 34 para 51 casos. Logo, as mulheres que sofrem

as consequências de um aborto clandestino no país estão demarcadas, pois além de serem mulheres negras e não brancas, possuem uma menor renda e escolaridade, explicitando interseccionalmente a questão da raça às dimensões socioeconômicas (Gomes, 2017, p. 90).

Em 2022, dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) levados a 1ª Oficina de Trabalho: Morte Materna de Mulheres Negras no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) mostraram que enquanto o número de mortes maternas está em 46,56 para mulheres brancas, para mulheres negras esse número é o dobro 100,38 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos (Agência Gov, 2023). Dentre as causas, estão o fato de não terem condições financeiras, utilizarem métodos caseiros ou recorrerem às clínicas insalubres, muitas das vezes sofrendo de hemorragias graves com risco de vida ou sendo criminalizadas pelos hospitais (Gomes, 2017, p. 72), ou seja, “tanto a condenação religiosa, quanto a criminalização do aborto pelo Estado, mostram a ineficácia de suas estratégias na hora de deter essas mulheres que decidiram abortar” (Johnson, 2018, p. 54). No entanto, como finaliza a pesquisadora, essas mulheres são notadas no momento de serem culpabilizadas ou estigmatizadas. O aborto ocorre, mas quem passa por ele e em que tipo de situação é de fundamental discussão para avançar no debate. Como afirma Biroli (2016), classe e raça se impõem como variáveis no caso do aborto, expondo as variações nas posições sociais no que diz respeito às políticas reprodutivas (2016, p. 20).

Por isso, o debate do lugar das mulheres negras na questão do aborto, assim como mulheres de diferentes raças e territorialidades, é extremamente significativo em um país como o nosso. Na região amazônica, dado o histórico de exploração e apagamento da sua pluralidade e diversidade étnica, cultural e racial, o impacto do colonialismo justifica a existência de formas tradicionais de estratificação da população voltadas para essas sujeitas atravessadas por colonialidades e excluídas do exercício da cidadania (Gomes; Zucco, 2018).

Gomes e Zucco (2018) afirmam que esse cenário que permeia a discussão do aborto no Brasil influencia diretamente os discursos projetados pela mídia brasileira, que ainda no século XXI reproduz noções perpetradas por colonialidade e patriarcalismo (2018, p. 127). Suas conclusões são específicas a respeito da imprensa tradicional, já que em seu artigo analisam o Folha de São Paulo e o Portal Geledés. No entanto, são fundamentais para pensarmos em como esses discursos se modificaram e influenciaram o contexto neoconservador e desinformativo que se instituiu ao longo dos últimos anos em nosso país.

2.4 Aborto: desinformação x diálogos possíveis

No âmbito da tecnologia das informações, pensar a articulação de grupos conservadores é fundamental para nos atentarmos enquanto pesquisadoras(res) do campo da Comunicação, dado que o neoconservadorismo cresceu e cresce com a desinformação dos últimos anos proporcionada pela maior difusão das redes sociais e articulação de grupos conservadores (Mantovani, 2016).

De acordo com Machado (2020) e como já vimos no decorrer do capítulo, a agenda antigênero se difunde em virtude da circulação de líderes religiosos por diferentes sociedades, pela construção de redes transnacionais "pró-vida" e "pró-família", pela organização de eventos internacionais em defesa de valores cristãos e/ou para a formação de novos quadros políticos no campo e pelas novas tecnologias de comunicação (Machado, 2020, p. 125).

A respeito da discussão "pró-vida", por exemplo, os conservadores se baseiam em "dados fornecidos pela ciência, tais como as apreciações da evolução fetal em caso de aborto ou as inexoráveis características neurais e de personalidade baseadas em repertórios biológicos inquestionáveis" (Barrancos, 2022, p. 262). Esses são exemplos de esforços na comunicação muito cuidadosos para que as formulações pareçam apoiadas em respaldo científico e não por atos de fé (Barrancos, 2022).

Nesse sentido, vemos que a desinformação é uma grande estratégia na tentativa de barrar as conquistas do movimento feminista no Brasil, que vêm sendo constantemente ameaçadas nos últimos anos, onde as mulheres precisaram lutar e resistir às tentativas de retrocesso por parte do governo federal (Della Costa; Rocha; Solano, 2022, p. 13). De acordo com as autoras, esse fator foi relevante para que o Brasil não conseguisse acompanhar na mesma velocidade o avanço da agenda feminista de alguns países vizinhos como Argentina e Uruguai, onde o aborto foi descriminalizado, ou como a paridade de gênero na política nos países do México e Colômbia.

Ainda assim, mesmo aqueles que alcançaram a descriminalização, como Argentina, não estão livres dos entraves da desinformação. De acordo com o "Exame Periódico Universal de Acceso al Aborto en la Argentina" (2022), o primeiro obstáculo em relação ao exercício pleno do direito de interromper a gravidez como previsto pela lei n° 27.610/2020, é a falta de informação clara e com alcance federal sobre o novo direito. De acordo com o relatório, o Estado não realizou campanhas de comunicação de caráter federal apesar das recomendações internacionais. Também não há publicação ativa por parte das províncias sobre como e onde realizar o aborto de modo seguro, de maneira que muitas mulheres continuam realizando na ilegalidade.

A Argentina é um *case* importante para pensar a situação atual do debate sobre a

legalização do aborto no Brasil: de um lado há a ineficácia do governo, do outro, o ativismo das mulheres argentinas que conseguiu alcançar o sistema de decisão política (Belin; Prudencio, 2023). Reconhecido pela capilaridade e transversalidade de suas ações, o ativismo das mulheres argentinas ultrapassou as capitais, alcançando comunidades afastadas em cidades do interior (Belin, Prudencio, 2023, p. 4).

O movimento NiUnaMenos, que combate os feminicídios e a violência contra a mulher, é o principal exemplo recente de mobilização com alcance e organização a nível nacional, mas que também encontra articulação em microesferas regionais, organizadas em torno de causas de cada província, cidade ou pueblo, como, por exemplo, marchas locais quando é reportado o desaparecimento de uma mulher. Articulações relacionadas a territórios, preservação de culturas originárias e indígenas, mulheres migrantes, mães pelo parto humanizado, produtoras locais e agricultoras também exemplificam algumas articulações que transitam entre diferentes níveis de organização (Belin; Prudencio, 2023, p. 4).

Ao entrevistarem mulheres entre 18 e 60 anos, todas feministas, Belin e Prudencio (2023) identificaram estratégias promovidas pelas ativistas no intuito de fomentar a transformação e conscientização sobre o aborto: conversas sobre o tema em situações cotidianas e de modo discreto a partir de exemplos práticos; estratégias convencionais de ativismo político como a articulação em coletivos, ONGs e diálogo com outras instituições; organização de ativistas de maneira transversa, considerando interseccionalidades; publicização das discussões sobre o tema somada às ações coletivas convencionais de organização e mobilização em marchas, passeatas e protestos; estratégias digitais e circulação de informações boca a boca (Belin; Prudencio, 2023).

Isso nos faz refletir sobre qual desinformação estamos lidando no cenário brasileiro e por onde começar? É a omissão do Estado em realizar campanhas de comunicação efetivas em relação aos direitos reprodutivos e educação sexual, que conseqüentemente impede o conhecimento da população a respeito de seus direitos? São as organizações de grupos conservadores alinhadas e organizadas em lançar falsas ou meias verdades dentro das redes sociais para alcançar seus objetivos e proteger suas agendas? É o tabu que ronda a temática sobre o aborto? O movimento progressista não está conseguindo se organizar de modo eficaz para alavancar o debate? Que outros entrelaces existem no que diz respeito ao aborto e a desinformação?

Biroli (2016) afirma que o caráter generalizado e de conhecimento comum, juntamente com as recusas em falar sobre o aborto e os limites para que ganhe lugar nos discursos oficiais está no fato de ocupar um lugar entre o que é da “ordem da transgressão e o que é da ordem do aceitável” (Biroli, 2016, p. 18). Se não bastassem esses entraves em discutir a temática, nos

últimos anos tivemos uma divisão de grupos sociais proporcionados por vários processos, como a popularização das redes sociais e a pandemia que possibilitou maior tempo de navegação pela internet.

No âmbito do uso comercial da internet, houve expansão das redes em que pessoas com opiniões ou interesses em comum se auto agruparam, constituindo-se em comunidades virtuais (Amorim; Santos, 2022). Essas comunidades virtuais que recebem informações baseadas em algoritmos programados, de modo intransparente, para otimizar a experiência do usuário influenciaram diretamente na forma como a informação circula no ambiente virtual e tem se tornado uma fórmula danosa para a esfera democrática, pois permite a propagação de desinformação em larga escala, além de reposicionar ideologias extremistas que antigamente eram ética e moralmente rechaçadas para o centro do debate (Amorim; Santos, 2022, p. 19). Assim, é possível pensar em um aprofundamento na dificuldade de debater pautas cujos os valores morais e ideológicos são colocados no centro, como temáticas que envolvem os direitos reprodutivos, educação sexual, aborto e feminismo.

Della Costa, Rocha e Solano (2022) afirmam que o feminismo esteve em disputa nos últimos anos não só entre progressistas, mas entre direitistas também, e nesse cenário a confusão de conceitos surge como uma estratégia política (2020, p. 16). Em uma perspectiva progressista, quando olhamos para políticos e a sociedade conservadora temos o imaginário de que são extremistas que visam tirar os direitos das minorias marginalizadas (mulheres, LGBTQIA+, negros) em detrimento dos valores da família e da fé cristã, enquanto eles veem o movimento progressista da mesma maneira, como extremistas radicais, promíscuas, maconheiros, são vários os estigmas, tanto de um lado quanto de outro. Certamente esses extremismos existem de ambos os lados, no entanto, existe um meio termo, um ponto de convergência que deve ganhar mais atenção de nossa parte. Desconstruir o imaginário do que é uma feminista é um deles, de acordo com as pesquisas realizadas por Della Costa, Rocha e Solano (2022) e que podemos encontrar na fala apresentada pela Participante 1, no momento da entrevista para esta pesquisa:

O feminismo eu vejo assim, que a mulher ela está lutando pelo seu espaço, por algo, pela sua conquista, pra conquistar aquilo que ela tem direito, mas que o homem, por ser tão machista, ele não concorda, ele não aceita. E ela está ali lutando por isso, por esse espaço. Por exemplo, você não via tantas mulheres em cargos altos, você não via tantas mulheres nas faculdades, exercendo as profissões de hoje em dia. Você não via, não tinha. É que nem hoje o negro também está lutando pelo seu espaço, assim como a mulher está lutando pelo seu espaço. Mas graças a essas mulheres, eu digo assim que elas são ousadas. Ela tem a ousadia, a coragem e a ousadia de ir. Por mais que ela tenha medo, mas ela finge que não tem medo e vai de peito aberto... Mas eu vou, porque ela acredita que ela vai conseguir, que ela pode. Aí graças a sempre uma que

toma a frente, aí vêm as outras atrás. **Aí tem gente que diz, “Maria vai com as outras”. Que bom que existem essas ‘Marias que vão com as outras’,** pras coisas boas. E aí é onde nós nos encontramos hoje. Tá certo que muitas são, eu considero, um pouquinho até elevadas demais, mas eu concordo, eu apoio nas atitudes, assim que elas vão em frente, porque, se não fosse, o que seria de nós? O que seria de nós? É muito bom a gente ter o nosso dinheirinho. É muito bom a gente ter o nosso espaço. É muito bom a gente ter o nosso respeito preservado. Você já pensou passar e ver um homem lhe aliciando? Faz muitos anos, quando eu era jovem, tinha acho que meus quinze anos, quando eu passei num local que tinha uns homens assim. Ia eu e minha tia e o marido dela. E um deles virou de lá: “oh morena, quando ela passa a bunda dela treme. Ah, eu aí”. Eu nunca esqueci. Por que eu nunca esqueci? Porque foi um desrespeito. Então, isso tudo, às vezes, quando a gente não esquece precisa também de um tratamento pra que a gente libere. Então, ele desrespeitou. Então, se as mulheres não tivessem tendo essa ousadia de hoje, enquanto nós temos tantos direitos, a gente vê tanta coisa ainda acontecendo, tanta coisa acontecendo, imagine se ainda fosse na época de alguns anos atrás, de uns cinquenta anos atrás ou cem anos atrás, pior ainda. Então é isso. Eu sou a favor delas lutarem pelo nosso espaço (Participante 1, parda, 50 anos).

Essa fala muito potente pertence a uma das participantes da pesquisa, denominada Participante 1, para preservação da identidade, é evangélica da Assembleia de Deus e esteve frequentemente na igreja e em ações nos lares familiares. Sua fala expressa uma consciência em relação às lutas que as mulheres brasileiras vêm realizando nos últimos anos e nos mostra pontes de diálogos possíveis entre mulheres militantes e mulheres conservadoras.

Outros fatores importantes para pensarmos esse ponto de convergência na luta pela descriminalização do aborto é que os movimentos que foram exitosos conseguiram ultrapassar a discussão moral, em detrimento de uma discussão de saúde pública. Ao recorrerem a práticas clandestinas e/ou inseguras, por falta de assistência, o risco à vida das mulheres é uma violação dos direitos humanos e uma questão de saúde pública (Anjos; Santos; Souza; Eugênio, 2013, p. 513). Além disso, é importante desconstruir o imaginário que temos sobre mulheres conservadoras para podermos dialogar entre nós. No Uruguai, que descriminalizou o aborto em 2012, um grupo que atuou nas questões dos direitos reprodutivos foi a Associação Uruguaia de Planejamento Familiar e Pesquisas sobre Reprodução Humana (AUPFIRH), que atuou na ditadura do país sob o slogan “Nós mulheres não queremos só dar a vida. Queremos mudá-la” (Barrancos, 2022, p. 201). Como em outros países latinos, “a agenda havia se transformado, agora estavam em pauta a questão da violência, sexualidades, reconhecimento político, saúde, aborto, foram eixos que ocuparam grupos que se expandiram no século XXI” (Barrancos, 2022, p. 201).

Dessas mulheres que lutavam pelos direitos, principalmente o direito ao voto, diferente do imaginário popular, em que se pressupõe que eram feministas radicais, progressistas, provavelmente de partidos de esquerda, na realidade muitas eram conservadoras, cristãs na linha de frente pelas buscas de seus direitos, como ocorreu no Peru, Chile e Argentina. No Chile, por

exemplo, havia vários movimentos femininos conservadores como a Juventude Católica Feminina, a Ação Nacional de Mulheres do Chile, sob a liderança de conservadoras, a Ação Patriota de Mulheres, entidade católica. “Em alguns países, os feminismos se enraizaram mais em movimentos de esquerda e, em outros, na forma de expressões liberais em determinados casos, as principais protagonistas foram mulheres conservadoras” (Barrancos, 2022, p. 115).

Embora haja um posicionamento contraditório em relação aos direitos e aos ideais dessas mulheres, não é impossível dialogar com elas. Della Costa, Rocha e Solano (2022) em pesquisa com mulheres conservadoras, afirmam que pensar “pontos em comum por meio de histórias do dia a dia que compartilhamos com mulheres brasileiras pode ser muito inspirador para que outras também militem por uma sociedade mais igualitária [...], ao invés de impor um glossário de termos técnicos que elas não compreendem” (Della Costa; Rocha; Solano, 2022, p. 19).

Nesse sentido, podemos pensar a perspectiva do aborto para além de uma questão de saúde pública, trazendo uma discussão interseccional, a partir de uma análise interseccional (Collins, 2021) e contextual dessas mulheres, o que é fundamental para que conservadoras e progressistas consigam se enxergar, entender suas necessidades e desfazer estigmas fundamentados em nossa sociedade. Na pesquisa “Conservadorismo, gênero e feminismo” (Della Costa; Rocha; Solano, 2022), “a porcentagem de mulheres que se dizem contra o aborto por acreditar que a prática se tornaria ‘sem critério’ e ‘feito a cada esquina’ indica que não houve ainda uma discussão qualificada sobre o assunto” (Della Costa; Rocha; Solano, 2022, p. 22).

Nessa perspectiva, o processo de diálogo entre esses grupos é de extrema relevância para pensar estratégias comunicacionais. A exemplo, poderíamos pensar no conceito de conversações cotidianas, proposto por Jane Mansbridge (2009). Para ela, no processo deliberativo estão inseridas as conversações cotidianas, importantes para as discussões políticas, ainda que não sejam sempre autoconscientes, reflexivas ou consideradas, como um sistema deliberativo pede, seriam uma parte crucial necessária às democracias. As pessoas começariam a compreender o que querem e precisam, individual e coletivamente, sendo um processo amplo de formação de opinião e vontades políticas (Mansbridge, 2009, p. 207). Na perspectiva desta pesquisa, indagamos qual cenário desinformativo estamos lidando quando falamos de aborto no Brasil e a níveis regionais, e como as mulheres de diferentes etnias, raças, classes, credos e valores lidam com informações circulantes sobre a temática e o que pensam sobre ela.

Como dito anteriormente, optei por aprofundar um pouco a discussão a partir de mulheres evangélicas residentes do bairro da Cabanagem, em Belém. A escolha, como dito, se dá em função do aumento da articulação de grupos conservadores, com olhar especial para grupos evangélicos que crescem ativamente no processo político e legislativo.

De acordo com Machado (2020, p. 84), no restante da América Latina, assim como no Brasil, os grupos evangélicos que mais crescem são os pentecostais, que recrutam nos setores mais vulneráveis da população. Em seu texto, a autora destaca a representação de mulheres entre os evangélicos em 58%, de acordo com o Datafolha de 2019, por complexificar a análise das disputas ideológicas, “afinal [...] são as mulheres que enchem os templos, assumem a tarefa de transmitir os valores religiosos para as novas gerações e vêm sendo mais mobilizadas para o ativismo conservador contra a ‘ideologia de gênero’” (Machado, 2020 p. 84).

Entender que grupos são esses e em que cenário desinformativo estão inseridos é fundamental para pensarmos caminhos de ações comunicativas em relação à temática do aborto. No capítulo seguinte, pretendo dissertar um pouco mais a respeito das características dos grupos evangélicos, seus papéis em torno da desinformação, além de um aprofundamento dos conceitos em torno da desinformação, com exemplos de matérias e conteúdos que circularam ao longo do governo Bolsonaro e alguns conteúdos circulados no período das eleições de 2022 entre Lula e Bolsonaro a respeito da temática do aborto, que posteriormente foram usados no processo das entrevistas com as participantes desta pesquisa.

3. EVANGÉLICOS, GOVERNO BOLSONARO, PANDEMIA E DESINFORMAÇÃO

Atualmente, o cenário religioso brasileiro se configura por uma vasta gama de nomenclaturas para denominar seguimentos cristãos. Entender quem são e suas características nos permite identificar como atuam no campo político e como se inserem e contribuem para o cenário neoconservador que falamos até agora. No contexto da dissertação, nos permite ainda ter uma base para compreender o pensamento das participantes da pesquisa que será analisado no próximo capítulo, a partir das igrejas das quais fazem parte. Nesse sentido, trago os estudos de Brandão e Jorge (2019) a respeito da fragmentação do campo religioso no Brasil, trazendo classificações evangélicas a partir dos autores e em seguida discorrendo a partir do âmbito político e da perspectiva da pandemia do Covid 19.

Importante salientar que a história da religião no Brasil se modifica no decorrer do período político, cultural e socioeconômico e o contexto que será trazido aqui não representa em definitivo a camada evangélica, mas sim como se delineia nos dias atuais e que pode vir a mudar.

Brandão e Jorge (2019) afirmam que nas últimas décadas os dados demográficos brasileiros apontam para uma diminuição de autodeclarados católicos e em paralelo um maior número de evangélicos (2019, p.80). Segundo os autores, essa é uma dinâmica que se inicia nos anos 1950 e se intensifica a partir dos anos 1980. “Somente entre 2000 a 2010 a Igreja Católica perdeu em números absolutos 2.200.000 adeptos” (Brandão; Jorge, 2019, p.80). Esse processo que os autores chamam de “destraditionalização” se dá porque a filiação religiosa deixa de ser fruto de herança familiar ou de configurações sociais tradicionais e passa a ser uma escolha individual.

Segundo os autores, esse grupo evangélico que cresce no Brasil se caracteriza por sua heterogeneidade. São os evangélicos de missão, os evangélicos de origem pentecostais que, com o passar dos anos e contexto político, se desenvolvem em outros tipos como o neopentecostal, dentre outras variações.

A forma do protestantismo dos ‘evangélicos de missão’ se instala no Brasil após 1808 em decorrência de tratados comerciais e presença de imigrantes europeus não ibéricos, período em que igrejas Metodistas, Presbiterianos, Calvinistas, Luteranos, Batistas e Anglicanos são fundadas. Seus fundamentos teológicos, alicerçados na Reforma Protestante do século XVI, têm como perspectiva a ideia de que a Bíblia deve ser a única diretriz religiosa (Brandão; Jorge, 2019, p.82). Rejeitam o “batismo pelo Espírito Santo”, não realizam a “glossolalia”, que se

configura no ato de falar em línguas. São chamados evangélicos de missão, tradicionais ou históricos.

Em relação aos evangélicos pentecostais, de acordo com Brandão e Jorge (2019), o pentecostalismo é originário dos Estados Unidos, no início do século XX. Diferente dos tradicionais, entre os pentecostais há a possibilidade experiência do batismo pelo espírito santo e do falar em línguas, fenômenos que teriam ocorrido entre os apóstolos e que foram narrados na Bíblia (Brandão; Jorge, 2019, p.82). Freston (1993) dividiu a história do pentecostalismo no Brasil em três ondas definidas pelo contexto histórico, institucional e doutrinário.

A primeira onda compreende o período de 1910 com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) que possuem o campo para si por 40 anos (Freston, 1993, p.66). Nesse momento a Assembleia de Deus se expande geograficamente. Esse pentecostalismo clássico tem características marcantes como a já mencionada glossolalia e o batismo, realizavam uma forte oposição ao catolicismo, eram intolerantes e com baixo grau de convencimento para com os outros em relação às suas crenças, tendo elevado sentido de comunidade e pregação baseada na disciplina e o autocontrole como caminho em direção a Deus, praticavam a rejeição do mundo profano e isolamento da comunidade religiosa (Brandão; Jorge, 2019).

A segunda onda do pentecostalismo se instalou entre os anos 1950 e 1960 quando surgem novas denominações de igrejas e agregações de menor tamanho como Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é amor (1962) (Freston, 1993). Foi um avivamento do pentecostalismo e se consolidou com a “Cruzada Nacional de Evangelização”, que consistiu na evangelização em grandes tendas de lona armadas em terrenos baldios. Essas igrejas mantêm os princípios pentecostais básicos, mas neste momento dão ênfase aos rituais de cura, que ocupam grande parte do tempo dos cultos e pregações (Brandão; Jorge, 2019, p.83). Diferente do isolamento na primeira onda, na segunda as igrejas estabeleceram diretrizes de recrutamento de fiéis com cultos em espaços públicos e uso da rádio como ferramenta de evangelização (Brandão; Jorge, 2019).

A terceira onda teve início nos anos 1970, ganhando força nos anos 80 e 90 (Freston, 1993) tendo como principais representantes a Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) e surgiram novas denominações para as instituições que se espalharam pelo país. Mantendo a ênfase na cura divina, as igrejas da terceira onda possuem maior elementos litúrgicos e doutrinários [...] investem pouco na limitação moral (vestuário e

consumo), afastam-se do ascetismo⁹ e “fazem uso intenso do proselitismo via rádio e televisão, buscam espaço na política partidária, apoiados no princípio de que os homens de Deus devem se acercar do poder para o bem da sociedade” (Brandão; Jorge, 2019, p.83).

Os estudiosos da área agregam a esta onda os termos de neopentecostal e neopentecostalismo, que se dá no conjunto das práticas cristãs em associação “à tendência a gestão econômica empresarial de parte das igrejas criadas no período” (Brandão; Jorge, 2019, p.83). Esses termos não são utilizados pelas igrejas.

Em seus estudos sobre o protagonismo evangélico, Magali Cunha (2020) aponta alguns contextos socioculturais e políticos que corroboraram para o crescimento do movimento evangélico no Brasil. Dentre eles: 1) o fortalecimento do segmento Pentecostal com aumento do número de igrejas que provocou aumento da população evangélica; 2) a intensa ocupação nos espaços da mídia, como já visto anteriormente, como rádio e tv; 3) o crescimento do mercado da religião e avanço do marketing religioso, que consolida os cristãos como segmento de mercado; 4) maior ocupação dos evangélicos nas instituições políticas com a consequente consolidação da bancada evangélica¹⁰ no Congresso Nacional como Frente Parlamentar Evangélica e a ampliação dos esforços, da parte de algumas igrejas e de suas lideranças por mais presença e participação nos poderes legislativos, executivos e judiciário; e 5) um ativismo político entre evangélicos com discussão e realização de campanhas relacionadas a temas da pauta política, com convocação para ações públicas e intensa atividade online (Cunha, 2020, p.42).

Para Cunha (2020), a utilização das tecnologias e do mercado como aliados desses líderes de posturas conservadoras configura uma nova face do conservadorismo, por isso a denominação de neoconservadorismo como já visto no segundo capítulo (Vaggione, Machado, Biroli, 2020).

Na passagem do século XX para o XXI ocorreram mudanças identitárias entre os grupos evangélicos que foram se inserindo na política brasileira a partir de 1986, com as eleições para o Congresso Constituinte onde foi formada a primeira bancada evangélica (Cunha, 2020). Segundo a autora, até 2010 os parlamentares que compunham a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. “Suas vitórias consistiam em barrar o avanço de projetos considerados ofensivos à moralidade

⁹ Prática de desenvolvimento espiritual como caminho imprescindível em direção à Deus.

¹⁰ Termo de referência a uma frente parlamentar do Congresso Nacional brasileiro composta por políticos evangélicos de partidos distintos.

sexual religiosa: descriminalização do aborto e casamento gay, especialmente” (Cunha, 2020, p. 45).

A partir de 2010 a força evangélica na arena política se intensifica. Cunha (2020) cita alguns fatores interessantes, que merecem ser ressaltados, e que corroboraram para essa intensificação (Cunha, 2020): 1) Aliança feita entre PT com partidos com deputados evangélicos alocados com objetivo de superar a demonização da figura de Lula como comunista, ante igreja e abertura do governo a iniciativas e lideranças evangélicas; 2) Assembleia de Deus e A Igreja Universal do Reino de Deus iniciam projetos de ocupação política; 3) as grandes mídias deram destaque para projetos com tema dos direitos LGBTI+ debatidos no Congresso, somada a pauta da legalização do aborto, o que revigorou as bandeiras da moralidade sexual no plano da legislação pela Bancada Evangélica sob o rótulo de “Defesa da Família Tradicional”; 4) A eleição do deputado federal evangélico Eduardo Cunha à época como presidente da Câmara dos Deputados fortaleceu a articulação política evangélica e as pautas conservadoras. A liderança de Eduardo Cunha permitiu que pautas voltadas para a moralidade religiosa ganhassem espaço na Câmara, na forma de projetos de lei.

No Brasil, a emergência pentecostal evangélica com desdobramentos socioculturais e políticos se deu a partir de reconfigurações socioculturais, redefinições de comunidades, identidades étnicas, nacionais e alterações demográficas em função da religião católica (Burity, 2015).

De acordo com Machado (2021, p.85) essa configuração se deu após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. O impeachment, que se deu por conta das pautas progressistas que a presidenta defendia, modificou as configurações da arena política de tal modo que o deslocamento de setores evangélicos da base de apoio do governo do PT para oposição e “mais recentemente para a direita exigiu uma reconfiguração do discurso político desses atores religiosos na esfera pública” (Machado, 2021, p.85). Segundo a autora, todas essas alterações culminaram na possibilidade de uma redefinição ideológica com Bolsonaro em 2020 numa luta por uma hegemonia cultural:

Alteraram-se as circunstâncias econômicas, multiplicou-se o número de fiéis evangélicos na sociedade, a política de representação fortaleceu politicamente segmentos da Assembleia de Deus, da Universal e dos Batistas que também foram buscar na memória histórica discursos e práticas associadas aos cristãos no apoio aos militares nos anos 60 e 70. A ênfase na família e na moralidade já estava em discursos de alguns pastores como do batista Nilson Fanini (Cowan, 2014) e isto também precisaria ser destacado no texto, pois as revisões das configurações discursivas são dos dois lados – evangélicos de direita e de esquerda. [...] no pleito de 2002, Lula representava a possibilidade de redefinição do estatuto político dos evangélicos, em 2020, Jair Bolsonaro acenou com a possibilidade de redefinição ideológica na

sociedade e com o alargamento das benesses políticas para as mega igrejas evangélicas. A luta que era por representação política tornou-se uma disputa pela hegemonia cultural na sociedade brasileira (Machado, 2021, p.87).

Em 2016, Jair Bolsonaro deixa o Partido Progressista (PP) e se filia ao Partido Social Cristão (PSC), transferência simbolizada pelo batizado nas águas do rio Jordão pelo Pastor Everaldo, presidente do partido, a partir daí muitos acreditaram que Jair havia se convertido em evangélico (Machado, 2020, p. 48). Dois anos depois, a bancada Evangélica, denominada BBB (Bala/segurança, Boi/ruralista e Bíblia/Evangélica) apoiou fortemente a candidatura do então deputado Jair Bolsonaro à presidência da República, para o fortalecimento de projetos alinhados com os ideais conservadores (Machado, 2020). Sua eleição potencializou o protagonismo dos evangélicos na arena política. Segundo Magali Cunha (2020), Bolsonaro foi o primeiro presidente a enfatizar em campanha e em sua vitória um discurso cristão, conservador, de tendência evangélica. Sua candidatura foi apoiada também por católicos “identificados com o discurso ultraconservador, de extrema-direita, com propostas imediatistas e vingativas para pôr fim à violência urbana e para salvar a família contra uma suposta ditadura gay e feminista” (Machado, 2020, p.49), que como abordado no capítulo anterior, foi fruto de uma expansão do neoconservadorismo por diversos países do globo, especialmente os latinos.

Outro marco de descaso do governo Bolsonaro, foi a negligência perante a Pandemia do Covid-19. Em seus estudos, Guerreiro e Almeida investigaram as conexões entre o governo Bolsonaro e líderes pentecostais, no que diz respeito à gestão da pandemia:

Durante a pandemia, notamos que certas declarações de Bolsonaro eram previamente citadas nas lives de pastores evangélicos ou vice-versa, indicando uma clara sincronia. Isso foi evidenciado em muitas falas e atitudes: a recusa em fechar os templos religiosos; o uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da doença, como hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina e ivermectina; as desconfianças em relação às vacinas; a negação da eficácia do uso de máscara facial; a defesa de falsas terapias (como o feijão ungido anunciado pelo apóstolo Valdemiro Santiago); a falácia de que a contagem de mortes é exagerada, coincidindo com as fake news sobre supostos caixões e túmulos vazios ao redor do país; a insistência em uma falsa imunidade nacional [...] a eleição de um mosaico de inimigos do governo, como a imprensa, os cientistas, a OMS e os prefeitos e governadores; as expressões de indiferença; a negação em prestar condolências às famílias enlutadas; (Guerreiro; Almeida, 2021, p.54).

De acordo com Guerreiro e Almeida (2021), após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar a pandemia em março de 2020, alguns pastores especularam que haveria uma grande fraude nesse processo, uma histeria coletiva para confinar as pessoas, produzida internacionalmente para destruir o governo do presidente escolhido por Deus (Guerreiro; Almeida, 2021, p.63). O próprio Bolsonaro refutou as recomendações da OMS sobre a necessidade do isolamento social, uso de máscaras e da vacinação, colaborando para a

circulação de notícias falsas (Miskolci, 2023, p.03), incentivando o uso da mistura parcial ou total de Hidroxicloroquina, Azitromicina e Ivermectina, intitulado kit-Covid (Pereira, 2022). Vemos que a preocupação com a saúde pública foi agravada pela disseminação, do que se popularizou como Fake News, no ambiente digital, que contestavam medidas de enfrentamento e controle do contágio do vírus (Miskolci, 2023, p.03).

Segundo Guerreiro e Almeida (2021) essa discussão sobre as vacinas contra o vírus Covid-19 deu novo fôlego ao negacionismo pandêmico que escapou do âmbito científico. A própria CoronaVac, vacina produzida e testada no Brasil entre o Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac, foi apelidada de “vachina” (Guerreiro; Almeida, 2021, p.65) tendo sua compra suspensa sob a justificativa de que “O Povo brasileiro não será cobaia de ninguém” (Bolsonaro, 2020), publicado em seu Facebook (Poder 360, 2020).

Durante a pandemia, Bolsonaro proferiu várias frases que minimizavam a problemática e urgência da pandemia e desrespeitavam as famílias e as vítimas do vírus: “Tem a questão do Coronavírus, que no meu entender está sendo superdimensionado o poder destruidor desse vírus”, “esse vírus trouxe uma certa histeria”; “não vai ser uma gripezinha, que vai me derrubar, não”, “pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha, ou resfriadinho; “Eu não sou coveiro” (UOL, 2020).

Sobre o número de mortes no Brasil ter ultrapassado o da China em abril de 2020, Bolsonaro respondeu: “E daí? Lamento, quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (UOL, 2020); “Tudo agora é pandemia! Tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia. Aqui todos nós vamos morrer, não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” (Band Jornalismo, 2020). Essas e outras afirmações realizadas por Bolsonaro fazem com que a morte deixe de ser exceção e passe a ser banalizada, remetendo ao conceito de necropolítica de Mbembe (2018) em que o Estado tem o poder de decisão sobre quem pode morrer e quem deixar viver, escolhendo os corpos que são passíveis de morte, como afirmam os autores Guerreiro e Almeida (2021, p.66).

No âmbito da desinformação, ao realizar análise das postagens do ex-presidente Bolsonaro no Twitter, Pereira (2022) percebeu a disputa de narrativas como formas de manipulação e busca de poder. Ele observou a fabricação de um discurso para desacreditar quem poderia apresentar informações sobre o Covid-19 com maior lucidez e credibilidade (cientistas, historiadores, jornalistas, sociólogos, filósofos etc.). Com esses grupos desacreditados e com a população acrítica e apática (Pereira, 2022, p.909), foi mais fácil

manipular informações, confundindo a sociedade entre as fronteiras da verdade e da pós-verdade, impulsionadas por *fake news* e espalhadas por robôs (2022, p. 909) Para o autor, o conceito de pós-verdade está ligado a crenças e preconceitos. Ele traz os estudos de Schneider (2019) que diz que a pós-verdade consiste em um fenômeno socioinformacional, onde crenças infundadas exercem maior influência na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais (2019, p.74).

Depois de ter postagens apagadas e com alerta de que as informações veiculadas poderiam ser falsas, o ex-presidente tentou preparar um decreto para limitar a exclusão de publicações nas mídias sociais, que só seria permitida por decisão judicial (Vargas, 2021). A falta de regulamentação dos meios de comunicações digitais, pode ameaçar a democracia, devido a incertezas que envolvem a construção dos algoritmos (Pereira, 2022).

Segundo Miskolci (2023), as controvérsias sobre o enfrentamento da pandemia no Brasil foi além da negação da ciência, tampouco foi resultado da incapacidade da opinião pública de compreendê-la. O autor afirma que cabe o questionamento sobre o enquadramento do debate público no binário negacionismo versus ciência. Para ele, o enquadramento pode ter desviado o foco dos interesses políticos econômicos envolvidos na disputa das medidas contra a pandemia (2023, p.12). Segundo o autor, o mais provável era que parte da opinião pública desconfiava da mídia noticiosa estabelecida e não da ciência e que somente o diagnóstico do negacionismo científico não dá conta das disputas políticas envolvidas na pandemia (Miskolci, 2023, p.13).

A respeito da discussão sobre regulação no ambiente da internet, no ano de 2020, entrou em discussão o Projeto de Lei nº 2.630 de 2020 que instituía a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, conhecido por PL das *Fake News*:

Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei (PL 2.630, 2020).

Em 2022, a Câmara dos Deputados rejeitou o PL 2.630/2020 por insuficiência de votos do requerimento de urgência da proposta de impedir as *fake News*, atualmente, no dia, 02 de maio de 2023, o processo entrou em situação de despacho para distribuição às Comissões de Comunicação; Finanças e Tributação sujeito à apreciação do Plenário em regime de tramitação de urgência. Além disso, a investigação da Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu que Bolsonaro falsificou o seu certificado de vacinação, investigação originada de um pedido à lei

de acesso à informação (LAI) no fim de 2022. A investigação constatou que Bolsonaro não estava na Unidade Básica de Saúde (UBS) Parque Peruche, em 19 de julho de 2021, como constava no cartão de vacina (Agência Brasil, 2024). O ex-presidente, já responde a quase 600 processos na Justiça, segundo levantamento feito pelo PL, partido do qual fazia parte e que é responsável pelo custeio da defesa de Bolsonaro na maioria das ações (Agostini, 2023). Atualmente, Jair Bolsonaro é inelegível para a presidência até o ano de 2030, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o condenou por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação (Prazeres; Mori, 2023).

Apesar do fim da pandemia do Covid-19 no Brasil e do término do governo Bolsonaro em 2022, o episódio se tornou um caso emblemático em nossa política que revela as consequências de um sistema político conservador, influenciado pelos interesses político-econômicos de líderes neopentecostais, que acarretou em mortes, violência, desinformação, descrédito midiático e que possibilitou e possibilita ainda várias vertentes de exploração e materiais de pesquisa.

O aumento do percentual de evangélicos na população ampliou o impacto potencial das lideranças evangélicas sobre os debates públicos e sobre as formas de regular legalmente a ordem sexual, ou seja, o movimento evangélico ganhou grande força (Vaggione, 2020), como pudemos ver. Nesse processo, o discurso “pró-vida” foi reforçado pela bancada evangélica no Congresso Nacional, que dissemina argumentos conservadores e coloca o movimento feminista e LGBTQIA+ como principal inimigo (Gomes, 2017, p.20). Por isso, entender quem são os grupos evangélicos que se consolidaram nos últimos anos e de que tipo de desinformação estamos falando quando pensamos no contexto que vivemos, após a Pandemia do vírus Covid-19 e no contexto das próprias mulheres evangélicas participantes desta pesquisa, é de extrema relevância.

3.1 Desinformação e seus distintos conceitos

Temáticas de gênero sempre são atacadas antes e durante o estabelecimento de governos fascistas e neoconservadores, sendo a comunicação e a propagação de conteúdos desinformativos cruciais para o sucesso desses governos, que se aproveitam da própria ineficácia do Estado em avançar na educação sobre direitos sexuais e reprodutivos. Mesmo nas eleições para 2022, a pauta sobre o aborto estava no radar dos políticos conservadores e Lula

precisou afirmar algumas vezes que era contra o aborto¹¹. O documentário ‘Gênero Sob Ataque’¹² mostra a disputa para a presidência no ano de 2018 e a emergência da extrema-direita nos países da América Latina como Peru, Colômbia e Brasil. No Peru, o conservadorismo pelos grupos religiosos iniciou protestos que ganharam proporções internacionais como a #ConMisHijosNoTeMetas abafando a tentativa do governo de lançar ideais baseados na igualdade de direitos e a tentativa de falar sobre a violência sexual.

Na Colômbia, com mais de 52 anos de guerra entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano na tentativa de um tratado de paz, que quase foi alcançado pelo ex-presidente Juan Manuel Santos, uma das condições era que a comunidade LGBTQIA+ e mulheres, grupos que mais sofreram no conflito, fossem reconhecidos como vítimas. Paralelamente, uma cartilha educativa baseada na equidade de gênero estava sendo proposta pela ex-ministra da Educação Gina Parody. Foram muitos os conteúdos desinformativos que surgiram de que o Ministério da Educação queria ‘homossexualizar’ todos os estudantes do país. Nas redes sociais, imagens circularam com montagens de uma cartilha que mostrava desenhos de casais homossexuais. Mesmo depois que o Ministério da Educação retirou de circulação o uso da cartilha - que na verdade se tratava de desenhos pornográficos de um roteiro para adultos na Bélgica - a demonização das pautas de gênero já havia ganhado espaço. O fato de a palavra ‘gênero’ constar no tratado de paz foi suficiente para que os conservadores fizessem com que a sociedade também não o desejasse, embora as questões fossem diferentes e a sociedade colombiana, naquela época, dissesse ‘não’ ao desarmamento das FARC, resultou na não assinatura do tratado de desarmamento.

No Brasil, onde a cada uma hora surge uma nova organização religiosa¹³, em que a segunda emissora mais assistida, TV Record, pertence ao fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e televangelista Edir Macedo, o debate contra as políticas de igualdade de gênero é uma das bases dos regimes neoconservadores. Com uma grande bancada parlamentar contra os direitos sexuais e reprodutivos, o Plano Nacional de Educação¹⁴ não conseguiu acrescentar um plano baseado nos direitos de gênero, nem o kit antilgbtfofia, pejorativamente conhecido por conteúdos falsos como kit gay. Para o país, os conservadores acreditavam que precisavam de alguém que pudesse ser a mão de Deus, executando a gestão com rigor, ordem e disciplina,

¹¹ Eleições 2022: as contradições de Bolsonaro e Lula sobre aborto” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63265227>

¹² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M. Acesso em 02 ago 2022.

¹³ Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/noticias/2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-hora-pais>

¹⁴ O Plano Nacional de Educação é um documento editado periodicamente, através de lei, que compreende desde diagnósticos sobre a educação brasileira até a proposição de metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do setor.

perfil que correspondia a Jair Bolsonaro que conquistou a presidência com campanha baseada em conteúdos falsos disseminados pelas redes sociais e pelo WhatsApp.

De acordo com as autoras que estudam política e gênero, a ideologia e movimentos políticos conservadores se desenvolvem em resposta ou em resistência a situações de hipermodernidade, de mudança nas estruturas sociais e políticas (Barrancos, 2022; Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Esses regimes têm como característica apresentar “a defesa da moral cristã e o modelo tradicional de família, onde uma parte significativa do ativismo religioso prega a noção de maternidade compulsória¹⁵ e a não existência de direitos civis à população LGBTQIA+” (Gomes, 2017, p.116).

Assim como os exemplos citados, onde segmentos politicamente minoritários, como LGBTQIA+ e mulheres, desafiaram a ordem estabelecida, se fortalecendo a ponto de ser uma ameaça aos fundamentos ideais das instituições políticas, houve a ascensão do fundamentalismo religioso. Focando na questão do aborto, Barrancos (2022) faz um resumo dessa ascensão do fundamentalismo de origem cristã e da atuação da religiosidade evangélica no movimento “antidireitos”, termo que, em sua perspectiva, substitui melhor o termo “pró-vida”:

O fundamentalismo, então, é de origem cristã, embora mais tarde tenha se estendido à consideração de experiências de integridade religiosa/étnica/política a outros grupos não cristãos ocidentais e não ocidentais. Sem dúvida, então, outra fonte significativa que combate a ideologia de gênero na América Latina vem da religiosidade evangélica, que sustenta a ordem natural dos sexos, a inexorável demarcação biológica, as características concedidas pela anatomia e fisiologia, e representa novamente a orientação sexual dissidente e qualquer mudança sexo-genérica como uma abdução demonológica. Essas atitudes e condutas têm sido geralmente caracterizadas como "antidireitos", um termo mais apropriado do que o anterior "pró-vida", porque sintetizava de forma imprecisa sua perspectiva antiaborto. Nas atuais circunstâncias de nossas sociedades latino-americanas, com a extensão dos direitos humanos para além das situações regressivas vividas em alguns países, as pressões antidireitos vigoraram, especialmente diante das demandas de prerrogativas para as mulheres e para a diversidade de gênero. Na Colômbia, posições adversas à ideologia de gênero foram relevantes para a perda do plebiscito relacionado à paz (2016), foram em certa medida responsáveis pela queda de Dilma Rousseff no Brasil (a bancada "evangélica" representava 17% no momento do impeachment) e foram também significativas na eleição de Jair Bolsonaro (Barrancos, 2022, p. 261).

Embora a ascensão da extrema-direita nos países tenha ficado mais evidente a partir da eleição de governos conservadores, essa foi uma caminhada traçada, como já dito, desde as primeiras décadas do século XIX. Na perspectiva comunicacional no Brasil, muitos estudos demonstraram a ineficácia, tanto da mídia televisiva quanto da mídia online, em promover um debate construtivo a respeito do aborto no Brasil. O debate se deu tal qual a divisão social: de

¹⁵ Segundo a psicóloga Fernanda Allegretti maternidade compulsória é o termo que denomina uma ideiação de que a maternidade é natural, instintiva a todas as mulheres e, portanto, uma obrigação.

um lado consumidores conservadores com acesso à argumentos pró-vida, com visão estereotipada das mulheres, de outro, veículos progressistas, muitas vezes feministas, colocando a mulher no centro do debate, direcionados para um nicho já bem delimitado e progressista¹⁶. A exemplo, temos os estudos de Gomes (2017) que percebeu que o Jornal Folha de São Paulo, a respeito da construção da narrativa sobre o aborto, se utilizou da religiosidade cristã e da ciência, consolidando a premissa de que as mulheres que optam pela interrupção da gravidez são assassinas ou promíscuas (Gomes, 2017, p.123). Imaginário já consolidado entre a camada popular conservadora e argumento encontrado em grande parte nas matérias.

Essa estratégia dos meios conservadores para fundamentar seus argumentos sobre a discussão, além de contribuir para a ausência do debate sobre legalização do aborto (Gomes, 2017, p.113), ao colocarem a temática à margem do papel do Estado e da gestão da economia a longo prazo, foi fundamental para promover a insuficiência de um debate sobre a temática e a disseminação de desinformação a respeito dos direitos sexuais reprodutivos e questões de gênero, dividindo ainda mais nossa sociedade. Isso porque, assim como as instituições primárias (família, religião e escola) são fundamentais na formação pessoal e social das sujeitas e dos sujeitos, os meios de comunicação são importantes meios de autoafirmação de identidades, conteúdos e visões de mundo (Gomes, 2017, p.43).

Seguindo essa mesma linha, de acordo com Gelfert (2018, p.88)¹⁷, as notícias servem não apenas como fonte direta de novas crenças, mas fornecem uma cobertura epistêmica, que protege o conhecimento existente, tornando-nos cientes das mudanças do mundo. Ele afirma que se a cobertura epistêmica de nosso ambiente for insuficiente, não seremos informados de forma confiável sobre mudanças significativas no mundo ao nosso redor e os conhecimentos adquiridos serão gradualmente corrompidos (Gelfert, 2018, p. 88). Por isso é fundamental compreender o papel da desinformação na construção de um Estado neoconservador.

Para compreender a discussão em torno da desinformação, é importante conhecer alguns conceitos referentes à temática. Para tanto, parto dos estudos de Stahl, (2006), Wardle e Derakhshan (2017)¹⁸ a respeito do fenômeno. Há uma discussão em torno do termo “*Fake News*”, pois elas existem desde o surgimento do telégrafo no século XIX aos algoritmos das

¹⁶ Entende-se “progressistas”, como a denominação da camada da sociedade que tem valores e ideais considerados de “esquerda” e apoiam a diversidade de gênero e sexual. Entende-se “conservadores”, pela camada da sociedade que possui um discurso fundamentalista cristão.

¹⁷ Texto originalmente em inglês com tradução de autoria própria.

¹⁸ Ambos os artigos de Stahl (2006) e Wardle e Derakhshan (2017) estão em inglês sendo usada a tradução de autoria própria.

mídias sociais contemporâneos, se renovando com novas possibilidades de fabricar e enganar (Stahl, 2006, p.90), não sendo possível apenas uma única definição para este termo.

Segundo Wardle e Derakhshan (2017), a utilização do termo *Fake News* foi apropriada por políticos de todo mundo para descrever organizações de notícias cuja a cobertura consideram desagradável, tornando o termo um mecanismo de repressão, restrição, descredibilização e escape dos poderosos em relação a imprensa livre. O próprio selo vermelho “FAKE”, foi apropriado por websites, organizações e figuras políticas identificadas como não confiáveis por verificadores de fatos (Wardle; Derakhshan, 2017, p.16)¹⁹.

Para Stahl (2006), as *fake news* ou notícias falsas, dependendo da inserção social dos sujeitos podem se distinguir entre informações erradas (*misinformation*), reivindicações que inadvertidamente levam à alienação, e disseminação de informações deliberadamente falsas (*disinformation*) em que o originador sabe ser alienante, mas o propõe ainda assim (Stahl, 2006, p.91).

O que testemunhamos nos últimos anos é uma poluição da informação em escala global (Wardle; Derakhshan, 2017). Uma rede complexa de motivações para criar, disseminar e consumir mensagens ‘poluídas’, com conteúdos e técnicas dos mais variados tipos, inúmeras plataformas que hospedam e reproduzem o conteúdo de maneira rápida, entre pares (Wardle; Derakhshan, 2017, p.05). Para Wardle (2020), o termo *fake news* por si só e, atrelado a utilização pelos políticos já mencionada acima, é insuficiente para definir o fenômeno complexo de poluição da informação, mesmo porque muitos dos conteúdos que circulam não são falsos, mas usados fora de contexto e utilizadas por aqueles que sabem que informações com fundo de verdade têm mais chances de serem verdadeiras e compartilhadas (2020, p.08). Vivemos no que a autora chama de ‘Desordem de informação’ (Wardle, 2020).

Um aspecto deprimente dos últimos meses é que, embora tenha resultado num número surpreendente de relatórios, livros, conferências e eventos, produziu pouco mais do que oportunidades de financiamento para investigação e desenvolvimento de ferramentas. Uma das principais razões para estagnação, argumentamos, é a ausência de rigor de definição, que resultou num fracasso no reconhecimento da diversidade da informação errada e da desinformação, seja na forma, na motivação ou na disseminação (Wardle; Derakhshan, 2017, p.15).

A Desordem da informação é definida por três fenômenos: Desinformação (*Dis-information*); Mesinformação (*Mis-information*) e Malinformação (*Mal-information*). Na Desinformação, o conteúdo é intencionalmente falso e criado para causar danos. É motivado por ganhar dinheiro, ter influência política e ou causar problemas (Wardle, 2020, p. 10). Ao ser

¹⁹ Tradução Própria

muito compartilhada essa Desinformação se transforma em Mesinformação. Esse fenômeno descreve conteúdo falso, mas quem compartilha não sabe que é falso ou enganoso. A motivação do compartilhamento desses conteúdos ‘*mesinformativos*’ é sociopsicológica, se refere à identidade, conexão entre ‘suas próprias tribos’, a exemplo, membros de uma mesma comunidade, como partidos políticos, ativistas climáticos, etc. “Pessoas que compartilham esse tipo de conteúdo raramente o fazem para causar danos. Em vez disso, ficam presos no momento, tentando ser úteis, e não conseguem inspecionar adequadamente as informações (Wardle, 2020, p.21). A Malinformação descreve informações genuínas compartilhadas com objetivo de causar danos.

Quadro 1 – Fenômenos da Desordem da informação

Desinformação	Conteúdo intencionalmente falso, criado para causar danos.
Mesinformação	Conteúdo falso compartilhado por quem não sabe que é falso.
Malinformação	Informações genuínas com objetivo de causar danos.

Fonte: Autoria própria

Wardle (2020) divide os conteúdos falsos em sete categorias: 1) Sátira ou paródia: usada estrategicamente para contornar plataformas de checagem e distribuir rumores e conspirações em que questionamentos podem ser contornados sob a justificativa de que o conteúdo não foi criado para ser levado a sério; 2) Conexão falsa: também chamada de armadilhas de clique, são notícias (manchetes, imagens ou legendas) com linguagem sensacionalista para gerar cliques que não têm conexão com o conteúdo; 3) Conteúdo enganoso: uso enviesado de informações para enquadrar um problema ou indivíduo (fragmentos de citações para apoiar um argumento, citar estatísticas de modo que se alinhem com um posicionamento, não cobrir algo para não prejudicar um argumento). A essas três, a autora atribui dano baixo. 4) Contexto falso: Conteúdo genuíno, reformulado de maneira perigosa; 5) Conteúdo Impostor: conteúdo falso ou enganoso imitando fontes genuínas como logotipos, jornalistas conhecidos, etc.; 6) Conteúdo manipulado: informações ou imagens genuínas são manipuladas para enganar, relacionado mais frequentemente a imagens ou vídeos; 7) conteúdo fabricado: 100% falso (Wardle, 2020). Esses quatro tipos são considerados conteúdos de dano alto.

A desordem da informação (Wardle; Derakhshan, 2017) possui três fases: criação da mensagem, produção da mensagem para se tornar produto midiático, distribuição para o público. Nessas fases há três elementos que as compõem: um agente, a mensagem e o intérprete (2017, p.21). Segundo os autores, precisamos conhecer cada um desses elementos. Saber quem

são esses agentes que criam, produzem, distribuem e pelo que são motivados. Além do tipo de mensagem, qual formato e características e por último, quando essa mensagem foi recebida como foi interpretada, que medidas foram tomadas (Wardle; Derakhshan, 2017, p.22).

Os agentes estão nas três fases da cadeia informacional, podendo ser oficiais (serviço de inteligência, partidos políticos, organizações de notícias) ou não oficiais (grupos de cidadãos) (Wardle; Derakhshan, 2017, p.25). Eles podem trabalhar individualmente, organizações ou grupos improvisados em torno de organizações comuns. Segundo os autores, os potenciais fatores que motivam esses agentes são: financeiro (lucro com a desordem informacional por meio de publicidade), político (influenciar a opinião pública ou desacreditar candidato), social (conexão com grupo online ou offline) e psicológico (busca de prestígio ou reforço) (2017, p.27). “Analisar o que motiva os agentes não só proporciona uma compreensão mais profunda de como funcionam as campanhas de desinformação ou má informação, como também aponta possíveis formas de lhes resistir” (Wardle; Derakhshan, 2017, p.34). Os autores ainda citam outras perguntas que podem ajudar a compreender ainda mais os agentes: quais públicos pretendem atingir? utilizam tecnologia automatizada?; Eles pretendem enganar?; Eles pretendem prejudicar? (2017, p.34).

As mensagens podem ser comunicadas por esses agentes pessoalmente (a exemplo, temos os discursos já mencionados no tópico anterior do ex-presidente Jair Bolsonaro), em texto (artigos de jornais, panfletos), ou em material audiovisual (fotografias, memes, vídeos, áudios). Segundo Wardle e Derakhshan (2017, p.27) algumas perguntas podem ajudar a entender a mensagem: quão durável é a mensagem?; quão precisa é a mensagem?; É legal?; É conteúdo impostor?; qual o alvo pretendido da mensagem? (aqueles que estão sendo desacreditados pelo conteúdo) (Wardle; Derakhshan, 2017, p.27).

O intérprete, que pode ser um ser individual ou uma comunidade, raramente são receptores passivos, cada um interpreta a informação de acordo com suas posições socioculturais, políticas e experiências pessoais. “Os tipos de informação que consumimos e a forma como lhes damos sentido são significativamente impactados pela nossa auto-identidade e pelas tribos com as quais nos associamos” (Wardle; Derakhshan, 2017, p.28).

Aqui adentramos no conceito de bolhas epistêmicas e câmaras de eco. Elas são fundamentais para refletir os fenômenos atuais que ocorrem em nossa sociedade. Para Nguyen (2018), quando se fala do fenômeno da pós-verdade e das *fake news* é fundamental distinguir uma bolha epistêmica (epistemic bubbles) de uma câmara de eco (echo chambers).

As bolhas epistêmicas se caracterizam pela carência da exposição à informação e argumentos relevantes, nelas outras vozes não são ouvidas. As bolhas epistêmicas excluem por

omissão (Nguyen, 2018). “Elas podem se formar sem más intenções, por meio de processos comuns de seleção social e formação de comunidades. Procuramos manter contato com nossos amigos, que também tendem a ter visões políticas semelhantes” (Nguyen, 2018, p.02).

As câmaras de eco, por outro lado, são mais nocivas. Nelas, as pessoas foram levadas a desconfiar sistematicamente de todas as fontes externas, outras vozes são ativamente abafadas e desacreditadas por um processo deliberado e ativo. Existe a manipulação da confiança e da credibilidade (Nguyen, 2018), onde seus membros compartilham crenças que incluem razões para desconfiar daqueles que estão de fora.

Nesse ambiente, independente da capacidade de convencimento da mensagem para um observador neutro, informações que desafiam o senso de identidade, ou seja, se opõem a visão de mundo, se tornam mais fácil de serem ignoradas e ter resistência (Wardle; Derakhshan, 2017). Por outro lado, o fascínio emocional de estar situado dentro de nossas próprias bolhas, onde nossas visões de mundo são apoiadas e reforçadas por “notícias confirmatórias” é muito poderoso (2017, p.42).

Com o maior acesso à internet e a possibilidade de criação de conteúdo para além do tradicional, como blogs, redes sociais, etc, a internet desempenha um papel importante na onda da poluição de informações e na formação tanto de bolhas epistêmicas, quanto das câmaras de eco. Wardle e Derakhshan (2017) ressaltam que embora as pesquisas foquem mais na desinformação no ambiente da internet, não podemos esquecer que a informação viaja de boca em boca (2017, p.40).

Uma visão importante e que levo em consideração para compreender por que alguns tipos de desinformação são mais consumidos e partilhados é que para além da visão da transmissão, em que os meios de comunicação são vistos como instrumento de difusão do conhecimento, com questões como os efeitos na audiência, é preciso olhar também do ponto de vista das teorias sociais e psicológicas, que trazem uma visão ritualística da comunicação (Wardle; Derakhshan, 2017). Nessa visão ritualística, o ato de acessar informações não se dá pela necessidade de novas informações, mas sim por uma confirmação de uma visão de mundo retratada, um sentimento de ligação a outras pessoas ou filiação a uma identidade específica (Wardle; Derakhshan, 2017):

Proporcionam espaços seguros para partilhar crenças e visões de mundo com outras pessoas, com pouco medo de confronto ou divisão. Eles permitem nos “apresentar” as nossas identidades moldadas pelas nossas visões de mundo com outras pessoas que compartilham essas visões de mundo. Este comportamento não é novo, mas as plataformas capitalizaram estas tendências humanas, sabendo que iriam encorajar os utilizadores a passar mais tempo nos seus sites (Wardle; Derakhshan, 2017, p.50).

Essa ótica nos ajuda a compreender porque as câmaras de eco são tão apelativas e que furar bolhas requer mais do que fornecer informações diversas (Wardle; Derakhshan, 2017, p.56). Cabe assim, pensar no papel das crenças no processo de desinformação.

Haro (2006) explica que o conceito de crença se dá em crer em algo sem precisar de provas. São interpretações da realidade irrefutáveis pela argumentação lógica ou por provas objetivas que vão de encontro à crença e que se afirmam pela própria crença e pela fé (Haro, 2006). Destaco que na pesquisa do autor, ele parte de processos históricos em que ideologias e crenças impactaram negativamente a ponto de resultarem em genocídios, a exemplo o nazismo (Haro, 2006).

Ao utilizar seus estudos, opto por trazer sua discussão a partir da ótica da própria dissertação, partindo da perspectiva da religiosidade na constituição de vida das participantes desta pesquisa, entendendo que as crenças religiosas fazem parte das bases de suas linhas argumentativas e estão intimamente ligadas aos seus valores morais.

Haro²⁰ (2006) afirma que todo crente acredita estar na posse da verdade e parece ser incapaz de deixar seu mundo. Para o autor, vivemos em dois mundos: um imaginário e o real, isso porque a angústia e os desejos nos levam a imaginar mundos irreais, mas precisamos viver na realidade (2006, p.20). Nas crenças, vivemos neste mundo fantástico, imaginário criado pela necessidade e esforço em interpretar a realidade. No entanto, crentes, e aqui me refiro simplesmente a pessoas que creem em algo, confundem a interpretação do mundo com a própria realidade, ou seja, o que pensa sobre o mundo se confunde com sua própria realidade “y no se cae en la cuenta de que entre lo que se piensa y la realidad puede haber un abismo” (Haro, 2006, p.23).

Para além do aspecto cognitivo, as crenças dizem respeito a criação de um mundo e uma maneira de ser. A pessoa que crê, não só vê o mundo de determinada maneira, como ela mesma é transformada por ele (Haro, 2006, p. 24). Por seu valor afetivo, mudanças de perspectivas em relação às próprias crenças perpassam processos dolorosos e difíceis:

Las creencias tienen un gran valor afectivo para el sujeto. Son la casa en la que vive el hombre, donde dice sentirse seguro, donde puede luchar por su existencia y en la que se siente alguien, en la que se siente ser. Por ello, los cambios de creencias suelen ir precedidos de una gran crisis vital, porque todo se transforma, incluso la misma esencia de sí mismo, y siente moverse bajo sus pies el mundo en el que ha creído vivir (Haro, 2006, p.24).

Entender que as crenças fazem parte do processo de constituição dos seres humanos é importante para pensarmos como dito acima, a respeito do aspecto da comunicação a partir de

²⁰ O texto original do autor está em espanhol, sendo usada a tradução de autoria própria.

uma visão ritual. Carey (2008) afirma que essa visão ritual diz respeito à manutenção da sociedade no tempo pela representação de crenças compartilhadas, vai além do aspecto de transmissão de mensagens, os quais estamos habituados. Os ideais comunitários, como o autor chama, estão incorporados materialmente, seja em danças, pelas arquiteturas, notícias, discursos, e criam uma ordem simbólica que opera para fornecer confirmações, não para alterar atitudes ou mudar mentes, mas para manifestar processos sociais contínuos e frágeis (Carey, 2008, p.15).

Um exemplo, dado pelo autor, que ajuda no processo de entendimento entre as duas perspectivas, é o jornal. Sob uma perspectiva de transmissão de comunicação, o meio é visto como instrumento de divulgação de notícias e conhecimento. As questões giram em torno dos efeitos na audiência, se as notícias são esclarecedoras ou não, se geram credibilidade ou dúvida. Já a visão ritual focaria na visão particular do mundo tratada e confirmada no processo de leitura e escrita da notícia, em que os leitores, na medida que leem, se envolvem (Carey, 2008, p.17).

Ainda que seja um texto antigo, as definições de perspectivas comunicacionais trazidas por Carey (2008), assim como os outros autores mencionados, nos permitem visualizar a amplitude da discussão em torno da comunicação, em específico, para os fins deste trabalho, da circulação, produção, mas também da reafirmação de crenças, seja no ambiente virtual ou *offline* que influem diretamente na atitude desinformativa e no ambiente desinformativo em que vivemos hoje. São processos que estão intimamente ligados às noções de ‘verdade’ que cada pessoa carrega em si e que reverberam nos ambientes tanto digitais, quanto não digitais.

No próximo tópico, veremos, a partir de conteúdos produzidos durante o governo Bolsonaro, seja na manchete ou no conteúdo, como aparecem conteúdos desinformativos sobre aborto, a fim de visualizar na prática como se dá a discussão apresentada neste tópico e os desafios, do ponto de vista da desordem de informação, quando falamos em aborto.

3.2 Agência Lupa e as verificações de *fake news* no governo Bolsonaro sobre aborto

A Lupa, fundada em 2015, atua como uma agência de checagem e se denomina como uma plataforma de combate à desinformação por meio de *fact-checking* ou checagem de fatos, e educação midiática. Por isso, foi selecionada para os fins desta pesquisa. A metodologia de busca dos dados referentes ao conteúdo sobre aborto na plataforma se deu da seguinte forma: na caixa de busca utilizei a palavra “aborto” para fazer o primeiro filtro, a busca me deu sessenta (60) resultados. Desses 60 optei por fazer mais dois filtros: conteúdos produzidos de 2019 a 2022, período de duração do governo Bolsonaro, e que tivessem a palavra “aborto” também na

manchete do conteúdo, obtendo um total de 14 matérias²¹, com exceção de duas que não tem aborto na manchete, uma que considere importante por se tratar de propostas de lei ideológicas deixadas pelo governo Bolsonaro e outra por ser sobre conteúdos falsos que o veículo teve que desmentir. Abaixo, seguem os títulos das 14 matérias:

Quadro 2- Manchetes relacionadas ao aborto que a Lupa precisou desmentir

	Título	Tipo	Data
01	Os 5 boatos mais absurdos verificados pela Lupa em 2022	Reportagem	28/12/2022
02	Deputados bolsonaristas deixam 72 projetos de lei ideológicos em tramitação	Reportagem	26/12/2022
03	É falso que vacina contra covid-19 causou aborto em 100% das gestantes em estudo da Pfizer	Verificação	08/02/2022
04	É falso que vacina da Covid-19 aumentou abortos e causa AVCs em pilotos de avião	Verificação	21/01/2021
05	É falso que pesquisa mostrou que 82% das grávidas sofrem aborto espontâneo após vacina	Verificação	13/07/2021
06	É falso que Manuela d'Ávila disse que aborto era única saída para não criar filho de 'vagabundo'	Verificação	16/03/2021
07	É falso que Assembleia Nacional da França aprovou 'aborto até 9 meses de gestação'	Verificação	12/08/2020
08	É falso que Câmara aprovou a legalização do aborto durante pandemia	Verificação	11/07/2020

Quadro 2 - Manchetes relacionadas ao aborto que a Lupa precisou desmentir

(continuação)

	Título	Tipo	Data
09	Damares erra sobre militância contra aborto, ataques de Bolsonaro a jornalista e orçamento do ministério	Checagem	11/03/2020
10	É falso que mulher cheirando cocaína em foto seja 'ativista pró-aborto do PSOL'	Verificação	10/02/2020
11	Mulher usou fantasia com bebê e útero exposto no Halloween, não em protesto pró-aborto	Verificação	07/02/2020
12	Imagem de mulher destruindo boneco não é 'ensaio pró-aborto'	Verificação	09/10/2019
13	Imagens de 'cabeças de bebês em alimentos não são de 'chá de aborto' promovido pela esquerda'	Verificação	23/09/2019
14	Barroso erra dados sobre criminalização do aborto e evasão no ensino médio	Checagem	01/06/2019

²¹ Links das matérias disponíveis nas referências.

Fonte: A autoria da pesquisadora.

A primeira matéria (1) é uma reportagem com os cinco boatos mais absurdos de 2022, sendo eles: Lula morreu e foi trocado por um sósia; G1 noticiou que Lula vai adotar pronome neutro na bíblia e retirar nome de Jesus; vacinas transformarão as pessoas em antenas de sinal 5G; vacina contra o Covid-19 causou aborto em 100% das gestantes; deputada do Psol propôs criação da profissão de ladrão com direito a aposentadoria.

Podemos perceber que os boatos perpassam por questões religiosas, de gênero, demonização de políticos da esquerda e a construção de teorias da conspiração, além da perda da credibilidade de meios de comunicação considerados confiáveis. “Um dos meios que produtores de desinformação usam para legitimar suas criações é falsificar títulos de reportagens inexistentes em veículos de comunicação confiáveis” (LUPA, 2022).

Sobre a matéria 02, que refere-se a 72 projetos ideológicos neoconservadores, destaco aqui dois projetos de lei referentes ao aborto sendo PL 232/2021, que torna obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual e PL 3.415/2019, que agrava a pena para a venda de remédios abortivos e aumenta o valor da multa para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto. Destaco também projetos ligados às questões de gênero, todos estabelecendo o sexo biológico como critério de definição de gênero, além de uma série de violações às pessoas não-binárias e de sexualidades dissidentes.

As matérias 03, 04 e 05 são verificações a respeito da informação de que a vacinação da Pfizer estaria causando efeito abortivo nas mulheres, dentre outros efeitos. Aqui saliento o fato de que o conteúdo desinformativo foi gerado a partir de uma médica Maria Gadelha Serra, no 2º Congresso Conservador Liberdade e Democracia, que aconteceu em Florianópolis em novembro de 2021, com a utilização de dados já deturpados anteriormente, assim como na matéria 05, em que os 82% foi uma interpretação errônea de dados apresentados na pesquisa, na verdade o número correto seria de 12,6%.

A matéria 06 é sobre uma peça desinformativa com intuito de atacar Manuela d'Ávila, antiga deputada (PCdoB/RS). A matéria 10 refere-se a um conteúdo falso referente a uma suposta integrante do PSOL e professora ativista pró-aborto que estaria em um protesto de educação cheirando cocaína. A matéria 11 refere-se a uma peça desinformativa onde uma mulher seria uma feminista pró aborto, outras similares são as matérias 12 e 13, sendo a 12 sobre um possível ensaio fotográfico pró-aborto de uma feminista e a matéria 13, a circulação de uma mulher de esquerda realizando um ‘chá de aborto’.

A fala de Manuela, que sempre deixou explícito ser a favor da descriminalização do aborto, a narrativa sobre a professora, que não existe, pois a fotografia possui texto manipulado, sendo inventado tanto o nome da professora, quanto a marcha pela educação e os outros três - em que na matéria 11, a moça estava vestida para o Halloween, na matéria 12 tratava-se de um ensaio fotográfico de uma canadense denominado Baby Smash e 13 tratava-se de uma coleção de mini esculturas de gesso, chamada *A Little Heart*, de uma artista plástica chamada Lim Qi Xuan - são peças desinformativas produzidas com intuito de desmoralizar o movimento feminista, as feministas e pessoas com ideais políticos considerados de esquerda, perpetuando uma visão que circula na sociedade brasileira, de que mulheres que são a favor do aborto, mulheres ativistas, políticas são feministas radicais, extremistas, assassinas, doentes, etc.

As matérias 07 e 08 são sobre conteúdos inventados de que o aborto havia sido legalizado na França (matéria 07) e no Brasil (matéria 08). As matérias 09 e 14 referem-se a momentos em que políticos se equivocaram na exposição dos dados em suas narrativas dando informações erradas ou exagerando nos dados expostos.

O conteúdo da Lupa nos mostra o seguinte quadro: descrédito da mídia tradicional, teorias da conspiração absurdas que precisam ser constantemente desmentidas, a tentativa de propagar e demonizar mulheres, feministas e movimentos de esquerda, conteúdos desinformativos gerados em falas públicas por personalidades públicas, como os políticos e especialistas, como médicos(as). Todos esses ataques, além de virem como peças de desinformação, também tramitam como projetos de lei conservadores deixadas para votação ao fim do governo Bolsonaro. São projetos que ferem mulheres, pessoas de sexualidades dissidentes e políticas, além de outras que não foram analisadas por não caberem neste trabalho.

Ao classificar essas matérias por tipos de conteúdo falso propostos por Wardle (2020), temos o seguinte quadro:

Quadro 3 - Classificação das matérias por conteúdo falso

Matéria	Tipo de desordem	Dados relevantes
01	1. Conteúdo manipulado e contexto falso; 2. Conteúdo fabricado e impostor; 3. Conteúdo enganoso e falso; 4. Conteúdo enganoso e contexto falso; 5. Conexão falsa.	São cinco boatos.
02	_____	Não é conteúdo falso.
03	Conteúdo manipulado e contexto falso	O conteúdo falso se embasa em um relatório real e o distorce.

04	Conteúdo manipulado e contexto falso	O conteúdo falso se embasa em uma pesquisa real e a distorce.
05	Conteúdo manipulado e contexto falso	O conteúdo falso tem dado retirado de um estudo real e enviesado por uma matemática propositalmente errada.
06	Conteúdo fabricado e enganoso	O conteúdo falso traz uma frase nunca dita por Manuela D'Ávila sobre aborto com objetivo de causar danos à mesma num momento de eleição.
07	Conteúdo manipulado e contexto falso	O conteúdo falso tem como base uma emenda acrescentada no projeto de lei sobre biótica da França, em que o conteúdo base foi distorcido e publicado em formato de matéria.
08	Conteúdo fabricado e enganoso	O conteúdo falso cita dois projetos de lei que não fazem referência ao aborto e possuem Rodrigo Maia como alvo.
09	Conteúdo fabricado e enganoso	A matéria trata de discursos proferidos por Damares Alves que acabam por ser falsos, na medida em que, há dados que comprovam o contrário e enganoso porque tem como objetivo apoiar seus argumentos.
10	Conteúdo manipulado e enganoso	O conteúdo falso é uma imagem manipulada com objetivo de atacar a pauta da discussão sobre descriminalização do aborto e também o próprio partido PSOL.
11	Conteúdo manipulado e enganoso	Trata-se de uma foto, não manipulada, de manchete manipulada com intuito de atacar o movimento feminista e a luta pela descriminalização do aborto.
12	Conteúdo manipulado e enganoso	Trata-se de uma foto, não manipulada, de manchete manipulada com objetivo de atacar o movimento feminista e a luta pela descriminalização do aborto.

Quadro 3 - Classificação das matérias por conteúdo falso

(continuação)

Matéria	Tipo de desordem	Dados relevantes
13	Conteúdo manipulado e enganoso	Trata-se de uma foto, não manipulada, de manchete manipulada com objetivo de atacar o movimento feminista e a luta pela descriminalização do aborto.
14	Conteúdo fabricado e enganoso	A matéria trata de discursos proferidos por Luís Barroso que acabam por ser falsos, na medida em que, há dados que comprovam o contrário e enganoso porque tem como objetivo apoiar seus argumentos.

Fonte: Autoria própria

O quadro da classificação por conteúdos falsos demonstra que oito desses conteúdos falsos partem de conteúdos já existentes com objetivo de dar maior credibilidade à informação, quatro são conteúdos fabricados com objetivo claro de atacar uma ideologia política, principalmente ideologias de esquerda como descriminalização do aborto, feminismo e personalidades políticas com as mesmas ideologias, demonstrando que a maioria desses conteúdos desinformativos parte de um posicionamento tanto político, social e psicológico, mas que também pode partir de objetivos financeiros (Wardle; Derakshan, 2017), algo que precisaria de maior análise.

Nguyen (2018, p.01) já havia apontado que a entrada de informações nas mídias sociais dos usuários, Facebook e Twitter, estaria sendo radicalmente filtrada, expondo os usuários a argumentos e pontos de vista com os quais já concordam, além do fato de que segmentos inteiros da população consideraram a grande mídia como corrupta e indigna de confiança (Nguyen 2018, p.01), fato que também ocorreu no Brasil. O autor faz um questionamento pertinente: estaríamos presos em câmaras de eco criadas por nós mesmos?

Para nos aprofundarmos sobre as câmaras de eco, já citadas acima, devemos nos voltar à discussão do conceito de verdade. O que faz com que eu acredite tanto nas informações publicadas nas redes sociais dos meus amigos, colegas de trabalho e refute as informações publicadas por pessoas com pensamentos divergentes dos meus? Stahl (2006, p.84) afirma que por conta de diferentes teorias da verdade, não é possível entender a informação como uma descrição correta de um estado de coisas. “Do ponto de vista crítico, é preciso considerar questões de consenso dos afetados, mas também questões de poder e dominação¹⁶” (Stahl, 2006, p.84). “Eles estão intimamente ligados à nossa compreensão da natureza do ser (ontologia), mas também à nossa visão do certo e do errado (ética) ou da natureza da humanidade (antropologia)” (Stahl, 2006, p.86).

Em seus estudos sobre pós-verdade no âmbito político, Santaella (2018) afirma que no ambiente digital mentiras repetidas, compartilhadas e comentadas milhões de vezes dissolvem as fronteiras que as separaram de uma possível verdade, ou seja, o conceito de verdade já não é a questão em si, torna-se secundário, irrelevante ou sem importância. Com a ajuda dos algoritmos, as notícias estão cada vez mais personalizadas para servir às preferências políticas de cada pessoa (Santaella, 2018).

Um ponto interessante mencionado por Santaella (2018), e que deve ser levado em consideração, é a oposição “objetivismo/relativismo”. De acordo com estudos cognitivos o modo de discussão adotado, se o objetivo é ganhar ou aprender, muda a compreensão acerca de uma questão. Quando se argumenta para vencer, se assume que há apenas uma resposta correta,

no entanto, quando se argumenta para aprender, entende-se que diferentes respostas podem estar corretas para uma mesma pergunta (Santaella, 2018). A autora afirma que o panorama não revela outra coisa senão por uma crise de valores “provocada entre outros fatores, pela sobredeterminação que a emoção exerce na racionalidade humana, pela ausência de debate público e de formas de consenso que as redes sociais pulverizaram” (Santaella, 2018, online), que evidenciam o desfalque das democracias representativas (Santaella, 2018).

A partir do que já discutimos aqui, resumidamente podemos dizer que as bolhas epistêmicas que estão relacionadas a informações erradas (*misinformation*) podem ser estouradas a partir do contato com outras fontes externas, no entanto as câmaras de eco, no âmbito das informações deliberadamente falsas (*disinformation*) são mais difíceis de lidar, porque pode existir dentro de uma tipologia informacional saudável adicionando uma superestrutura de descrédito e autoridade e podem explicar o que as bolhas epistêmicas não conseguem: “a aparente resistência a evidências claras encontradas em alguns grupos, como negadores da mudança climática e grupos anti-vacinação” (Nguyen, 2018, p.02), a exemplo, a Lupa precisando desmentir que “vacinas transformarão as pessoas em antenas de sinal 5G”.

Quando voltamos para discussão da veracidade dos fatos estaremos lidando com membros de câmaras de eco, que não sofrem efeitos de exposição a fontes externas, porque são preparados para desacreditar e desconfiar dessas fontes (Nguyen, 2018, p.07). “Uma declaração que pode servir como informação útil e clara quando proferida por A no contexto B pode se tornar uma mentira descarada com intenções políticas quando proferida pela pessoa C no contexto D” (Stahl, 2006, p.92).

Os dados encontrados na análise das matérias da Lupa demonstram um cenário desafiador para pesquisadores, ativistas, feministas e políticas, pois a desinformação é uma estratégia eficaz que fortalece o neoconservadorismo. Com informações erradas, equivocadas, que podem facilmente ser desmentidas como visto nas matérias da Lupa sobre erros na fala de políticos, ou com informações deliberadamente falsas, como a sequência absurda de conteúdos falsos construídos sobre o aborto e ativismos políticos e feministas de 2019 para 2022 que a agência precisou desmentir. Vale ressaltar também que muitos desses conteúdos falsos não surgiram do nada, eles foram construídos a partir de informações consideradas verdadeiras, sendo deturpados em algum momento de modo deliberado ou não, como dito acima. Mesmo a seleção e apresentação de verdades parciais, em determinado contexto, podem enganar e tornar-se um conteúdo falso.

Para garantir o direito ao aborto, já existente em caso de estupro, anencefalia e risco à vida, que tem sido constantemente alvo de ataques por parte dos políticos conservadores

cristãos, além da luta pela descriminalização como questão de saúde pública e direito da mulher, é necessário também lutar por políticas de regulação de mídia no ambiente digital, para conseguirmos combater os conteúdos falsos com que vivemos e promover discussões mais profundas sobre a temática entre os diferentes movimentos para que assim, avancemos no debate.

Em relação ao Estatuto do Nascituro, percebemos que ele nada mais é que uma tentativa de barrar a expansão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. No entanto, é importante pensar nas negociações de crenças por parte de mulheres conservadoras e como promover diálogos entre conservadoras e progressistas. Nesse processo, é fundamental reconhecer que o controle reprodutivo pelas mulheres é essencial para sua autonomia.

Quanto a questão da desinformação percebemos a necessidade de distingui-las de informações erradas (*misinformation*), informações deliberadamente falsas (*disinformation*) (Stahl, 2006), bolhas epistêmicas e câmaras de eco, para que possamos atuar ante o cenário de conteúdos falsos, que como vimos surge de diversas maneiras, sendo completamente inventadas, ou possuindo partes verdadeiras. No entanto, vimos também que a veracidade da informação depende muito da subjetividade e do contexto social em que essas pessoas estão inseridas.

No que diz respeito aos conteúdos expostos, disponíveis pela plataforma de checagem Lupa, vimos que a desinformação surge como uma estratégia de demonização dos movimentos de esquerda, como o movimento feminista, perpetuando um imaginário errôneo tanto da luta pela descriminalização do aborto, quanto dessas mulheres e dificultando e alargando ainda mais as possibilidades de um debate construtivo, sendo extremamente importante pensar a questão da regulação midiática para barrar a quantidade de conteúdos falsos que chegam diariamente nas redes sociais, sejam em bolhas epistêmicas ou nas câmaras de eco construídas. E não só nas redes sociais, mas também em nossos ciclos sociais diversos, sendo passadas de boca em boca.

Este é apenas um debate inicial que nos mostra a relevância de refletir sobre o papel da desinformação na ascensão do neoconservadorismo no Brasil, atrelada aos ataques às políticas dos direitos sexuais e reprodutivos, além da importância do olhar interseccional sobre esse debate. No próximo capítulo, trago o percurso metodológico da pesquisa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para responder ao problema da pesquisa “Como mulheres evangélicas interagem com informações circulantes sobre aborto e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres num contexto de avanço da desinformação e do neoconservadorismo no Brasil?”, consideramos que uma aproximação com mulheres evangélicas, comumente mais aproximadas dos valores conservadores como visto ao longo da discussão teórica, seria um passo inicial a ser dado para responder a pergunta, por isso optamos por trabalhar com mulheres evangélicas residentes do bairro da Cabanagem.

Como já dito brevemente na introdução desta pesquisa, a escolha do bairro da Cabanagem se deu por dois fatores: o primeiro foi o acirramento das eleições entre Bolsonaro e Lula em agosto de 2022, tanto no primeiro quanto no segundo turno, como é possível ver pelos resultados eleitorais do segundo turno disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e veiculados pelo G1:

30ª Zona Eleitoral, correspondem à Ilha de Cotijuba, Ilha Nova, Ilha de Jutuba, Ilha de Paquetá, Ilha Mirim, Ilha Urubuoca, Ilha Jararaquinha, Ilha da Barra, Ilha Longa, Ilha do Cruzador, Ilha do Fortinho, Ilha de mosqueiro, Paracuri, Parque Guajará, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Brasília, São João de Outeiro, Itaiteua, Água Boa, Ilha de Caratateua, Ilha Santa Cruz, Ilha São Pedro dentre outras ilhas e praias. Resultado: 50,35% votos para Bolsonaro, 49,65% votos para Lula;

73ª Zona Eleitoral, corresponde aos bairros: Coqueiro, Parque verde, Cabanagem, Una, Benguí, Mangueirão. Resultado: 44,93% votos para Bolsonaro, 44,13% votos para Lula;

76ª Zona Eleitoral, corresponde aos bairros: Marco, Fátima, Nazaré: Resultado: 46,92% votos para Bolsonaro, 41,44% votos para Lula;

98ª Zona Eleitoral, correspondem aos bairros: Val-de-Cães, Marambaia, Castanheira, Souza. Resultado: 47,26% votos para Bolsonaro, 41,49% votos para Lula;

95ª Zona Eleitoral corresponde aos bairros: Pedreira, Umarizal, Reduto. Resultado: 46,05% votos para Bolsonaro X 42,64% votos para Lula (G1, 2022).

A Cabanagem faz parte da 73ª zona eleitoral que corresponde aos bairros: Coqueiro, Parque Verde, Cabanagem, Una, Benguí e Mangueirão. Esses bairros são considerados periféricos, mas apresentaram um percentual de votos quase equivalente para Bolsonaro e Lula, algo que aguçou minha curiosidade enquanto pesquisadora, pois esse dado mostra uma divergência do perfil de bairros que majoritariamente votaram em Bolsonaro nos dois turnos de eleições, com maiores percentuais para o candidato em bairros considerados de classe média alta em Belém.

O segundo motivo foi uma aproximação já existente com o projeto “Ela Pode”, que promove formações para mulheres a respeito de autonomia financeira e sócio emocional em períodos de um a dois dias, com carga horária de 16 horas. O projeto é desenvolvido em âmbito nacional pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora e aplicado em Belém desde 2020, com apoio da FADESP/UFPA e financiado pela SECTET em parceria com o TerPaz. O “Ela Pode” desenvolve atividades em cinco bairros que recebem o Programa Territórios pela Paz: Benguí, Cabanagem, Guamá, Icuí- Guajará (Ananindeua), Jurunas, Terra Firme e Nova União (Marituba), considerados locais com elevados indicadores de criminalidade e violência, geradores de criminalidade, além de terem uma predisposição local para a execução do projeto com uma organização social comunitária mínima. As temáticas trabalhadas na formação são: assertividade, liderança, redes de relacionamento, finanças e ferramentas digitais.

Para se articular com as mulheres dos bairros, o projeto “Ela Pode” recorre a associações já existentes para facilitar o contato, criando grupos no WhatsApp específicos para as formações. No caso da Cabanagem, o principal contato foi com a ONG Cristo Redentor.

Para tentar encontrar as mulheres que participaram desta pesquisa, sob aprovação da coordenação do projeto “Ela Pode”, tive acesso aos contatos das participantes das turmas da Cabanagem do período de 2020 até a 2024. Fui colocada nos sete grupos das formações, com o total de 35 mulheres que ainda haviam permanecido em seus respectivos grupos ao longo dos anos. Para a organização da pesquisa, separei a metodologia em três momentos: a) captação de mulheres para entrevista; b) momento de contato com as participantes e c) entrevistas: métodos e técnicas.

a) Seleção de mulheres para entrevista

Na primeira fase, optei por lançar um formulário *online* de convite para a pesquisa, com o objetivo de identificar mulheres residentes do bairro da Cabanagem que pudessem participar da etapa seguinte, a entrevista.

O formulário continha as seguintes perguntas: 1) Nome completo; 2) Idade; 3) Contato (Tel/WhatsApp); 4) Bairro onde reside; 4.1) Bairro e local onde vota²²; 5) Como você se identifica racialmente?; 6) Você é casada?; 7) Tem filhos?; 7.1) Se sim, quantos filhos?; 8) Até que série você estudou?; 9) Qual sua ocupação/profissão?; 10) Você possui alguma religião?; 11) Se sim, qual é a sua

²² A pergunta 4.1 surgiu posteriormente à criação do formulário, pois o questionamento surgiu no andamento das entrevistas e como forma de facilitar ainda mais a identificação das participantes da pesquisa.

religião?; 12) Com que frequência você participa de atividades em sua instituição religiosa (igreja e afins?)

Esse instrumento serviu como meio de identificar as mulheres que estivessem dentro do perfil da pesquisa: evangélicas, maiores de idade e que tivessem uma participação ativa em suas igrejas ou instituições religiosas, além de serem residentes da Cabanagem. Foram obtidas 13 respostas a partir do formulário enviado às mulheres participantes dos grupos de formações do “Ela Pode”, e posteriormente, mais 4 preencheram, totalizando 17 respostas.

Dentre as 17 mulheres que preencheram o formulário, 11 afirmaram ser evangélicas, duas se identificaram como cristãs e quatro como católicas. Ao entrar em contato com as mulheres evangélicas, obtive retorno de cinco e todas foram entrevistadas. Posteriormente, duas das entrevistadas me indicaram mais dois contatos cada, dos quais consegui entrevistar uma de cada indicação que se encaixava no perfil da pesquisa. Ao final, conduzi sete entrevistas com mulheres evangélicas do bairro da Cabanagem, e para maior objetividade, essas serão as únicas com seus dados referenciados no quadro referente ao formulário de captação de mulheres. Vale ressaltar que uma delas se auto identificou como cristãs, mas foi incluída na categoria evangélica por frequentar a Quadrangular.

Foram selecionadas sete participantes para a pesquisa com idades entre 29 a 53 anos, seis delas se identificaram como pardas e uma como indígena. Quatro delas eram casadas, tendo entre 2 e 3 filhos. Três completaram o ensino médio e duas não, uma tem o ensino fundamental incompleto e uma tem ensino superior completo. Suas profissões variam entre dona do lar, cuidadora, costureira, cozinheira, consultora, assistente social. Se destacam por estarem no ambiente da igreja²³ entre 2 a 5 vezes na semana.

b) Momento de contato com as participantes

Após me certificar de que as mulheres estavam dentro do perfil da pesquisa por meio do formulário, entrei em contato via chamada telefônica ou WhatsApp, explicando de maneira simples que minha pesquisa era no campo de consumo de informações e direitos da mulher sobre seus corpos e, que a partir de entrevistas presenciais, gostaria de saber suas opiniões sobre assuntos como família, religião e

²³ O detalhamento do perfil de cada uma está no início do capítulo 5, para ajudar no processo da leitura ao longo da análise das respostas.

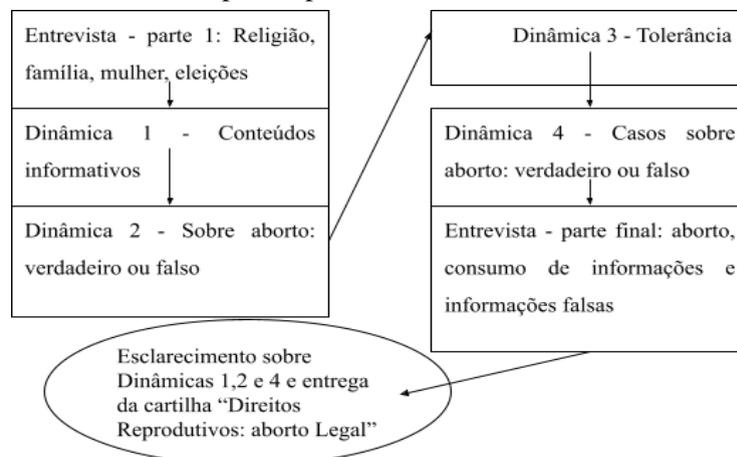
saúde da mulher, levando em consideração as vivências delas. Cinco das sete entrevistas foram realizadas na própria ONG Cristo Redentor, com permissão da coordenação da instituição. As entrevistas eram marcadas, e eu repassava as datas e horários para a coordenação, que permitia a minha entrada e as das participantes da pesquisa. As participantes 2 e 5 optaram por realizar a entrevista em suas residências.

c) Entrevistas: métodos e técnicas

Para a realização da pesquisa, optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas que, utilizando a lógica do Funil (Cal, 2016). O processo de construção do roteiro de entrevista foi construído de modo dialógico entre mim e minha orientadora, por meio de discussões e propostas, e partiram de perguntas sobre religião, família e mulher, para então adentrar na temática do aborto. Cabe salientar que antes das sete entrevistas oficiais, foram realizadas duas entrevistas testes, fundamentais para ajustes no roteiro.

Ao longo das entrevistas foram feitas quatro dinâmicas voltadas para a temática do aborto, utilizando conteúdos que circularam no período de 2019 a 2022, e ainda com a apresentação de informações presentes na Constituição que tratam do aborto para identificar o grau de conhecimento das participantes da pesquisa, tanto sobre a atualidade referente ao aborto no Brasil, quanto sobre como a questão da desinformação está inserida em suas realidades. Ao fim das dinâmicas foi realizada nova rodada de perguntas sobre aborto, consumo de informações e informações falsas. Para melhor compreensão, no desenho abaixo, coloquei em etapas as quais vou aprofundar em seguida.

Desenho 1 – Etapas do processo da entrevista



Fonte: Autoria da pesquisadora.

4.1 Etapas do processo da entrevista

A escolha pela entrevista como modo de coleta de dados se justifica pelo fato de ser uma conversa orientada para a busca de informações específicas relacionadas ao objetivo de pesquisa (Martino, 2018), neste caso, pela opinião, experiências e vivências de mulheres evangélicas de um bairro periférico sobre distintas temáticas que se entrecruzam e compõem suas narrativas.

4.1.1 Entrevista – parte 1: Religião, família, mulher, eleições

No momento da entrevista, antes de começar, forneci um termo de consentimento livre e esclarecido, que explicava de maneira mais simples e objetiva o intuito da entrevista. A primeira parte da entrevista foi composta por 14 perguntas seguindo a lógica do funil (Cal, 2016), começando com perguntas sobre religião, sendo as seis primeiras ligadas a essa temática (a exceção da quarta): 1) De qual igreja você faz parte?; 2) O que você faz lá? Qual a importância da religião/igreja na sua vida?; 3) Você sempre foi evangélica ou mudou de religião?; 4) O que significa ser mulher para você?; 5) Como a sua religião define “mulher”?; 6) O que família significa para você?

Nas perguntas sete a nove questionei temáticas que englobam “ser mulher”: 7) Quando você escuta a palavra “Gênero” no que você pensa?; 8) Quando você escuta a palavra “feminismo” no que você pensa?; 9) No que você pensa ao ouvir a expressão “direitos reprodutivos da mulher”?

As perguntas 10 a 14 referem-se a política e eleições, com exceção da última, que envolve religião: 10) Em qual bairro você vota?; 11) Nas últimas eleições, Bolsonaro teve uma votação expressiva no seu bairro. Você já votou no Bolsonaro alguma vez?; 12) Se sim, votaria novamente?; 12.1) Por quê? 13. O que é política para você?; 13.1) Você acha que a política afeta sua vida?; 14) Qual sua opinião sobre Política e Religião juntas?

As entrevistas ocorreram entre 22 de junho de 2023 e 20 de julho de 2023, com uma média de duração de 1h12 (uma hora e doze minutos). É importante ressaltar que, apesar de utilizar o plural em alguns momentos, abrangendo todas as participantes, as entrevistas foram feitas individualmente e presencialmente com cada mulher.

4.1.2 Dinâmica 1 – Conteúdos informativos

A dinâmica de conteúdos informativos tem objetivo de compreender se as participantes identificam falsas notícias, se já tiveram contato com esse tipo de conteúdo e quando, além de

indagar sobre como se posicionam em relação às figuras políticas. Essa dinâmica foi realizada após a primeira rodada de entrevistas, as quais utilizei seis conteúdos sobre política. Após apresentar todos os conteúdos e escutar suas respostas, fiz a pergunta 15) Você já tinha visto alguma dessas informações?

Abaixo os seis conteúdos desinformativos com uma breve explanação a respeito de cada um:

Imagem 1- Brasil: Lula cita aborto como “direito da mulher” e aponta o que ocorreria com bebês em gestação em seu governo; assista

Brasil: Lula cita aborto como "direito da mulher" e aponta o que ocorreria com bebês em gestação em seu governo; assista
postado por Diego Cavulheiro em setembro 11, 2021



Na última sexta-feira (09) o ex-presidente Lula (PT), em entrevista ao podcast do rapper Mano Brown, falou sobre sua visão em relação ao aborto e como trataria a questão caso vença a eleição presidencial de 2022. Confira:



Fonte: Pensando Direita (2021)

O vídeo foi recortado do minuto 49'30 até 50'33 do episódio do podcast Mano a Mano em que Lula participou e teve parte recortada e retirada:

Eu sou católico como ser humano, agora quando você vira chefe de Estado, você tem que ser todas as religiões. Você não tem que ter preferência enquanto chefe de Estado. É como o aborto. Eu digo sempre o seguinte, eu não tenho vergonha de dizer 'Eu Lula, pai de cinco filhos, sou contra o aborto. Agora enquanto chefe de Estado eu tenho que tratar o aborto como uma questão de saúde pública, eu tenho que dar direito de as pessoas terem acesso ao melhor que tiver, sabe? Para se cuidarem. É lógico. Não tenho vergonha de dizer as coisas que eu sou.... Eu acho que o aborto é um direito da mulher,

sabe? Eu não preciso ser favorável ao aborto, sabe? Mas eu como chefe de estado tenho que cuidar para que todas as pessoas sejam tratadas dignamente pela saúde pública brasileira” [...] (Mano a Mano, 2021, n.p.).

Pelas definições de Wardle (2020), é conclusivo que se trata de um conteúdo manipulado: a informação parcialmente verdadeira, mas retirada do contexto.

Imagem 2 - Brasil: Bolsonaro revela que Lula, se for eleito, legalizará aborto irrestrito por meio do STF; assista

BRASIL: BOLSONARO REVELA QUE LULA, SE FOR ELEITO, LEGALIZARÁ ABORTO IRRESTRITO POR MEIO DO STF; ASSISTA
 postado por Diogo Cavalheiro em abril 14, 2022



O presidente Jair Bolsonaro (PL) revelou em entrevista que o pré-candidato a presidente Lula (PT) legalizará o aborto irrestrito no Brasil por meio dos ministros do Supremo Tribunal Federal e explicou por quê:



Fonte: Pensando Direita (2022)

O conteúdo do vídeo apresenta Bolsonaro, em entrevista, falando:

Lula defende aborto [...] vamos supor que o Lula consiga aprovar o aborto dentro do parlamento, acho difícil. Caso não consiga ele vai aprovar dentro do Supremo Tribunal Federal, então hoje tem cinco ou seis ministros [...] que já são a favor, se o Lula voltar, ele bota mais dois, tá na cara que vai botar abortista lá também (Pensando Direita, 2022, n.p.).

Trata-se de outro conteúdo falso (Wardle, 2020), pois não há provas de que essas articulações foram feitas, visto ter sido um discurso estratégico por adeptos de Bolsonaro, no momento de eleição.

Imagem 3- “Ministra Damares: ‘aborto é planejamento familiar; é agressão ao corpo da mulher e é assassinato’



Fonte: Conexão Política (2020)

Outro conteúdo falso e enganoso, uma vez que matéria trás um viés totalmente tendencioso a partir da fala da ex-ministra Damares, demonizando a realização do aborto e diminuindo a luta feminista, sem considerar as várias intersecções que o permeiam.

Imagem 4- Boatos que circularam nas eleições de 2022 para presidência

28/10/2022 Edgard Matsuki Eleições 2022, Lula, PT

Boato – Lula e o PT estão distribuindo um panfleto com itens como liberdade sexual e de gênero, sindicatos fortes e atuantes, direito a liberdade do aborto e outros itens.

Fonte: Boato.org (2022)

Conteúdo falso. Trata-se da produção de um panfleto falso que circulou durante as eleições para presidência em 2022, feito com o objetivo de atacar a candidatura de Lula e aumentar o apoio da população com olhar conservador.

Imagem 5- Boatos que circularam nas eleições para discutir aborto nas eleições do Texas, Estados Unidos.

Boato – Imagem mostra Barbie aborto (Barbie abortion), boneca lançada e que está sendo vendida para crianças.

Fonte: Boato.org (2022)

Conteúdo falso. Trata-se de um conteúdo produzido no contexto das eleições dos Estados Unidos com o objetivo de discutir aborto na cidade do Texas (EUA), mas que acabou circulando em outros países.

Imagem 6- conteúdo fabricado em apoio a Bolsonaro.

Boato – Nova York aprova lei que permite aborto até um dia antes do nascimento do bebê, caso haja problemas de bem-estar para na gestação.

Fonte: Boato.org (2021)

Conteúdo falso, haja vista que a lei sobre o aborto de Nova York o permite até 24 semanas de gestação, e após esse período somente é realizado com determinação médica, mediante conclusão de risco de saúde para o feto ou para a vida da mãe, ou ainda se o nascimento do feto não for viável.

4.1.3 Dinâmica 2 – Sobre aborto: verdadeiro ou falso

Na segunda rodada de dinâmica, apresento seis cards com afirmações verdadeiras e falsas sobre aborto, pautadas principalmente no Art. 128, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848, 12/1940, na Portaria Nº1.508, 09/ 2005 e na ADPF 54. O objetivo foi perceber o grau de conhecimento das participantes e suas inferências a respeito da temática. No quadro abaixo estão as afirmações e suas respectivas fontes:

Quadro 4- Dinâmica 2 – Sobre aborto: verdadeiro ou falso

Afirmção	Status	Fonte
1. A lei brasileira autoriza o aborto em três casos: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto.	Verdadeiro	Art. 128, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848, 12/1940; Portaria Nº1.508, 09/ 2005; ADPF 54.
2. O presidente pode mudar a legislação sobre aborto.	Falso	Apenas o Poder Legislativo pode realizar alteração por PL, ou pelo Judiciário com decisão do STF.

Quadro 4 - Dinâmica 2 – Sobre aborto: verdadeiro ou falso

(continuação)

Afirmação	Status	Fonte
3. A realização do aborto não tem idade gestacional nos casos de risco a vida da mulher e anencefalia	Verdadeiro	Portaria Nº 1.508, 09/ 2005
4. Não é necessário documento para interromper uma gravidez decorrente de estupro, basta o consentimento da mulher ou de seu responsável legal.	Verdadeiro	Artigo 128, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848
5. Aborto está entre as 5 principais causas de mortalidade materna (hipertensão, hemorragias graves, infecções e abortos inseguros)	Verdadeiro	Sistema de informação sobre mortalidade SIM/DATASUS
6. Os médicos podem se recusar a fazer o aborto legalizado ou aquele autorizado por decisão judicial em casos de emergência.	Falso	Norma Técnica “Atenção humanizada ao aborto”

Fonte: Autoria da pesquisadora.

4.1.4 Dinâmica 3 – Tolerância

A proposta da terceira dinâmica visou perceber como as participantes enxergavam na prática a temática do aborto a partir de frases populares em nossa sociedade sobre o comportamento da mulher. Selecionei três afirmações pouco tolerantes e três afirmações tolerantes a respeito da escolha de abortar, sendo elas, respectivamente:

Quadro 5 – Tolerância em relação a temática do aborto

Grau de tolerância menor	Grau de tolerância maior
1. Em alguns casos, o estupro é culpa da mulher	4. Aborto deveria ser uma questão trabalhada em postos de saúde (campanhas de prevenção)
2. Não se cuidou, porque não quis	5. Dependendo do caso e do contexto, retirar ou não o feto é algo a ser considerado.
3. O aborto deve ser impedido independente da situação, porque a vida do feto é mais importante.	6. Toda mulher deveria ter o direito de decidir se quer ou não continuar uma gravidez.

Fonte: Autoria da pesquisadora.

A dinâmica, assim como a segunda, foi apresentada em formato de seis cards, um de cada vez. Ao final da apresentação de cada card foi questionado à participante se concordava ou discordava com a afirmativa.

4.1.5 Dinâmica 4 – Casos sobre aborto: verdadeiro ou falso

A quarta dinâmica foi criada a partir da coleta de matérias sobre casos de aborto no Brasil e consiste na apresentação rápida de cada um, com início, contexto e finalização. O primeiro caso refere-se a história de Lúcia, vítima de estupro, que recorreu ao aborto e cuja história foi esplanada brevemente na introdução da pesquisa. Já o segundo trata-se da menina de 11 anos de Santa Catarina, impedida de abortar pela própria juíza do caso. Por fim, o terceiro caso é o de Lorisete, que engravidou de gêmeas siamesas e, apesar do laudo médico que constatava a não sobrevivência das bebês, a justiça não permitiu o aborto¹⁸.

Um por vez, os casos foram lidos e, ao final, as participantes tinham quatro afirmações sobre o caso para responder se acreditavam ser verdadeiras ou falsas. Assim como na segunda dinâmica, para além da verificação sobre o conhecimento que tinham sobre aborto, o objetivo era perceber as respostas num contexto real. Os enunciados que compõem os casos são três:

- a) **Caso 1 - Gravidez por estupro:** Lúcia, de 33 anos, descobriu que estava grávida pela primeira vez na vida em agosto de 2021. A gestação foi fruto de uma violência sexual: embora a relação tenha começado com seu consentimento, o parceiro retirou o preservativo durante o ato e a agrediu. Ao recorrer à Santa Casa do Pará, Lúcia teve a solicitação de aborto negada por falta de marcas de violência e falta de Boletim de Ocorrência. Ela recorreu a uma ONG em São Paulo que ajudou a fazer o procedimento do aborto de maneira segura. Quanto à história, diga o que considera verdadeiro ou falso, justifique cada uma delas;
- b) **Caso 2 - Abuso sexual infantil e risco à vida:** Uma menina de 11 anos estava sendo mantida pela Justiça em um abrigo de Santa Catarina para evitar que fizesse um aborto. Vítima de estupro no começo do ano, a mãe da menina descobriu que a filha estava com 22 semanas de gravidez ao ser encaminhada ao Hospital Universitário de Florianópolis, onde teve o procedimento para interromper a gestação negado. Ao recorrer à justiça, a criança foi impedida de interromper a gestação pela própria Juíza do caso e mantida no abrigo para o qual tinha ido inicialmente para se proteger do agressor. A violência ocorreu quando ela tinha 10 anos. Após a repercussão do caso, a juíza foi afastada e a criança realizou o aborto, já que a gravidez era de risco. Quanto à história, diga o que considera verdadeiro ou falso, justifique cada uma delas;
- c) **Caso 3 - Risco à vida da mulher:** A cozinheira Lorisete, de 37 anos, descobriu que estava grávida de gêmeas, no entanto os médicos alertaram desde o início a improvável sobrevivência das irmãs, dado que elas estavam unidas pelo corpo, com

dois corações, colunas próximas, e apenas dois braços e duas pernas. De acordo com os médicos, a gravidez era de risco para Lorisete, que tentou a autorização do aborto junto a justiça por quatro vezes desde o início da gravidez, tendo seu pedido negado. Mesmo sem condições financeiras foi até o fim, realizando um parto cesariano complicado. Suas filhas morreram quatro meses depois devido a falência dos órgãos. Quanto à história, diga o que considera verdadeiro ou falso, justifique cada uma delas.

O quadro abaixo mostra os enunciados e as respostas com base no Código Penal:

Quadro 6 – Casos reais de aborto permitido por lei, mas que foram negados

Afirmativa - Caso 1	Dados
a) A retirada do preservativo, sem o consentimento de Lúcia, se configura como estupro (VERDADEIRO).	De acordo com o Art. 215 da Violação sexual mediante fraude, “ <i>Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.</i> ” Artigo 128 do Código Penal e ADPF n°54.
b) Lúcia estava em seu direito de recorrer ao aborto (VERDADEIRO).	
c) A Santa Casa do Pará estava certa ao pedir Boletim de Ocorrência e marcas de violência pelo corpo de Lúcia (FALSO).	Não é necessário Boletim de Ocorrência. De acordo com o Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940, art. 128, inciso II, do Código Penal, o abortamento é permitido quando a gravidez resulta de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual. O Código Penal não exige qualquer documento para a prática do abortamento nesse caso, a não ser o consentimento da mulher ou seu responsável legal.
d) A Santa Casa do Pará pode realizar aborto em casos de estupro, risco de vida da mulher e anencefalia (VERDADEIRO).	De acordo com o Mapa Legal de abortamento da Artigo 19 a Santa Casa de Misericórdia do Pará é a única Instituição de Saúde que pode realizar o aborto legalizado.
Afirmativa – Caso 2	Dados
a) A atitude da juíza em não permitir o aborto foi correta. (FALSO).	
b) A menina de 11 anos estava no direito de ter o aborto realizado por ser uma gravidez de risco e decorrida de estupro. (VERDADEIRO).	Artigo 128 do Código Penal e ADPF.n°54 do Código Penal / Lei 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
c) A menina de 11 anos foi a culpada do que aconteceu e deveria ter tido a criança. (Falso)	
d) O agressor foi o culpado e único responsável pelo que aconteceu. (Verdadeiro)	Estupro de vulnerável (Incluído pela Lei n° 12.015, de 2009) Artigo 217: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

Quadro 6 – Casos reais de aborto permitido por lei, mas que foram negados

(continuação)

Afirmativa – Caso 3	Dados
a) A atitude da justiça foi errada, porque os bebês não iam sobreviver. (VERDADEIRO)	Artigo 128 e ADPF nº 54
b) A atitude da justiça foi correta, pois todos têm direito à vida, mesmo os que não nasceram ainda, independente da situação. (FALSO)	
c) As bebês precisavam ter uma chance de viver de acordo com os desígnios de Deus (FALSO)	
d) Lorisete estava no direito de realizar o aborto devido ao risco à vida, o aborto se configuraria como aborto terapêutico (VERDADEIRO)	

Fonte: A autoria da pesquisadora.

4.1.6 Entrevista – parte final: aborto, consumo de informações e informações falsas

A última parte da entrevista, após a dinâmica quatro, consistiu em nova rodada de perguntas sobre as histórias para então chegar nas perguntas sobre aborto e, em seguida, em um breve questionário para entender de que modo e por quais meios consumiam informações. As perguntas são: 15) Você já tinha escutado essas histórias em algum lugar?; 15.1) Se sim, você recorda qual?; perguntas referentes a última dinâmica feita e que davam abertura para as perguntas seguintes. Seguindo com a entrevista, as indagações foram as seguintes: 16) Qual sua opinião sobre as histórias contadas?; 17) Qual sua opinião sobre aborto? 18) Como a sua religião enxerga o aborto?; 19) Você concorda ou discorda em algum aspecto?; 20) Você conhece alguma história de alguém que já realizou aborto?; 21) Se você se sentir à vontade para responder, pode dizer se você realizaria aborto?; 22) Você já tinha conversado sobre aborto com alguém? 23) Para você, existe algum contexto/situação em que o aborto é justificável (pode ocorrer)? Explique.

Das perguntas de número 24 a 36, questiono sobre o consumo de informações dessas mulheres, em específico sobre a temática do aborto, para depois perguntar de maneira mais geral sobre informações recebidas pelo WhatsApp. Para começar: 24) Você já teve acesso a informações diferentes referentes a temática do aborto? Qual era o conteúdo?;

De 25 a 28 faço perguntas objetivas com opções de múltipla escolha livre: 25) Por qual meio?; 26) Se foi em alguma rede social, qual?; 27) De modo geral, no seu dia a dia você utiliza as redes sociais para se informar?; 27.1) Se sim, quais redes sociais você mais utiliza?; 28) Sobre que assunto você costuma acessar?.

Sigo com perguntas sobre consumo de informações: 29) Se conteúdo religioso, quais você consome?; 30) Quem seria uma mulher referência para você?; 31) E quem seria uma

mulher do mundo cristão referência pra você?; 32) Você possui grupos de família no WhatsApp?; 32.1) O que costumam discutir em seu grupo de família do WhatsApp?; 33) Você possui grupo da igreja no WhatsApp?; 34) Você já recebeu conteúdos falsos (fake news) dentro desses grupos? Como manchetes, notícias, textos, anúncios, etc.; 34.1) Se sim, qual era o conteúdo falso?; 35) Você tem o hábito de checar os conteúdos que chegam até você?; 36) Em relação a conteúdos sobre política (eleição, legislação, direitos), como você costuma se informar?

Ao final, por se tratar de uma questão de saúde pública, como dever ético aponte o que diz a lei sobre o assunto, fornecendo a cartilha impressa “Direitos reprodutivos: Aborto legal”, material produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria pública do estado de São Paulo de 2018. Finalizo perguntando à participante o que achou da entrevista e como se sentiu: 37) O que você achou desta entrevista?; 38) Como você se sentiu?.

4.2 Categorias de análise - um processo de escuta ativa

Mais do que saber o que pensam sobre a temática do aborto, me preocupo em entender o que está por trás de formação das opiniões das participantes da pesquisa. Para compreender o que pensam e porquê pensam dessa maneira é importante compreender o grau de conhecimento da temática que está sendo trabalhada, ou seja, as informações sobre o aborto que retiveram ao longo de suas vivências e, além disso, nos desfazermos de concepções coloniais de saber impostas.

Oyěwùmí (2021) cientista social, teórica e feminista nigeriana, quando fala sobre as construções em torno da discussão sobre gênero em “A Invenção das Mulheres” nos mostra que muitasteorias têm um viés ocidental que é utilizado como ponto de partida para a criação e formulação de pensamentos que se consolidam em diversas pesquisas, partindo de um determinismo biológico que determina as bases das categorias sociais. “Percebi que a categoria “mulher” – que é fundacional nos discursos de gênero ocidentais – simplesmente não existia na Iorubalândia antes do contato mantido com o Ocidente” (2021, p. 16).

O que a autora discute está intimamente ligado com o que já abordamos a respeito da colonialidade do saber (Quijano, 2005). “[...] escrevendo sobre qualquer sociedade por meio de uma abordagem de gênero, quem investiga necessariamente escreve o gênero nessa sociedade” (Oyěwùmí, 2021, p. 23). Sendo assim, para não adentrarmos no perigo de fazer uma análise enviesada, partindo de um olhar predominantemente ocidental e eurocêntrico, categorias de

pensamentos predominantes em nossa sociedade, parto de um lugar sensível em que me reconheço além de pesquisadora: sou uma mulher negra, da periferia e amazônida, que para adquirir toda a bagagem teórica para os fins desta pesquisa e que compõem minha carreira acadêmica, precisou de anos de estudo (contínuos), partindo desse local de privilégio ao ter acesso ao ensino público superior de qualidade. Me posiciono nessa pesquisa porque entendo e concordo com a autora Oyěwùmí (2021) quando diz que, ao fazer pesquisa, inclui-se também no contexto a identidade social de quem pesquisa:

[...]a localização espacial e temporal da pesquisa e os debates na literatura acadêmica. Há, obviamente, a questão fundamental da relação entre pesquisa e realidade social, uma questão importante, dada a tendência política da pesquisa – particularmente em estudos sobre mulheres (Oyěwùmí, 2021, p. 24).

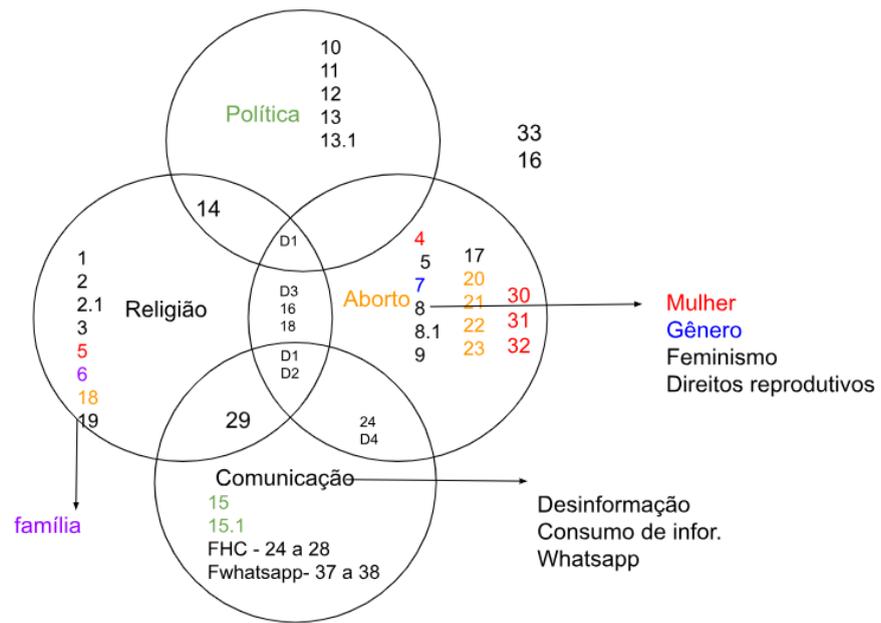
Esteves (2022), ao longo de sua tese sobre ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais, parte do que ela chama de uma “inversão do olhar” proposta por Edna Castro (2019), que consiste em perceber outros paradigmas que ajudem a compreender os fenômenos sociais, num trabalho de descolonização de imaginários. Nesse sentido, a autora prima por não estabelecer uma relação sujeito-objeto em sua pesquisa, a qual tentei utilizar como base em minha própria pesquisa com as mulheres evangélicas que foram entrevistadas a partir de um processo de escuta ativa.

Para análise do material que se deu a partir das entrevistas, foram criadas nove subcategorias de análise: 1) Religião e família; 2) Mulher, gênero, feminismo e direitos reprodutivos; 3) Política; 4) Dinâmica 1 – Política e Desinformação; 5) Aborto, verdadeiro ou falso?; 6) Dinâmica 3- Percepção de tolerância sobre o aborto; 7) Dinâmica 4 – Aborto previsto em lei: verdadeiro ou falso? 8) Aborto: Imaginários e problemáticas; 9) Receptividade e pontos de abertura para diálogo com mulheres conservadoras.

Ao fazer a divisão das categorias de análise, a ideia inicial era compartimentar as respostas das perguntas em quatro grandes grupos que se destacam na pesquisa: Religião, Política, aborto e Comunicação.

A intersecção dos conjuntos das temáticas abaixo demonstra como as perguntas se agrupam nesses eixos temáticos:

Desenho 2- Intersecção de conjuntos das temáticas



Fonte: Autoria da pesquisadora.

No entanto, compreendi que os temas se entrecruzavam e correlacionavam entre si, não sendo possível a compartimentação, dado que, pela ótica da interseccionalidade, há muitos eixos que são inerentes uns aos outros, a exemplo de todos os temas envolverem a categoria política. Por isso, optou-se por criar categorias a partir do que o próprio corpus da pesquisa mostrou. Abaixo, de modo breve, a descrição de cada uma das nove categorias:

1) Religião e família: Temáticas como religião e família foram pontos que apareceram constantemente na resposta das participantes. Além disso, as crenças que se constituíram ao longo dos anos e que formam suas concepções morais influenciam na forma como pensam em relação a si mesmas, ao outro(a) e às distintas temáticas que aparecem durante a entrevista;

2) Mulher, gênero, feminismo e direitos reprodutivos: As definições de papéis que pertencem às mulheres foi outro ponto fortemente evidenciado pelas participantes e que consequentemente ajudam a constituir seus pensamentos a respeito do aborto;

3) Política: Compreender a visão das participantes a respeito do sistema político, atentando para disputas entre esquerda e direita, se fez importante para identificar suas percepções nesses processos e os entraves relacionados ao processo de diálogo;

4) Dinâmica 1 – Política e Desinformação: Discorre a respeito dos gatilhos pelos quais os conteúdos sobre política mostrados foram dados como verdadeiros ou falsos pelas participantes, bem como suas justificativas;

5) Aborto, verdadeiro ou falso?: Discorre a respeito dos conhecimentos detidos das participantes a respeito do aborto, entendendo que a bagagem cultural sobre o tema é essencial para uma discussão efetiva;

6) Dinâmica 3- Percepção de tolerância sobre o aborto: Objetivou perceber o grau de abertura das participantes para diálogo sobre a temática, a partir de preconceitos, juízos de valor e estereótipos que pudessem surgir nas respostas para a dinâmica;

7) Dinâmica 4 – Aborto previsto em lei: verdadeiro ou falso?: Traz as percepções das participantes da pesquisa e suas justificativas a respeito de três casos de aborto permitidos por lei, mas negados pelo Estado brasileiro;

8) Aborto: Imaginários e problemáticas: Traz as percepções das participantes, de modo direto, sobre aborto, bem como narrativas cotidianas que perpassaram em alguns momentos de suas vidas sobre o tema;

9) Receptividade e pontos de abertura para diálogo com mulheres conservadoras: Tópico de conclusão da análise, no qual se objetivou dissertar a respeito das respostas das participantes da pesquisa, tentando encontrar pontos em comum e possíveis brechas para pensar uma comunicação mais efetiva para um grupo distinto, como o de mulheres evangélicas.

Ao final da análise trago uma nuvem de palavras gerada pelo Iramuteq, que visa identificar a maior frequência de palavras de todo o conjunto das entrevistas. A nuvem de palavras é atrelada à análise de similitude que, a partir de segmentos textuais existente no corpus, permite visualizar as conexões entre as palavras. O objetivo é apresentar, de modo visual, o resumo do conjunto de respostas das entrevistas de todas as sete participantes.

O *software* Iramuteq, possibilita a visualização das linhas de discussão das entrevistas e suas conexões, bem como visualizar a semântica entre os termos de um corpus textual, apresentando tendências e padrões de conteúdo (Cordeiro et al 2019). Segundo Cordeiro et al. (2019), o software realiza procedimentos que identificam grupos textuais com base em similaridade de conteúdo, permitindo conhecer termos de maior frequência.

Para a análise no Iramuteq, organizei um único corpus textual contendo todo o conjunto de respostas de todas as perguntas do roteiro para cada uma das participantes. Não foram utilizados os dados dos formulários adicionais do roteiro.

No próximo capítulo, intitulado “Capítulo 5 - Elas e o Neoconservadorismo: percepções de mulheres evangélicas sobre aborto”, discorro a respeito das respostas das entrevistas feitas para os fins da pesquisa, a partir das categorias apresentadas, e apresentando o consumo de informações por parte das entrevistadas.

O conhecimento detido pelas participantes sobre distintas temáticas, juntamente com o acesso à informação que possuem e quais informações chegam até elas, é fundamental para entender o processo da desinformação. Isso inclui o acesso ou não à notícias falsas, a falta de conhecimento do tema, nunca ter escutado sobre o assunto, dentre outras questões. Essa compreensão é fundamental para propor estratégias de enfrentamento no combate a desinformação e para o avanço na discussão sobre a legalização do aborto.

5 ELAS E O NEOCONSERVADORISMO: PERCEPÇÕES DE MULHERES EVANGÉLICAS SOBRE O ABORTO

A temática do aborto, como dito ao longo dos capítulos anteriores, diz respeito a um debate muito profundo que envolve a discussão sobre direitos reprodutivos, gênero e divisão sexual do trabalho, cuidado e maternidade. Além disso, envolve nossas subjetividades, como as crenças e ideologias que carregamos, assim como processos políticos, a própria discussão sobre o político e a participação política.

São elementos sociais que vão do ambiente privado ao público e que, a nível comunicacional, se tornam intersecções na discussão sobre desinformação e aborto, o que inclui o acesso a conteúdos desinformativos, inacessibilidade de informação e conhecimento. Ademais, existem constituições da sociedade moderna que criam estruturas de poder, nas quais os papéis são formados e conectados por relações de poder (Fuchs, 2016, p. 16). Para exemplificar, temos a visão patriarcal da vida do feto sobre a vida da mulher, que advém de um processo histórico de papéis de gênero entre grupos dominantes e grupos marginalizados.

Nessa perspectiva, o ambiente desinformativo, seja digital ou *offline*, se configura como mais um dos elementos que reproduzem relações de poder, sendo este “a disposição de atores em meios que permitem que controlem estruturas, influenciando processos e decisões” (Fuchs, 2016, p. 14). E que relações surgem do processo de desinformação no que diz respeito a mulheres evangélicas?

Nesta pesquisa, trabalharei a discussão a partir da visão de sete mulheres evangélicas moradoras do bairro da Cabanagem: A Participante 1, parda, no momento da pesquisa, tinha 50 anos, três filhos. Realizou o ensino médio completo e se dedicava as atividades do lar. Frequentando a igreja duas vezes na semana; A Participante 2, parda, tinha 29 anos no momento da pesquisa, não tinha filhos, tampouco ocupação, possuindo apenas o ensino médio incompleto, ela participava das atividades da igreja quatro vezes na semana, ensinando crianças da igreja; A Participante 3, possuía 45 anos no momento da pesquisa, parda, sem filhos. Possui o ensino médio completo e se dedicava as atividades de cuidadora e artesã, frequentando a igreja três vezes na semana.

A Participante 4, parda, possui 53 anos no momento da pesquisa, com dois filhos. Tinha o ensino médio completo e se dedicava ao trabalho de costureira, participando das atividades da igreja três vezes na semana, pertencendo a Assembleia de Deus, onde ia três vezes na semana. Na igreja, atuou em diversos cargos, como dirigente, vice dirigente, secretária, tesoureira, zeladora da igreja, mas no momento da entrevista só frequentava os cultos.

A Participante 5, parda, possuía 35 anos no momento da pesquisa. Com dois filhos, tinha ensino superior completo em Assistência Social, frequentando a igreja duas vezes na semana; A Participante 6, indígena, possuía 37 anos no momento da pesquisa, sendo mãe de duas meninas. Possuía ensino médio incompleto, trabalhando como cozinheira, frequentava a igreja cinco ou mais vezes na semana; A Participante 7, parda, com 38 anos, tinha dois filhos no momento da pesquisa. Possuía ensino superior incompleto, trabalhava como consultora de beleza e frequentava a igreja três vezes na semana.

Início a análise trazendo descrições a respeito do perfil de consumo de informações das participantes da pesquisa, bem como o quadro do perfil das mulheres entrevistadas, como base para a compreensão das respostas dadas ao longo dos tópicos de análise a seguir.

Para preservação da identidade dessas mulheres, como prometido a elas, utilizarei ao longo da pesquisa o termo “Participante”, seguindo a sequência numérica por ordem de realização das entrevistas para me referenciar às participantes, como indicado no quadro abaixo. Além disso, o quadro inclui outros dados que compõem suas identidades e que são fundamentais para pensarmos analiticamente suas respostas no que diz respeito ao aborto no capítulo seguinte.

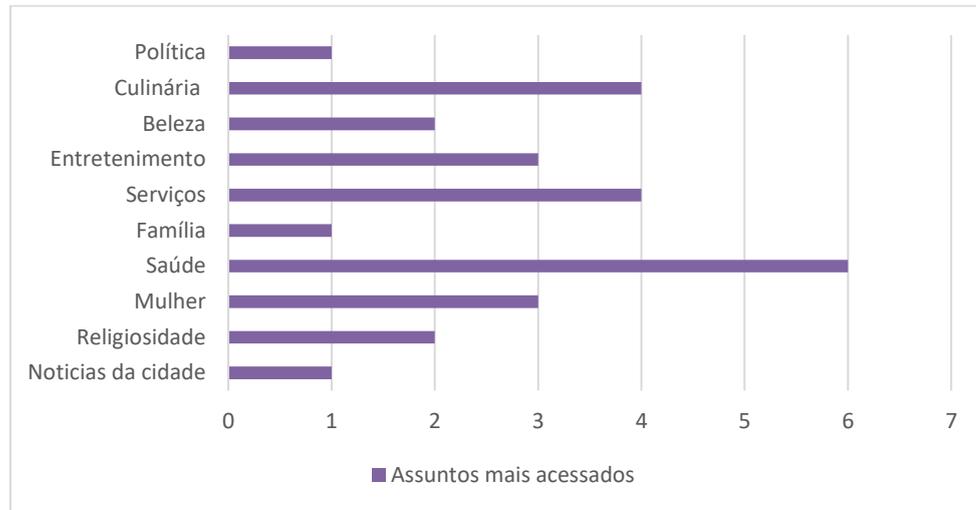
Quadro 7- Perfil das mulheres entrevistadas

	Idade	Raça	Casada	Filhos	Escolaridade	Profissão	Fre. Igreja	Entrevista
P.1	50	Parda	Sim	3	E..médio completo	Dona do lar	02 vezes na semana	22.06.2023
P.2	29	Parda	Não	0	E. fundamental incompleto	Nenhuma	04 vezes na semana	26.06. 2023
P.3	45	Parda	Não	0	E. médio completo	Cuidadora e Artesã	03 vezes na semana	27.06. 2023
P.4	53	Parda	Não	2	E. médio completo	Costureira	03 vezes na semana	29.06. 2023
P.5	35	Parda	Sim	2	E. superior completo	Assistente social	02 vezes na semana	12.07. 2023
P.6	37	Indígena	Sim	2	E. médio incompleto	Cozinheira	05 ou mais vezes na semana	20.07. 2023
P.7	38	Parda	Sim	2	E. superior incompleto	Consultora de Beleza Natura	03 vezes na semana	27.06. 2023

Fonte: Autoria da pesquisadora.

P.n: P é abreviação de Participante seguido do n° de identificação. A exemplo: P.1: Participante 1.

Gráfico 1 – Assuntos mais acessados pelas participantes



Fonte: autoria da pesquisadora

O gráfico acima demonstra o tipo de conteúdo mais acessado pelas participantes. Quatro delas afirmaram não utilizar redes sociais para se informar, e três disseram utilizar. As redes mais utilizadas foram Whatsapp, com seis usuárias seguido de Instagram com quatro usuárias e Facebook com uma

O conteúdo mais acessado por todas foi “Saúde”, com 86% dos acessos, seguido por “Serviços” (saúde, obtenção de documentos, ações da prefeitura/governo, entre outros) e “Culinária”, com 57% das mulheres acessando. Os conteúdos englobados pela categoria “Mulher” (trabalho, direitos da mulher, entre outros) e “Entretenimento” (filmes, teatro, programações culturais, entre outros) foram marcadas como opção por 43% das mulheres. “Religiosidade” e “Beleza” foram marcadas por 29% das participantes, enquanto “Política”, “Família e “Notícias da cidade” foram marcadas por apenas uma. Quando questionadas a respeito dos conteúdos sobre aborto, seis das participantes disseram não ter tido acesso. Apenas uma teve acesso pela TV.

Em relação exclusivamente ao conteúdo religioso, as participantes afirmaram acessar a Bíblia *online* (via aplicativo) ou por *download* do arquivo em *.pdf*, assim como músicas gospel, podcasts (no Youtube e Instagram), e também afirmaram ouvir louvores e pregações pelo Youtube. A Participante 4 afirmou assistir as pregações de Antônio Junior, pastor e escritor com mais de 24 milhões de seguidores nas redes sociais. A Participante 3 disse que acessa conteúdos que possam ajudar outras pessoas a conhecerem a Deus, enquanto a Participante 5 disse seguir Natalie Pinheiro, mentora à luz da Palavra, que trata de assuntos a respeito da dor da traição.

Sete das participantes afirmam ter grupos familiares no Whatsapp. Nos grupos elas falam sobre saúde e realizações pessoais, segundo a Participante 1, verificando se estão todos bem, e além disso, as participantes 4 e 7 foram específicas a respeito dos pais doentes à época. A Participante 5 disse que falam sobre reuniões familiares e política, onde cada um defende seu candidato. A Participante 3 afirma evangelizar, expressar sua opinião sobre assuntos da família e também envia vídeos edificantes para os interessados. A Participante 6 falou que utilizam o grupo para lembrar aniversários da família.

Seis delas participam de grupos da Igreja no Whatsapp. Elas disseram que os grupos tratam, principalmente, das reuniões, dúvidas, eventos, horários, a palavra pregada, reuniões, entretenimento evangélico, versículos, e o que acontece na igreja de modo geral. A Participante 3 disse que costumam postar os horários de visita às famílias que se encontram doentes, depressivas e/ou afastadas de Deus. A Participante 4 é a única que não participa de nenhum grupo.

Cinco delas disseram já ter recebido conteúdo falso dentro desses grupos, sendo conteúdos como publicidades falsas de cartões de crédito (Participante 2), falecimento de uma pessoa que na verdade estava viva (Participante 1) e vírus (Participante 6). A Participante 3 recebeu um conteúdo que dizia que o Senado analisava um projeto que previa prisão para quem realizasse pregações em horário impróprio, mas na realidade o texto refere-se ao PL 5.100/2019 que estabelecia limites para emissão sonora resultante das atividades em templos religiosos. A Participante 5 disse que foi proibido divulgar qualquer coisa no grupo, sejam informações ou publicações, devido a divulgação de conteúdos falsos.

Três das participantes disseram checar os conteúdos que chegam nos grupos, duas disseram não checar e outras duas disseram que dependia de quem enviava, a exemplo da fala da Participante 6: “Poucos, só o que me interessa, só o que me convém. Depende do meu tempo. Se eu tiver ocupada [...] só o que me interessa” (Participante 6, indígena, 37 anos).

Sobre conteúdos relacionados à política, a Participante 2 disse se informar pelas redes sociais, enquanto a Participante 5, para além das redes, disse acessar sites e portais de notícias. A Participante 1 afirmou se informar por parentes, amigos, redes sociais, sites, notícias da TV, jornais impressos e pelo rádio. A Participante 4 citou notícias da TV e rádio, em específico, a Voz do Brasil. A Participante 7 disse se informar por parentes enquanto a Participante 3 disse que se informa por jornais impressos e a Participante 6 por notícias da TV.

De modo geral, os conteúdos mais acessados pelas participantes da pesquisa são aqueles voltados para a saúde e vale notar que cada uma acessa conteúdos religiosos de modo específico. Todas possuem grupos de família no Whatsapp, em que falam sobre os diversos assuntos da

família, e seis das sete mulheres possuem grupos da igreja, onde são postados anúncios da igreja, eventos, versículos. Cinco delas receberam conteúdos desinformativos de diversos tipos dentro desses grupos, incluindo conteúdos intencionalmente produzidos com intuito de disseminar inverdades, como no caso da Participante 3 com a PL 5.100/2019.

Ainda sobre conteúdos políticos, elas demonstraram se informar de modos diversos, desde o acesso à internet até discussões com parentes, amigos, e mídias tradicionais como TV, e rádio. No entanto, cabe destacar que elas não procuram se informar sobre o tema e deixam evidente a descredibilidade que elas atrelam aos conteúdos televisivos, a exemplo a fala da Participante 5:

A televisão dificilmente eu acredito no que eu ouvi, no que eu ouço na televisão, porque depende, dependendo da emissora eles sempre divulgam aquilo que eles querem. O Liberal, se for daqui do estado do Pará, ele tem suas preferências políticas. Aí dependendo das preferências políticas dele, já não põe nada sobre o outro. Aí dessa forma. Se eu sei pra quem puxa sardinha, já sei que nada que vem dali é verdadeiro. Um porque querem prejudicar muito o outro lado e o outro porque querem defender muito esse lado. Então nenhum nem outro pra mim não (Participante 5, parda, 35 anos).

A falta de credibilidade dos meios tradicionais de comunicação, somada à falta de checagem por parte das participantes e ao interesse em conteúdos que já fazem parte do seu dia a dia e reforçam suas verdades, cria um cenário perfeito para a propagação de conteúdos desinformativos com os quais elas “cruzam” tanto pela internet, quanto pelas discussões com conhecidos, parentes, amigos, nos quais têm mais confiança para acreditar.

Esse cenário torna mais difícil a reflexão em relação a temáticas distintas de suas realidades. A descredibilidade da política influencia no interesse por temas que estejam diretamente ligados a ela, como a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres, que para além da arena política precisa de um debate público propício. Nesse sentido, tornar a discussão sobre direitos reprodutivos algo presente na vida dessas mulheres se torna essencial para o avanço da discussão sobre legalização do aborto no Brasil, como veremos a seguir.

Para a realização da análise, levo em consideração os entrelaces entre todos os elementos citados quando falamos de aborto, na tentativa de ter um olhar descolonializado ao analisar discursos proferidos por mulheres conservadoras. Para tanto, analisei os principais eixos temáticos que aparecem ao longo das entrevistas: mulher, desinformação, religião, aborto e política em nove categorias: 1) Religião e família; 2) Mulher, gênero, feminismo e direitos reprodutivos; 3) Política; 4) Dinâmica 1 – Política e Desinformação; 5) Aborto, verdadeiro ou falso?; 6) Dinâmica 3- Percepção de tolerância sobre o aborto; 7) Dinâmica 4 – Aborto previsto em lei: verdadeiro ou falso? 8) Aborto: Imaginários e problemáticas; 9) Receptividade e pontos

de abertura para diálogo com mulheres conservadoras. Como embasamento teórico das análises, utilizo os autores trabalhados até aqui.

5.1 Religião e família

Como vimos no capítulo 2 desta pesquisa, a defesa da ‘família tradicional’ constituída por marido, mulher e filhos, sempre foi pauta das bandeiras políticas conservadoras contra movimentos feministas e LGBTQIA+ que pudessem ameaçar esse modelo padrão ao trazer novas perspectivas de constituições familiares (Cunha, 2020). As relações familiares são discutidas de diferentes ângulos em vista das injustiças que apresentam no cotidiano (Biroli, 2018). Por isso, para além de identificar o papel da religião dentro da formação moral das participantes da pesquisa, o tópico objetiva entender o que significa “família” para elas.

A partir da entrevista, percebemos que a maioria das mulheres tem uma participação bem ativa dentro da igreja, mesmo as que no período das entrevistas somente frequentavam os cultos. Por seus relatos, percebe-se que a igreja vai além do culto e se torna um espaço de lazer para jovens e adultos, um espaço de comunhão e aproximação com a palavra de Deus e, principalmente, da evangelização e do fortalecimento por si e entre os seus. O quadro abaixo apresenta o quadro das igrejas das quais as participantes da pesquisa fazem parte, bem como os cargos atuais (no período das entrevistas) e anteriores que já ocuparam dentro delas:

Quadro 8 - Igrejas e cargos das participantes da pesquisa - Em negrito estão as atividades atuais.

Participante	Igreja	Atividade
P.1	Assembleia de Deus – Campo do Coqueiro	Círculo de oração , atualmente. Anteriormente foi secretária do departamento de senhoras, secretária da escola dominical, recepcionista, secretária geral da congregação, oradora do meio dia nos lares.
P.2	Palmeira de Débora	Ministério infantil , culto infantil e atividades de ensino sobre Deus para crianças.
P.3	Universal do Reino de Deus	Ajudante de mídia – Grupo Calebe.
P.4	Assembleia de Deus – Campo do Coqueiro	Frequentadora sem cargo. Anteriormente foi dirigente, vice dirigente, secretária, tesoureira, zeladora da igreja.
P.5	Assembleia de Deus – Campo de Belém	Frequentadora sem cargo. Anteriormente trabalhou na “Missão com crianças”.
P.6	Quadrangular	Auxiliar do grupo de crianças.
P.7	Quadrangular	Frequentadora sem cargo.

Fonte: A autoria da pesquisadora.

Um fato interessante é que três das sete participantes (Participantes 2, 5 e 6) relataram trabalhar ou já terem trabalhado com crianças. O principal trabalho é a evangelização, ou seja, fazer com que entendam as escrituras, o que mostra como a igreja evangélica começa desde a infância o processo de doutrinação da palavra de Deus.

Três (Participantes 1, 3 e 4) relataram já ter feito e/ou ainda realizar diversos tipos de atividades como secretária, recepcionista, ajudante de mídia, o que demonstra um engajamento muito grande para com a igreja. Somente três delas frequentavam apenas os cultos no momento (Participantes 4, 5 e 7).

Cabe ressaltar as atividades da Participante 3, que demonstra uma organização por parte da Igreja Universal do Reino de Deus no registro e conexão dos grupos das igrejas com grupos de Universais de outros estados para fins de divulgação das atividades:

Eu sou ajudante da mídia, trabalho com pessoas idosas. Se chama **Grupo Calebe**. Duas vezes por semana. Tem o evento, **eu bato as fotos pra poder enviar pra minha líder e a minha líder manda lá pra São Paulo**, é assim que funciona. Por exemplo, aniversariante do mês, quando chega a época das danças com idosos, **também quando precisa fazer visita na casa dos idosos, que precisam de oração, a gente vai evangeliza e bate a foto** (Participante 3, parda, 45 anos).

Ao serem questionadas sobre a importância da religião e da igreja em suas vidas, quatro das participantes (Participantes 1, 4, 5 e 6) relataram o ato de congregação como um dever e uma necessidade que as nutre no âmbito espiritual e alimenta a suas almas, além de aproximá-las de Deus. Ademais, também relataram a importância da aproximação com Deus e seus ensinamentos (Participantes 2 e 3). A Participante 5 falou de como a igreja estava na base do seu modo de viver, exemplificando uma melhora no próprio convívio familiar, especialmente com o marido, após ele entrar para a Igreja. Duas delas disseram que todos precisam ter uma religião ou doutrina, uma prática diária, independente da religião (Participantes 4 e 7). A ausência numa instituição religiosa é vista como um esfriamento e uma vivência aleatória, já que a religião seria um processo de desenvolvimento humano. A exemplo, a fala da Participante 4:

[...] nós precisamos estar junto com os nossos irmãos em Cristo. [...] é **uma coisa que faz parte da nossa vida. Se a gente não se congrega, a gente vai esfriando diante das coisas de Deus**. E a gente estando junto ali na igreja não, umas irmãs oram pelas outras, uma oram pela família da outra [...]. Então a união ela é muito importante. A família em Cristo, no caso a igreja, né? [...] é **muito importante isso pra nossa vida**. E a religião faz parte da nossa [...]. **Você tem que ter uma prática diária na sua vida**. [...] (Participante, 4, parda, 53 anos).

A todo momento, a Participante 4 ressalta a necessidade de estar dentro da igreja. Ela não fala de fato sobre a importância no âmbito pessoal, mas como algo inerente a todos os seres humanos, sendo a religião necessária como prática. Para ela, a necessidade vem de uma união e comunhão com os seus, bem como uma proximidade com "as coisas de Deus".

Ao serem questionadas se sempre foram evangélicas, seis das sete participantes relataram terem mudado da igreja católica para a evangélica. A Participante 5 foi a única que sempre frequentou e continuou frequentando a igreja evangélica. Dentre as justificativas para mudar, estão o fato de terem nascido na igreja católica, mas não praticarem (Participantes 3 e 6), por isso sentiram maior conexão com as falas da igreja evangélica (Participantes 1 e 7). A Participante 1 relatou ainda que se sentiu importante ao participar dos cargos, já a Participante 7 disse que mudou porque haviam mais igrejas evangélicas por perto.

As falas das participantes 2 e 4 foram mais negativas à igreja católica, explicando que mudaram porque a igreja católica deixava seus seguidores muito à vontade, podendo ir a festas e beber (Participante 2) e pela ausência da prática da leitura (Bíblia), se vive no pecado, uma vida errada (Participante 4).

[...] **O motivo pra mim, é que a igreja católica deixa muito à vontade. Na minha opinião, tu *pode* tanto tá lá, mas tu *pode* frequentar festa, isso e aquilo, então é um ato pra mim que eu não conhecia verdadeiramente Cristo, no católico.** [...] Comecei a ficar no mundo, frequentar festa, festa, festa e foi que um dia eu queria saber quem era verdadeiramente à Cristo, [...]. Porque quando tu *conhece* verdadeiramente Cristo, ele faz uma mudança na nossa vida. [...], a gente tem o livre arbítrio, mas eu creio que assim, no católico tu *pode* mesmo fazer e não tem problema, mas no evangélico [...] tu *tem* sim o livre arbítrio, mas se tu *olhar* que aquilo ali não edifica tua casa, tua saúde, tua vida, de nada valhe [...] (Participante 2, parda, 29 anos).

A ida do catolicismo para o evangelismo foi discorrida por Brandão e Jorge (2019) como um movimento iniciado nos anos 50, denominado pelos autores de 'destraditionalização', em que a filiação religiosa não é mais fruto da herança familiar, mas sim de uma escolha individual, e aparece nas falas como uma escolha consciente pela busca do que lhes falta: uma aproximação com Deus e um modo de vida. Diferente de como a católica atua, batizando na primeira infância e também não exercendo grande poder no livre arbítrio das pessoas que as frequentam. Sobre esta última, voltamos à fala da Participante 2, que parece querer um estabelecimento de regras a seguir, algo que a igreja católica não proporciona e que ela encontrou na igreja evangélica. Falas de outras participantes ao longo das entrevistas demonstram a efetividade da igreja evangélica em estabelecer regras morais a serem seguidas, como a diz a Participante 1:

[...] E sempre tem alguém que está na frente e **nós devemos obedecer. Por mais que a gente não concorde, não aceite, mas nós devemos obedecer.** É que nem uma

empresa. Se você entra numa empresa ela tem a sua regra. Qual é a regra dela? **Você não pode usar maquiagem, você não vai poder ficar cortando o seu cabelo, pintando, fazendo aquelas extravagâncias, né? Fazer tatuagem, você não vai poder ficar usando roupinhas que venham estar te expondo.** [...] Então se você entra aceita, porque você também tem que aceitar a regra da direção (Participante 1, parda, 50 anos).

A importância da religião aparece para as participantes da pesquisa como uma necessidade de congregação, algo que todos deveriam fazer e obedecer. Esse pensamento enraizado tanto por religiões quanto por ideologias, faz com que a fé se transforme numa virtude básica humana (Haro, 2006). Haro afirma que nesse processo a fé se confunde com a esperança, com o entusiasmo pela vida, com a própria alegria de viver, fenômenos dados pela própria constituição do ser, e nesse processo a fé se vincula a uma interpretação dada da realidade (Haro, 2006, p. 22). Isso pode impedir que aqueles que seguem religiões e doutrinas vejam as injustiças que essas crenças acabam por reiterar, ou seja, vejam realidades que são invisibilizadas por elas. Podemos ver isso na constituição familiar descrita pelas participantes da pesquisa, por exemplo.

Ao serem perguntadas sobre o significado de família, cinco das participantes disseram que “família significa tudo” (Participantes 2, 3, 5 e 7) ou quase tudo (Participante 1). Sendo que dessas, as Participantes 2, 3 e 7 atrelaram o significado ao sentido de apoio, porto seguro, orientação. A Participante 1 disse que família é a “nossa primeira religião”, sendo constituída por marido e filhos, apenas. Assim como ela, a Participante 6 atrelou as crenças em Jesus, com sua família constituída, atribuindo isto ao significado de família, especificando que esta é constituída por homem e mulher. Já a Participante 4 descreveu família como amor, união, cuidado, carinho e atenção. Cabe destacar a fala da Participante 5, a única que destoa das demais ao trazer a família como um desafio ao qual é necessário condições mentais para resolver situações de conflito e manter a harmonia.

As constituições familiares não são da ordem do espontâneo, como afirma Biroli (2018), são processos sociais resultados de interação entre o institucional, o simbólico e o material. A percepção da família como uma religião é problemática por enxergar a possibilidade apenas de uma constituição, e assim fechar os olhos para outras possíveis, como em casamentos homoafetivos ou lares que possuem apenas mães solo, por exemplo. Além disso, há algumas falas que, novamente, invisibilizam as problemáticas que giram em torno das relações familiares, pois para além de afetos, cuidado e apoio, também contém exploração do trabalho, exercícios de autoridade e, em muitos casos, violência (Biroli, 2018, p. 91). Percebo assim uma romantização do significado de família por parte de seis das participantes e uma distinção de papéis de gênero bem especificada, e por parte de duas delas ao descreverem a família dentro

da dicotomia homem/mulher, discursos condizentes com os que são trabalhado dentro de suas próprias igrejas.

5.2 Mulher, gênero, feminismo e direitos reprodutivos

De acordo com o informativo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e lançado em março de 2024, as mulheres continuam sendo o lado mais vulnerável das desigualdades no Brasil nos âmbitos econômicos, educacionais e em cargos de liderança. O nível de ocupação de mulheres com crianças é de 56,6% em relação a 89% dos homens (IBGE, 2024).

Os dados mostram que ser mulher na sociedade brasileira é um desafio. Sofremos com imposições sociais, divisões sexuais de trabalho, temos duplas, triplas jornadas entre estudos, cuidados domésticos e trabalhos. Sofremos violências físicas, psicológicas e morais, além de termos nossos direitos negados e, dentro da diversidade racial, territorial, econômica e de classe, temos essas opressões acentuadas. O processo de ser mulher e enxergar essas desigualdades é importante para lutarmos por direitos civis, como os direitos reprodutivos. Por isso, neste tópico trago o olhar das participantes sobre ser mulher, gênero, feminismo e direitos reprodutivos na tentativa de enxergar possíveis pontos de diálogo quando falamos sobre aborto.

Quando perguntadas sobre o que era ser mulher para elas, as participantes (1, 2, e 4) definiram como “guerreiras”, “lutadoras”, “capazes de aguentar mais trabalho”, especialmente em casa no âmbito familiar, além de atrelarem a maior luta especialmente pelo fato de serem mães. Três das participantes (5, 6 e 7) atrelaram o significado de ser mulher à possibilidade de ser mãe, considerando-a como uma dádiva e um dos melhores pontos mais especiais. As participantes 1, 2 e 5 ressaltaram sobre como as mulheres são “o cérebro”, mais trabalhadoras, que podem tanto quanto os homens, não sendo inferiores a eles.

Alguns pontos bem interessantes e que valem ser ressaltados são falas bem progressistas como a da Participante 3, que diz “A partir do momento que a gente se conhece como mulher a gente vê que nós podemos tudo. Podemos escolher a área que nós queremos nos empenhar, nos dedicar e pra mim, ser mulher é isso” (Participante 3, parda, 45 anos). A Participante 5 ao falar sobre ser mãe destaca o ato como uma escolha:

[...] A gente tem a dádiva de poder, **aquelas que escolhem**, gerar filhos, construir outros seres humanos [...]. **Eu** acho que eu posso tanto quanto um homem, **depende da minha coragem, da minha vontade de fazer, de crescer, de construir, de evoluir**” (Participante 5, parda, 35 anos).

A Participante 4 destaca os direitos que as mulheres têm e a possibilidade de participarem da sociedade “[...] **eu sou muito grata à Deus, porque hoje nós temos direitos, né? O tempo passou, nós temos direito, a gente pode se expressar, a gente pode agir, a gente pode ter participação na sociedade** (Participante, 4, parda, 53 anos), e assim como ela, a Participante 6 também destaca a independência como um dos significados de ser mulher.

Dentro da fala das participantes, “Guerreira” aparece como símbolo de força, deixando subentendido e invisível devido a romantização que a palavra possui, a sobrecarga que essas mulheres podem sentir e que sabem que outras mulheres sentem, sendo vistas como habilidosas e capazes. O termo “Mãe” aparece como uma fala carregada de responsabilidade do cuidado familiar e uma dádiva dada como certa e especial. Há uma dicotomia de papéis de homens e mulheres que aparecem, ainda que superficialmente, nas falas da Participante 2 quando cita “a personalidade do homem” e, mais especificamente, na fala da Participante 1 quando diz:

[...] **O homem ele vai pro trabalho dele, quando ele vem ele só quer tomar um banho e pronto. E a gente continua trabalhando.** Quando o dia que ele está de folga, a gente não folga. **Nós não temos folgas. Ele sim. Ele sai.** E a gente continua lavando, passando, cozinhando a mesma coisa (Participante 1, parda 50 anos).

A divisão sexual do trabalho aparece muito fortemente na fala da Participante 1. Assim como em seu relato, as definições dadas por elas mostram uma consciência das possibilidades que têm, mas também mostram como atividades exercidas no cotidiano, como cozinhar, lavar roupa, limpar a casa, entre outros tipos de cuidados com pessoas, sejam crianças ou idosos, demandam tempo e energia, e na maioria dos casos são realizados por mulheres (Biroli, 2018).

No entanto, na pergunta seguinte sobre como a religião delas definia “mulher”, ao explicá-las a Participante 1 parece ser resistente a algumas regras impostas pela sua igreja, especialmente no que diz ao modo de vestir e aos comportamentos que homens e mulheres devem ter. Ela afirma que tem havido mudanças por parte da igreja:

[...] hoje ela já está mais moderna. Ela já está vendo que não é desse jeito. [...] eles ainda tão nessa que nós devemos ser obedientes ao homem. Aos nossos maridos. Sermos daquele tipo antigo. Bem antigo. Homem não lava, homem não cozinha. Nós que temos que fazer tudo. Mas até nisso tá tendo uma modernização, já há pregação, **já estão falando que não, o homem tem que ser parceiro da mulher.** Então se chegou, ainda tem louça pra lavar, tem um filho ainda pra cuidar. (Participante 1, parda, 50 anos).

A Participante 2 dois afirma que a Igreja as vê como um ser forte, de fé, sábias para edificar o lar. Assim como ela, a Participante 5 diz que a Igreja as vê como especiais, principalmente por exercerem o papel do cuidado no ambiente familiar. Preciosas aos olhos de

Deus, pessoas livres que podem participar das áreas da igreja e que são as maiores participantes dentro delas, essas são as descrições das participantes. A opinião da Participante 6 não foi conferida, pois houve um erro na gravação.

A partir da fala, percebe-se que existe um local de conforto por parte das entrevistadas ao relatarem sobre a maneira como as igrejas as enxergam, reiterando o papel de gênero do cuidado, delicado, que é bem querido pelas participantes. Percebo também que a Participante 1 se destaca por entrar numa reflexão própria e subversiva que vai de encontro à alguns ideais arcaicos que sua igreja prega.

Ao serem questionadas sobre mulheres referências para elas, cinco das participantes deram como referências pessoas próximas a elas, como suas mães, pelo exemplo de batalha (Participantes 1 e 4), pelos princípios e ensinamentos (Participante 7), outras referenciaram mulheres com quem já trabalharam (Participante 5), pelo ato de fé e superação na vida (Participante 2). A Participante 3 disse que a Rainha Elizabeth era um exemplo de quem sempre tomou decisões corretas. A Participante 6 disse que não tinha referência, nem de seu cotidiano, nem do mundo cristão, apenas Jesus Cristo.

Em relação a mulheres do mundo cristão, elas referenciaram principalmente mulheres do seu dia a dia, como as que participam da igreja (Participantes 1 e 4), mulheres que compartilham seu dia a dia (Participante 5), cantoras, pastoras e pregadoras como Patrícia Queiroz (Participante 7), Gabriela Rocha (Participante 2) e Ester, a esposa do Bispo Edir Macedo (Participante 3).

Seus exemplos demonstram que admiram mulheres que estão próximas a elas em seus cotidianos, seja pela aproximação cristã, seja por compartilharem histórias de vida, como exemplificado na fala da Participante 1 em relação à mãe:

[...] A minha mãe ela foi uma mulher, ela é, porque ela está viva, guerreira. Segundo o que ela conta, [...] ela deixou a gente tudo lá, no interior com a nossa avó, acabou espalhando a gente em casa de padrinho, essas coisas, e veio pra cá pra Belém pra arranjar trabalho pra poder mandar pra gente e depois conseguir um cantinho e trazer todas nós pra cá, né? Aí depois disso fui crescendo, ela sempre trabalhando dia e noite como garçone, na verdade ela até se prostituía pra pagar o aluguel, pra sustentar a gente, ela pensa que não sei disso, mas eu sei que ela fazia isso, pra poder conseguir. Porque ela trabalhava como garçone na casa de família e nessa época... hoje já não é valorizado, imagine alguns anos atrás. Não era mesmo, então a mulher graças a Deus que ela está conseguindo ganhar o espaço dela, mas antes ela não tinha esse espaço, ela era escravizada na casa da família, humilhada pra conseguir um pouquinho e nem dava. Então, ela tinha que se virar nos cem pra não deixar faltar. Pagar água, luz. O aluguel e ainda bancar a casa sozinha. [...] então ela se virava pra não deixar faltar. Nunca faltou. [...] (Participante 1, parda, 50 anos).

Ao serem questionadas sobre o significado da palavra “gênero” as respostas foram bem

diversificadas: Duas delas (Participantes 1 e 7) atrelaram o significado à homossexualidade ou sexualidades dissidentes, sendo que a Participante 1 demonstrou muito conflito ao longo da fala, se utilizando dos ensinamentos de Deus para tentar compreender e respeitar. Já a Participante 7, mesmo dizendo que se tratava do livre arbítrio sexual, ressaltou sempre que não era algo certo. As Participantes 2 e 5 descreveram gênero a partir de sua distinção biológica entre homem e mulher. A Participante 3 descreveu à palavra o sentido de ‘gerar’, que merece respeito num mundo de preconceitos, mas seus exemplos apontaram para questão de racialidade (negro, branco, pardo). A Participante 4 afirmou que não compreende e não dá importância ao termo. Cabe destacar a fala da Participante 6, que negou a existência do gênero, mesmo trazendo exemplos que contrapunham sua afirmativa:

Gêneros é uma coisa pra mim que não existe. Pra mim a pessoa nasceu homem, homem e mulher é mulher. A palavra de Deus não diz que existe gêneros, entendeu? Mas não que eu seja preconceituosa, não. tenha amigos, tenha amigas. [...] tenho amiga lésbica, tenho amigo gay, mas tipo assim, trato eles como fosse normal, entendeu? Não tem essa *discriminalidade [discriminação]*, não tô *discriminalizando [discriminando]* ninguém, entendeu? Porque Jesus, ele que tem o poder de julgar. Não eu, não você. Mas pra mim não existe. Independente que seja (Participante 6, indígena, 37 anos).

A fala da Participante 6, confundiu gênero (como eu me identifico, ex: cis, trans) com sexualidade (por quem eu me atraio sexualmente), assim como as Participantes 1 e 7. Os preconceitos advindos de suas crenças religiosas permeiam suas falas na medida em que dão o julgamento veemente do que é certo ou errado (Participante 7), ou deixam de considerar a existência dessas sexualidades e até mesmo gêneros dissidentes (Participante 6), demonstrando um apagamento e recusa do diferente. Vale ressaltar, no entanto, a tentativa da Participante 1, que mesmo tendo seus pensamentos permeados por preconceitos e “não concordando”, demonstrou tentar compreender e respeitar.

Para além das respostas de distinção biológica dada pelas Participantes 2 e 5, fica evidente que gênero é um tema confuso e não trabalhado no cotidiano das participantes. As respostas são baseadas em suas próprias concepções, fundamentadas na religiosidade e nos padrões comportamentais atrelados ao gênero sobre o que são homens e mulheres, além do que é certo e errado, e assim mascaram seus próprios preconceitos, o que pode dificultar um debate maior acerca do tema.

Sabemos que discutir gênero, um tema denso, é difícil mesmo para quem pesquisa. Como falar sobre essa concepção, para além da biológica, de maneira compreensível e acessível para pessoas que têm pensamentos conservadores? E como falar sobre temáticas também que

já estão tão podadas na cabeça dessas mulheres a ponto de elas demonstrarem grande firmeza no que dizem?

Falar sobre o significado de feminismo para elas foi outra pergunta que gerou distintas e interessantes respostas para pensarmos na comunicação do movimento feminista hoje, em nosso contexto brasileiro. A Participante 2 disse que se trata da luta das mulheres por preconceitos ligados a elas. A Participante 4 confundiu “feminismo” com “feminino”.

As Participantes 1, 5 e 7 foram as que mais se aproximaram do sentido correto da luta feminista. A Participante 1 tem consciência profunda sobre a importância da luta, discorrendo sobre os direitos conquistados, a questão do trabalho, o assédio, no entanto, ela não se considera feminista por não se sentir corajosa para ir em manifestações. Já a Participante 7 vê o termo como adjetivo para mulher empoderada, que expressa opiniões e valores, mas nunca pensou sobre ser feminista. A Participante 5 disse que o sentido de feminismo está deteriorado hoje, pois o verdadeiro significado seria a luta por igualdade, respeito as mulheres, direitos, e nessa perspectiva ela se considera feminista, no entanto ressalta que se for o feminismo de hoje, não se considera:

O feminismo pra mim, o real feminismo pra mim, não é o que é pregado hoje. [...]. Porque o feminismo seria pra lutar pelo direito à igualdade, pelo respeito à mulher, assegurar os direitos, mostrar que a mulher também é capaz, a mulher pode. Mas hoje a gente vê pessoas lutando por esse tipo de coisa, mas com viés torto. Eu não preciso dizer que eu sou feminista, não preciso mostrar meu peito em praça pública pra mostrar que eu tenho capacidade de exercer certas atividades, de fazer com que os meus direitos sejam validados, eu não preciso sair pelada pela rua pra chamar atenção de ninguém, eu acho que o modo como se está chamando a atenção da sociedade hoje totalmente errôneo. **Se esse feminismo for relacionado a dizer que a mulher ela tem sim capacidade,** ela pode chegar aonde ela quiser [...] que ela é inteligente, que ela pode, **eu me considero. Mas esse feminismo de hoje, de querer chamar atenção, dessa forma mostrando o corpo, saindo pelada, raspando a cabeça, eu não me considero** (Participante 5, parda, 35 anos).

A Participante 5 colocou em palavras um pensamento muito comum que está atrelado ao feminismo radical pela maneira como se manifesta. É necessário pensar na forma como nos manifestamos para dialogar com um grupo de mulheres que não alcançamos, mas que está ao alcance pelo discurso da igualdade de direitos e independência financeira, como já tinham apontado Della Costa, Rocha e Solano (2022). As descrições dadas, em sua maioria, demonstram desconhecimento a respeito dos temas. Outra ideia estereotipada que aparece nas falas e que precisa ser trabalhada é a ideia de que a mulher quer ser melhor que o homem, como afirma a Participante 6.

Outro ponto interessante, que aparece na fala da Participante 3, é que ela vê o feminismo como a mulher estando num patamar alto e que detém uma certa imposição de opiniões, entende

que se trata das escolhas das mulheres, no entanto, ela acredita que essas escolhas, muitas vezes, acabam ultrapassando os limites permitidos por Deus:

As pessoas, elas entendem que a escolha dela, como feminista, podemos dizer assim, **é estar no patamar alto. E que tem que aceitar a decisão dela própria como pessoa.** Só que eu já voltando pra religião, eu aprendi que Deus ele é tudo né? Deus é o único que pode estar acima de tudo. Nós temos que respeitar? Temos. Mas jamais querer ser superior a Deus. Respeito o feminismo, não tenho nada contra. [...]. É importante nós termos uma liderança pra qualquer situação. **Mas não devemos deixar com que isso nos supere a ponto de achar que nós somos primazia em determinada situação ou escolha.** (pergunto em que situação ela enxerga isso). **É porque às vezes a pessoa ela não leva em conta, o que Deus acharia de determinada escolha. É nesse ponto que eu tô querendo dizer. A pessoa achar que ela pode ser superior à Deus** (Participante 3, parda, 45 anos).

A fala da Participante 3 é muito interessante porque mostra aqui uma das divergências dos cristãos para com o movimento feminista. A liberdade de escolha, o direito de todos os cidadãos e cidadãs se torna um problema, alvo das disputas religiosas no que diz respeito à mulher, porque infringe diretamente os ensinamentos de Deus. Além disso a forma ‘impositiva’ enxergada por ela na questão da aceitação dessas escolhas remete a uma intolerância que ela mesma vê no movimento feminista e que discorda, como vemos na fala.

Das justificativas para não se considerarem feministas, seis das entrevistadas não se consideram e uma sim, em condições específicas (Participante 5), justificado pela falta de identificação que têm com o feminismo, a partir do que delinearão: mulheres com opiniões e escolhas fortes, que participam de movimentos, vão para as ruas, que raspam seus cabelos e mostram seus corpos. Podemos atrelar a visão das participantes a um imagético estereotipado, construído pela visibilidade dada as feministas em momentos específicos, como marchas e protestos, a nível nacional e internacional, muitas das vezes, em matérias sensacionalistas, que não representam no todo o movimento feminista, dado que ele é diverso, com distintas vertentes. Suas falas demonstram que o feminismo precisa ser mais amplamente disseminado e que sua diversidade precisa de mais visibilidade, pois as mulheres cristãs precisam se enxergar nesse movimento.

Sobre direitos reprodutivos, cinco das mulheres os confundiram com desigualdade de direitos entre homens e mulheres, destacando a questão salarial (Participante 2 e 6), os direitos, deveres e tomadas de decisão (Participante 3 e 4) e a conquista de espaço das mulheres (Participante 7). Apenas duas se referiram aos direitos reprodutivos como o direito de reproduzir (Participante 1 e 5). A Participante 1 disse que antes acreditava que as mulheres nasceram para reproduzir, mas hoje entende que é uma escolha. Ressalta que ainda assim é contra o ato de abortar, que se deve doar:

[...] uns aninhos atrás, eu achava que todas as mulheres elas nasceram pra produzir. [...] e hoje, eu não mudo muito a minha opinião, mas hoje em dia eu só penso assim, **contanto que a pessoa queira, ela tem que querer, não é porque eu sou mulher que eu sou obrigada.** [...] Então, eu não sou a favor de da pessoa que engravida. Hoje, nessa época **tem tanto método**, tem tanta forma de você evitar se você não quer. Então **se você realmente não quer pra que que você engravida? E depois joga no lixo.** Deixa no hospital [...] Não quer, dê, deixe no hospital, siga em frente, **mas não aborte** (Participante 1, parda, 50 anos).

A Participante 5 argumentou que as mulheres sabem o que é certo e errado e se engravidaram tem que ir até o fim:

É o direito de reproduzir, [...] só que esse direito reprodutivo da mulher, **eu acredito que nós enquanto mulheres somos muito convictas daquilo que a gente quer e daquilo que é certo e daquilo que é errado** e daquilo que a gente **pode e que a gente não pode** e além de ser convictas a gente sabe as consequências dos nossos atos. A gente sabe que se **a gente for manter uma relação sexual sem camisinha a gente está ali tendo uma grande chance, de engravidar e de ter que reproduzir futuramente.** Então se eu tenho consciência que eu posso engravidar e eu não quero naquele momento **por que que eu vou fazer sexo sem camisinha sem me prevenir?** Nós somos seres humanos adultos e temos inteligência suficiente pra saber que as nossas atitudes elas têm consequências. **E sou contra totalmente o aborto. Porque eu vejo que independente se for embrião, independente é um ser humano. E se você não quer, tem muitos meios aí pra prevenir** (Participante 5, parda, 35 anos).

As respostas nos mostram que cinco das mulheres desta pesquisa desconhecem a discussão ou sobre o que seria o termo “direitos reprodutivos da mulher”. Embora a fala da Participante 1 seja positiva no sentido de entender que é uma escolha querer ou não filhos, essa escolha não permanece quando a decisão é interromper a gravidez. Tanto a fala dela quanto a da Participante 5 justificam o não abortamento pela existência de métodos contraceptivos. São falas misóginas que contribuem para a culpabilização da mulher.

De acordo com Trindade *et al* (2021) ao analisar os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2012/2013, pesquisa mais completa nos domicílios de todo território nacional em parceria com IBGE sobre uso de contraceptivos, perceberam que 80% das mulheres relataram utilizar algum método contraceptivo, sendo o oral mais utilizado (34,2%) seguido dos cirúrgicos (25,9%) e das camisinhas (14,5%). Destas, 17,6% afirmaram não utilizar nenhum método, tendo como motivação vontade própria ou por não se importar de engravidar (37,3%). Destaca-se na pesquisa que 3,7% não evitavam a gravidez por não saber como. Os resultados partem de entrevistas com mais de 17 mil mulheres (Trindade; Siqueira; Paula; Felisbino-Mendes, 2021).

5.3 Política

Tudo o que foi trabalhado no âmbito desta pesquisa é um problema político. A discussão sobre a legalização do aborto refere-se ao exercício da democracia, por isso falar sobre a visão que as participantes têm do sistema político brasileiro, assim como das disputas entre esquerda e direita, e como se percebem dentro desse meio é fundamental para analisarmos como se delineiam suas próprias verdades a respeito das temáticas que trabalhamos aqui. Suas respostas nos possibilitam compreender como pensam e que caminhos podemos tomar como linha de diálogo para refletir sobre a política. Nesta categoria de análise, trago as percepções gerais sobre política das participantes da pesquisa.

Trago questões referentes a Bolsonaro e pergunto se já votaram e/ou votariam no ex-presidente, em seguida lhes pergunto o porquê. Quatro das participantes (Participante 1, 2, 5 e 7) votaram e votariam novamente em Bolsonaro (Participante 3, 4 e 6). Três delas não votaram e não votariam nele. Das que não votaram e não votariam, suas justificativas se dão por posicionamentos de discordância, como o desrespeito às mulheres na fala dele (Participante 3) e a questão armamentista (Participante 4), a falta de credibilidade da política também aparece na fala da Participante 6. Já as justificativas para as que votariam novamente se embasam no posicionamento de Bolsonaro sobre família (Participante 1), sua participação na igreja (Participante 2), seu posicionamento perante a comunidade LGBTQ+ (Participante 5) e seu posicionamento em relação ao aspecto empresarial (Participante 7).

Suas respostas dizem muito sobre o grau de conhecimento que detêm sobre os movimentos políticos que ocorreram, o que enxergaram, o porquê e que verdades guardaram para si. A seguir, trago o quadro referente às perguntas:

Quadro 9 – Votação em Bolsonaro

	Já votou no Bolsonaro?	Votaria no Bolsonaro?	Por que votaria ou não?
P.1	Sim	Sim	Posicionamento sobre família. Bom costume. Militar que impõe respeito e ordem.
P.2	Sim	Sim	Igreja, compactua com seu posicionamento. Sem propriedade para citar exemplos.
P.3	Não	Não	Desrespeito com as mulheres.
P. 4	Não	Não	Discorda das ideias do ex-presidente. Dá como exemplo, querer armar a população num país violento.
P.5	Sim	Sim	Compactua com os ideais, apesar de entender que ele se comunica de maneira errada. Cita exemplo do uso de banheiro por pessoas transexuais. Cita Lula (ex-presidiário)

P.6	Não	Não	Desacredita nos políticos atuais. Acredita que deveriam surgir novos.
P.7	Sim	Sim	Excelente governo no aspecto empresarial, citou o marido como exemplo, que é autônomo e trabalha com refrigeração.

Fonte: Autoria da pesquisadora.

As respostas dadas pelas participantes da pesquisa são muito emblemáticas no sentido de nos mostrar que seus posicionamentos sobre ser mulher e sobre religião vistos até aqui não pesam de maneira igual na balança da escolha política que elas fazem no momento de votar. Como exemplo, a Participante 1, que apesar de traçar uma trajetória com discursos que podem ser vistos como progressistas, em que ela se percebe na luta entre o respeito pelo diferente e o que conhece, em que tem consciência sobre as lutas feministas, estes não se sobrepuseram a questão familiar, do bom costume representado por Bolsonaro, o que justifica sua escolha. Para as Participantes 3, 4 e 6, os aspectos religiosos que compuseram o discurso de Bolsonaro ao longo do mandato não se sobrepuseram aos discursos armamentistas e desrespeitosos em relação às mulheres, nem foram suficientes para enxergar a necessidade de novos posicionamentos. Isso mostra que apesar de a igreja e a religião constituírem grande parte de suas vidas, as escolhas políticas podem variar bastante dependendo da verdade que elas escolhem para si.

Aqui gostaria de adentrar e ressaltar nas questões interessantes que aparecem nas falas das participantes que votariam novamente em Bolsonaro: Há uma falta de consciência de classe por parte da Participante 7 quando acredita que foi um excelente governo, porque enxerga o trabalho do seu marido, autônomo, como beneficiado no âmbito empresarial.

Há na fala da Participante 2 um aspecto da pós-verdade em que vivemos, ao afirmar sem ter propriedade sobre o tema. Mesmo com o óbvio desconhecimento da trajetória política de Bolsonaro, sua fala é feita com convicção, ainda que de fato não responda à pergunta:

Eu votei nele pelo gênero de... Tanto da igreja, né. pelo fato de explicar o que tá acontecendo e tal, que ele era contra e eu via, ao meu ver, que era o certo. [...] E eu votaria de novo, porque eu creio que seria melhor. (*Em que aspecto tu concorda com ele?*) No aspecto de escolaridade... No aspecto de, em vários aspectos que ele colocou em pauta aí, achei uns aspectos bons (Participante 2, parda, 29 anos).

O mesmo aspecto da pós-verdade aparece também na fala da Participante 5, pois para além de compactuar com o posicionamento de Bolsonaro em relação a utilização do banheiro por pessoas trans (assunto em que voltarei a seguir), ela ainda retoma a trajetória de Lula como presidiário, alguém com posicionamentos errados que consegue persuadir a população, em

especial a classe social pobre e a dos artistas, que se beneficiam da verba para a emissora, segundo ela. Quando lhe questionei sobre a não elegibilidade de Bolsonaro ela diz:

Eu ainda não tive nem tempo de olhar realmente a respeito a fundo uma reportagem sobre isso que eu estava tão assoberbada ultimamente de trabalho. que agora que a gente está começando a respirar aqui. **Nem televisão, não estava ligando em casa** (Participante 5, parda, 35 anos).

Sua resposta deixa evidente, como já vimos a partir dos autores Nuyen (2018), Stahl (2006), Santaella (2018) e Haro (2006), que falar sobre a veracidade de acontecimentos independe do que se tem de informação e diz respeito ao aspecto cognitivo do que se escolhe enxergar, baseado principalmente nas crenças que nos constituem. Aqui a visão ritualística da comunicação (Carey, 2008) é um ponto chave para pensarmos esse processo.

Outro ponto que aparece em sua fala e que acredito ser pertinente evidenciar, é a negação do direito às pessoas trans:

[...] Transexual poder usar o banheiro de mulher e eu vejo que é totalmente errada essa ideia, porque estão pensando nele, mas e as crianças como é que fica? Como é que fica a cabeça de uma criança vendo ali um homem, [...] **querem dar tanta igualdade, mas não pensam nos outros.** Por que que uma criança precisa se acostumar tão precocemente com uma situação dessas e um adulto não pode entender que apesar da opção sexual dele, **alguns costumes ele precisa ainda respeitar e praticar.** [...] **Cada um vive a sua vida e cada um procura acreditar naquilo que quer, mas a partir do momento em que eu preciso te obrigar a conviver com a minha escolha, aí já é uma coisa diferente** (Participante 5, parda, 35 anos).

Não poderia deixar de trazer essa fala, porque ela é impactante no sentido de delimitar quem são os cidadãos de direito e aqueles que não são. O que seria o exercício da cidadania e democracia senão respeitar a individualidade dos cidadãos e cidadãs brasileiros, aceitando suas escolhas individuais? Não somos todos obrigados a conviver com as escolhas uns dos outros? A fala da Participante 5 nega e diminui uma grande luta do movimento LGBTQIA+ que não cabe nesta pesquisa, mas que precisava ser salientado pelo fato de demonstrar como os processos políticos se dão na arena parlamentar e reverberam no cotidiano. A fala ainda remonta aos ataques constantes da bancada evangélica para com a população LGBTQIA+, como vimos no capítulo 2 desta pesquisa, pelo simples fato de não quererem e não aceitarem o diferente, neste caso a discussão profunda sobre gênero que envolve as pessoas trans, atacando políticas e se posicionando contra os direitos básicos dos cidadãos e cidadãs, como o direito de ir e vir.

A forma como definimos política e a consciência de como ela faz parte de nossas vidas influencia em nossas decisões políticas expressas no voto. Ao serem questionadas sobre o que era política, recebi três respostas que remontavam a não credibilidade da política e desinteresse

nela (Participantes 1, 2 e 6). A Participante 1, disse se tratar de um conjunto de pessoas interessadas em seus próprios interesses, já a Participante 2 disse não entender e nem buscar se aprofundar na temática. A Participante 6 disse que é algo que não sabemos fazer, enquanto as Participantes 3 e 5 focaram na dimensão da ação, trazendo exemplos como saúde, educação, redução da pobreza e mais oportunidades. As Participantes 4 e 7 focaram na dimensão institucional, relatando como órgão ativo, práticas do governo (Participante 4) e poderes que representam a sociedade (Participante 7).

Olhando pela perspectiva das políticas públicas, podemos perceber que aparecem nas falas três dimensões que descrevem o conceito de Política: a dimensão institucional (*Polity*), que trata da ordem do sistema político, nas falas das Participantes 4 e 7; a dimensão processual (*Politics*), que trata dos processos do jogo político, alianças, acordos, aparecem nas falas das Participantes 1 e 6; e a dimensão material (*Policy*), que diz respeito às ações concretas, que aparecem nas falas das Participantes 3 e 5. São denominações dos estudos das políticas públicas que compõem o conceito de política (Fuster, 2019) e mostram que as participantes têm uma base, ainda que superficial, das dimensões que permeiam a política. A exceção é a Participante 2 que não teve posicionamento.

Quando perguntadas se a política influenciava em suas vidas, as Participantes 1, 5 e 6 disseram que sim, apontando as dimensões financeiras, sociais (Participante 1), em todos os sentidos, da dependência dos impostos na vida cotidiana (Participante 5) a relações trabalhistas, além de associaram à corrupção no processo de acesso às vagas públicas, chamando de “pessoas apadrinhadas por políticos” (Participantes 5 e 6). As Participantes 3 e 4 disseram que em partes sim, exemplificando políticas sociais boas que começam e terminam com os mandatos dos candidatos (Participante 3) e a obrigatoriedade do voto (Participante 4).

As Participantes 2 e 7 disseram que não viam influência em suas vidas, atrelando à não inserção no mercado de trabalho, embora ao relembrar sobre o aumento de preços de alimentos a Participante 2 tenha dito que afetava, em partes. A não inserção no mercado de trabalho mostra que elas se sentem deslocadas do processo político, o que demonstra uma não consciência de como esses processos inferem diretamente em nossas vidas, como podemos ver na fala da Participante 7: “Não acho que afeta minha vida não, até porque não trabalho. Sou consultora da Natura, [...] tenho criança, não tenho como sair pra trabalhar, mesmo assim estou estudando também. Nutrição” (Participante 7, parda, 38 anos). Aqui podemos pensar que a impossibilidade de poder trabalhar, enquanto mulher e mãe, pode se dar pela inexistência de políticas sociais, como creches. O fato de ser estudante também a coloca num eixo específico que trata de várias

políticas públicas educacionais, outro processo político que também influencia em sua vida, ainda que não perceba.

De modo geral, as participantes demonstram não enxergar como os processos políticos afetam suas vidas, trazendo exemplos mais comuns do aspecto político, como a dimensão trabalhista, econômica, educacional e social, mas sem enxergar como afetam de modo individual e coletivo o grupo em que estão inseridas. A descredibilidade política que permeia as falas delas também se torna outro empecilho se pensarmos na necessidade do processo de diálogo a respeito da política.

Quando lhes questiono sobre o que acham de política e religião atreladas, três participantes (1, 6 e 7) afirmam que são coisas que não se misturam, mas dão direcionamentos distintos em suas falas. A Participante 1 diz que nem todos são religiosos, mas para isso todos tinham que ser. As Participantes 6 e 7 entram em consonância ao dizer que ao entrar na política a pessoa evangélica se corrompe. A Participante 3 remete ao jogo político de compra de votos e diz que aprendeu na Universal que não é obrigada a votar em quem não quer. A Participante 2 diz que são temáticas distintas e que não se discutem, além de afirmar que pastores não deveriam participar do processo político por enviesarem os ensinamentos dentro de suas próprias igrejas. Em contrapartida, a Participante 5 diz que religião e política andam em consonância, que ambos se discutem e que há corrupção em todos os lados. A Participante 4 inicialmente diz que não é possível unir as duas coisas, mas quando lhe pergunto o que ela acha da inserção de pastores na política, ela diz que é um meio de dar voz a igreja, de a verdade entrar na política e lutar contra o que vai de encontro às leis de Deus:

Eu vejo desta maneira a questão de um evangélico, ele entrar na política, é o meio que tem da voz da igreja a participar. Da voz da igreja, ela ser ativa, **a verdade entrar na política**. Através desses pastores que entram a gente pode lutar **pelas coisas certas** que tem que haver na política. As nossas opiniões, as coisas, **lutar contra as leis que eles colocam que vai contra a humanidade, contra a lei de Deus**. Então essa é uma maneira que tem deles estarem **colocando a verdade** (Participante 4, parda, 53 anos).

A fala da Participante 4 foi a única que conseguiu demonstrar como as decisões se dão no jogo político quando permeadas, em várias nuances, pelas crenças religiosas que compõem cada indivíduo, estando em consonância com o posicionamento da bancada evangélica, como vimos no capítulo 3, ou seja, demonstram o conservadorismo que perpassa os processos de decisão política. Novamente aparece em sua fala uma disputa pela verdade, partindo da moralidade divina que justifica o posicionamento político enviesado religiosamente em prol do que considera certo, as leis de Deus.

As falas das demais deixam evidente que elas não conseguem visualizar que quando se colocam as crenças religiosas a frente, como já vimos no capítulo 2, o processo político enviesa e inviabiliza a possibilidade de um debate saudável a respeito de políticas públicas e decisões políticas, e assim permeado pelos ideais conservadores que constituem os próprios políticos, como acabamos de ver pela fala da Participante 4.

A Participante 5 diz que contanto que não se corrompam, não vê problema na participação de evangélicos no ambiente político. As demais atrelaram uma carga negativa à inserção na política em razão da corrupção, demonstrando mais uma vez a descredibilização da Política em seus imaginários. Ressalto a fala da Participante 1, que diz que para que a política funcione todos tinham que ser religiosos, mas se não são, não adianta.

Percebemos diante das falas a problemática da inserção dos dogmas cristãos no processo político, dado que a democracia não pode estar constrangida pela necessidade de observância a regras dogmáticas de qualquer natureza (Miguel, 2006). A juridificação do religioso, estratégia neoconservadora que vimos no capítulo 2 desta pesquisa que consiste na instrumentalização no direito de ideias conservadoras (Vaggione, 2020), dificulta ainda mais o próprio exercício da democracia e de políticas que não sejam limitadas a grupos específicos.

5.4 Dinâmica 1- política e desinformação: percepções pré-concebidas na decisão sobre a veracidade dos conteúdos

Como vimos anteriormente no capítulo 4, o objetivo da Dinâmica 1 foi compreender se as participantes identificavam as falsas notícias, acreditando ou não nos conteúdos e porquê. Para isso, foram lidos para elas, tanto as manchetes quanto os conteúdos 1, 2 e 3, e somente as manchetes dos conteúdos 4, 5 e 6 (Ver página 74), com resultados agrupados no quadro baixo:

Quadro 10 – Percentagens de credibilidade dos conteúdos/apelos das respostas

P. 1	P.2	P.3
1.Sim/Percepção sobre Lula 2.Sim/ Seguindo a linha de raciocínio da primeira Imagem. 3.Sim/opinião sobre aborto 4.Sim/Vivência cotidiana 5.Sim/Conversa na congregação. 6.Sim/Viu na televisão	1.Sim/Percepção sobre o partido de Lula. 2.Sim/Conhecimento detido. 3.Sim/achismo 4.Não/Percepção partido 5.Não/sem justificativa 6.Não/sem justificativa	1.Não/Percepção sobre Lula. 2.Não/ Percepção sobre direitos da mulher 3.Não/ Percepção política 4.Não/Percepção prioridades 5.Não/Nunca viu 6.Sim/ Percepção sobre Nova York
P.1 Acreditou em 100%	P.2 Acreditou em 50%	P.3 Acreditou em 17%
P.4	P.5	P.6
	1.Sim/Declaração na TV	1.Sim/Percepção sobre Lula

1.Não/Não viu o presidente falar sobre	2.Sim/ Acreditou na informação, pois viu na TV	2.Sim/Descrédito de políticos
2.Não/ Não viu sobre	3.Não quis responder por não ter visto.	3.Sim/ opinião sobre aborto
3.Não/ Não viu sobre	4.Não/Percepção partido	4.Sim/Percepção sobre Lula e lembranças.
4.Não/ viu o presidente falar sobre.	5.Não/sem justificativa	5.Não/Nunca escutou sobre
5.Não/Não viu	6.Não/Repercussão	6.Sim/ Percepção sobre Nova York
6.Sim/Percepção sobre Nova York		
P.4 Acreditou em 17%	P.5 Acreditou em 34%	P.6 Acreditou em 83%

P.7	Credibilidade por conteúdo
1.Não/Notícias falsas e percepção sobre Lula	Conteúdo 1 – 57% acreditaram
2.Não/ Seguindo a linha de raciocínio da primeira Imagem	Conteúdo 2 – 57% acreditaram
3.Sim/ opinião sobre aborto	Conteúdo 3 - 43% acreditaram
4.Sim/Lembranças do PT	Conteúdo 4 – 14% (apenas uma)
5.Não teve certeza.	Conteúdo 5 - 28% acreditaram
6.Não/ não tem lógica	Conteúdo 6 - 57% acreditaram
P.7 Acreditou em 34%	

Fonte: Autoria da pesquisadora.

O quadro acima, obtida a partir das respostas, explicita a percentagem da credibilidade dada por cada participante da pesquisa, bem como os apelos para justificar e acreditar ou não no conteúdo. De maneira geral, para responder a respeito dos conteúdos 1, 2 e 3 a Participante 1 recorreu às suas percepções pré-concebidas sobre as temáticas e as pessoas. Já a respeito das manchetes, nos três conteúdos (4, 5 e 6), ela recorreu às suas vivências cotidianas na congregação e, pelo fato de não ter visto na televisão, acreditou em 100% dos conteúdos. A Participante 2 acreditou nos conteúdos 1, 2 e 3, recorrendo às próprias percepções, ao conhecimento detido e ao ‘achismo’, não acreditando nos outros três conteúdos (4, 5 e 6), sendo o conteúdo 4 em decorrência da percepção a respeito do partido PT e as outras duas não foram justificadas. Desse modo, ela acreditou em 50% dos conteúdos.

A Participante 3 não acreditou em 83% dos conteúdos, apenas acreditando no conteúdo 6, tomando como base para todas as respostas suas próprias percepções a respeito das temáticas (políticos, política, mulher, país, etc.). Da mesma forma, a Participante 4 não acreditou em 83% do conteúdo, apenas no conteúdo 6, em que levou em consideração sua percepção sobre Nova York. Para as demais, ela levou em consideração o fato de não ter visto nada na TV ou outro meio.

A Participante 5 não acreditou em 66% dos conteúdos, sendo que os primeiros dois conteúdos (1,2) ela disse ter visto na TV e o conteúdo 3 não quis comentar, já para o conteúdo 4 respondeu com base em sua percepção sobre o partido, enquanto o conteúdo 5 não foi

justificado e, por fim, o conteúdo 6 teve como base a ausência de repercussão. Fora os conteúdos relacionados ao PT e Lula (1, 2 e 4), se preocupou em já ter visto o conteúdo em algum meio de comunicação. A Participante 6 acreditou em 83% dos conteúdos, não acreditando apenas no conteúdo 5, pois disse não ter visto sobre ele, enquanto que para os demais ela recorreu às suas percepções a respeito da política, dos políticos, do aborto, assim como a Participante 3, apesar de terem feito o caminho oposto uma da outra. Por fim, a Participante 7 não acreditou em 66% dos conteúdos, acreditando apenas nos conteúdos 3 e 4, os quais recorreu às suas percepções sobre aborto e lembranças sobre o partido PT, tendo como exceções os conteúdos 5 e 6, em que não teve certeza e disse não ter lógica, por isso recorreu as suas próprias percepções ao responder as demais. Abaixo estão as justificativas das participantes, separadas por conteúdo.

5.4.1. Conteúdo 1 - Justificativas

A respeito do conteúdo 1 com a manchete “Lula cita aborto como ‘direito da mulher’ e aponta o que ocorreria com bebês em gestação em seu governo”, quatro das participantes afirmaram acreditar. Dentre as justificativas estavam: Lula faria para dar o direito de escolha (Participante 1), o partido dele é voltado para ‘isso’ (Participante 2), havia assistido à declaração dele na Globo dizendo que o corpo é da mulher e ela decide se gera ou não (Participante 5), faria porque ele não tem Cristo, nem amor ao próximo, já roubou (Participante 6). Dentre as que disseram não acreditar, as justificativas foram: Ele é uma pessoa que se preocupa com aspectos da educação e saúde (Participante 3), não viu ele falando sobre isso (Participante 4), e há muitas *fake news* (Participante 7).

Dessas justificativas dadas, seis delas (Participantes 1, 2 e 6) vieram a partir da percepção que elas têm do caráter de Lula, ou seja, o juízo de valor se sobrepõe à veracidade da informação que, contexto das falas, não se torna relevante. Um exemplo é a diferença com que a Participante 6 enxerga o presidente Lula como “uma pessoa que não tem Cristo, que não tem Deus na vida, uma pessoa que não tem amor ao próximo” (Participante 6, indígena, 37 anos), em comparação a Participante 3, que o enxerga como “uma pessoa que se preocupa com um ser humano em todos os aspectos, educação, saúde” (Participante 3, parda, 45 anos).

Podemos ver que cada uma tem sua opinião a respeito de Lula. A Participante 4 foi a única que considerou, no momento da resposta, o fato de não ter assistido nenhuma declaração de Lula. A Participante 7 também levou em consideração as *fake news*, mas teria mudado sua opinião com base no fato de ele ser maçom ou católico. Sendo maçom sua resposta seria “sim”, se fosse católico seria “não” para a afirmativa de que o aborto seria direito da mulher. Vale

ressaltar que Lula é católico²⁴ e que a declaração citada pela Participante 5 não foi dada pelo presidente, mas já discutida e trazida por ele como questão de saúde pública²⁵ em um contexto não enviesado, como trouxe a primeira imagem.

5.4.2. Conteúdo 2 – Justificativas

A respeito do conteúdo 2, “Bolsonaro revela que Lula, se for eleito, legalizará aborto irrestrito por meio do STF”, as mesmas participantes (1, 2, 5 e 6) que disseram acreditar no primeiro, também disseram acreditar no segundo. As justificativas eram: ser coerente com a primeira afirmativa (Participante 1), basear num conhecimento detido sobre o fato de que, hoje, se não quiser filho, pode operar (Participante 2), ter visto a informação circular pela internet (Participante 5) e afirmar que políticos nunca falam a verdade (Participante 6). Da mesma forma, as que disseram não acreditar (Participantes 3, 4 e 7), mantiveram o mesmo posicionamento. As justificativas foram: a mulher ter direito de escolha e o direito de querer ser mãe (Participante 3), não ter visto ou acompanhado campanhas políticas (Participante 4), ser coerente com a primeira afirmativa, apesar de não ter certeza (Participante 7).

Para a resposta a respeito do conteúdo 2, quatro das participantes recorreram às próprias percepções. A Participante 2 recorreu a memória a respeito do processo de laqueadura, que consiste na esterilização como método definitivo contraceptivo, e assim como ela a Participante 5 também recorreu a memória dizendo que viu sobre o assunto na internet. A Participante 6 recorreu a percepção sobre política, enquanto a Participante 3 ao responder não, levou em consideração suas percepções sobre a escolha da mulher. Duas delas (Participantes 1 e 7) consideraram na resposta a linha de raciocínio que estavam seguindo na primeira. Apenas a Participante 4, novamente, optou por dizer não, por não ter visto nada sobre o caso. Assim, com exceção também da Participante 5, que ao responder levou em consideração se já viu em algum lugar ou não, as demais responderam com base em seus próprios conhecimentos de mundo (mulher, política e laqueadura), mostrando distintas verdades para uma mesma pergunta.

5.4.3. Conteúdo 3- Justificativas

²⁴ Ele afirma em entrevista dada no podcast Mano a Mano, episódio “Lula”, de 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/OtlWq1FO7REyWexa116Iz5>

²⁵ Lula fala sobre aborto: Deveria ser transformado em questão de saúde pública: <https://www.youtube.com/watch?v=I3Gy5T-twwA>

Das respostas sobre o conteúdo 3, “Ministra Damares: ‘aborto é planejamento familiar; é agressão ao corpo da mulher e é assassinato”, quatro das Participantes (1, 2, 6 e 7) acreditaram que o conteúdo era verdadeiro. Para responder, elas levaram em consideração suas próprias opiniões sobre a temática central, o aborto. A Participante 1 acreditou no conteúdo e disse que era a favor de dar e não abortar, já a Participante 2 disse que se a mulher consentir o aborto será feito, enquanto as Participante 6 e 7 acreditaram por serem contra o aborto e concordarem com o que estava escrito na manchete. Já as que não acreditaram levaram em consideração a política, o que envolveria muitas mentiras e não ser cumprido o que é dito (Participante 3) e não terem visto sobre o conteúdo (Participante 4). A Participante 5 optou por não responder por não ter lido sobre. Aqui, vemos novamente que apenas as Participantes 4 e 5 se isentam de opiniões sobre a temática e político que compõem o conteúdo 3. Já as demais responderam tomando como base suas próprias opiniões tanto sobre política (Participante 3) quanto sobre aborto (Participantes 1, 2, 6 e 7), como vemos no exemplo da fala da Participante 7:

Eu acho que sim. Porque realmente, tudo que tá escrito ali é uma verdade, porque agride sim o corpo da mulher. Ela tirando um ser vivo de dentro de si, bruscamente, praticamente. Porque é tudo um planejamento, vai até os nove meses pra ter, né? (Participante 7, parda, 38 anos).

As respostas das Participantes 1, 6 e 7 são bem emblemáticas no sentido de mostrar que selecionamos de que forma vamos compor nossas próprias verdades. A persona que Damares representa aqui não se sobrepôs às percepções já formadas sobre aborto das próprias participantes, não sendo feito juízo de valor sobre ela, como foi feito na primeira imagem com o presidente Lula. O que mostra que são vários os apelos, não o fato pelo fato, que definem o que tomamos como verdade.

5.4.4. Conteúdo 4- Justificativas

A respeito do conteúdo 4, a manchete “Lula e o PT estão distribuindo um panfleto com itens como liberdade sexual e de gênero, sindicatos fortes e atuantes, direito a liberdade do aborto e outros itens”, três das participantes acreditaram na manchete, justificando já ter recebido o panfleto (Participante 1), pela descritibilidade do político Lula (Participante 6) e relembrando de memórias antigas do governo Petista (Participante 6 e 7). As Participantes 2, 3 e 4 responderam não, por não acreditarem que eles falariam assim abertamente (Participante 2), pois eles (PT) têm algo para fazer a respeito, mas não panfletos (Participantes 5), e porque há

coisas mais importantes a serem divulgadas (Participante 3). Apenas a Participante 4 disse não acreditar por não ter visto a fala do presidente na TV.

Percebe-se que as Participantes 6, 7 acionam memórias e percepções sobre Lula e o partido para responder, da mesma forma as Participantes 2, 3 e 5 o fazem para desacreditar. Interessante atentar para o fato de a Participante 1 ter dito que já recebeu o panfleto, na fala ela cita o PSOL e faz algumas ligações desconexas para atrelar ao conteúdo da manchete:

Eu acredito pela eleição, eu vi, eu recebi, recebi um panfleto, que era como se fosse assim um caderninho de duas páginas [...]. Essa lei LGBT [...] acho que foi do PSOL não estou muito bem lembrada [...]. Então eu vi uma falando” a gente, vamos se juntar, tal, tal, pra que possamos ter essa liberdade”, porque, se eu não me engano, é no PSOL que tem várias classe assim, [...] de religião [...]. eu não eu sei se foi no PSOL, sei que foi uma aí que eu vi que estava umbandista, a outra era candomblé, a outra era não sei o que de feminista. Sei que era, digamos assim, uma autoridade de cada coisa assim e estava falando sobre isso. **Então eu acredito sim** (Participante 1, parda, 50 anos).

Vale ressaltar que, como visto no capítulo 4, o conteúdo citado na manchete é falso e fabricado no momento das eleições presidências. Apesar de, evidentemente, não se tratar do mesmo panfleto, nem do mesmo conteúdo. É interessante perceber como é feito o entrelaçamento entre a manchete e a narrativa da Participante 1, na tentativa de uma resposta coerente.

5.4.5. Conteúdo 5 e 6- Justificativas

A respeito do conteúdo 5, de manchete “Imagem mostra Barbie aborto (*Barbie abortion*), boneca lançada e que está sendo vendida para crianças”, a Participante 1 foi a única que disse acreditar, pois ouviu em conversa na sua congregação. As demais participantes não acreditaram: as Participantes 2 e 5 não justificaram suas respostas, as Participantes 3, 4 e 6 disseram não ter visto nada sobre e a Participante 7 ficou na dúvida.

A respeito do conteúdo 6, a manchete “Nova York aprova lei que permite aborto até um dia antes do nascimento do bebê, caso haja problema de bem-estar na gestação”, três participantes (Participantes 1,3 e 6) disseram acreditar. A Participante 1 disse ter visto na televisão, enquanto as Participantes 3 e 6 acreditaram por se tratar de um país desenvolvido, assim como a Participante 4 que, no entanto, afirmou “talvez”. Já a Participante 2 disse não acreditar e não justificou, enquanto a Participante 5 não acreditou por não ter visto nenhuma repercussão, do mesmo modo a Participante 7 também não acreditou por afirmar não ter lógica.

Percebe-se que os conteúdos 5 e 6 foram os que obtiveram respostas mais curtas e sem juízo de valor, em detrimento de não atrelar nenhum dos políticos mencionados nos conteúdos falsos anteriores. As Participantes 4, 5 e 7 disseram nunca ter visto nenhum dos conteúdos. A Participante 2 disse ter visto o conteúdo 1 e a Participante 6 os conteúdos 1 e 2.

Percebo assim, que entre acreditar ou não nos conteúdos, pesou muito mais suas próprias concepções já pré-estabelecidas, do que de fato a veracidade do fato, com exceção da Participante 5. Apesar da Participante 4 negar o conteúdo por não ter visto, não posso dizer que isso infere uma checagem por parte da participante, apenas salienta que ela não trouxe como foco para as respostas suas percepções de mundo.

De modo geral, fica evidente que a credibilidade dos conteúdos varia de mulher para mulher, na medida daquilo que acreditam, a exemplo das Participantes 3 e 4 que utilizando o recurso da percepção de mundo, deram respostas 100% opostas, provando novamente que a verdade se torna relativa, principalmente num contexto político que envolve personas políticas e discussões de temas difíceis de serem discutidos, como o aborto. O processo de checagem não é uma preocupação diante da profundidade de nossas próprias crenças.

A análise permite inferir que nos processos de construção de câmaras de eco, bolhas e tipos de conteúdos desinformativos, como visto no capítulo 3 (Nguyen, 2018; Gelfert, 2018; Wardle; Derakhshan, 2017), ainda que dada e estudada pelos autores no ambiente virtual, pressupõe gatilhos que surgem das crenças que constituem nossos valores e morais na vida cotidiana. Haro (2006) afirma que pela confusão entre as próprias crenças com interpretações do mundo, a representação mental da realidade pode ou não coincidir, ou seja, o crente pode não ter consciência de que sua crença pode ser falsa, pois em sua mente está dada como uma evidência que faz parte da ‘realidade’ em que vive (2006, p. 23). Nessa perspectiva, evidenciam-se os gatilhos acionados nas participantes e a seleção de fatos e argumentos ditos por elas nas justificativas sobre a veracidade dos conteúdos. Haro (2016) aponta a razão como um caminho para enxergar outras realidades.

5.5 Dinâmica 2- aborto, verdadeiro ou falso?

A Dinâmica 2 nasce da necessidade de compreender o grau de conhecimento em relação as leis sobre aborto no Brasil para ligá-las às opiniões das participantes sobre a temática. Nessa dinâmica elas podiam responder apenas verdadeiro ou falso, mas complementavam se achassem necessário. Obtivemos os seguintes dados a partir do comparativo das perguntas com o número total de afirmativas das participantes para cada uma delas:

Quadro 11 – Soma de acertos e erros das participantes da Dinâmica 2

1. A lei brasileira autoriza o aborto em três casos: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto. (VERDADEIRO)	2. O presidente pode mudar a legislação sobre aborto. (FALSO)	3. A realização do aborto não tem idade gestacional nos casos de risco a vida da mulher e anencefalia. (VERDADEIRO)
57% - verdadeiro	86% - verdadeiro	86% - verdadeiro
4. Não é necessário documento para interromper uma gravidez decorrente de estupro, basta o consentimento da mulher ou de seu responsável legal. (VERDADEIRO)	5. Aborto está entre as 5 principais causas de mortalidade materna (hipertensão, hemorragias graves e abortos inseguros). (VERDADEIRO)	6. Os médicos podem se recusar a fazer o aborto legalizado ou aquele autorizado por decisão judicial em casos de emergência. (FALSO)
86% - falso	100% - verdadeiro	57% - verdadeiro

Fonte: Autoria da pesquisadora.

Nesta dinâmica o objetivo foi entender mais a respeito dos conhecimentos sobre aborto que cada participante detinha, entendendo a complexidade do tema, distintas realidades e conhecimentos, na Dinâmica 2 descrita no capítulo 4 foram lidos seis cards com afirmações verdadeiras e falsas sobre aborto, baseadas no Art. 128, inciso II do Decreto-Lei nº 2.848, 12/1940, na Portaria Nº 1.508, 09/ 2005 e na ADPF 54, leis que tratam do tema.

Individualmente, a participante que mais acertou foi a Participante 3, errando apenas afirmativa sobre a condição para negação da realização do aborto por parte dos médicos. As Participantes 5 e 7 erraram somente duas afirmativas, enquanto que as Participantes 1, 2 e 6 acertaram metade das afirmativas. A Participante 4 acertou apenas uma afirmativa. Um ponto a ser salientado é que para responder a afirmativa 5, a Participante 3 recorreu a vivência própria:

Eu acredito que sim, porque se a mulher não teve uma boa gestação, se ela não se cuidou em si. **Eu te digo isso porque na minha família houve caso de pessoa que não tava nem aí porque tava grávida e na hora de ter, quase que ela perde a criança e quase que ela morre.** Já é uma situação um pouco diferente, mas que se você parar pra pensar é quase a mesma coisa. [...] A minha mãe ela teve também vários abortos espontâneos (Participante 3, parda, 45 anos)

O quadro com a percentagem das respostas por afirmativa, resultou numa média de 55% de acertos e 45% de erros. Isso mostra que todas as Participantes entendem que o aborto está entre as principais causas de mortalidade e que a maioria sabe que em caso de risco a vida e anencefalia o aborto pode ocorrer. As respostas referentes a afirmativa 1, 2, 4 e 6 demonstram

que há uma confusão que transparece nas respostas sobre casos em que o aborto é permitido (afirmativa 1, quatro acreditaram ser verdadeira), sobre a necessidade de documentação (seis das participantes acreditam ser necessário, contudo, como vimos no capítulo 4, não é) e sobre as condições em que um médico pode se recusar ou não a realizar aborto (afirmativa 6). O conjunto de resultados mostra a necessidade de falar, discutir e divulgar mais sobre a legislação que rege a temática do aborto, e revela ainda um ponto de abertura para discussão: a consciência de que o aborto é um problema sério, grande causador de mortes maternas no Brasil.

Durante os capítulos teóricos me debrucei, baseada em diversas autoras e autores, como Biroli (2016), Vaggione (2020), Barrancos (2022), a respeito de como governos neoconservadores perseguem políticas de gênero em diversos países e nos retrocessos que esse combate implica. A educação sexual no Brasil sempre foi negada por políticos conservadores, alvo de inúmeros conteúdos desinformativos. O resultado é que temos uma educação sexual precária, ou pior, quase inexistente. É compreensível que as participantes da pesquisa não saibam das leis que perpassam o aborto ou mesmo que ele seja permitido em situações específicas dado que, como afirmou Biroli (2016), a recusa em falar sobre o aborto e os limites para que ganhe lugar nos discursos oficiais é o que o coloca sempre entre a violação e a aceitação.

5.6 Dinâmica 3 – percepção de tolerância sobre aborto

A dinâmica da tolerância teve como objetivo identificar o grau de abertura que as participantes da pesquisa teriam para conversar sobre a temática do aborto e se estariam dispostas a olhar de maneira diferente da qual prega o conservadorismo, como visto nos capítulos 2 e 3. Nessa dinâmica, para além da resposta, analiso a percepção que tive ao conversar com elas e também durante o processo de escuta para transcrição e análise do tópico.

Seis cartões foram lidos para elas, com as frases: 1) Em alguns casos, o estupro é culpa da mulher; 2) Não se cuidou, porque não quis. Agora vai ter que ir até o fim com a gravidez; 3) O aborto deve ser impedido independente da situação, porque a vida do feto é mais importante; 4) Aborto deveria ser uma questão trabalhada em postos de saúde (campanhas de prevenção); 5) Dependendo do caso e do contexto, retirar ou não o feto é algo a ser considerado; 6) Toda mulher deveria ter o direito de decidir se quer ou não continuar uma gravidez.

Cada cartão teve um objetivo: Os cartões 1 e 2 objetivaram verificar como elas enxergavam as mulheres; O cartão 3 objetivou identificar se para elas a vida do feto se sobreporia a da mulher; O cartão 4 objetivou identificar se para elas o aborto como questão de saúde pública seria uma possibilidade; O cartão 5 buscou identificar se elas teriam noção das

opressões e realidades das mulheres e o cartão 6 objetivou entender como elas viam a questão da escolha da mulher.

Na primeira parte analiso de maneira conjunta as respostas, trazendo o percentual de todas para cada afirmativa e no segundo momento analiso de modo individual. A dinâmica mostrou que seis das Participantes acreditam que o estupro não é culpa da mulher (afirmativa 1), enquanto apenas a Participante 4 disse concordar com a afirmativa. Já cinco das participantes acreditam que a mulher que engravida não se cuidou porque não quis (afirmativa 2), tendo que ir até o fim com a gravidez. Enquanto isso, quatro das Participantes (1, 3, 5 e 7) não concordam com a afirmativa de que o aborto deve ser impedido independente da situação, porque a vida do feto é mais importante (afirmativa 3) contra três das Participantes (2, 4 e 6) que disseram concordar. O aborto ser uma questão trabalhada em postos de saúde foi uma afirmativa com que todas as participantes concordaram. Em seguida, quatro das Participantes (2, 3, 5 e 7) concordam que dependendo do caso e contexto, retirar ou não o feto é algo a ser considerado. Por fim, cinco das Participantes (1, 2, 3, 4 e 7) afirmaram que toda mulher deveria ter o direito de decidir se quer ou não continuar uma gravidez. Abaixo o quadro do grau de tolerância por afirmativas conjuntamente:

Quadro 12 - Grau de tolerância por afirmativa			
Grau de tolerância menor	1. Em alguns casos, o estupro é culpa da mulher.	2. Não se cuidou, porque não quis. Agora vai ter que ir até o fim com a gravidez.	3. O aborto deve ser impedido independente da situação, porque a vida do feto é mais importante.
Soma das Participantes	14% concordam.	71% concordam.	43% concordam.
Grau de tolerância maior	4. Aborto deveria ser uma questão trabalhada em postos de saúde (campanhas de prevenção).	5. Dependendo do caso e do contexto, retirar ou não o feto é algo a ser considerado.	6. Toda mulher deveria ter o direito de decidir se quer ou não continuar uma gravidez.
Soma das Participantes	100% concordam.	57% concordam.	71% concordam.

Fonte: Autoria da pesquisadora.

A nível individual, em relação a afirmativa 1, “Em alguns casos, o estupro é culpa da mulher”, seis delas discordaram. Apenas a Participante 4 concordou, com a justificativa voltada para a vestimenta das mulheres e o comportamento delas. As que justificaram sua resposta ao não concordar foram as Participantes 1 e 3: para a Participante 1, dependendo do homem, o comportamento da mulher faz com que ele pense que ela está o provocando intencionalmente;

enquanto que para a Participante 3 o fato de homem acreditar que as mulheres sejam frágeis é o que os motiva a se aproveitar da situação. Na fala das participantes, os estereótipos que surgem, como fragilidade, vestimenta e sexualização de mulheres pelos homens, demonstram como as relações de poder se perpetuam no imaginário das participantes e refletem em suas falas.

Sobre a afirmativa 2, “Não se cuidou, porque não quis. Agora vai ter que ir até o fim com a gravidez”, cinco das mulheres concordaram, justificando a culpabilização da mulher em todos os casos, tendo em vista o acesso aos métodos contraceptivos, afirmando que as mulheres não se previnem porque não querem (Participante 2), porque há acesso à informação pela televisão (Participante 5) e que é possível realizar planejamento familiar (Participante 6). Cabe destacar aqui as falas de duas das Participantes, sendo a 1 e a 6. A Participante 1, ao justificar sua concordância, contou a história das próprias filhas, uma delas bem contrária a justificativa “não se cuidou, porque não quis”, já que ela sempre soube que não queria filhos e tomou anticoncepcional por anos, mas na troca do anticoncepcional acabou engravidando:

[...] **Foi um desencontro de informação.** Ela trocou de anticoncepcional e ela não sabia que ela corria o risco, nessa troca, de engravidar e foi aonde aconteceu que ela tomou parece que **cinco anos** um tipo de concepcional e já houve o tempo de trocar, mudar pra outra que aquele já podia não fazer efeito. **Mas ela mudou, daí nessa mudança a troca ela engravidou** da menina. E hoje ela está doida pra fazer cirurgia que ela não quer saber de filho. Ela nunca quis. [...] Já que ela tem então pronto. E a outra que **tem um menino, ela também não queria**, mas é como ela mesmo diz foi vacilo dela mesmo. Ela não queria, mas ela também não se cuidou. [...] Com namorado e acabou fazendo sem se cuidar. [...] . A única forma de evitar de não acontecer é não transar. Mas se você transa, então tem que andar (com camisinha) (Participante 1, parda, 50 anos).

Esse trecho da entrevista é bem importante para pensarmos que apesar de as mulheres “se cuidarem”, a exemplo do uso de métodos contraceptivos, acidentes acontecem, e além disso, mostra a necessidade de mais acesso à informação em relação aos métodos contraceptivos pré-existentes. Outra coisa que cabe falar é a desimportância com que se trata dar à luz a um ser humano, que para além do suprimento para as necessidades básicas, necessita amor, respeito, educação e uma estrutura familiar. A falta de discussão e instrução sobre a responsabilidade de ter filhos é um problema em nosso país e precisa ser mais discutida dentro dos debates sobre direitos reprodutivos, assim como o aborto, o acesso aos métodos contraceptivos, e também sobre como o sistema político pode ajudar mulheres como as filhas da Participante 1 que nunca quiseram ser mães, a lidar com uma gravidez acidental.

Outra fala emblemática e que nos leva a pensar em como as desigualdades sociais e de gênero pelas quais passamos em nosso país permeiam nosso consciente e acabam sendo

invisibilizadas, normalizadas pelos nossos próprios discursos é o exemplo da história da Participante 6:

[...] Eu sou a prova viva disso. Que quando eu **engravidar com quatorze anos** eu poderia optar dizer não, vou tirar, vou abortar, não. Eu tive a minha filha. [...] Eu fazia o planejamento familiar, tanto prova que eu passei dez anos pra mim ter outra gestação [...]. muitas vezes é **falta de interesse ou falta de comunicação ou a falta de não responsável pra falar, pra aconselhar**. No meu caso, eu engravidar e fui fazer aconselhamento. **Nunca tive uma mãe pra dizer “Olha, não faz isso que vai engravidar”**. Então eu tive meus erros. [...] Eu errei porque eu fui me entregar pra uma pessoa que... enfim. Mas graças a Deus está comigo até hoje, mas assim uma pessoa que era mais velha que eu, mas foi o que eu fiz? Eu errei e eu fui tentar consertar meu erro, [...] Poderia dizer não “engravidar de uma, vou me encher de filho”, poderia, mas não quis isso pra minha vida. [...] **Foram sete anos da minha vida, que eu passei, que eu me prendi à minha filha, mas depois comecei a estudar, comecei a trabalhar, mas nunca larguei minha filha pra minha mãe não. Sempre tive a minha responsabilidade como mãe, como mulher, como esposa** (Participante 6, indígena, 37 anos).

Um discurso que, para muitos, é visto como uma história de um exemplo da mulher “guerreira” como já vimos no tópico “mulher”, e que carrega na verdade uma trajetória permeada por opressões invisibilizadas, ausências, culpabilização, preconceitos e solidão. A Participante 6 demonstra que não tem consciência dos diversos abusos que passou desde que engravidou e as demais ausências que perpassaram sua vida (estrutura familiar, educação sexual, pobreza), agregando a culpa de tudo totalmente a si mesma, assim como responsabilizando mulheres pelo não interesse ao mesmo tempo em que diz ser falta de comunicação e aconselhamento.

São dois discursos contraditórios que nos fazem refletir sobre a necessidade de tornar ainda mais visível a discussão sobre direitos da mulher e direitos reprodutivos. Como vimos alguns tópicos atrás, a maioria das mulheres brasileiras se previnem com métodos contraceptivos, assim, na maioria das afirmativas fica óbvio a não consciência das desigualdades sociais das mulheres, como por exemplo o acesso à informação diferente para cada uma, além das várias interseccionalidades de classe, racialidade, territorialidade e educação que se entrecruzam quando falamos de métodos contraceptivos.

As participantes que discordaram (Participantes 3 e 7) justificaram entendendo os distintos contextos e levando em consideração o desejo das mulheres de querer ou não continuar a gravidez, como exemplificado na fala da Participante 3: “Muita das vezes acontece, da situação da pessoa, se elas têm condições de se cuidar ou não. Então a gente não deve generalizar [...]” (Participante 3, parda, 48 anos). A não generalização mencionada pela participante faz-se extremamente relevante para o debate.

Na afirmativa 3, “O aborto deve ser impedido independente da situação, porque a vida do feto é mais importante.” Quatro das participantes discordaram. Dentre as justificativas estavam: depende da situação (Participante 5), as duas vidas importam, cabendo a mãe decidir (Participante 1), uma situação de vulnerabilidade da criança (Participante 3) e depende da opinião da mulher (Participante 7). Das que concordaram com a afirmativa, as justificativas eram: somente Deus tem o direito de tirar a vida (Participantes 4 e 6), se a mulher teve relações conscientemente não pode abortar (Participante 2). As justificativas discordantes mostram que levaram em consideração o contexto em que a afirmativa se dá para essas mulheres, levando em consideração suas realidades, de modo que prevaleceu uma questão moral e religiosa da vida do feto em detrimento da mãe, que no caso não deveria ter escolha.

Em relação a afirmativa 4, “Aborto deveria ser uma questão trabalhada em postos de saúde (campanhas de prevenção)”, Todas das Participantes foram a favor. Deste total, três não justificaram (2, 5 e 7) e as demais acharam que seria um meio de prevenção (Participante 6), como uma campanha para jovens (Participante 4). A Participante 3 disse nunca ter visto, mas espera que tenha. Deste modo, podemos perceber que aborto tratado como questão de saúde pública é um ponto de abertura de diálogo a ser trabalhado com mulheres com pensamentos conservadores, assim como já é discutido dentro do movimento feminista, como vimos no capítulo 2, pois assim como outros países conseguiram tratar a questão do aborto como um problema de saúde pública, também podemos em nosso país.

A respeito da afirmativa 5, “Dependendo do caso e do contexto, retirar ou não o feto é algo a ser considerado”, quatro concordaram. Dentre as que concordaram, as justificativas são: as vezes as mulheres tomam decisões precipitadas e precisam pensar (Participante 2), pode evitar sofrimentos para a criança e para a mãe (Participante 3) e sobre a consciência de que há pessoas que querem e outras não querem engravidar (Participante 7). As que discordaram justificaram com a afirmativa de ser uma vida (Participante 4), que só Deus pode tirar (Participante 6) e que em caso de não querer, a pessoa pode doar depois (Participante 7).

Na afirmativa 6, “Toda mulher deveria ter o direito de decidir se quer ou não continuar uma gravidez.”, cinco das participantes concordaram. Uma justificou com o direito de escolha (Participante 4), enquanto duas não justificaram suas concordâncias. Já a Participante 2 disse que concorda, com exceção da gravidez ser resultado de um ato sexual consciente. As que discordaram responsabilizaram as mulheres por seus atos conscientes (Participante 5):

[...] **Só da pessoa não querer e não ter nenhuma justificativa pra isso, simplesmente porque não quer ser mãe**, sendo que como eu acabei de falar anteriormente, somos adultos e a gente sabe das consequências dos nossos atos. E

além das consequências existem inúmeras formas da gente prevenir se a gente não planeja ser mãe (Participante 5, parda, 35 anos).

E alegaram ainda a existência de métodos contraceptivos e a possibilidade de doação, além de recorrer a uma perspectiva cristã (Participante 6):

Não concordo, porque ela tem outros métodos pra se prevenir. Ou **então, se ela não quiser fazer o aborto ela vai ter a criança e doa, dar**. Porque quem tem direito de tirar a vida só é Deus. Se Deus nos deu, ele tem direito de tirar. A situação que for, eu acredito. Pode ser pobre ou rico, o que seja (Participante 6, indígena, 37 anos).

As respostas, tanto da afirmativa 5 quanto da 6, demonstram uma culpabilização ferrenha em relação às mulheres. As participantes não concordam com o aborto sustentado apenas pelo direito de escolha da mulher que opta por não ser mãe, mas acabar por engravidar, e assim recorrem ao cristianismo para defender o direito à vida. Desse modo, podemos perceber que apesar de concordarem com o direito de escolha da mulher, isso se dá para elas com exceções, sendo a vida do feto mais relevante do que a decisão sobre a vida dessa mulher.

O argumento da doação, assim como sua ausência na fala delas, mostra que as participantes da pesquisa não têm consciência das distintas opressões que perpassam as realidades de mulheres. Sejam as que engravidam em decorrência de crime de estupro, ou adolescentes, jovens e mulheres que engravidam sem ter condições financeiras, sem apoio da família e/ou nenhuma estrutura que possibilite o mínimo que uma criança precisa para se desenvolver. As respostas ainda deixam de lado os traumas psicológicos que perpassam uma gravidez indesejada, como a depressão.

Como conclusão da dinâmica, a nível do objetivo dos cartões e individual, percebemos que as Participantes 3 e 7 foram as mais tolerantes em relação às demais, pois suas justificativas tiveram muita similaridade no que diz respeito ao entendimento da escolha da mulher, uma vez que levaram em consideração as diversas possibilidades de distintas realidades. A Participante 3 foi a única que discorreu a respeito do sofrimento, tanto das mulheres quanto dos fetos. No momento da entrevista elas pareceram refletir sobre as questões apresentadas.

As participantes que ficaram no nível intermediário de tolerância, foram as Participantes 1, 2 e 5, mas que também as considereirei como intolerantes, visto que responsabilizaram exclusivamente as mulheres, sem aceitar a possibilidade de aborto (com exceção dos casos já previstos em lei). Essas participantes disseram haver muitos métodos contraceptivos e informação, mas não apareceu em suas falas a preocupação com o entrelace de opressões na vivência das mulheres.

As participantes 4 e 6 foram as mais intolerantes, se contrapondo de maneira oposta ao esperado em todas as afirmativas (Participante 1) e com exceção na primeira afirmativa (Participante 6). Para elas, a vida do feto é como uma dádiva dada por Deus, sendo o único que tem o direito de tirá-la (Participante 6), e ainda sobrepuseram os direitos de escolha em todas as falas, responsabilizando as mulheres.

No que diz respeito ao modo como se posicionaram, as Participantes 1, 3 e 7 pareciam mais abertas ao diálogo na medida em que pensavam sobre as afirmativas, por outro lado as Participantes 2, 5 e 6 pareceram estar mais firmes em relação as suas justificativas, como se estivessem convictas. A Participante 4 não teve justificativas para que se pudesse analisar.

Analisar suas falas no sentido de abertura se faz relevante, pois de acordo com estudos voltados para a área cognitiva (Haro, 2006), as pessoas que estão mais propensas a aprender tem mais tolerância para compreender visões diferentes das suas, já as que querem colocar suas “verdades” como a única certa são menos propensas a tentar compreender visões diferentes, assim, seria como a diferença entre uma discussão para aprender e uma discussão para ganhar (Santaella, 2018). Esse comportamento pode ser percebido pelo modo como as pessoas se posicionam, tanto na postura quanto no modo de falar, bem como na convicção com que fazem suas afirmações.

Seguindo o gabarito de tolerância feito para essa dinâmica em específico, a nível individual, em resumo, as participantes mais tolerantes foram as Participantes 3 e 7, sendo todas tolerantes. A Participante 4 foi intolerante, indo de encontro ao gabarito em todas as afirmativas, com exceção da afirmativa 04 sobre campanhas de saúde. Em seguida, temos a Participante 6 indo de modo oposto ao gabarito em 4 das 6 afirmações, sendo extremamente intolerante em todos os casos de escolha da mulher, optando sempre pela vida do feto e culpabilizando a mulher. As Participantes 1, 2 e 5 também culpabilizaram a mulher. No quadro abaixo, um resumo:

Quadro 13- Grau de tolerância por participante

P.1	P.2	P.3
1.Não/(Comportamento/ tratamento)	1.Não/Sem justificativa	1.Não/ (Mulher frágil/Má índole do homem)
2.Sim/(Métodos contraceptivos/culpa da mulher)	2.Sim/(Métodos contraceptivos/culpa da mulher)	2.Não/ Interseccionalidades
3.Não/Duas vidas importam	3.Sim/Responsabilidade da mulher	3.Não/Depende da situação
4.Sim/(Acessibilidade/planejamento familiar)	4.Sim/Sem justificativa	4.Sim/Espera que criem
5.Não/ Adoção.	5.Sim/ Pensar antes	5.Sim/ Evitar sofrimentos
6.Sim/ Sem justificativa	6.Sim/ Responsabilidade da mulher	6.Sim/Sem justificativa
P.1 intolerante: 2 e 5	P.2 Intolerante: 2 e 3	P.3 Extremamente tolerante

P.4	P.5	P.6
1.Sim/(Vestes/comportamento)	1.Não/Sem justificativa	1. Não/Sem justificativa
2.Sim/(Métodos contraceptivos/culpa da mulher)	2.Sim/(Métodos contraceptivos / acesso à informação)	2.Sim/(Métodos contraceptivos /planejamento familiar)
3.Sim/Vida	3.Não/Depende da situação	3.Sim/Só Deus tira a vida
4.Sim/Campanha no posto	4.Sim/Sem justificativa	4.Sim/ Prevenção
5.Não/Vida.	5.Sim/Sem justificativa	5.Não/ Escolha da mulher
6.Sim/Direito de escolha	6.Não/ Responsabilidade da mulher	6.Não/Responsabilidade da mulher/ Só Deus tira vida
P.4 Muito intolerante, salvo 5.	P.5 Intolerante: 2 e 6	P.6 Muito Intolerante, salvo 1 e 4
P.7		
1.Não/Sem justificativa		
2.Não/Não é culpa da mulher		
3.Não/Escolha da mulher		
4.Sim/Sem justificativa		
5.Sim/Escolha da mulher		
6.Sim/Sem justificativa		
P.7 Extremamente tolerante		

Fonte: Autoria da pesquisadora.

A partir da dinâmica fica perceptível que há diversos preconceitos que perpassam o imaginário das participantes em relação ao comportamento das mulheres e também de suas responsabilidades no cuidado consigo mesmas, como a utilização de métodos contraceptivos, em diferentes níveis para cada uma das participantes da pesquisa. Fica evidente uma visão muito comum de que a legalização ou a possibilidade de aborto por parte das mulheres remeteria a banalização do ato, o que mostra a falta de conhecimento do que está por trás do direito ao aborto: a mortalidade de mulheres em clínicas clandestinas e seus motivos para optarem por não ter uma criança, como a falta de dinheiro, infraestrutura, apoio e ausência de preparo psicológico.

São diversas as realidades, a exemplo do fato de que existem mais de 10,6 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos vivendo na extrema pobreza (GOV.BR, 2023) e o fato de que 32 mil crianças e adolescentes vivem em serviços de acolhimento, afastadas do convívio familiar por razões de negligência e violência física e psicológica (Albuquerque, 2023). Essas são algumas realidades que passam despercebidas pelas participantes da pesquisa (a exceção das Participantes 3 e 7).

No entanto, elas demonstram 100% de abertura à possibilidade de tratar o aborto como uma questão de saúde pública trabalhada em postos de saúde, em campanhas de prevenção, por exemplo. Mostrando que talvez no Brasil, assim como se deu em outros países latinos (como Argentina e Colômbia), trabalhar o aborto do ponto de vista da saúde seja a melhor opção.

Mesmo que ainda não seja tratado como direito de toda a mulher, pois o direito da mulher por si só não é totalmente visto como argumento forte o bastante. Isso precede um conhecimento da luta feminista e das opressões de classe, gênero e raça, algo que as participantes da pesquisa, assim como tantas outras brasileiras, não possuem para além daquilo que vivem em seu cotidiano. Entender o aborto como direito de escolha precederia também a própria consciência das mulheres participantes da pesquisa de seus lugares dentro da sociedade, da família, do trabalho, demandando uma autorreflexão profunda e uma educação de gênero que hoje não é proporcionada pelo ensino brasileiro.

5.7 Dinâmica 4 -aborto previsto em lei: verdadeiro ou falso?

Na Dinâmica 4, foram apresentadas às participantes três casos reais de mulheres que tiveram problemas ao tentar realizar o aborto, mesmo se encaixando nos requisitos da lei para a realização: estupro e risco de vida da mulher. Foram feitas 4 afirmações para cada caso e o objetivo era entender, para além dos conhecimentos que detinham, como elas reagiriam a histórias reais.

Ao fim de cada afirmativa relacionada ao caso, elas diziam o que consideravam verdadeiro ou falso e justificavam se sentissem necessidade. Os casos já foram apresentados ao longo desta pesquisa, com dados para comprovar as afirmativas, e podem ser consultados no capítulo 4. Ainda assim, recapitularei os casos, demonstrando de modo individual os acertos de cada participante, suas justificativas e o quantitativo geral de respostas para cada afirmativa posteriormente.

Caso 1) Gravidez por estupro

A primeira narrativa foi a do Caso 1) que relata uma gravidez por estupro: Lúcia, de 33 anos, descobriu que estava grávida pela primeira vez na vida em agosto de 2021. A gestação foi fruto de uma violência sexual: embora a relação tenha começado com seu consentimento, o parceiro retirou o preservativo durante o ato e a agrediu. Ao recorrer à Santa Casa do Pará, Lúcia teve a solicitação de aborto negada por falta de marcas de violência e falta de Boletim de Ocorrência. Ela recorreu a uma ONG em São Paulo que ajudou a fazer o procedimento do aborto de maneira segura (Figueiredo; Farias, 2022). Após a leitura do contexto, foram lidas as seguintes afirmativas:

a) A retirada do preservativo, sem o consentimento de Lúcia, se configura como estupro (Verdadeiro);

- b) Lúcia estava em seu direito de recorrer ao aborto (Verdadeiro);
- c) A Santa Casa do Pará estava certa ao pedir Boletim de Ocorrência e marcas de violência pelo corpo de Lúcia (Falso);
- d) A Santa Casa do Pará pode realizar aborto em casos de estupro, risco de vida da mulher e anencefalia (Verdadeiro).

Sobre a afirmativa a) “A retirada do preservativo, sem o consentimento de Lúcia, se configura como estupro”, das quatro participantes que disseram ser uma afirmativa falsa, três responsabilizaram Lúcia, dizendo que o ato sexual começou com seu consentimento (Participante 2) e que ela poderia ter visto o abusador retirar o preservativo (Participante 4), e ainda que ela poderia ter tomado mais cuidado com quem estava se relacionando (Participante 5). Apenas a Participante 1, apesar de acreditar ser uma afirmativa falsa, disse que o homem agiu de má fé, pois foi machista. Das três que disseram ser uma afirmativa verdadeira, apenas a Participante 7 justificou que acreditava porque o ato envolveu agressão física (espancamento).

O quadro abaixo mostra a quantidade de acertos, bem como as palavras chaves das justificativas de cada participante, sobre as quais continuarei discorrendo abaixo:

Quadro 13 - Caso 1: gravidez por estupro/ respostas e justificativas

P.1	P.2	P.3
a) Falso - Machismo b) Verdadeiro - Sem justificativa c) Verdadeiro - Comprovação d) Verdadeiro - Achismo	a) Falso - Consentimento/ Responsabilidade da mulher b) Verdadeiro - Direito c) Verdadeiro - Provas/homicídio d) Falso - Sem justificativa	a) Verdadeiro - Sem justificativa b) Verdadeiro - Se preveniu. c) Verdadeiro - Comprovação d) Falso - Outros fins
P.1 Acertou 2/4	P.2 Acertou 1/4	P.3 Acertou 2/4
P.4	P.5	P.6
a) Falso - Podia evitar/ Responsabilidade da mulher b) Falso - Consentimento inicial c) Verdadeiro - Comprovação d) Falso - Nunca ouviu sobre	a) Falso - Escolha p/ relacionar/ Responsabilidade da mulher b) Falso - Sem justificativa c) Verdadeiro - Sem justificativa d) Verdadeiro - Dúvida	a) Verdadeiro - Sem justificativa b) Falso - Só Deus pode tirar vida c) Verdadeiro - Sem justificativa d) Verdadeiro - Sem justificativa
P.4 Errou todas	P.5 Acertou 1/4	P.6 Acertou 2/4
P.7		
a) Verdadeiro - Agressão		

-
- b) Verdadeiro - Sem consentimento
 - c) Verdadeiro - Provas da agressão
 - d) Verdadeiro - Sem justificativa

P.7 Acertou 3/4

Fonte: Autoria da pesquisadora.

Em relação a afirmativa b) “Lúcia estava em seu direito de recorrer ao aborto”, quatro das participantes da pesquisa disseram ser verdade, justificando como um direito (Participante 2), que ela havia se prevenido (Participante 3) e que a retirada do preservativo não teve seu consentimento (Participante 7). Já as que disseram ser falso entenderam que o aborto não se justificava por ter o consentimento inicial da vítima (Participante 4), e que somente Deus teria o direito de tirar uma vida, independente do tipo de situação, mesmo em casos que ocorram violência física ou estupro (Participante 6):

[...] Independente que seja estupro ou não, o homem tirou o preservativo ou não, eu acho que a pessoa deveria deixar que é uma criança, é um feto, é uma vida, né? [...], eu continuo acreditando que só Deus pode tirar nossa vida, [...]. **Tu já pensou se a gente tivesse que optar engravidar porque quisesse ou então estupro?** Tu já pensou se existiria a humanidade do jeito que existiria hoje? E teria tudo isso de gente? Não né? (Participante 6, Indígena, 37 anos).

As falas das participantes demonstram um desconhecimento em relação as leis que dizem respeito ao estupro e aos direitos das mulheres nos contextos específicos para a realização do aborto. Seus discursos mostram até mesmo uma insensibilidade para enxergar que a vítima não é culpada, ainda que o abusador seja seu marido ou um desconhecido. Ter começado um ato sexual com consentimento não o torna menos criminoso, pois o crime ocorre no momento em que a vítima é coagida, de alguma forma, a fazer o que não quer. A fala da Participante 6 também mostra como os credos religiosos que compõem nossas percepções de mundo podem turvar seriamente nossa capacidade de ver de modo mais amplo e aprofundado, modificando a forma como enxergamos a realidade, como exemplo da posição de “não cidadã” em que ela coloca as mulheres ao desconsiderar seus direitos e suas vontades. A participante ignora a violação de um corpo em função de uma crença divina, na qual somente Deus tem o poder de decisão sobre quem vive ou não, algo que vimos nos estudos de Haro (2006) e que são exemplificados nas falas das participantes.

Todas acreditaram que a afirmativa c) “A Santa Casa do Pará estava certa ao pedir Boletim de Ocorrência e marcas de violência pelo corpo de Lúcia”, era falsa, justificando que

seria necessário a comprovação de que o estupro ocorreu (Participantes 1, 3, 4), pois sem isso seria quase um “homicídio” para com o feto (Participante 2).

Em relação à afirmativa d) “A Santa Casa do Pará pode realizar aborto em casos de estupro, risco de vida da mulher e anencefalia”, das quatro que afirmaram ser verdadeira, duas estavam em dúvida e as outras não justificaram. As que justificaram ser falsa disseram nunca ter ouvido falar sobre (Participante 4) e que o hospital funciona para atender pessoas em vulnerabilidade (Participante 3). As Participantes mostram desconhecer as leis que regem o aborto legal, Artigo 128 do código Penal e ADPF n°54, assim como sua aplicabilidade na prática. A maioria não sabe para onde deveria ir uma mulher que queira realizar o aborto legal, nem que, no caso, a Santa Casa do Pará seria esse local indicado.

Ainda sobre o caso, a Participante 2 comentou achar confuso por ser um ato que foi inicialmente consentido e, ao sentir culpa, a mulher quis abortar. A Participante 3 disse que a mulher se guia muito pela emoção e não pela razão, por isso precisaria estar mais atenta para que casos assim não ocorram. A Participante 1, demonstrou ser sensível à situação da mulher “[...] cada mulher pensa de uma forma e só sabe quem vive a situação. Então ela que sabe como é que fica o psicológico dela, ela é que sabe como é que muda a vida dela, ela é que sabe como ela se sente carregando ali, sabe?” (Participante 1, parda, 50 anos). Os posicionamentos demonstram que são muitas as linhas de pensamentos que podem surgir para uma mesma história e, a nível individual, o baixo índice de acerto confirma a falta de conhecimento a respeito das violências e os direitos das mulheres. Isso demonstra que é urgente falar mais sobre os tipos de violência cometidos contra as mulheres e que buscar justiça por crimes é um direito de todas as cidadãs brasileiras.

Caso 2) Abuso sexual infantil e risco à vida

O segundo caso relata a história real de uma criança vítima de estupro: uma menina de 11 anos estava sendo mantida pela Justiça em um abrigo de Santa Catarina para evitar que fizesse um aborto. Vítima de estupro no começo do ano, a mãe da menina descobriu que a filha estava com 22 semanas de gravidez ao ser encaminhada ao Hospital Universitário de Florianópolis, onde teve o procedimento para interromper a gestação negado. Ao recorrer à justiça, a criança foi impedida de interromper a gestação pela própria Juíza do caso e mantida no abrigo que ela tinha ido inicialmente para se proteger do agressor. A violência ocorreu quando ela tinha 10 anos. Após a repercussão do caso, a juíza foi afastada e a criança realizou o aborto, já que a gravidez era de risco. [...] (Guimarães; Lara; Dias, 2022). Após a leitura do contexto, foram lidas as seguintes afirmativas:

- a) A atitude da juíza em não permitir o aborto foi correta (Falso);
- b) A menina de 11 anos estava no direito de ter o aborto realizado por ser uma gravidez de risco e decorrida de estupro. (Verdadeiro);
- c) A menina de 11 anos foi a culpada do que aconteceu e deveria ter tido a criança. (Falso);
- d) O agressor foi o culpado e único responsável pelo que aconteceu. (Verdadeiro).

A respeito da afirmativa a) “A atitude da juíza em não permitir o aborto foi correta”, quatro participantes disseram ser verdadeiras, justificando que a criança poderia entregar para a doação e pensar que era uma boneca (Participante 1), que a juíza precisava pensar com calma (Participante 2), que era uma vida apesar de partir de um estupro de uma criança (Participante 4) e que foi com o consentimento de Deus em toda a situação (Participante 6). Das participantes que disseram ser falso, a justificativa foi de que a criança não tinha condições físicas e nem capacidade para manter uma gravidez (Participantes 5 e 7).

Quanto a afirmativa b) “A menina de 11 anos estava no direito de ter o aborto realizado por ser uma gravidez de risco e decorrida de estupro”, todas as participantes disseram ser verdadeira. Apenas a Participante 3 justificou sua resposta, dizendo que a criança sofreria muito, pois não tinha corpo para ser mãe. Em relação a afirmativa c) “A menina de 11 anos foi a culpada do que aconteceu e deveria ter tido a criança”, todas as participantes disseram ser falso, justificando pelo fato de a criança ter pouca idade e pelo sofrimento no caso (Participante 2), afirmando também que ela foi induzida e obrigada ao ato sexual (Participante 4 e 6).

Sobre a afirmativa d) “O agressor foi o culpado e único responsável pelo que aconteceu”, todas as participantes disseram ser verdadeiro. A Participante 2 disse que sempre vemos casos assim “(...) a gente vê vários e vários casos. Até mesmo dentro da família, de pai, tio aliciar crianças menores. E a criança por não ter sabedoria, acabam caindo” (Participante 2, parda, 29 anos).

O quadro abaixo mostra a quantidade de acertos, bem como as palavras chaves das justificativas para cada, sobre as quais continuarei discorrendo abaixo:

Quadro 15 - Caso 2: abuso sexual infantil e risco à vida

P.1	P.2	P.3
a) Verdadeiro- Doação b) Verdadeiro-Sem justificativa c) Falso- Sem justificativa d) Verdadeiro- Sem justificativa P.1 Acertou 3/4	a) Verdadeiro-Juíza queria pensar b) Verdadeiro- Sem justificativa c) Falso-Sofrimento d) Verdadeiro-Casos na família P.2 Acertou 3/4	a) Falso- Não entendimento da afirmativa b) Verdadeiro- Sofrimento da criança c) Falso- Sem justificativa d) Verdadeiro- Sem justificativa P.3 Acertou 4/4

P.4	P.5	P.6
a) Verdadeiro- Vida b) Verdadeiro- Sem justificativa c) Falso-Foi obrigada d) Verdadeiro- Sem justificativa P.4 Acertou 3/4	a) Falso- Incapaz de manter gravidez b) Verdadeiro- Sem justificativa c) Falso- Sem justificativa d) Verdadeiro- Sem justificativa P.5 Acertou 4/4	a) Verdadeiro-Consentimento de Deus b) Verdadeiro- Sem justificativa c) Falso – Induzida por adulto d) Verdadeiro- Sem justificativa P.6 Acertou 3/4
P.7		
a) Falso- Incapaz de manter gravidez b) Verdadeiro- Sem justificativa c) Falso- Sem justificativa d) Verdadeiro- Sem justificativa P.7 Acertou 4/4		

Fonte: Autoria da pesquisadora.

Suas respostas evidenciam que elas têm uma tolerância maior a respeito de casos que envolvam o abuso de crianças, entendendo a incapacidade de manter a gravidez, com exceção das que mantêm seu posicionamento de que é o feto já é uma vida (Participante 4) e independente da situação e do contexto é preciso manter, pois só Deus tem o poder de escolha (Participante 6).

Em relação ao caso, no geral, a Participante 3 afirmou sempre ver vídeos pelo celular de casos em que o pai abusa dos filhos, seja por violência física ou sexual, e as mães não acreditam, o que é um erro muito grave. Ela cita uma história sua:

[...] Eu tenho uma sobrinha de dez anos. Então ela tem hábito de ficar brincando lá na beira da pista, né? Aí eu fiquei atenta. **Outra vez eu cheguei lá, cadê ela? “Ah tá na casa da vizinha”, eu falei ‘olha, não deixa que isso aconteça. Por que tu não tá vendo, minha irmã. Tu não sabe o que acontece lá ao redor, vai que aconteça o pior. E aí?’** [...] eu converso muito, ‘eu não quero você na casa dos outros, eu não quero você sozinha nessa pista aí que é um risco’[...] (Participante 3, parda, 45 anos).

Ao fim das respostas sobre o segundo caso, a Participante 6 também relatou o caso da filha de sua vizinha, o qual apresento quase integralmente abaixo, para refletirmos sobre como o sistema familiar, político e a sociedade podem ser cruéis com as mulheres, sejam elas adultas ou apenas crianças:

Aqui perto de casa tinha uma vizinha, hoje ela é mãe do filho dela e irmã, porque ela era abusada pelo próprio pai dela. Desde criança eu trabalhava na igreja com ela na área de juniores, ela era uma criança **muito retraída, muito triste** e quando ela **completou dez anos** [...] só foi descoberto esse ato porque ela estava grávida. Ela tinha um irmão e a **mãe dela trabalhava de doméstica**, né? Saía cedinho da manhã só voltava à noite e era ele que ficava e cuidava. Ele ia pra igreja com eles tudinho e ela começou a se sentir mal com uma dor, uma dor, ela era gordinha mesmo, barrigudinha, né? E ele mesmo disse que ia levar ela pro médico, aí levou ela pro médico tudinho e lá a médica descobriu que ela estava grávida com dez anos e ele

ficou desesperado, apavorado, veio aí chamaram logo a polícia tudinho que isso é um caso né? Era aqui na rua mesmo, aí vieram pra casa, ligaram pra mãe dela, quando a mãe dela soube... Só que logo ele fugiu. Fugiu da polícia, chegou ele já tinha fugido [...] **E a mãe dela não conseguiu né? Fazer com que ela fizesse o aborto e tirar a criança, [...] ele foi pego em Bragança, está preso, mas ela é mãe.** Aí quer dizer, ela é mãe e irmã do filho dela. [...] . Hoje ela é uma jovem que vive aí e você olha assim **a mãe não pôde fazer nada né? Muita gente culpou ela, muita gente julgou, mas ela tinha que trabalhar pra sustentar a casa dela, né?** E eu digo assim, **ele era o pai.** Então desde criança ele fazia isso. Colocava o menino pra rua, pra brincar e o que que ele dizia pra ela? Que se ela contasse o caso pra alguém, ele ia matar primeiro ela, quando estivesse dormindo matava o irmãozinho dela, ia matar a mãe dela, ia matar todo mundo. Ela cresceu com aquilo desde criança. [...] Pensa num sofrimento então é uma coisa muito triste que eu já vivi aqui e não teve como a mãe dela fazer... era uma gravidez de risco que ela era uma criança, mas não teve como. **O juiz também negou, porque estava no direito, que era uma vida, independente de como aconteceu e hoje ela tá aí.** (*já faz muito tempo esse caso?*) Já. Ele (o filho/irmão) já deve ter uns oito pra nove anos, por aí, **só que eles foram embora daí. Foram embora, que os moradores queriam lixar a mãe dela tudinho, mas ela não era culpada né?** Porque eu trabalhava, cedo a gente saia pra pegar ônibus só voltava à noite. [...] pode estar acontecendo algo dentro da nossa casa e a gente não saber né? (Participante 4, 53 anos).

A narrativa da Participante 4 é perturbadora e também uma realidade. Percebe-se, primeiramente, a omissão e o crime cometido pelo Estado ao não permitir a realização do aborto em uma criança de dez anos, estuprada pelo próprio pai e que, como demonstra a narrativa, precisava de atendimento profissional médico e psicológico. A culpabilização em cima da mãe, trabalhadora doméstica que passava o dia fora de casa, foi outro ponto que demonstra a misoginia com que a sociedade trata a mulher, que precisou se mudar com a família para não ser linchada.

A nível das participantes da pesquisa, as narrativas demonstram que levaram em consideração suas vivências no momento da resposta. Fica evidente, em relação a Participante 4, que a vida para ela não se trata apenas de uma questão cristã, pois acredita que o sistema brasileiro não permite o aborto justamente por considerar o direito da vida, como relata ao fim da narrativa sobre o motivo do juiz ter negado o aborto.

Caso 3) Risco à vida da mulher

A terceira narrativa contada foi o caso 3) Risco à vida da mulher: A cozinheira Lorisete, de 37 anos, descobriu que estava grávida de gêmeas, no entanto os médicos alertaram desde o início a improvável sobrevivência das irmãs, dado que elas estavam unidas pelo corpo, com dois corações, colunas próximas, e apenas dois braços e duas pernas. De acordo com os médicos, a gravidez era de risco para Lorisete, que tentou a autorização do aborto por quatro vezes junto a justiça desde o início da gravidez, tendo seu pedido negado. Mesmo sem condições financeiras foi até o fim, realizando um parto cesariano complicado. Suas filhas

morreram quatro meses depois devido a falência dos órgãos. Após a leitura do contexto, foram lidas as seguintes afirmativas:

- a) A atitude da justiça foi errada, porque os bebês não iam sobreviver. (Verdadeiro);
- b) A atitude da justiça foi correta, pois todos têm direito à vida, mesmo os que não nasceram ainda, independente da situação. (Falso);
- c) As bebês precisavam ter uma chance de viver de acordo com os desígnios de Deus (Falso);
- d) Lorisete estava no direito de realizar o aborto devido ao risco à vida, o aborto se configuraria como aborto terapêutico (Verdadeiro)

O quadro abaixo mostra a quantidade de acertos, bem como as palavras chaves das justificativas para cada afirmação, sobre as quais discorrerei a seguir:

Quadro 16 – Caso 3: risco à vida da mulher

P.1	P.2	P.3
a) Verdadeiro - Sofrimento b) Verdadeiro - Espiritual/Experiência c) Verdadeiro - Sem justificativa d) Falso - Não acredita em aborto terapêutico. P.1 Acertou 1/4	a) Verdadeiro - Diagnóstico médico b) Falso - Diagnóstico médico c) Verdadeiro - Permissão divina d) Verdadeiro - opinião da mãe. P.2 Acertou 3/4	a) Falso - Fé/Futuro depende de Deus b) Verdadeiro - Justiça tem conhecimento c) Verdadeiro - Decisão divina d) Falso - Não existe aborto terapêutico. P.3 errou todas

Quadro 16 – Caso 3: risco à vida da mulher

		(continuação)
P.4	P.5	P.6
a) Verdadeiro - Justiça/Vida b) Verdadeiro - Lei/Vida c) Verdadeiro - Direito a vida d) Verdadeiro - Direito da mãe P.4 Acertou 2/4	a) Verdadeiro - Sem justificativa b) Verdadeiro - Justificativa incoerente c) Falso - Foi constatado pelos médicos d) Verdadeiro - Sem justificativa P.5 Acertou 3/4	a) Falso - Não apoia b) Verdadeiro - Sem justificativa c) Verdadeiro - Sem justificativa d) Falso - Sem justificativa. P.6 errou todas
P.7		
a) Verdadeiro - Sem justificativa b) Verdadeiro - Todos têm direito a vida c) Falso - Destino. d) Falso - Desconhecimento do tema P.7 Acertou 2/4		

Fonte: Autoria da pesquisadora.

Cinco das participantes acreditaram que a afirmativa a) “A atitude da justiça foi errada, porque os bebês não iam sobreviver”, estava correta. Algumas das justificativas foram de que o sofrimento que a mãe sentiu ao ver suas bebês morrerem (Participante 1), além do fato de que o diagnóstico médico já havia previsto a morte iminente dos bebês (Participante 2) e de que a justiça poderia ter concedido o aborto nesse caso (Participante 4). As participantes que disseram ser falso justificaram a partir da fé, dizendo que o futuro pertence a Deus e talvez as bebês sobrevivessem (Participante 3) e por concordarem em não liberar o aborto (Participante 6).

Em relação a afirmativa b) “A atitude da justiça foi correta, pois todos têm direito à vida, mesmo os que não nasceram ainda, independente da situação”, duas disseram ser uma afirmativa falsa, justificando pelo fato de o caso ter um laudo médico sobre a não sobrevivência (Participante 2), e que apesar de ser falso, se o aborto fosse olhado pela questão de não querer ter filhos deficientes as pessoas acabariam realizando, como fala a Participante 5: “Por outro lado, né? A gente vai pensar que se toda mãe que descobrir que o bebê vai nascer com uma deficiência quiser tirar?” (Participante 5, parda, 35 anos).

Seis das participantes disseram ser verdadeiro, o que representa apenas 14% de acertos. As justificativas foram que todos têm direito à vida (Participante 4 e 7), e cabe destacar aqui que a Participante 4 relata o “direito à vida” tanto na primeira afirmativa quanto nessa, compreendendo-o como um direito constitutivo dentro de nossas leis. A Participante 3 atrelou o conhecimento por trás da decisão judicial, alegando que eles estudaram para isso. Por outro lado, a Participante 1 disse que tudo o que acontece na vida ocorre com a permissão divina, sendo assim, seria uma experiência para Lorizete:

Acontece algumas situações na nossa vida e principalmente nesse sentido pra algum propósito, pra algum motivo, pra alguma circunstância, então **Deus consentiu os filhos vim daquele jeito, permitiu porque a palavra dele diz que não cai uma folha sequer se não for com a permissão dele**. Então, pra vir tudo é com a permissão dele [...]. então se o senhor consentiu ir até o fim eu tenho certeza que ela tem uma experiência, ela adquiriu uma experiência mediante a tudo isso (Participante 1, parda, 50 anos).

Percebemos que com relação a afirmativa a), que coloca o abortamento como questão de direito no âmbito da justiça, elas concordam que o aborto era um direito. Contudo, na afirmativa b), quando se coloca o direito à vida como justificativa para o não abortamento, a situação muda. O que impera nesses discursos pró-vida, como vimos no capítulo 2 da dissertação, é que a vida do feto que ainda não tem consciência se sobrepõe a da mulher, cuja a vida inteira pode ser afetada pelo nascimento ou não dessa criança.

Por que a vida da mulher valeria menos? Por que ela é menos considerada numa situação que diz respeito exclusivamente a ela? Na fala da Participante 1, percebemos que o sofrimento entra como uma experiência de crescimento no âmbito pessoal, dada por Deus. Como se a experiência de ter e ver suas filhas morrerem justificasse o amadurecimento.

Essa “permissão divina” aparece novamente nas justificativas das Participantes 2 e 3, dentre as cinco participantes que disseram que a afirmativa c) “As bebês precisavam ter uma chance de viver de acordo com os desígnios de Deus” era verdadeira. A Participante 4 também novamente atrela o direito à vida dado pelo Estado.

Dentre as que disseram ser falso (Participantes 5 e 7), estas disseram que o laudo médico já tinha constatado a não sobrevivência delas:

[...] foi constatado pelos médicos que elas não iriam sobreviver. É bem complexo isso, porque Deus não designa sofrimento pra ninguém. Tudo que a gente vive é reflexo das nossas escolhas. eu acredito que não tem deficiência designada por Deus, porque senão seria muito injusto [...] É algo da ciência, é algo que “ah por uma má formação aconteceu” (Participante 5, parda, 35 anos).

A fala da Participante 5 é interessante porque, em comparação a fala da Participante 1, mostra como, apesar de serem evangélicas, cada uma tem uma percepção de como e por que Deus age. Nesse sentido, suas crenças são as bases que compõem seus julgamentos morais do que é certo e errado e por isso aparecem nas suas respostas.

A respeito da afirmativa d) “Lorisete estava no direito de realizar o aborto devido ao risco à vida, o aborto se configuraria como aborto terapêutico”, apenas três participantes consideraram como verdadeiras, sendo que as justificativas foram a percepção sobre o lado da mãe (Participante 2), que tinha o direito de abortar e preservar sua vida e saúde (Participante 4). Dentre as que disseram ser falso, estas justificaram não terem conhecimento do termo “aborto terapêutico” (Participantes 1, 3 e 7), demonstrando uma falta de conhecimento, novamente, em relação aos direitos permitidos às mulheres que passam por situações em que o aborto legal pode ser solicitado. Ao fim da dinâmica, as participantes disseram já ter ouvido casos parecidos (2, 4 e 6), além da Participante 1 afirmar também ter escutado o primeiro caso na igreja, enquanto as demais (3, 5 e 7) não tinham ouvido.

Ao serem questionadas sobre a opinião em relação às histórias contadas, cada participante disse algo diferente. A Participante 1 disse que os casos serviam de alerta para a prevenção, enquanto outras disseram ser casos impactantes (Participante 2) e difíceis, pois mesmo a mulher tendo direito ao aborto, todos têm direito à vida (Participante 7). A Participante 5 disse que há casos e casos para o aborto, mas manteve sua posição de que hoje há uma

banalização da relação sexual. Ademais, a Participante 6 disse que somente Deus pode tirar vidas e que mesmo uma fatalidade pode gerar vidas, enquanto a Participante 7 afirmou que não deveria haver nem aborto e nem estupro. Abaixo o percentual total de acertos por afirmativa:

Quadro 17 - Percentual de acertos por afirmativa (Dinâmica 4)

Caso 1	Caso 2	Caso 3
a) 43%	a) 43%	a) 71%
b) 57%	b) 100%	b) 14%
c) zero	c) 100%	c) 28%
d) 57%	d) 100%	d) 43%
39,25%	85,75%	39%

Fonte: Autoria da pesquisadora.

As respostas corretas dessa dinâmica tiveram como base o Código Penal que trata sobre o aborto, sendo o Artigo 128 e a ADPF n° 54, além do Decreto-Lei n°2.848 que dispõe sobre os crimes de importunação sexual, bem como o artigo 1° da Lei n°8.072 de julho de 1990 que trata de crimes hediondos, incluindo estupro, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As respostas foram todas fundamentadas em leis que dispõem sobre crimes cujas mulheres e crianças são mais vulneráveis.

A seguir, o percentual de acertos de cada caso: caso 1) 39,25%; caso 2) 85,75% e caso 3) 39%, o que demonstra um desconhecimento das participantes da pesquisa em relação a esses crimes tratados aqui, além da falta de informações sobre o que fazer e para quem recorrer. Um exemplo disso é o desconhecimento de que o Hospital Santa Casa de Misericórdia do Pará, realiza aborto legal, fato que contribui para evidenciar a falta de acesso à informação sobre os tipos de violências cometidos com mulheres.

De modo geral, nas justificativas para as respostas do caso 1) apareceram novamente e muito fortemente a culpabilização de Lúcia e não do agressor, algo que apareceu somente na fala da Participante 1. No caso 2) percebe-se que quando se trata de estupro de vulnerável, fica evidente a não culpabilização pela justificativa da incapacidade física e mental, a exemplo do fato de que todas concordaram que a criança do caso estava no direito de realizar o aborto legal, pois foi vítima e o culpado foi o estuprador. No entanto, quando a questão da vida aparece há discordâncias, como o fato de a juíza impedir o aborto ter sido visto como uma atitude correta, com a justificativa de que seria uma vida e de que o bebê poderia ser doado posteriormente, além de que Deus permitiu que aquilo ocorresse e a juíza precisava pensar mais sobre o caso antes de tomar uma decisão. Aqui fica evidente uma sobreposição dos credos religiosos que

compõem os valores e percepções de mundo das participantes em detrimento da consciência do que seria melhor para a criança e a realidade dela.

Esses mesmos valores aparecem no caso 3), especialmente em relação a afirmativa a) “A atitude da justiça foi errada, porque os bebês não iam sobreviver”, com cinco acreditando ser verdadeiro. No entanto, quando a questão do direito à vida entra na afirmativa b) “A atitude da justiça foi correta, pois todos têm direito à vida, mesmo os que não nasceram ainda, independente da situação”, apenas uma participante disse ser falso, enquanto outras participantes, seis, disseram ser verdadeiro. Demonstrando novamente que o juízo de valor sobre a vida acaba turvando o conceito de certo e errado, invisibilizando a vida da mulher que está sofrendo com aquela gravidez de risco, como no caso de Lorizete, além das que sofrem estupro e as que não desejam ser mães.

Os valores religiosos, utilizados como justificativa do que é certo ou errado, são um problema estrutural do Brasil, algo que permeia o ensino educacional do Estado brasileiro, bem como o sistema político, e é algo que impede a laicidade do Estado, uma vez que sobrepuja a Constituição em razão das crenças religiosas. Esse fato é algo visto nos três casos da dinâmica, nos quais os agentes da lei colocaram suas crenças acima da Constituição e do Código Penal.

As respostas das participantes da pesquisa refletem a defasagem do sistema político que, ao ser intolerante e desrespeitoso ante à diversidade e igualdades sociais e de gênero, dá abertura para que a população aja da mesma forma. Isso ocorre porque, como vimos na trajetória de cada participante da pesquisa, e que demonstra ser uma realidade no Brasil, o ensino religioso é algo cotidiano e contínuo. Por outro lado, há o ensino político, a exemplo do que seria uma democracia, de como funciona o sistema legislativo, jurídico e executivo, das leis que regem a Constituição brasileira e do Código Penal que dita sobre os crimes e as penalidades, são temáticas que o sistema brasileiro não admite nas escolas, exceto nos cursos superiores, pós-graduação e especializações específicas. É um problema estrutural com raízes patriarcais, machistas e religiosas.

O desconhecimento também é uma forma de Desinformação que acomete grande parte da população e demonstra um problema estrutural em vários níveis, mas principalmente no âmbito educacional. A falta de conhecimento referente a temáticas de direitos reprodutivos é uma falha deste sistema no âmbito da saúde sexual, tão necessária à humanidade. Ter acesso à informação que nos cabe, enquanto mulheres que vivem num país violento como o Brasil, assim como conhecer os direitos que temos em casos de abusos físicos, mentais e morais, é uma arma de defesa valiosa em relação a um sistema que nos viola de diversas maneiras. Campanhas

informativas, campanhas de saúde, acesso à informação e educação de qualidade são direito nossos.

5.8 Aborto: imaginários e problemáticas

[...] **uma coleguinha da minha filha** ali da igreja, uma jovem. **Foi pra Brasília trabalhar. Só ela de filha.** E lá quando ela começou a trabalhar, ela foi **violentada na rua em Brasília. E ela veio a ficar grávida.** E ela voltou pra cá. Ela mora ali na outra rua, não conseguiram. **A família não aceitou ela fazer um aborto, porque é contra.** É uma vida. Hoje ela teve o bebê. **Ela sofreu muito, ficou doente, teve depressão, a mãe foi a primeira que escorraçou,** tudinho, passou por um momento difícil, mas hoje ela teve a criança. Ele já deve estar acho que uns quatro anos. Então são casos que eu já presenciei já vivi alguns. **E como eu digo independente de qualquer caso, eu sou contra o aborto** (Participante 4, parda, 53 anos).

Início este tópico com mais uma das histórias relatadas por uma das participantes da pesquisa e que demonstra como a trajetória individual de cada mulher é perpassada por violências, e no caso acima violência físicas e psicológicas, que determinam o rumo que nossas vidas podem tomar. Ao refletir sobre como deve ser para essa moça conviver diariamente com as marcas psicológicas do abuso que sofreu e como sua família teve grande influência nesse contexto, a partir das respostas das participantes da pesquisa percebo que a pergunta “você é contra ou a favor do aborto” nunca foi uma questão pertinente para falar sobre o direito ao aborto.

Reforçando vários posicionamentos que já discutimos nas dinâmicas anteriores, quatro das participantes se mostraram contra o aborto (Participantes 1, 2, 4 e 6), sendo que duas (Participantes 5 e 7) mesmo discordando demonstraram que há exceções, enquanto uma outra não demonstrou se posicionar nem a favor e nem contra (Participante 3). Não adentrarei nas justificativas novamente, pois ao longo das dinâmicas a maioria demonstra como suas crenças religiosas embasam suas concepções do que é uma vida e de como seria uma dádiva divina. No entanto, gostaria de problematizar esse posicionamento de ser “contra” ou a “favor”. Primeiramente, porque essa não era a questão, mas sim qual opinião tinham sobre o aborto. O que sobressaí nas falas é o juízo de valor das participantes a respeito de uma atitude a qual elas não realizariam, contudo, me questiono do porquê esse debate seria pertinente para a discussão da legalização do aborto.

O quadro abaixo demonstra o posicionamento das mulheres participantes da pesquisa à seguinte pergunta feita: “Qual sua opinião sobre o aborto?”.

Quadro 18 - Posicionamento direto das participantes sobre aborto

-
- P.1** “Eu **não sou a favor**. Eu sou totalmente contra dependendo de todas as formas [...]”
- P.2** “Eu **não aceito**. Olho como algo triste”.
- P.3** “[...] acho que deveria ter uma rede que apoiasse ainda mais [...] a fragilidade da mulher. E respeitasse também as decisões”
- P.4** “**Eu sou contra** o aborto, independente da situação”
- P.5** “[...] se houve uma relação sexual com sentimento mútuo [...] ela tem que seguir com a gravidez. Ainda mais se for adulto. [...]. Eu não sou **contra** de forma geral, existem exceções [...]”
- P.6** “Minha opinião é **não, não, não** e sempre, porque eu acho que só Deus que deu a vida e só ele tem poder de tirar. [...]”
- P.7** “[...] não deveria existir, mas depende do caso. No caso se for uma gravidez normal e a pessoa decidir tirar eu **não consentiria**, agora no caso de estupro, aí sim.”
-

Fonte: A autoria da pesquisadora.

A pergunta “você é a favor ou contra o aborto” é um desserviço ao movimento de autonomia das mulheres. Na lógica do “contra” ou a “favor”, estaria implícito que se alguém que é “a favor” do aborto engravidasse, o realizaria sempre, e caso fosse “contra” não realizaria? Essa é uma lógica que está em diversos momentos nas falas das participantes e é um pensamento que embasa os movimentos antiaborto. No entanto, o foco deveria ser no fato de que somente a cada mulher, cabe o direito de decidir por seu próprio corpo, sendo a gravidez uma possibilidade, cabe ao Estado garantir à todas as mulheres e pessoas com útero alternativas de escolha. O que se considera melhor para cada mulher é uma escolha moral e individual, no entanto a garantia a liberdade de escolha e a saúde reprodutiva trata-se de um processo coletivo que deve ser legitimado legislativa e juridicamente.

Biroli (2018) afirma que a atribuição de diferenças categoriais ocorre por meio de referências e características corporais, ou seja, certezas biológicas que são ativadas de maneiras diversas e se apresentam nas justificativas que romantizam papéis, como a ideologia maternalista (2018, p. 42). Enxergamos essas atribuições nos discursos de que a vida vem em primeiro lugar, assim como pela existência do imaginário de que as mulheres são as pessoas do cuidado, mães, possuidoras de um dom divino, como vimos ao longo do trabalho.

O “não querer” é negado porque demonstra a pré-existência de uma autonomia de escolha, sendo esta não obrigatoriamente feita dentro dos princípios da família e da religião. Dizer “eu não quero ter filhos” vai de encontro ao que as instituições patriarcais e religiosas definem como comportamento feminino e as características do cuidado, da maternidade e do feminino que, nessa lógica, deveriam reger o comportamento das mulheres. Essa afirmação vai na contramão e escancara um desentrelace de padrões sociais, patriarcais, machistas e misóginos com os quais

vivemos hoje em nossa sociedade, empecilhos que dificultam o debate sobre a legalização do aborto no Brasil.

Aquelas mulheres que têm mais autonomia sobre seus corpos e que optam escolher não ter filhos por diversos motivos, sofrem misoginia ainda mais forte, como se não houvesse a possibilidade de falha dos métodos contraceptivos, como se suas realidades pouco importassem e são quase sempre responsabilizadas:

[...] *[E casos de pessoas que já tem filhos ou quando ela não tem situação financeira boa ou não quer?]* Eu falei logo no início a minha opinião sobre isso é que nós somos seres humanos adultos nós temos convicções noção da realidade. Nós conhecemos eu acho que “ah eu não tenho condição financeira pra ter filho”. Tudo bem, mas por que não se preveniu? Não sabia da consequência dos seus atos? (Participante 5, parda, 35 anos).

Ao serem perguntadas sobre como o aborto é enxergado em sua religião, todas disseram concordar, sendo a justificativa de que Deus é quem dá a vida e a tira, e tudo o que se passa tem uma intenção. Elas disseram concordar com o posicionamento da igreja, com exceção da Participante 5 ao dizer que concordava com o que acreditava. É interessante ver como a religião funciona como uma ferramenta de escape da realidade, pois sob a justificativa de que nosso futuro está nas mãos de Deus é mais fácil colocar a culpa numa decisão divina do que reconhecer que somos culpados sobre nossas ações, assim todo o sofrimento que se passa ao longo da vida é justificado como aprendizado e amadurecimento. Isto é, exceto quando optamos por evitar o sofrimento, como no caso de tomar a decisão de abortar, que deixa de ser uma decisão divina e passa a ser pecado.

Haro (2006) afirma ainda que as crenças, assim como hábitos e reflexos, são formas comuns de encarar e interpretar a realidade. São padrões de interpretação com significado afetivo, pessoal, familiar e social que direcionam a atividade psíquica (Haro, 2006, p. 53), ou seja, seres humanos precisam acreditar em algo para dar sentido às suas vidas. Nesse caso, para a grande maioria, a religião supre essa necessidade.

No entanto, quando optamos por não só acreditar em algo, mas deixar que isso dite as regras do que é certo ou errado, alienando-nos e nos tornando cegos para a realidade em que vivemos, esses sentidos se inserem na Instituição política. Isto dificulta o acesso aos direitos permitidos por lei, e até mesmo uma discussão pautada na razão, no contexto real, como os motivos pelas quais a legalização do aborto é necessária hoje no Brasil.

A alienação pela religião é um problema sério que precisa ser mais e mais discutido. Mesmo ao fim do mandato de Bolsonaro, o “Bolsonarismo” segue sendo forte. Temos hoje brasileiros que gritam em manifestações usando verde, amarelo e azul, em apoio à Israel (Mori,

2024), que já matou mais de 30 mil pessoas na guerra contra os palestinos, dessas sendo 25 mil mulheres e crianças (CNN, 2024). Estes são alguns exemplos de intolerância e alienação que dificultam o avanço de debates racionais, pautados na diversidade, no respeito e nos direitos estabelecidos.

Para Haro (2006), apenas a partir da busca pela realidade e sua transformação pela democracia, pela tolerância e pelos os direitos humanos, será possível abandonar a idolatria das crenças e nos levar a uma preocupação e respeito pela vida concreta, por aqueles que sofrem e gozam dela em sua concretude.

Ao serem perguntadas se conheciam casos de pessoas que abortaram, cinco das participantes disseram que sim. A Participante 4 disse que conheceu na época do colégio irmãs de colegas que realizaram, já a Participante 5 disse ter uma amiga à época de escola, entre 17 anos, que abortou três vezes no ano usando pílulas: “[...] teve uma vez que eu falei pra ela, ‘olha, se eu fosse tu já teria medo, porque tu aborta tanto, que se numa dessas acontece alguma coisa contigo tu morre, sei lá [...]’” (Participante 5, parda 35 anos).

A Participante 2 disse conhecer pelo que lhe contaram de uma mulher acostumada a engravidar e abortar, como um ato rotineiro: “[...] era comum, [...], tá tirando e enterrando, tirando e enterrando e ela não procurava minimizar o caso, [...], porque aquilo já era normal. **Conheço pelo que já contaram**” (Participante 2, parda, 29 anos).

A Participante 3 disse que conhecia o caso de sua patroa que precisou abortar jovem e não conseguiu mais engravidar, e foi obrigada pelos pais a se casar como se fosse virgem. Ela também contou sobre uma jovem que morava perto da sua casa:

Eu não sei se é verdade, porque lá próximo da minha casa eu moro na periferia, vamos dizer assim, né, onde há muita necessidade, há muita jovem vulnerável a isso. Tinha uma adolescente que ela tinha hábito de ficar pedindo dinheiro pros homens, até porque a mãe dela bebe, quer dizer, não é o espelho para os filhos. Aí um dia comentaram lá, tem um ditado que diz assim ‘O povo aumenta, mas não inventa’. Diz que ela tava com o rapazinho lá e ela engravidou e a mãe dela permitiu que ela abortasse, porque ela sumiu, passando uma semana ela estava assim quase da cor da tua blusa. Então aí vem a pergunta, será que foi verdade mesmo?” (Participante 3, parda, 45 anos).

A fala das participantes reafirma o que dialogamos ao longo de toda a dissertação: a criminalização do aborto não o impede de ser realizado, no entanto coloca a vida das mulheres em perigo. Há, na fala das Participantes 2 e 5, uma certa banalização do ato de abortar, como se fosse um ato corriqueiro da vida. Há também um imaginário criado de que a mulher que aborta é um ser insensível à vida, tanto do feto quanto a sua própria. Na fala das Participantes 2 e 3, fica claro quando dizem: “Conheço pelo que me contaram” e “será que foi verdade

mesmo?”, que as histórias podem não passar de boatos em contextos específicos e que foram modificados e repercutidos, a famigerada fofoca, fontes de inverdades disseminadas com objetivo de defender um posicionamento, assim como na internet.

Não podemos deixar de notar, como na fala da Participante 3, que as histórias evidenciam um lugar de vulnerabilidade, necessidade e carência de suporte familiar, social, econômico e cultural, um ciclo que pode se repetir de geração em geração, perpetuando desigualdades invisibilizadas. Isso ressalta novamente a violação dos direitos que permeiam as histórias dessas mulheres em todos os âmbitos, sejam crianças, adolescentes ou adultas, como percebemos ao longo do trabalho.

A Participante 6 contou que realizou um aborto. No entanto, enquanto narra fica perceptível que ela tem dúvidas se foi um aborto espontâneo por ter caído ou se foi em função da quantidade de remédios que tomou para dor de cabeça. Mesmo assim, ela diz que se arrepende muito. O caso aconteceu depois de já ter tido a primeira filha, conforme o relato:

[...] não vou te dizer que foi um aborto, não sei te falar se foi provocado ou se não foi, não sei. Mas contribuiu. Querendo ou não [...]. Foi na época que eu engravidei, depois da minha filha, e por isso que eu te falo, sempre tem uma pessoa de maior na tua cabeça. **Eu era de menor na época e eu fiz esse erro. Então eu prometi pra mim mesma que, a partir daquele momento, quando eu conheci a Cristo, que nunca mais ia fazer aquilo, porque a gente não tem direito de tirar a vida de ninguém a não ser Deus.** Então hoje, **pode ser quem for, digo pras minhas filhas, independentes que ela... pode engravidar [...]** mas eu vou deixar, eu vou até o fim, porque se Deus permitiu o sêmen entrar dentro do útero da ser humana é porque... eu acredito que nada é por acaso, tudo tem um propósito de Deus. Porque eu não conhecia a Jesus. Quando eu não conhecia, quando eu vivi uma vida desgraçada que eu posso te falar, antes de conhecer a Cristo. Não tinha religião. Vivia de qualquer jeito [...] (Participante 6, indígena, 37 anos).

A Participante 6 se culpa pelo ato do aborto e deixa evidente que a crença em uma divindade, bem como o aprofundamento em sua palavra, funcionou como uma espécie de salvação para ela e sua família. Um fato interessante a observar é que, por ser tão crente nos propósitos de Deus em relação à sua vida, todas as opressões pelas quais passou acabam sendo justificadas, permanecendo totalmente contra a realização do aborto, independentemente de ser um estupro, mesmo de vulnerável, como vimos na dinâmica 4.

Todas as participantes disseram que não realizariam aborto, seja por culpa (Participante 2), pela criação que teve e a própria índole (Participante 4). No entanto, a Participante 1 ressaltou que apesar de dizer não, reconhece que só sabe quem vive a situação, já a Participante 5 disse que em caso de estupro, talvez sim, e em caso de risco à vida, talvez não. A Participante 7 não justificou e a Participante 6 manteve seu posicionamento, exemplificando que mesmo que

sua filha engravidasse ela não permitiria, continuando em seguida o relato de sua história, extremamente sofrida, de quando realizou o aborto:

Eu deveria estar com uns dois, três meses só que não aparecia minha barriga. E eu estava menstruando. [...] eu levo sim essa culpa, não vou te falar que não. Antigamente quando eu não conhecia a Cristo, eu levava essa culpa. só levava essa culpa, mas hoje em dia não. Não, tinha toda razão pra mim não ter. **Porque eu estava saindo do meu emprego, a minha filha vivia doente, eu vivia no hospital com ela. Essa minha menor ela sofria muito, negócio de asma morava de aluguel, eu morava num quartinho onde tinha só o fogão, uma cama, tinha dias que não tinha nem o que ela comer.** E foi muito difícil. Não gosto de lembrar. Eu cozinhava no carvão, meu esposo era bombonzeiro. Eu vi uma vida muito difícil. **Tinha vez que a gente chegou a morar no quartinho que era perto do banheiro.** Então me dói, porque, a pequena a gente não tinha o que dar pra ela. **Eu cheguei a dar chá com água com açúcar. Então o que aconteceu na minha vida, eu levo pra vida e eu não aconselho ninguém fazer.** Aparecer uma vez uma jovem querendo fazer, ah porque não sabia quem era o pai, ah porque eu não sei... Eu digo, não. Você vai ter, [...]. Eu tinha tudo pra desistir da minha filha, tinha tudo pra abandonar minha filha, **pra dar e era mais quem me pedia minha filha** porque minha filha era muito linda, mas eu nunca abri mão dela, dessa minha mais velha (Participante 6, indígena, 37 anos).

A Participante 6 é uma vítima em todos os sentidos, seja pela ausência de um ambiente familiar ou pela falta de educação sexual, assim como a falta de informação, falta de conhecimento e da ausência de assistência social, de modo geral, da omissão do Estado em relação aos direitos das crianças e mulheres. É ainda vítima da alienação provocada pela religião que cultua, que a deixou em um estado de pensamento radical. Seus dogmas se tornaram tão fortes a ponto de ela ver sua história como um ato de superação e respeito à vida sobretudo, agora alheia para as violências que viveu.

No contexto da desigualdade social e das violências cometidas com mulheres ela foi uma vítima, estuprada, pois engravidou ainda aos 14 anos de um adulto. Não teve assistência, e nem a oportunidade de ter a consciência do seu direito de escolha, e de saber que esse direito de escolha em relação a decisão de realizar o aborto evitaria que outras meninas passassem por casos como o seu próprio, também evitaria que as crianças que nascem desses casos sofressem por necessidades básicas, como comida, roupa, uma casa para morar e uma educação de qualidade.

Nenhuma criança, adolescente ou pessoa adulta deveria ser obrigada a viver uma vida de sofrimento e necessidades em função de um falso moralismo imposto e dado como verdade pela igreja, tão fortemente disseminado que tornou invisível aos olhos da sociedade as desigualdades sociais e de gênero. Como resultado, vemos uma sociedade insensível e intolerante em relação às minorias que elas mesmas integram.

Quatro das participantes não tinham conversado sobre aborto até o momento da pesquisa e apenas souberam de casos contados (Participante 2), enquanto a Participante 4 disse que esse

é um assunto que não se costuma conversar, que é algo muito raro. A Participante 5 disse que entre família e amigos sempre conversam, assim como a Participante 6 também disse que sim, pois conhece diversos casos (cunhada, vizinha, entre outras) que já tentaram e não conseguiram, mas se sentem culpadas.

As participantes disseram que o aborto é justificável em caso de estupro, (Participantes 3, 5 e 7), nos casos de a mulher ser fria, ou seja, não ter “aptidão” para cuidar de uma criança e no caso de não conseguir viver com a lembrança do crime depois (Participantes 2). A Participante 1 não soube responder. As Participantes 4, 6 e 4 disseram que não é justificável em nenhuma situação.

Todas disseram nunca ter tido acesso a informações diferentes das que trabalhei com elas em relação a temática do aborto. Além disso, a Participante 4 disse que a primeira vez em que teve acesso foi no encontro comigo.

O fato de quatro delas nunca terem conversado sobre aborto e de que todas nunca tinham tido acesso à informação até o momento da entrevista para a pesquisa é um indicativo de que a Desinformação está presente na realidade dessas mulheres. Isso se dá pela ausência de acesso à informação, tanto no âmbito escolar quanto no âmbito das instituições de saúde, além de demonstrar que o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos está longe de ser uma pauta cotidiana, como por exemplo, a Lei Maria da Penha, que discorre sobre a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, amplamente divulgada até os dias de hoje desde de 2006, quando sancionada.

Além disso, seus posicionamentos sobre a temática são fortemente pautados em suas crenças religiosas, vividas por elas no cotidiano, mostrando que a maneira como se posicionam é a mesma de suas entidades religiosas, atuando como porta-vozes de bandeiras cristãs. Nesse sentido, percebe-se que a discussão sobre direitos reprodutivos e sobre o que implica a legalização do aborto é um debate de difícil acesso, difícil entendimento, dado as crenças arraigadas em que vivem, motivo pelo qual essa discussão perde força por não estar inserida dentro de um forte debate público dentro da sociedade.

5.9 Receptividade e pontos de abertura para diálogo com mulheres conservadoras

Ao fim da entrevista, todas, com exceção da Participante 6 que não respondeu, disseram que a entrevista foi muito boa e que gostaram, por terem conhecimento de coisas que não sabiam, afirmando que a entrevista foi um convite à reflexão, da necessidade de informação

ante aos boatos propagados. A Participante 2 falou ainda sobre a necessidade de trabalhar a temática com jovens:

Achei muito bom, né? Que esses casos são muito privados ainda e são casos que ele não passa tanto na escola, quanto na igreja, vários locais, então é muito precário esses assuntos ainda, em escola. Eu creio que devia ser mais dito em escola, sobre isso. Sobre aborto, eu creio que seja melhor abrir sobre o assunto. Adolescentes... quando a gente vai ver eles caem no ato sem saber porquê (Participante 2, parda, 29 anos).

A receptividade com que as mulheres evangélicas, participantes desta pesquisa, lidaram com a entrevista, apesar de ser um tema difícil e que coloca suas crenças em jogo, mostra uma abertura muito grande ao diálogo. Cabe destacar que as convidadas a participar dessa pesquisa são, em sua maioria: pobres, periféricas, com diversos níveis de educação, domésticas e/ou cozinheiras. São mulheres que se doaram a vida inteira por suas próprias famílias, cada uma com nuances muito específicas dentro de seus contextos e vivências, aspectos que reverberam em seus posicionamentos, para além das crenças religiosas. Como exemplo, a Participante 3 que demonstrou, mesmo sendo sempre a favor da vida, ser sensível às realidades de diferentes mulheres e diferentes contextos, assim como a Participante 7.

Os estereótipos de gênero que reverberam em suas falas e estão intimamente ligados aos seus pensamentos sobre a forma como uma mulher deve se comportar, não demonstram uma passividade total em relação aos dogmas religiosos. Dentro do que acreditam, as participantes demonstram diversos pontos de abertura de diálogo ao longo da pesquisa: o aborto como um debate de saúde pública, o entendimento de que a igreja possui pensamentos arcaicos, de que as mulheres são seres fortes, independentes e que podem fazer o que quiserem (no âmbito profissional), da consciência de que já conquistaram muitos direitos e de que as mulheres não devem ser obedientes aos homens.

Demonstram compreender que há questões psicológicas que envolvem o ambiente familiar, o contexto do estupro, do respeito ao próximo, do feminismo como luta por direitos. Reconhecem que podemos escolher ser mãe ou não, e que não podemos deixar outras pessoas tomarem decisões por nós. Percebem os direitos que temos e não conhecemos, a negatividade do entrelace entre religião e participação política, a necessidade de discutir sobre como crianças são vulneráveis e não podem ser mães, devendo ser protegidas, além de que a mulher tem o direito de escolha e suas decisões precisam ser respeitadas.

Esses são pontos de diálogo que aparecem em diferentes níveis nas falas de cada participante. Obviamente, nas falas há muitas violações de direitos das mulheres, há estereótipos de gênero e em relação a luta feminista, assim como perspectivas pré-concebidas em relação ao aborto, como vimos ao longo de toda a análise. No entanto, o fato de esses pontos

de diálogo existirem, evidenciam a possibilidade de que podemos dialogar com as mulheres conservadoras e que esse diálogo será possível ao ser feito de maneira cuidadosa, pautado em um posicionamento estratégico. O diálogo deve ser trabalhado em diversas frentes: no âmbito educacional, em salas de aula, com palestras, oficinas, assim como no âmbito da saúde, com campanhas de direitos sexuais e reprodutivos; no meio digital, com a regulação das plataformas e redes sociais no combate à Desinformação; para que assim, consigamos desfazer o olhar preconceituoso e estereotipado que vigora no Brasil em razão de grande parte da população ser religiosa e se posicionar fortemente contra o aborto.

O debate hoje no Brasil, da forma como se dá num viés dogmático, na disputa de argumentos de quem é a favor ou contra, invisibiliza a real necessidade da pauta como debate social e político.

Imagem 7 – Nuvem de Palavras do conjunto da entrevista



Fonte: Autoria da Pesquisadora, via *software* Iramuteq

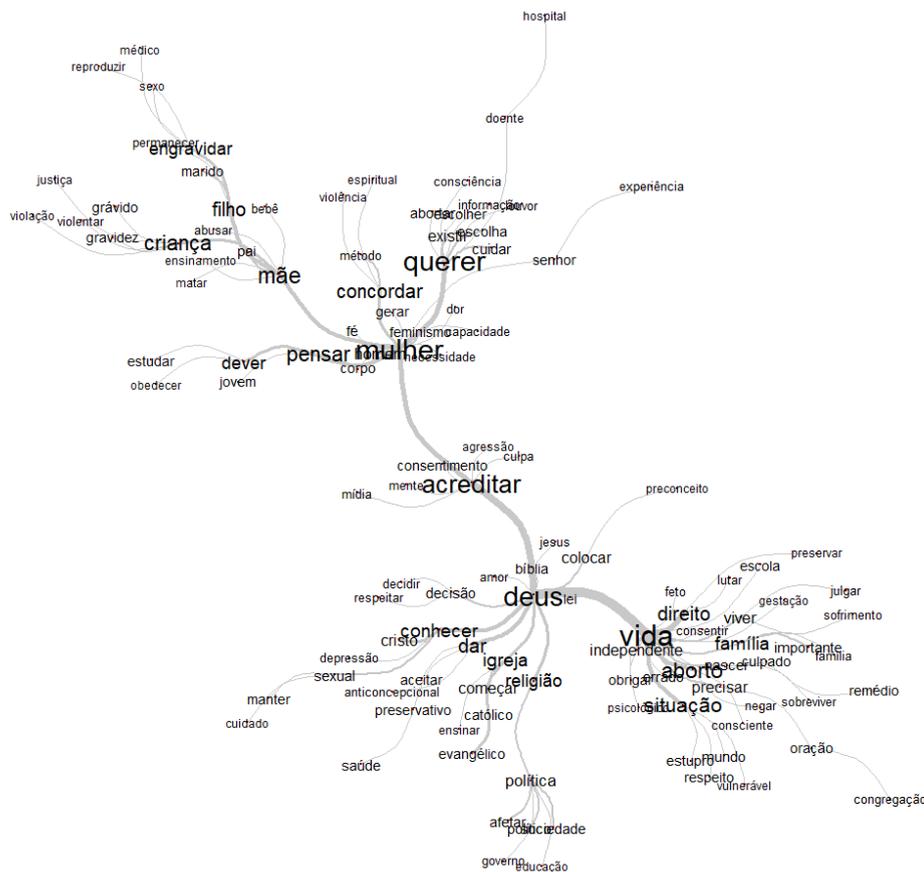
A nuvem de palavras do conjunto total das respostas das sete participantes gerada pelo Iramuteq, que vemos acima, demonstra a frequência com que algumas palavras aparecem nas falas das participantes e exemplifica o que vimos até aqui: Percebemos que palavras como “mulher”, “Deus”, “pensar”, “igreja”, “família” e “conhecer” são as que mais se destacam, enquanto palavras como “consentir”, “preservativo”, “estupro”, “informação”, “saúde” e “escola”, estão à margem da discussão ao longo das entrevistas.

A análise de similitude complementa a nuvem de palavras, pois demonstra e resume a base dos diálogos realizados por essas mulheres. Ainda que feitas separadamente, as entrevistas colocam a discussão religiosa sobre a vida no centro do debate sobre aborto. “Deus”, “igreja” e

“religião” aparecem como “ensinamento”, “aceitação”. As discussões sobre ser mulher giram em torno da “gravidez”, “filhos”, “maridos”, mas a análise também traz palavras que surgiram no momento da discussão das dinâmicas sobre aborto, como “violação”, “justiça”, “querer ou não”, a questão dos “métodos contraceptivos”, da “consciência” e do “cuidado”.

Tanto a nuvem de palavras, quanto a análise de similitude foram geradas a partir do corpus da pesquisa com 85,67% de aproveitamento pelo *software*. Com a análise de similitude, conseguimos enxergar as conexões dessas palavras.

Imagem 8 – Análise de similitude do conjunto da entrevista



Fonte: Autoria da Pesquisadora, via *software* Iramuteq

O conjunto das análises demonstra que discussões que estão à margem do debate quando se fala em aborto precisam ganhar espaço. É necessário tornar entendível e perceptível o fato de que mulheres são cidadãs de direitos e que a não legalização do aborto demonstra um descumprimento desse direito no âmbito reprodutivo, o que diz respeito as condições de vida de milhares de mulheres e pessoas com útero em situação de vulnerabilidade no Brasil, ou seja,

é necessário “falar sobre aborto o tempo todo, em todos os lugares, compartilhar informações de qualidade, bem fundamentadas, entrelaçando diferentes gerações, classes sociais e níveis de escolaridade [...]” (Belin, Prudencio, 2023, p.18). Pois, se a possibilidade reprodutiva é um fato para toda mulher e pessoas que possuem útero, independente de querer ser mãe ou não, a não legalização do aborto se configura, portanto, como uma violação dos direitos sobre seus próprios corpos.

6 CONCLUSÃO

Todo o desenvolvimento da pesquisa se deu a partir da pergunta problema “Como mulheres evangélicas interagem com informações circulantes sobre aborto, num contexto de avanço da desinformação e do neoconservadorismo no Brasil?”, objetivando especificamente, analisar como mulheres evangélicas do bairro periférico da Cabanagem (Belém-PA) interagem com conteúdos sobre aborto divulgados neste mesmo contexto de desinformação e avanço do neoconservadorismo.

Para alcançar o objetivo geral da dissertação, a pesquisa partiu de quatro objetivos específicos: 1) Identificar informações circulantes sobre a temática do aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres no período de 2019 a 2022; 2) Analisar como os contextos sociais, religiosos e de acesso à informação das mulheres participantes da pesquisa se desdobram em posicionamentos sobre a temática investigada; 3) Observar como diferentes camadas de opressões interseccionais afetam as mulheres interlocutoras da pesquisa; e por último 4) Apontar possibilidades para o enfrentamento de desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos a partir dos resultados da entrevista com mulheres evangélicas do bairro da Cabanagem em Belém-Pa.

Para responder ao primeiro objetivo específico, “Identificar informações circulantes sobre a temática do aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres no período de 2019 a 2022”, busquei identificar informações circulantes sobre a temática do aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres no período selecionado, sendo este o qual vigorou o mandato de Bolsonaro. Para a identificação das informações circulantes, optei pelo portal de checagem da Lupa, hub de combate à desinformação, e pelo portal Boatos.org, bem como portais de disseminação de desinformação, como Pensando Direita.

A identificação foi feita tanto no capítulo 3, subtópico 3.2 “Agência Lupa e as verificações de Fake News no Governo Bolsonaro sobre aborto”, quanto na metodologia em que selecionei conteúdos desinformativos sobre aborto e política para a dinâmica realizada com as participantes da pesquisa, que pode ser revisitada no tópico 4.1.2 Dinâmica 1- conteúdos informativos, em que descrevo os conteúdos, assim como no tópico 5.4 Dinâmica 1 – Política e Desinformação: percepções pré-concebidas na decisão sobre a veracidade dos conteúdos, em que explano sobre as respostas e opiniões das participantes da pesquisa em relação a esses mesmos conteúdos.

Os conteúdos encontrados no período do governo Bolsonaro e analisados pela agência de checagem A Lupa, mostram, como já vimos, principalmente o descrédito em relação à mídia tradicional, teorias da conspiração que envolvem o aborto e precisam ser constantemente desmentidas, a propagação e demonização de mulheres que se consideram feministas e movimentos de esquerda, assim como conteúdos desinformativos gerados em falas públicas por personalidades públicas. No âmbito dos conteúdos desinformativos selecionados para a pesquisa, percebe-se, principalmente uma luta partidária com objetivo de demonizar a política e políticos de esquerda, bem como propagar conteúdos falsos que remetem a banalização do aborto e da vida, com intuito de implantar no imaginário da população a banalização das temáticas de governos progressistas.

Apesar de os conteúdos da Lupa não terem vindo dentro da metodologia, a análise feita se torna pertinente ao coincidir com as respostas das participantes ao longo das entrevistas, com falas permeadas por estereótipos em torno da questão “ser feminista”. Além disso, ficou evidente que a credibilidade dos conteúdos, para as participantes da pesquisa, variava de acordo com seus próprios valores políticos e morais, demonstrando verdades relativas, em especial quando os conteúdos envolviam personalidades políticas, não sendo o processo de checagem uma preocupação para elas.

Para responder ao segundo objetivo específico, “Analisar como os contextos sociais, religiosos e de acesso à informação das mulheres participantes da pesquisa se desdobram em posicionamentos sobre a temática investigada”, produzi perguntas a respeito de suas vivências e contextos sociais, bem como formulário de identificação de gênero, raça, classe, elementos que, posteriormente, se mesclaram às percepções que vieram a partir das respostas dadas pelas participantes sobre suas vidas e sobre o aborto no momento da entrevista. Essas percepções vieram ao longo de todas as respostas e justificativas dadas, e podem ser consultadas no capítulo 5.

O terceiro objetivo específico, “Observar como diferentes camadas de opressões interseccionais afetam as mulheres interlocutoras da pesquisa”, veio a partir da narrativa das próprias mulheres. Como dito repetitivamente ao longo da pesquisa, as participantes selecionadas viviam no bairro da Cabanagem, uma das periferias de Belém, são pessoas simples, com níveis de escolaridade que variava entre fundamental e ensino médio, com apenas uma delas possuindo ensino superior. O acesso à informação e conhecimento se deu para essas mulheres de modos bem específicos, sendo as crenças religiosas um dos principais elementos que compõem seus valores morais e seus saberes. No entanto, suas concepções sobre ser mulher, da política e do que pensam em relação ao aborto, apesar de terem esse elemento central

da religião, também perpassam contextos específicos de vida. Isso faz com que tenham percepções e graus de tolerância diferentes, principalmente no contexto de vida de outras mulheres e situações que envolvem o aborto, como pudemos observar pelas narrativas e justificativas dadas.

Por não estarem num ambiente de debate, as participantes da pesquisa tendem a reverberar estereótipos e acreditar em conteúdos falsos alinhados com o que já pensam e propagam sem interesse de checagem. Isso reflete uma visão muito limitada no que diz respeito ao acesso aos conteúdos, dado que os algoritmos da internet mostram aquilo que elas já estão acostumadas a acessar, com publicações semelhantes ao que pensam, além de seus ambientes cotidianos serem envoltos em círculos da igreja.

Esse aspecto é uma das opressões interseccionais pelas quais essas mulheres passam, como defendi ao longo do trabalho, pois a falta de acesso ao conhecimento também se configura como Desinformação. Para além disso, a falta de acesso à informação de qualidade, de educação sexual e educação de gênero aparecem em diversos momentos nas falas delas. Isso resulta em uma culpabilização constante em relação a mulher, na perpetuação de relações de poder e relações de gênero que se dão no ambiente doméstico, processos nos quais elas mesmas são vítimas sem perceber e, principalmente, na normalização do sofrimento físico e psicológico de mulheres para que continuem até o fim com uma gravidez, ainda que indesejada ou fruto de crimes, demonstrando como essas intersecções de opressões recaem sobre elas e outras mulheres de modo indireto.

Por último, me comprometi a “Apontar possibilidades para o enfrentamento de desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos a partir dos resultados da entrevista com mulheres evangélicas do bairro da Cabanagem em Belém-Pa”, sendo este o quarto e último objetivo específico, os quais exponho agora no decorrer da finalização da pesquisa.

Falar sobre aborto está longe de ser uma discussão sobre certo ou errado, mas é um entendimento de distintas realidades das mulheres e pessoas com útero, tanto das participantes convidadas para esta pesquisa quanto das milhares de brasileiras que tem predisposição biológica para gerar. Tornar esse debate mais entendível às mulheres que divergem do pensamento feminista e progressista é necessário para começarmos a construir mecanismos e metodologias que nos aproximem mais e, conseqüentemente, nos leve a um debate público mais favorável em relação a legalização do aborto.

O papel de grupos conservadores alinhados e organizados em lançar falsas verdades é extremamente efetivo em estereotipar, estigmatizar e distanciar a discussão sobre direitos reprodutivos no Brasil. Isto é agravado pelo nosso despreparo em lidar com a enxurrada de

conteúdos desinformativos que chegam tanto no ambiente da internet quanto em nossos próprios ciclos de amigos, parentes, etc.

O cenário é ainda pior quando vemos que, de acordo com o Instituto de Estudos da Religião (Iser), dos 513 eleitos para a Câmara Federal entre 2023 e 2027, 399 tiveram seu pertencimento religioso identificado, sendo católicos e cristãos predominantes: 45,41% católicos, 17% cristãos, 14,8% evangélicos. Como falaremos sobre educação sexual, educação de gênero e educação sobre direitos reprodutivos? Como falaremos e realizaremos campanhas sobre direitos sexuais e reprodutivos em hospitais, quando são pautas progressistas que precisam ser aprovadas enquanto projetos de lei em uma Câmara Federal conservadora?

Hoje o Brasil não consegue manter, a nível da política institucional, o estado laico. Os valores morais e cristãos que perpassam os componentes da Câmara dos Deputados, assim como em outras instâncias, tornam o debate sobre a legalização e outras pautas consideradas progressistas, com baixas chances de serem aprovadas. Para que a legalização do aborto seja uma pauta de possível legalização é necessária uma reeducação política no país, a fim de renovar a representação por parte da Câmara dos Deputados Federal. Para além disso, é necessário um trabalho articulado de grupos progressistas em modificar suas narrativas para se aproximarem de grupos conservadores e trazerem o debate sobre aborto como uma questão de saúde pública. Enquanto o sistema político não for levado a sério no Brasil não teremos representatividade, pois levar adiante projetos de políticas públicas voltados para as minorias políticas será um embate árduo e demorado, visto que essas políticas esbarram nos valores morais e cristãos que estão vigorando no sistema político.

Ao longo do trabalho, reflito a respeito de quais entrelaces podem existir no que diz respeito ao aborto e a desinformação. Questiono se seria a omissão do Estado em realizar campanhas de comunicação efetivas em relação aos direitos reprodutivos e educação sexual que estaria impedindo o conhecimento da população a respeito de seus direitos, ou seriam as organizações de grupos conservadores alinhadas e organizadas em lançar falsas ou meias verdades dentro das redes sociais para alcançar seus objetivos e proteger suas agendas, ou ainda o tabu que ronda a temática do aborto, e até mesmo reflito se seria a ineficácia dos movimentos progressistas e feministas em alavancar o debate.

Ao fim da análise, entendo que cada um desses questionamentos se torna pertinente e compõem uma rede de invisibilidade em torno da discussão sobre o aborto, corroborando com a dificuldade em avançar a favor da sua legalização. Desse modo:

1) Invisibilidade do tema: para além do Tabu que ainda ronda a temática, dentro das comunidades conservadoras, pouco se conversa sobre a temática, mesmo entre os ciclos mais próximos;

2) Conteúdos desinformativos e enviesados na internet têm o objetivo de atrasar o debate sobre a legalização do aborto e reverberam na vida cotidiana: Tais conteúdos não se limitam à temática do aborto, mas também se inserem em um contexto político desinformativo, onde a esquerda é retratada como favorável ao aborto, enquanto a direita se posiciona contra o aborto e a favor da vida. Esses conteúdos impossibilitam o avanço de questões igualmente relevantes relacionadas ao aborto, como a saúde da mulher, os riscos à vida, a instabilidade financeira e mental, além da situação de milhares de crianças em lares de apoio com famílias desestruturadas. Questões como não se enxergar no papel de mãe ou não querer ser mãe são frequentemente invisibilizadas diante da defesa da vida do feto.;

3) Ineficácia de regularização no ambiente da internet: a inexistência de normas relativas à transparência dentro da internet, seja no ambiente das redes sociais ou no serviço das mensagens privadas, nas postagens de sites e portais, assim como o que diz respeito à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação, é um problema que dificulta o avanço da pauta, na medida em que proporciona aos usuários conteúdos desinformativos sobre a temática, o que distancia narrativas e dificulta discussões necessárias dentro da temática do aborto;

4) Descredibilidade política e ineficácia na representatividade do Estado: A política brasileira vive uma descrença por parte da população, que escolhe seus representantes por meio de popularidade, indicação ou venda de votos. Isso que gera, a baixa representatividade política feminina e progressista, além de políticos que não tem competências para gestão pública;

5) Inexistência de campanhas sobre aborto: Muito do que é falado sobre o aborto vem dos movimentos progressistas e feministas que, ainda que de extrema relevância, atuam em ambientes limitados. Assim como campanhas de vacinação, a temática sobre o aborto também deveria ser motivo de campanha para que as mulheres pudessem trabalhar questões como prevenção, além de informações sobre aborto previsto em lei, assim como contextos e realidades;

6) Ineficácia do ensino educacional em trabalhar as questões da saúde reprodutiva e de gênero: O sistema político brasileiro tem uma relutância em falar de educação sexual e educação de gênero, temas que deveriam ser obrigatoriedade no ensino escolar, mas que por sua composição histórica são ainda extremamente patriarcais, misóginos e eurocêntricos. A

educação de gênero e sexual seria uma das soluções na tentativa de prevenir abusos físicos, gravidez na infância e adolescência e diminuir as desigualdades de gênero;

7) Discursos distantes da militância progressista: O discurso utilizado pela militância progressista e feminista pode ser vista, e na maioria das vezes o é, como radical e banalizador da vida, algo que afasta mulheres conservadoras da discussão sobre aborto. Uma solução que visualizo como estratégia de aproximação e alcance desses grupos seria identificar as tolerâncias em torno da temática e, a partir daí, construir narrativas, discursos e conteúdos que dialoguem com esse outro modo de pensar e enxergar o aborto, para que elas se tornem mais abertas ao diálogo e se sintam mais à vontade em debater a questão da legalização;

8) Violação da laicidade do estado: Hoje o estado laico no Brasil é inexistente. Temos políticos, em sua maioria cristãos, nos representando e atuando dentro de seus próprios interesses, de modo que nossa sociedade caminha junto a esses discursos e políticas de valores e morais cristãs, sendo as minorias distanciadas dessas políticas. A reformulação de regras para candidatura de políticos no âmbito municipal, estadual e federal é mais que urgente e necessária.

Como podemos perceber, o problema da Desinformação se dá em diferentes instâncias: política, saúde, educação, cidadania, comunicação e regulação. Como possibilidades de enfrentamento em relação a Desinformação sobre aborto seria necessária uma reformulação do sistema político para que, assim, modifiquemos essas esferas que atuam conjuntamente nesse processo.

No âmbito da pesquisa, acredito que as mulheres participantes, em seus pensamentos conservadores, contextos de vida diferentes e opiniões distintas, nos mostram aberturas possíveis de diálogo para que avancemos no debate sobre a discussão do aborto. Por exemplo, trabalhar esses estereótipos que vigoram sobre a banalização da vida, a vulgarização do corpo feminino, a radicalização do movimento feminista e que repercutem em conteúdos falsos é uma maneira de solucionar aos poucos o problema da Desinformação sobre aborto.

Apesar de ser um quadro desafiador, acredito que os resultados da pesquisa nos mostram diversos pontos de abertura para trabalharmos esses problemas apontados, tanto do ponto de vista da discussão da legalização do aborto quanto a respeito do contexto da desinformação. Enquanto pesquisadora, não posso descrever soluções para cada um e creio que ainda que o fizesse, seria ineficaz ante a grandeza da discussão e a limitação da problemática da pesquisa.

Enquanto mulher pesquisadora negra, periférica, estudante de ensino público, pobre e bolsista, trabalhar o tema do aborto no contexto da desinformação foi um desafio e ainda maior ao adentrar no momento da análise, ao escutar pensamentos tão distintos dos meus e muitas

vezes difíceis de ouvir. Mas acredito que a pesquisa deixa vários caminhos a serem seguidos. Ao fim da dissertação, defendo uma metodologia de pesquisa em ação: trabalhando estereótipos sobre aborto, em nível escolar no contexto nacional, por meio de organizações da sociedade civil, de movimentos de militância, por exemplo, com oficinas e palestras, de modo que seriam propostas eficazes de combate à desinformação e de avanço da discussão sobre o aborto.

Espero que este trabalho possa inspirar à todas(os) no combate à desinformação e às desigualdades presentes em nossa sociedade brasileira, que possamos pensar na diversidade de mulheres e nas desigualdades perpassadas pela vida de cada uma no cotidiano, num contexto de múltiplas ausências, para que assim nos tornemos mais tolerantes ante as diferenças de opiniões e de atitude. Espero que possamos dialogar sem preconceitos ou violações, no entendimento de que falar sobre a legalização do aborto é um direito e é urgente.

REFERÊNCIAS

AFP. Mais de 25 mil mulheres e crianças morreram em Gaza desde outubro, diz chefe do Pentágono. **Carta Capital**, 29 fev 2024. Disponível:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/mais-de-25-mil-mulheres-e-criancas-morreram-em-gaza-desde-outubro-diz-chefe-do-pentagono/> . Acesso: 15 mar 2024.

AFONSO, Nathália. É falso que pesquisa mostrou que 82% das grávidas sofrem aborto espontâneo após vacina. **Lupa**, Rio de Janeiro, 13 jul 2021. Disponível em:

<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/07/13/verificamos-pesquisa-aborto-vacina> . Acesso em: 05 mai 2023

AGÊNCIA BRASIL. CGU conclui que certificado de vacinação de Bolsonaro é falso. 18 jan 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/cgu-conclui-que-certificado-de-vacinacao-de-bolsonaro-e-falso#:~:text=Uma%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Controladoria%2DGeral,for%20mulado%20no%20fim%20de%202022>. Acesso em: 05 mar 2024.

AGOSTINI, Renata. Jair Bolsonaro já acumula quase 600 processos, indica levantamento feito pela PL. **CNN BRASIL**. 15 mai 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jair-bolsonaro-ja-acumula-quase-600-processos-indica-levantamento-feito-pelo-pl/> Acesso em: 05 mar 2024.

ANJOS, Karla Ferraz dos; SANTOS, Vanessa Cruz; SOUZAS, Raquel; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 504-515, jul/set 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/i/2013.v37n98/> Acesso e: 29 jan 2024.

ALBUQUERQUE, Beatriz. 32 mil crianças e adolescentes estão vivendo em abrigos no Brasil: Esses números são da organização Aldeias Infantis SOS. 02 ago 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-08/32-mil-criancas-e-adolescentes-estao-vivendo-em-abrigos-no-brasil#:~:text=Publicado%20em%202%2F08%2F2023,familiar%2C%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 05 mar 2024.

ALLEGRETTI, Fernanda Espindola. **Aborto e maternidade compulsória**: considerações acerca dos direitos reprodutivos das mulheres. Anais Ciências Criminais. v.1,n.1. 2019

ARGUIÇÃO de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 Distrito Federal. **ADPF 54 / DF**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>. Acesso em: 04 ago 2023.

BARRANCOS, Dora. **Histórias dos feminismos na América Latina**. 1 ed. Bazar do Tempo, 2022. p.288

BAND JORNALISMO. **Bolsonaro**: “Brasil tem que deixar de ser um país de maricas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5d66a0MFEig> , Acesso em : 29 Jan 2024

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Introdução: aborto, democracia e laicidade. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. (orgs.). **Aborto e democracia**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2016. p.9-16

BIROLI, Flávia. Aborto, justiça e autonomia. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. (orgs.). **Aborto e democracia**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2016. p.17-46

BIROLI, Flávia. GÊNERO, “Valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan (orgs.). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. Boitempo.2020, p.135-187.

BECKER, Clara; RESENDE, Leandro; AFONSO, Nathália. Marina Silva exagera ao dizer que países usam plebiscitos para legalizar aborto. **Lupa**, Rio de Janeiro, 01 ago 2018. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/08/01/marina-silva-globonews>. Acesso em: 05 mai 2023

BECKER, Kyene. Barbie aborto (Barbie abortion) começou a ser comercializada para crianças #boato. **Boatos.org**. 16 Jun 2022. Disponível em: <https://www.boatos.org/entretenimento/barbie-aborto-barbie-abortion-comecou-ser-comercializada-para-criancas.html>. Acesso em: 23 Fev 2024

BRANDÃO, Elaine; CABRAL, Cristiane. **Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PrkQZTHQFkMYVQQLHJxKPNF/>
BORGES, Caroline; BATISTELA, Clarissa. Juíza de SC impede menina de 11 anos estuprada de fazer aborto e compara procedimento a homicídio. **G1**, 20 jun 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/20/juiza-sc-aborto-crianca-11-anos-estuprada.ghtml>. Acesso em: 20 ago 2022.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 478/2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em:30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 489/2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345301>. Acesso em:30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8116/2014**. Dispõe sobre a proteção ao nascituro. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=786789>. Acesso em:30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 11105/2018**. Dispõe sobre o Estatuto do

Nascituro e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2188140>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 11148/2018**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro, altera o Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2188483>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 788/2019**. Dispõe sobre a proteção ao nascituro.Brásíla: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192070>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1979/2020**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de incluir o nascituro no âmbito da proteção integral de que trata a Lei.Brásíla: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2249896>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 434/2021**. Institui o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências..Brásíla: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2270201>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2630, de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944> . Acesso em: 24 dez 2023

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Árvore de apensados do Projeto de Lei nº 434/2021**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=2270201

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf Acesso em: 20 jul 2023.

BRASIL. Lei nº13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro

de 1941 (Lei das Contravenções Penais). **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm#:~:text=%E2%80%9C%20Importuna%C3%A7%C3%A3o%20sexual-,Art.,n%C3%A3o%20constitui%20crime%20mais%20grave.%E2%80%9D Acesso em: 20 mar 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 20 mar 2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**. Brasília, 7 de agosto de 2009; 188º da Independência e 121º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm Acesso em: 20 mar 2024.

BRANDÃO, André Augusto Pereira; JORGE, Amanda Lacerda. A recente fragmentação do campo religioso no Brasil: em busca de explicações. **Revista de Estudos Sociais** [En línea], 69 | 01 julho 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/46128> Acesso em: 26 jun 2023

BURITY, Joanildo. Minoritização, globalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa. **Cadernos de Estudos Sociais**, n. 30, v. 2, jul.-dez. 2015. Disponível em: https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1602/pdf_1 Acesso em: 29 Jan 2024.

CAL, Danila. **Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico. Política, poder, resistências**. – Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19357> . Acesso em: 11 mar 2023.

CAREY, James. **Communication as Culture, Revised Edition: Essays on Media and Society**. Routledge; Revised ed. edição (1 agosto 2008). p.11 - 28.

CARDOSO, Bruno; VIEIRA, Fernanda; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. **Cad. Saúde Pública** 36 (Suppl 1), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/?lang=pt> . Acesso em 30 jan 2023.

CASTRO, Edna. **Pensamento crítico Latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019.

CAVALHEIRO, Diego. Brasil:Lula cita aborto como “direito da mulher” e aponta o que ocorreria com bebês em gestação em seu governo; assista. **Pensando Direita**. 11 Set 2021. Disponível em: <https://www.pensandodireita.com/2021/09/brasil-lula-cita-aborto-como-direito-da.html>

CAVALHEIRO, Diego. Brasil: Bolsonaro revela que Lula, se for eleito, legalizará aborto irrestrito por meio do STF; assista. **Pensando Direita**. 14 Abr 2022. Disponível em: <https://www.pensandodireita.com/2022/04/brasil-bolsonaro-revela-que-lula-se-for.html> Acesso em: 23 Fev 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2021.p.15-50.

CENTER OF REPRODUCTIVE RIGHTS. Acesso em: <https://reproductiverights.org/maps/worlds-abortion-laws/>

CNN. Número de mortos na Faixa de Gaza chega a 30 mil, diz Ministério da Saúde palestino. 29 fev 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/numero-de-mortos-na-faixa-de-gaza-chega-a-30-mil-diz-ministerio-da-saude/> Acesso em: 05 mar 2024.

COMISSÃO interamericana de direitos humanos. **CIDH pede progresso no reconhecimento e proteção dos direitos reprodutivos na região**. 31 jan 2023. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/011.asp>. Acesso em: 4 ago 2023.

CORDEIRO, Douglas; VIEIRA, Larissa; CASSIANO, Kátia; SILVA, Nubia. Análise da interação social sobre covid-19 no perfil do ministério da saúde no instagram. **Panorama**. Goiânia, v. 10, n. 2, p. 02-07, jul/dez. 2019.

CÓDIGO PENAL. **Artigo 128 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10624811/artigo-128-do-decreto-lei-n-2848-de-07-d-e-dezembro-de-1940>. Acesso em: 04 ago 2023.

CRUZ, Maria de Nazaré Costa da. A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015). **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 15, jan./jun.,2019

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; FERREIRA DE SOUZA, Pedro H.G.; GOÉS, Emanuelle. Aborto e raça no Brasil, Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. *Ciênci. Coletiva* 28 (11) 10 Nov 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n11/3085-3092/#> Acesso em: 31 Mai 2024.

DEUS, Zélia Amador de. **Os herdeiros de ananse**: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3060>

DEPUTADOS federais eleitos por estado. **Camara.Leg**.2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/tabelasEleicoes/deputados-el-eitos-estado/index.html>. Acesso em: 24 jan 2023.

DELLA COSTA, Beatriz; ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **Feminismo em disputa**: Um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras. Ed. 1. Boitempo Editorial, 2022, p.126.

DO NASCIMENTO CUNHA, M. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras- Revista de Teologia da Unicap**, 3 (1),2020, p. 40-65. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/2595-3788.2020.v3n1.p40-65>

ESTATÍSTICAS do eleitorado: consulta por município/zona eleitoral. **TSE.JUS**. 2022. Disponível em:<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>. Acesso em: 24 jan 2023.

ESTEVES, LORENA CRUZ. **Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais: Diálogos sobre (de)colonialidades e resistências comunicativas**. Tese (Comunicação) - Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 20 dez 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12523694 Acesso em: 9 ago 2023

EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO; AMNISTÍA INTERNACIONAL ARGENTINA; FUNDACIÓN PARA EL DESARROLLO DE POLÍTICAS SUSTENTABLES; FUNDACIÓN MUJERES X MUJERES. Examen periódico universal: 4º ciclo aporte al examen de argentina. Acceso al aborto en la Argentina. **Centro de estudios legales y sociales**. 2022. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/especiales/examenonu/wp-content/uploads/sites/13/2022/11/EPU-DDSSyRR.pdf> Acesso em: 07 ago 2023

FICHERA, Angelo. Addressing New York’s New Abortion Law. **FactCheck.org**. 23 Mai 2019. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/02/addressing-new-yorks-new-abortion-law/> Acesso em: 23 Fev 2024

FIGUEIREDO, Patrícia. FARIAS, Victor. ‘Foi uma dor na alma’, diz mulher do interior do Pará que foi para SP fazer aborto após estupro; 7 cidades concentram metade dos registros’. **G1**. São Paulo. Jun 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/foi-uma-dor-na-alma-diz-mulher-do-interior-do-para-que-foi-para-sp-fazer-aborto-apos-estupro-7-cidades-concentram-metade-dos-registros.ghtml> Acesso em: 05 mai 2023

FIOCRUZ BAHIA; INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (ISC/UFBA); UNFPA - FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sem Deixar Ninguém Para Trás – Gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência (CIDACS, Fiocruz Bahia, ISC/UFBA e UNFPA/ 2023)**. 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/sem-deixar-ningue-m-para-tras-gravidez-maternidade-e-violencia-sexual-na-adolescencia-cidacs-fiocruz-bahia-isc-ufba-e-unfpa-2023/> Acesso em: 20 jul 2023

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1988.

FRESTON, Paul. “Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment”. 1993. Tese de doutorado, Universidade de Campinas. Disponível em:<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/69813> acesso em: 29 jan 2024

FUSTER, Danilo André. **O que são políticas públicas**. Escola Superior de Gestão e Contas Públicas. 2019. Disponível em: <https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigos/1825-o-que-sao-politicas-publicas> Acesso em: 22 Fev 2024.

GARCIA, Thaís. Ministra Damares: ‘Aborto não é planejamento familiar; é agressão ao corpo da mulher e é assassinato’. **Conexão Política**. 19 Nov 2020. Disponível em: <https://www.conexaopolitica.com.br/ultimas/ministra-damares-aborto-nao-e-planejamento-familiar-e-agressao-ao-corpo-da-mulher-e-e-assassinato/> Acesso em: 23 Fev 2024

G1. Apuração por zona eleitoral, 28 out. 2022. Disponível em: <https://especiaisg1.globo/pa/para/eleicoes/2022/mapas/apuracao-zona-eleitoral-presidente/belem/2-turno/>

G1. Apuração por zona eleitoral, 23 set. 2022. Disponível em: <https://especiaisg1.globo/pa/para/eleicoes/2022/mapas/apuracao-zona-eleitoral-presidente/bel-em/1-turno/>

GELFERT, Axel. **Fake News: A Definition**. *Informal Logic*, 38(1). 2018. p.84-117. Disponível em: <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068> .

GÊNERO bajo ataque. Direção: Jerónimo Centurión. Produção: Erika Miranda.Peru:**CLACAI**, 2020. Documentário (72 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M.

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes. “**Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas**” **Mídia e Aborto**: uma perspectiva do feminismo decolonial.2017, 175 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes; ZUCCO, Luciana Patrícia. Aborto e mídia: um estudo a partir do feminismo decolonial. **Revista Zona Franca**- Centro de estudios interdisciplinario sobre las mujeres (CEIM)- Maestría poder y sociedad desde la problemática de género (MG), Rosario, Argentina N°26. ISSN, 2545-6504pp.107-139. Disponível em: <https://zonafranca.unr.edu.ar/index.php/ZonaFranca/article/view/81> Acesso em: 4 ago 2023

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.) **Coleção ensaios brasileiros contemporâneos problemas de gênero**. FUnarte, 2016.

GONÇALVES, Myllena. O médico pode se recusar a fazer o aborto legal? **Jusbrasil**, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-medico-pode-se-recusar-a-fazer-o-aborto-legal/913335685> Acesso em: 18 jul 2023

GOV, AGÊNCIA. **Morte de mães negras é duas vezes maior que de brancas, aponta pesquisa**. 23 Nov 2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202311/morte-de-maes-negras-e-duas-vezes-maior-que-de-brancas-aponta-pesquisa> Acesso em: 10 Jan 2024.

GOV.BR. **Brasil tem 10.6 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos vivendo na extrema pobreza**. 22 mar 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt->

br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-tem-10-6-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-com-idades-entre-0-e-14-anos-vivendo-na-extrema-pobreza#:~:text=CEN%C3%81RIO-,Brasil%20tem%2010%20C6%20milh%C3%B5es%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolecentes%20com,anos%20vivendo%20na%20extrema%20pobreza . Acesso em: 05 mar 2024.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 41(2): 49-73, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/4JrSBZDRqG8c9RJzCfxz4BN/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 10 Dez 2023

GUIMARÃES, Paula. LARA, Bruna de. DIAS, Tatiana. ‘Suportaria ficar mais um pouquinho?’ Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal. **Intercept Brasil**. Jun 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/> . Acesso em 05 mai 2023

HARO, Fernando García de. **El secuestro de la mente**. ¿es real todo lo que creemos?. Espasa (5 outubro 2006). Espanhol.

JOHNSON, María Cecilia. “Ni la pareja, ni la familia, ni la Iglesia deciden por mí”: la experiencia del aborto en mujeres Católicas. 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: 2019, p. 33-46; 93-109.

LEYES Y SOMBRAS. **Regulación del aborto en Latinoamérica**. 2023. Disponível em: <https://leyes-y-sombras.clacai.org/> Acesso em: 4 ago 2023.

LIRA, Carol. Nova York acabou de aprovar aborto até um dia antes do nascimento #boato. **Boatos.org**. 06 Fev 2021. Disponível em: <https://www.boatos.org/mundo/nova-york-aprovar-aborto-antes-nascimento.html> Acesso em: 23 Fev 2024.

LULA. [Locução de]: Mano Brown. [S.l]: Mano a mano, set. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0tIWq1FO7REyWexaI16Iz5> . Acesso em: 25 abr 2024

LUPA, Equipe. Os 5 boatos mais absurdos verificados pela Lupa em 2022. **Lupa**, Rio de Janeiro, 28 dez 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/Participante2/boatos-absurdos-2022>.

MACÁRIO, Carol. É falso que vacina contra covid-19 causou aborto em 100% das gestantes em estudo da Pfizer. **Lupa**, Rio de Janeiro, 08 fev 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/08/verificamos-vacina-aborto-gestantes-pfizer>

MACHADO, Maria das Dores Campos. **A identidade evangélica em disputa**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 21, n.39, p.83-89, 2021. Acesso em: jun 2023. Disponível em? <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/116167>

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

MARTINS, Eunice Francisca; ALMEIDA, Pollyanna Ferraz Botelho de; PAIXÃO, Cilene de Oliveira Paixão; BICALHO, Paula Gonçalves; ERRICO, Livia de Souza Pancrácio. Causas múltiplas de mortalidade materna relacionada ao aborto no Estado de Minas Gerais, Brasil, 2000-2011. **Cadernos de saúde pública**. v. 33 n. 1. Janeiro, 2017. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/pages/iframe_print.php?aid=10 Acesso em: 18 jul 2023

MARÉS, Chico. Imagens de ‘cabeças de bebês em alimentos não são de ‘chá de aborto’ promovido pela esquerda’. **Lupa**, Rio de Janeiro, 23 set 2019. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/09/23/verificamos-cha-de-aborto>

MAMILOS. **Que pontes existem entre mulheres conservadoras e progressistas?** Entrevistadas: Esther Solano; Beatriz Della Costa. Entrevistadoras: Ju Wallauer e Cris Bartis. [S.I.], 05 set. 2022. Podcast. Disponível em: <https://spotify.link/iS4ghPhBGyb>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MANTOVANI, Denise. O aborto e as eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição dos discursos conservadores. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (orgs.). **Aborto e democracia**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2016. p.189-216

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no Sistema deliberativo. Tradução: Ângela Cristina Salgueiro Marques. In: MARQUES, A. C. S. (org) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Editora, 2009. p. 207-238.

MATSUKI, Edgard. Lula criou panfleto sobre liberdade sexual e de gênero, sindicatos fortes, aborto e outros itens #boato. **Boatos.org**. 29 Out 2022. Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/lula-criou-panfleto-sobre-liberdade-sexual-genero-sindicatos-fortes-aborto-outros-itens.html> Acesso em: 23 Fev 2024.

MAPA Aborto Legal. Santa Casa de Misericórdia do Pará. 26 mar 2019. Disponível em: <https://mapaabortolegal.org/2019/03/26/santa-casa-de-misericordia-do-para/> Acesso em : 12 mai 2023

MISKOLCI, Richard. **Muito além do negacionismo**: desinformação durante a pandemia de Covid-19. Sociologias, Porto Alegre, volume 25, 2023, e-soc 123090, p.1-26. Doi: <http://doi.org/10.1590/18070337-123090> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/VSJkf7vSCbVgJN4McTMqd4y/#ModalTutors> Acesso em 10 Jan 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº1.508, de 1º de setembro de 2005**. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html Acesso em: 04 ago 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. O direito ao aborto como questão política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. (orgs.). **Aborto e democracia**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2016. p.47-64

MIRANDA, Cynthia; BARROSO, Milena. Desenvolvimento regional sob a perspectiva de gênero: atuação organizada de mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. **Novos Cadernos (NAEA)**. v. 16, n. 2, p. 295-317, dez. 2013.

MORAES, Maurício. É falso que Assembleia Nacional da França aprovou ‘aborto até 9 meses de gestação’. **Lupa**, Rio de Janeiro, 12 ago 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/08/12/verificamos-assembleia-nacional-da-franca-aborto-9-meses>

MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália. Darames erra sobre militância contra aborto, ataques de Bolsonaro a jornalista e orçamento do ministério. **Lupa**, Rio de Janeiro, 11 mar 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/11/damares-poder-em-foco>

MORAES, Maurício. É falso que mulher cheirando cocaína em foto seja ‘ativista pró-aborto do PSOL’. **Lupa**, Rio de Janeiro, 10 fev 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/10/verificamos-mulher-cheirando-cocaina-foto-ativista-aborto-psol>

MORAES, Maurício. Mulher usou fantasia com bebê e útero exposto no Halloween, não em protesto pró-aborto. **Lupa**, Rio de Janeiro, 07 fev 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/02/07/verificamos-mulher-fantasia-bebe-utero-exposto-halloween-protesto-aborto>

MORAES, Maurício. Imagem de mulher destruindo boneco não é ‘ensaio pró-aborto’. **Lupa**, Rio de Janeiro, 09 out 2019. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/10/09/verificamos-mulher-destruindo-boneco-ensaio-pro-aborto>

MORAES, Maurício. Barroso erra dados sobre criminalização do aborto e evasão no ensino médio. **Lupa**, Rio de Janeiro, 01 jun 2019. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/06/01/barroso-aborto-evasao-ensino-medio>

MORI, Letícia. Por que tantos evangélicos defendem Israel? **BBC NEWS BRASIL**, 27 fev 2024. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2xjx06nv10o>

MOTA, Amanda; CALZA, Bia. Decisões do TSE que prejudicam Bolsonaro são compartilhadas como censura em grupos de WhatsApp e Telegram. **Observatório das eleições**. 2022 Disponível em: <https://observatoriodaseleicoes.com.br/category/desinformacao-e-redes/> Acesso em: 04 ago 2023

MUTCHNIK, Letícia. Aborto: o que é falso ou verdadeiro sobre a lei brasileira. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/10/16/aborto-entenda-o-que-diz-a-lei-brasileira.htm> Acesso em: 05 mar 2023

NGUYEN, C. Thi. **Echo chambers and epistemic bubbles**. Episteme. 2018, p.01-21.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A Invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os

discursos ocidentais de gênero. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p.324.

O GLOBO, Jornal. Desde 2010, uma nova organização religiosa surge por hora no país. **OABRJ**, Rio de Janeiro, mar. 2017. Disponível em: <https://www.oabry.org.br/noticias/2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-hora-pais>

PEREIRA, Diogo Baptista. **A verdade vos libertará**: a desinformação e após-verdade no Governo Bolsonaro no combate à Covid-19. RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v15 n3, p. 895-912, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/45676/35279> Acesso em: 10 Jan 2024

PINEZI, Ana. Evangélicos e a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 13 mai. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/evangelicos-e-a-ascensao-da-extrema-direita-no-brasil/> .Acesso em: 02 mar. 2023.

PORTAL TSE. **Eleitorado da eleição**. 2022. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?p0_municipio=BEL%C3%89M&p0_uf=PA&session=115251362869359 . Acesso em: 02 mar. 2023.

PODER360. Sem Bolsonaro, “descredibilização” da imprensa cai 91%, diz Fenaj. 26 jan 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/sem-bolsonaro-descredibilizacao-da-imprensa-cai-91-diz-fenaj/> Acesso em: 05 fev 2024.

PODER360. **Bolsonaro diz que Brasil “não será cobaia” da vacina chinesa**. 21 Out 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-brasil-nao-sera-cobaia-da-vacina-chinesa/#:~:text=O%20povo%20brasileiro%20N%C3%83O%20SER%C3%81,n%C3%A3o%20adquirir%20a%20referida%20vacina%E2%80%9C>. Acesso em: 13 mar 2024.

PRAZERES, Leandro; MORI, Letícia. Bolsonaro inelegível: ex-presidente é condenado a ficar fora de eleições até 2030. **BBC NEWS BRASIL**, 30 jun 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjk861pk0eno> Acesso em: 05 mar 2024.

PROJETO torna aborto crime hediondo. **Agência Câmara de Notícias**. 20 abril 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/98223-projeto-torna-aborto-crime-hediondo/> Acesso em: 25 jan 2023.

QUEIROZ, Vitória. 59% são contra liberação do aborto no Brasil, diz PoderData. **PODER360**. 30 mai 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/59-sao-contraliberacao-do-aborto-no-brasil-diz-poderdata/#:~:text=Pesquisa%20PoderData%20realizada%20de%202022,o%20%C3%BAltimo%20levantamento%2C%20de%20janeiro>. Acesso em: 8 ago 2023.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. p.117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf Acesso em: 16 jul 2023

REIS, Livia; CUNHA, Magali; EVANGELISTA, Ana Carolina; PESTANA, Matheus;

OWSIANY, Laryssa. Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados. **NEXO**, 01 fev 2023. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2023/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>. Acesso em: 15 mar 2024.

RÔMANY, Ítalo. É falso que Manuela d'Ávila disse que aborto era única saída para não criar filho de 'vagabundo'. **Lupa**, Rio de Janeiro, 16 mar 2021. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/16/verificamos-manuela-davila-aborto>

RÔMANY, Ítalo. É falso que Câmara aprovou a legalização do aborto durante pandemia. **Lupa**, Rio de Janeiro, 11 jul 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/11/verificamos-aborto-pandemia>

ROSAURO, Maiquel. Deputados bolsonaristas deixam 72 projetos de lei ideológicos em tramitação. **Lupa**, Rio de Janeiro, 26 dez 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/26/deputados-bolsonaristas-deixam-72-projetos-ideologicos>

SANTOS-D'AMORIM, Karen; DOS SANTOS, Raimundo Nonato Macedo. Da personalização algorítmica às guerras informacionais: a dinâmica das bolhas de (des)informação em torno do Dia 7 de setembro de 2021. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–26, 2022. DOI: 10.5007/1518-2924.2022.e86628. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/86628/51353> . Acesso em: 19 jul. 2023.

SCHNEIDER, M. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis como dispositivo de combate à pós-verdade. *iKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 73–116.

SKROCH, Jessica. É falso que vacina da Covid-19 aumentou abortos e causa AVCs em pilotos de avião. **Lupa**, Rio de Janeiro, 21 jan 2021. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/11/24/verificamos-vacina-abortos-avcs>

STAHL, Bernd Carsten. On the Difference or Equality of Information, Misinformation and Disinformation: A Critical Research Perspective. **Informing Science Journal**. V1.09,2006.p.84-96.

SANT'ANA, Maristela. Aborto é um dos principais causadores de mortes maternas no Brasil. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/445740-aborto-e-um-dos-principais-causadores-de-mortes-maternas-no-brasil/> Acesso em: 18 jul 2023.

SANTAELLA, Lúcia. Uma era da pós-verdade. In: **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** 1ª Ed. Estação das Letras e Cores, 2018.

TERPAZ. **Territórios pela paz**. Objetivos. Disponível em: <https://terpaz.pa.gov.br/objetivos>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos**. 30 jun 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bo>

Isonaro-inelegivel-por-8-anos Acesso em 4 ago 2023

TRINDADE, Raquel Elias da. SIQUEIRA, Bárbara Barroso. PAULA, Thayane Fraga de. FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Política de Saúde, Implementação de Práticas**. Ciênci. Saúde coletiva 26 (suppl 2) 2021.

UOL. ‘**Todos nós vamos morrer um dia**’: veja falas de Bolsonaro sobre o Coronavírus. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oegOQ_IakoU Acesso em: 29 Jan 2024.

VALENGA, Daniela. Ronda feminista. Governo federal assume o compromisso de garantir o acesso ao aborto legal. Portal Catarinas realiza monitoramento sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil e na América Latina e Caribe. **Portal Catarinas**. 5 jul 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/governo-federal-assume-o-compromisso-de-garantir-o-acesso-ao-aborto-legal/#centro> .Acesso em: 15 jul 2023

VAGGIONE, Juan; MACHADO, Maria das Dores; BIROLI, Flávia. introdução matrizes do neoconservadorismo religioso na américa latina. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan (orgs). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. Boitempo.2020, p.12-40.

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na américa latina. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan (orgs). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. Boitempo.2020.

VARGAS, M. Bolsonaro prepara decreto, considerado ilegal, para limitar retirada de posts e perfis das redes sociais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/governo-prepara-decreto-para-limitar-retirada-de-posts-e-perfis-das-redes-sociais.shtml> Acesso em 27.01.2024.

VERAS, Natalia; OLIVEIRA, Mariana; DOMINGUEZ, Soledad. Aborto, ciência e mortalidade materna. **Brasil de fato**, 04 dez 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/04/aborto-ciencia-e-mortalidade-materna> Acesso em: 18 jul 2023.

WARDLE, C. **Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional**. Editado por Alastair Reid e Victoria Kwan. Tradução de Global Lingo. 2. ed. 19 jan. 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x75440. Acesso em: 30 Jan 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making. Estrasburgo: **Council of Europe**, 2017.

WICHTERICH, Christa. **Direitos Sexuais e Reprodutivos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/boll_direitos_sexuais_reprodutivos_1.pdf. Acesso em: 10 Jan 2024.

APÊNDICE A - PADRÃO DE CONTATO INICIAL COM MULHERES PARA ENTREVISTA

Olá, tudo bem? Aqui é a Camila Leal, uma das integrantes do Ela Pode! Nos vimos ao longo das formações. Este formulário faz parte da minha pesquisa acadêmica de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA).

O formulário é a primeira etapa do processo de pesquisa e tem o objetivo identificar mulheres do bairro da Cabanagem que possam participar de entrevistas que vou realizar.

Pode ficar despreocupada, só eu terei acesso ao seu nome e às suas informações. Isso é importante para que eu possa entrar em contato depois para continuar a pesquisa, caso necessário.

Fique à vontade para tirar dúvidas comigo! Vou ficar muito feliz se você puder responder e fazer parte dessa pesquisa comigo.

Para saber mais, você pode entrar em contato comigo pelo WhatsApp ou email: 91981026462 / cah.jorn@gmail.com;

Danila Cal (Líder do Ecoaras e professora do PPGCOM/UFPA) pelo email: danila@ufpa.br.

Para saber mais sobre as pesquisas do ECOARAS e informações em geral a respeito do Programa, acesse:

<https://www.ppgcom.ufpa.br/>

Redes sociais do ECOARAS: <https://www.instagram.com/projetoecoaras/> Meu currículo

acadêmico: <http://lattes.cnpq.br/9030294846805002>

APÊNDICE B -PADRÃO DE CONTATO PARA MARCAÇÃO DA ENTREVISTA

Olá, como vai? Gostaria de me apresentar novamente, me chamo Camila e há algumas semanas pedi para que você, e a outras mulheres, participassem do preenchimento do formulário para minha pesquisa acadêmica de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA).

Minha pesquisa é no campo do consumo de informações e direitos da mulher sobre seus corpos. A partir de algumas entrevistas no estilo de perguntas e respostas, quero saber sua opinião sobre diferentes assuntos como família, religião e o próprio tema da saúde da mulher, levando em consideração sua vivência. É como uma conversa. Pode ficar despreocupada, usarei nomes fictícios e ninguém saberá quem respondeu as entrevistas. Você toparia participar?

Fico muito contente que você aceite! Precisaremos marcar um dia, pela tarde, ou pela manhã, para esse momento. Qual sua disponibilidade?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa de mestrado que tem como temática “Direitos reprodutivos e comunicação”, conduzida pela mestranda Camila Fagundes Leal. A pesquisa é no campo dos direitos da mulher sobre seus corpos e consumo de informações. A partir de algumas entrevistas no estilo de perguntas e respostas, quero saber sua opinião sobre diferentes assuntos como família, religião e o próprio tema da saúde da mulher, levando em consideração sua vivência.

Este estudo tem por objetivo analisar como mulheres evangélicas do bairro periférico da Cabanagem (Belém-PA) interagem com conteúdos sobre direitos sexuais divulgados, num contexto de desinformação da sociedade. Para responder ao problema de pesquisa da dissertação da mestranda.

Você foi selecionado(a) *por se encaixar no perfil de interesse da pesquisa, sendo mulher evangélica*. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A sua participação neste estudo se dará de forma presencial, por meio de entrevista, realizada pela pesquisadora principal desta pesquisa, que será gravada em formato de áudio e armazenada em HD externo. A duração da entrevista fica a seu critério, podendo ser interrompida a qualquer momento, caso você ache necessário. Vamos garantir a confidencialidade de sua identidade, apresentando apenas seus dados mais gerais, como cor da pele e idade, portanto, você será identificada na pesquisa apenas como “Entrevistada 1, idade xx”. Não há riscos. A sua participação não será remunerada e nem implicará nenhum gasto a você. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando a assegurar o sigilo de sua participação.

Comprometo-me a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação individual das entrevistadas, apenas informando sua raça e idade.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Camila Fagundes Leal, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém - PA, 66075-075, ppgcom@ufpa.br. Contato pessoal da pesquisadora responsável, cel: (91)981026462 e email: leal.jornal@gmail.com.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFPA: Rua Augusto Corrêa no 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2o andar - Belém / Pa, E-mail: cepccs@ufpa.br - Telefone: (91)3201-7735.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Belém, _____ de _____ de

2023. Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Olá, como você está? Agradeço mais uma vez sua participação. Antes de começarmos gostaria que você assinasse esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que afirma sua participação na pesquisa e o uso da sua entrevista na minha dissertação.

1. Eu verifiquei no seu formulário que você é evangélica e frequentemente está na igreja. De qual igreja você faz parte?
2. O que você faz lá? Qual a importância da religião/igreja na sua vida?
3. Você sempre foi evangélica ou mudou de religião?
4. O que significa ser mulher para você?
5. Como a sua religião define mulher?
6. O que família significa pra você?
7. Quando você escuta a palavra “Gênero” no que você pensa?
8. Quando você escuta a palavra “feminismo” no que você pensa?
9. No que você pensa ao ouvir a expressão “direitos reprodutivos da mulher”?
10. Em qual bairro você vota?
11. Nas últimas eleições, Bolsonaro teve uma votação expressiva no seu bairro. Você já votou Bolsonaro alguma vez?
12. Se sim, votaria novamente?
- 12.1. Por quê?
13. O que é política para você?
- 13.1 Você acha que a política afeta sua vida?
14. Qual sua opinião sobre Política e Religião juntas?

Nesse momento, vou mostrar a você alguns conteúdos informativos. E quero que você me diga se acredita na informação? Por quê?

Agora eu vou te mostrar alguns vídeos com informações referentes a uma temática específica que está dentro dos direitos reprodutivos das mulheres, o aborto, e gostaria que você me dissesse, quais você acredita serem VERDADEIROS ou FALSOS:

<p>4. Não é necessário documento para interromper uma gravidez decorrente de estupro, basta o consentimento da mulher ou de seu responsável legal.</p>	<p>5. Aborto está entre as 5 principais causas de mortalidade materna (hipertensão, hemorragias graves, infecções, e abortos inseguros).</p>	<p>6. Os médicos podem se recusar a fazer o aborto legalizado ou aquele autorizado por decisão judicial em casos de emergência.</p>
<p>1. A lei brasileira autoriza o aborto em três casos: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto.</p>	<p>2. O Presidente pode mudar a legislação sobre aborto.</p>	<p>3. A realização do aborto não tem idade gestacional nos casos de risco à vida da mulher e anencefalia.</p>

Agora vou te mostrar outros cards e queria que você me disse SE CONCORDA, ou se NÃO CONCORDA com as frases escritas neles e em seguida me dissesse o porquê do seu posicionamento.

<p>1. Em alguns casos, o estupro é culpa da mulher.</p>	<p>2. Não se cuidou, porque não quis. Agora vai ter que ir até o fim com a gravidez.</p>	<p>3. O aborto deve ser impedido independente da situação, porque a vida do feto é mais importante.</p>
<p>4. Aborto deveria ser uma questão trabalhada em postos de saúde.</p>	<p>5. Dependendo do caso e do contexto, retirar ou não o feto é algo a ser considerado.</p>	<p>6. Toda mulher deveria ter o direito de decidir se quer ou não continuar uma gravidez.</p>

Na etapa seguinte, vamos ler juntas algumas histórias que estão ligadas à saúde da mulher, em específico a questão do aborto. Cada história, possui quatro afirmações. Você deve responder VERDADEIRO para as que considerar verdadeira e FALSO para as que considerar falsas.

Caso 1) - gravidez por estupro: “Lúcia, de 33 anos, descobriu que estava grávida pela primeira vez na vida em agosto de 2021. A gestação foi fruto de uma violência sexual: embora a relação tenha começado com seu consentimento, o parceiro retirou o preservativo durante o ato e a agrediu. Ao recorrer à Santa Casa do Pará Lúcia teve a solicitação de aborto negada por falta de marcas de violência e falta de Boletim de Ocorrência. Ela recorreu a uma ONG em São Paulo que ajudou a fazer o procedimento do aborto de maneira segura.” Quanto à história, diga o que considera verdadeiro ou falso, justifique cada uma delas:

- a) A retirada do preservativo, sem o consentimento de Lúcia, se configura como estupro.
- b) Lúcia estava em seu direito de recorrer ao aborto
- c) A Santa Casa do Pará estava certa ao pedir Boletim de Ocorrência e marcas de violência pelo corpo de Lúcia.
- d) A Santa Casa do Pará pode realizar aborto em casos de estupro, risco de vida da mulher e anencefalia.

Você tem algum comentário a mais sobre essa história?

Caso 2) – abuso sexual infantil: Uma menina de 11 anos estava sendo mantida pela Justiça em um abrigo de Santa Catarina para evitar que fizesse um aborto. Vítima de estupro no começo do ano, a mãe da menina descobriu que a filha estava com 22 semanas de gravidez ao ser encaminhada ao Hospital Universitário de Florianópolis, onde teve o procedimento para interromper a gestação negado. Ao recorrer à justiça, a criança foi impedida de interromper gestação pela própria Juíza do caso e mantida no abrigo que ela tinha ido inicialmente para se proteger do agressor. A violência ocorreu quando ela tinha 10 anos. Após a repercussão do caso, a juíza foi afastada e a criança realizou o aborto, já que a gravidez era de risco. Quanto à história, diga o que considera verdadeiro ou falso, justifique cada uma delas:

- a) A atitude da juíza em não permitir o aborto foi correta.
- b) A menina de 11 anos estava no direito de ter o aborto realizado por ser uma gravidez de risco e decorrida de estupro.
- c) A menina de 11 anos foi a culpada do que aconteceu e deveria ter tido a criança.
- d) O agressor foi o culpado e único responsável pelo que aconteceu.

Caso 3) – Risco à vida da mulher: A cozinheira Lorisete, de 37 anos, descobriu que estava grávida de gêmeas, no entanto os médicos alertaram desde o início a improvável sobrevivência das irmãs, dado que elas estavam unidas pelo corpo, com dois corações, colunas próximas, e apenas dois braços e duas pernas. De acordo com os médicos, a gravidez era de risco para Lorizete, que tentou a autorização do aborto por quatro vezes junto a justiça desde o início da gravidez, tendo seu pedido negado. Mesmo sem condições financeiras foi até o fim, realizando um parto cesariano complicado. Suas filhas morreram quatro meses depois devido a falência dos órgãos. Quanto à história, diga o que considera verdadeiro ou falso, justifique cada uma delas:

- a) A atitude da justiça foi errada, porque os bebês não iam sobreviver.
- b) A atitude da justiça foi correta, pois todos têm direito à vida, mesmo os que não nasceram ainda, independente da situação.
- c) As bebês precisavam ter uma chance de viver de acordo com os desígnios de Deus. (Moral/fé)
- d) Lorisete estava no direito de realizar o aborto devido ao risco à vida, o aborto se configuraria como aborto terapêutico.

15. Você já tinha escutado essas histórias em algum lugar?

15.1. Se sim, você recorda qual?

16. Qual sua opinião sobre as histórias contadas?

17. Qual sua opinião

sobre aborto? 18. Como a

sua religião enxerga o

aborto?

19. Você concorda ou discorda em algum aspecto?

20. Você conhece alguma história de alguém que já realizou aborto?

Se você se sentir à vontade para responder, pode dizer se você realizaria aborto?

22. Você já tinha conversado sobre aborto com alguém?

23. Para você, existe algum contexto/situação em que o aborto é justificável (pode ocorrer)? Explique

24. Você já teve acesso a informações diferentes referentes a temática do aborto? Qual era o conteúdo?

sim Não (pula para a 27)

25. Por qual meio? (Pode marcar mais de uma)

Tv

Rádio

Celular

Carro som (carros que passam divulgando notícias diversas pelo bairro)

Jornal impresso (Diário do Pará/ Amazônia/ O Liberal, etc)

Revistas (revistas de bancas, assinadas, etc)

Boca a boca

26. Se foi em alguma rede social, qual foi?

Whatsapp

Facebook

Instagram

twitter

Telegram

TikTok

Kwai

Outro _____

27. De modo geral, no seu dia a dia você utiliza as redes sociais para se informar?

Sim

Não

27.01. Se sim, quais redes sociais você mais utiliza?

WhatsApp

Facebook

Instagram

Twitter

Telegram

TikTok

Kwai

Outro _____

28. Sobre que assunto você costuma acessar?

- Notícias da cidade (saneamento básico, crimes, política, etc.)
- Religiosidade
- Mulher (Trabalho, direitos da mulher)
- Saúde
- Família
- Serviços (de saúde, obtenção de documentos, ações da prefeitura/governo)
- Entretenimento (filmes, Teatro, programações culturais)
- Beleza
- Culinária
- Outros _____

29) Se conteúdo religioso, quais conteúdos religiosos você consome?

30) Quem seria uma mulher referência para você?

31) E quem seria uma mulher do mundo cristão referência pra você?

Perguntas sobre uso do Whatsapp

32. Você possui grupos de família no whatsapp?

sim não

32.1 O que costumam discutir em seu grupo de família do whatsapp?

33. Você possui grupo da igreja no Whatsapp?

sim não

33.1 O que costumam discutir no grupo da igreja do Whatsapp?

34. Você já recebeu conteúdos falsos (fake news) dentro desses grupos? Como manchetes, notícias, textos, anúncios, etc...

34.1 Se sim, qual era o conteúdo falso?

sim não não sei

35. Você tem o hábito de checar os conteúdos que chegam até você?

36. Em relação a conteúdos sobre política (eleição, legislação, direitos) como você costuma se informar?

Por amigos/as

Por parentes

Pelas redes sociais

Pelor sites, portais de noticia, etc.

Por notícias da televisão

Por jornais impressos

Por rádio

37) O que você achou desta entrevista?

38) Como você se sentiu?

Ao final, por ser uma questão de saúde pública, como dever ético apontaremos o que diz a lei sobre o assunto, daremos uma cartilha sobre o aborto legal no Brasil feita pela Defensoria do Estado de São Paulo e mostraremos o que é ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ do que conversamos ao longo da entrevista.